

VIDAS ATRAVÉS DAS GERAÇÕES

Comportamentos demográficos de uma comunidade rural do Baixo

Minho: Santiago de Antas (1581-1910).

Agradecimentos

Agradecemos à Professora Doutora Maria Norberta Amorim pela sua disponibilidade, apoio e orientação científica na execução do nosso trabalho. Esteve sempre presente a sua supervisão, o maior dos estímulos para a materialização deste trabalho.

Ao Núcleo de Estudos de População e Sociedade, como instituição de representação colectiva, constituindo o centro de apoio a diversos investigadores que desenvolvem estudos no âmbito da História das Populações e pelos recursos técnicos e humanos colocados ao nosso dispor o nosso profundo agradecimento. Uma palavra de gratidão, ao Daniel Freitas pelos seus contributos e explicações informáticas, que nos proporcionou. Aprendemos muito, sobre as potencialidades informáticas na História das Populações.

Aos nossos professores de Mestrado, o nosso agradecimento pelos conhecimentos e práticas científicas, que nos transmitiram.

Aos colegas do Curso de Mestrado, pelos incentivos de apoio e espírito de camaradagem, surgindo um novo espaço de diálogo, cujas recolhas de experiências pessoais, permitiram – nos em determinados momentos clarificar alguns métodos de trabalho, para eles a nossa reconhecida gratidão.

Ao Arquivo Distrital de Braga agradecemos a eficiência e a disponibilidade manifestada, durante os longos meses de consulta dos livros de registos paroquiais, pelos seus técnicos, Srs. Armando Araújo, Luís Araújo e Manuel Júlio Nunes.

Ao Arquivo Municipal de Vila Nova de Famalicão os nossos agradecimentos.

A todos aqueles que de algum modo nos incentivaram e nos ajudaram a consolidar ideias.

Em dedicatória especial à Maria de Fátima, João Martim e Pedro Martim, que notaram a minha ausência, mesmo estando em presença, ao longo do nosso trabalho.

Introdução

A paróquia de Santiago de Antas situada no concelho de Vila Nova de Famalicão, distrito de Braga, constitui o objecto de estudo desta investigação que nos propusemos realizar, para apresentar como trabalho de dissertação no Curso de Mestrado em História das Populações.

Este trabalho tem como objectivo principal a análise em longa duração dos comportamentos demográficos de Santiago de Antas, entre 1581 a 1910. Estuda a problemática dos comportamentos demográficos no Vale do Ave, possibilitando - nos os indicadores de Santiago de Antas a análise comparada com outros estudos demográficos micro – analíticos de carácter regional, nacional e europeu, no período do Antigo Regime.

A escolha desta paróquia sobre a qual desenvolvemos a nossa investigação deve – se ao facto de Santiago de Antas apresentar um rico e conservado espólio do seu património histórico, sendo constituído pela documentação mais antiga existente no concelho e representar para muitos famalicenses o reencontro com laços e sentimentos familiares, ocultados por gerações e transportados por apelidos ainda actuais.

A existência de séries documentais praticamente sem lacunas temporais, em bom estado de conservação, constitui um factor de estímulo para o desenvolvimento de um estudo micro analítico, dando continuidade geográfica aos estudos já realizados para as paróquias de Ruivães, S.Tiago de Mouquim e S. Martinho de Avidos, pertencentes a este concelho, permitindo – nos construir uma base de dados mais alargada e uma melhor compreensão dos fenómenos regionais.

A sua proximidade geográfica e a relação de íntima vivência com algumas das pessoas da paróquia fez - nos aceitar o desafio de a reconstituir, contribuindo deste

modo para a valorização cultural desta comunidade, mantendo viva a sua memória colectiva e identidade histórica.

Os registos paroquiais, documentação que se encontra inventariada no Arquivo Distrital de Braga e Municipal de Vila Nova de Famalicão, constituíram as nossas fontes primárias principais. A análise dos registos paroquiais constituiu a base do nosso trabalho reconstituindo a paróquia nos limites temporais observados, usando a metodologia de reconstituição de paróquias da autoria de Norberta Amorim, por ser em nosso entender aquela que melhor se adapta aos registos paroquiais portugueses, potenciando o cruzamento com outras fontes e informações diferentes, dos registos de nascimentos, casamento e óbito. Tal metodologia permite estudar as relações das variáveis demográficas, económicas, sociais, políticas, religiosas e culturais, seguindo os percursos de vida dos indivíduos em encadeamento genealógico, acompanhando as sucessivas gerações, observando os seus comportamentos demográficos, num enquadramento espaço – temporal da paróquia, durante o período do Antigo Regime.

O estudo da paróquia de Santiago de Antas está dividido em três partes. A primeira parte, é sobre a metodologia aplicada e as fontes utilizadas, mostrando os passos dados para a realização desta investigação. Na segunda parte, tratamos do enquadramento geográfico da paróquia, no qual pretendemos integrar as sucessivas gerações objecto do nosso estudo no ambiente correspondente à sua existência colectiva, mostrando que a paróquia está profundamente enraizada em representações tradicionais no seu território e em formas de vivência comunitárias próprias. Na terceira parte, a demografia, desenvolvemos a análise demográfica estudando os comportamentos demográficos determinando os indicadores da Fecundidade, Nupcialidade e Mortalidade, numa estreita relação com a especificidade geográfica e populacional da paróquia.

Capítulo I

Metodologia e Fontes

1. A metodologia da reconstituição de paróquias

A metodologia de “ Reconstituição de Paróquias ” vem dar resposta a alguns dos problemas que a aplicação da metodologia clássica¹ levantou, divergindo desta em pontos essenciais, solucionando desde já algumas dificuldades de aplicação em registos paroquiais portugueses, que devido à sua especificidade necessitavam de uma aplicação metodológica que melhor se adaptasse à situação portuguesa e melhor os interpretasse na sua organização formal. Não existindo, no caso português, regras definidas para a transmissão do nome de família, as fichas de Família são organizadas a partir do nome do pai, o que reduz consideravelmente o tempo dispendido durante a recolha de dados.²

Na ficha de Família, organizam - se os dados dos registos de nascimentos, casamentos e óbitos, concentrando as informações individuais numa única ficha, que nos fornece uma visão, dos elementos que compõem o agregado familiar e outras informações que nos sejam úteis no desenvolvimento da investigação, possibilitando ainda o desdobramento automático num ficheiro de indivíduos, possível devido ao

¹ Ver, M. Fleury e L. Henry, *Nouveau manuel de dépouillement et d`exploitation de l`état civil ancien*, Paris, INED, 1965. J. Manuel Nazareth, *Princípios e métodos de análise da demografia portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença, 1998, p. 45.

² Ana Sílvia Scott, “ *Reconstituição de famílias e reconstituição de paróquias – uma comparação metodológica*, in David Reher (coord.). *Reconstituição de famílias e outros métodos micro – analíticos para a História das Populações*, Actas do III Congresso da ADEH, vol. I, Porto, Afrontamento, 1995, pp. 89 – 100. Neste método não se faz o fichamento singular dos três actos, nascimentos, casamento e óbitos , abrimos uma ficha de família com o nascimento do primeiro filho conhecido do casal, em que se coloca toda a informação disponível e posteriormente, na mesma ficha vão - se juntando os nascimentos dos outros irmãos e outras informações recolhidas nas fontes, consideradas pertinentes para a investigação.

recurso à informática, aberto ao cruzamento com outras fontes, que nos permite seguir o percurso de vida dos indivíduos na comunidade.

Neste estudo demográfico da paróquia de Santiago de Antas utilizamos a metodologia de Reconstituição de Paróquias da autoria de Maria Norberta Amorim,³ por ser em nosso entender aquela que melhor se adapta à especificidade dos registos paroquiais portugueses, que nos aparecem com uma grande variabilidade nos sobrenomes dentro da mesma família nuclear. Por razões de organização e estrutura metodológica a sua aplicação processa – se em três fases, cada uma com várias etapas:

“A primeira fase corresponde à reconstituição de famílias e supõe um trabalho apurado de crítica e cruzamento de fontes”.

“A segunda fase é inteiramente automática e consiste em, a partir do cruzamento entre as fichas de família, organizar, em fichas individuais, a informação sobre os actos vitais dos naturais da área em estudo, com respectivos elos genealógicos”.

“A última fase é um trabalho sistemático sobre essas fichas individuais para apuramento de informação, marcação de início e fim de observação nos casos pertinentes. e inclusão dos residentes que não nasceram na paróquia”.⁴

Na reconstituição da paróquia de Santiago de Antas a primeira fase correspondente à reconstituição de famílias foi realizada manualmente, desenvolvendo – se o nosso trabalho em várias etapas.⁵

³ Maria Norberta Amorim, *Uma metodologia de reconstituição de paróquias*, Universidade do Minho, Braga, 1991.

⁴ Maria Norberta Amorim, *Evolução demográfica de três paróquias do Sul do Pico (1680-1980)*, Instituto de Ciências Sociais, Braga, p. 23.

⁵ A reconstituição manual foi opção nossa, pois podemos informatizar os dados directamente das fontes na base de dados, mas por razões que se prendem com o manuseamento das bases de dados em simultâneo em determinada fase da investigação, principalmente durante o processo de identificação das famílias e respectivos indivíduos e posteriormente, com a necessidade de anexarmos outras

Numa primeira etapa começamos por registar, em fichas de papel, com tinta azul os dados referentes ao primeiro nascimento legítimo conhecido, abrindo uma ficha de família, verificando se cada família que baptiza um filho, o faz pela primeira vez ou se já se encontra identificada no nosso ficheiro. O nascimento de um filho apresenta - nos uma estrutura familiar que é identificada com maior segurança, na eventualidade de nascimentos de outros irmãos mais novos. A parte esquerda fica reservada aos pais, com todos os dados referentes e a da direita a todos os dados relacionados com os filhos. No que diz respeito a nascimentos de filhos ilegítimos, organizamos a informação em fichas individuais em cadernos próprios, dadas as dificuldades de identificação das mães solteiras, antes do séc. XVIII, atribuindo uma ficha a cada novo baptismo, onde registamos, o nome da criança, a data do seu baptismo ou / e nascimento, o nome da mãe e outros elementos identificativos, tal como o nome dos avós, o que nos facilita a identificação das mães em sucessivas maternidades. Desenvolvidos os cruzamentos possíveis, os dados serão passados para as fichas de Família. No caso das crianças expostas ou enjeitadas baptizadas na paróquia também foi organizada a informação em fichas individuais, em cadernos próprios ordenados cronologicamente, com os respectivos elementos identificativos e outras informações consideradas importantes para a investigação.

Numa segunda etapa registamos, a tinta verde, nas fichas de Famílias, as informações retiradas dos registos de casamento: data de casamento, naturalidade dos cônjuges, filiação e quando indicado, a idade dos nubentes. Para os casais em que não conhecemos o registo de filhos, elaboramos uma ficha própria no ficheiro de Família, com os dados disponíveis nos assentos de casamento.

informações pertinentes, decidimos por razões de segurança da informação recolhida, criarmos um primeiro ficheiro manual.

Na terceira etapa organizamos em ficha individual, a vermelho, cada um dos assentos de óbito com os dados considerados importantes: nome, naturalidade ou / e residência, data e local do óbito, idade ao óbito, situação civil, profissão ao óbito, causa de morte, sacramentos e testamento. Seguidamente, procedemos à identificação dos óbitos, colocando nas fichas de famílias legítimas, nas de casamento sem registo de filhos, nas fichas de famílias ilegítimas e nos expostos, a data e situação ao óbito e outros elementos que considerámos importantes. Nos registos paroquiais portugueses existem bastantes dificuldades na identificação do óbito, esta etapa foi bastante morosa porque a identificação dos elos familiares de alguns assentos de óbitos inspira atenção cuidada e em bastantes casos é necessário voltar a rever a sua identificação. Todos os casos que não conseguimos identificar e outros em que tivemos algumas dúvidas, são deixados para a última fase da reconstituição da paróquia.

Nesta segunda fase, uma vez estabelecidos todos os cruzamentos que foi nos possível identificar entre os registos de nascimentos, casamentos e óbitos, fizemos o lançamento de todos os dados referentes às fichas de famílias, numa base de dados preparada para o efeito no computador, criando assim um ficheiro informático de famílias, que automaticamente permite copiar toda a informação disponível, incluindo os códigos genealógicos, para um segundo ficheiro informático de indivíduos.

Numa última fase, sendo esta uma fase de apuramento de informação, o ficheiro de indivíduos vai ser completado com dados referentes a todos os residentes não naturais da paróquia e também com os expostos ou enjeitados. Nesta sequência organizamos um terceiro ficheiro informático auxiliar, para os indivíduos naturais ou residentes na paróquia, a quem só conhecíamos o óbito, com a finalidade de nos ajudar a identificar os óbitos mais problemáticos.

Nas duas etapas finais, procedemos a revisão de cada uma das fichas individuais e de família, marcando o início e o final de observação, nos casos considerados pertinentes.

O estudo de investigação de Santiago de Antas tem como base um primeiro ficheiro com 2233 famílias e um segundo ficheiro com 8113 indivíduos.

1.1. Tipologia das famílias⁶

Na classificação das famílias legítimas para efeitos de estudo de fecundidade, foram considerados sete tipos diferentes, tratados informaticamente de forma específica.

Tipo 1: Famílias das quais conhecemos o registo de baptismo de todos os filhos, data de casamento, data de nascimento da mulher e data de óbito do primeiro cônjuge falecido.

Tipo 2: Famílias das quais conhecemos o registo de baptismo de todos os filhos, data de casamento, data de óbito do primeiro cônjuge falecido e desconhecemos a data de nascimento da mulher.

Tipo 3: Famílias das quais conhecemos a data de casamento e a data de nascimento da mulher e desconhecemos a data de óbito do primeiro cônjuge falecido.

Tipo 4: Famílias das quais conhecemos a data de casamento e desconhecemos a data de nascimento da mulher e a data de óbito do primeiro cônjuge falecido.

Tipo 5: Famílias das quais conhecemos o nascimento de filhos, a data de nascimento da mulher, data de óbito do primeiro cônjuge falecido e desconhecemos a data de casamento.

⁶ Cf. Maria Norberta Amorim, *Evolução demográfica de três paróquias do Sul do Pico (1680 -1980)*, Op. cit., pp. 35, de onde se transcreveu na íntegra esta tipologia.

Tipo 6: Famílias das quais conhecemos o nascimento de filhos, a data de óbito do primeiro cônjuge falecido e desconhecemos a data de casamento e a data de nascimento da mulher.

Tipo 7: Todas as famílias que não se enquadram nas classes anteriores e todas aquelas nas quais se detecte sub – registo de baptizados dos filhos.

2. Fontes

2.1. Os livros de registo paroquiais ⁷

Os livros de registos paroquiais de S.Tiago de Antas, para o período 1581 a 1910, existentes no Arquivo Distrital de Braga, constituíram as principais fontes documentais para a reconstituição desta comunidade.

Estão organizados por ordem cronológica, em livros mistos onde estão registados dois ou três tipos de actos vitais e em livros específicos para cada tipo de acto da vida dos indivíduos. Os livros foram analisados cuidadosamente, tendo em conta numa primeira fase, três factores: a existência de séries documentais com registo sistemático dos actos vitais referentes a nascimentos, casamentos e óbitos, com continuidade cronológica sem lacunas temporais, o seu estado de conservação e a legibilidade e leitura das suas fontes, de forma a permitir o estudo micro analítico da paróquia em longa duração.

Em sequência da primeira fase da análise, verificamos que estamos também na presença de séries documentais, com registo sistemático dos actos vitais sem lacunas

⁷ Quando nos propusemos desenvolver a investigação sobre a paróquia de Santiago de Antas, fizemos uma primeira abordagem material e redaccional aos livros de registo paroquiais, queríamos saber qual o estado de conservação das fontes e a sua continuidade cronológica, no sentido de verificarmos se tínhamos as condições necessárias para fazermos o nosso estudo com segurança.

temporais, apresentando os livros um satisfatório estado de conservação, com uma legibilidade de texto bastante razoável, permitindo - nos a sua leitura sem dificuldade no entanto, em algumas situações devido à qualidade dos registos, que não nos apareceram nas melhores condições, tornaram a sua leitura mais morosa. Concluída a primeira abordagem às fontes, estavam reunidas as condições para iniciarmos a reconstituição da paróquia.⁸

Numa segunda fase, ao mesmo tempo, que íamos retirando das fontes as informações necessárias ao nosso estudo, fomos procedendo em ficha própria elaborada para o efeito, a crítica de fonte, tanto do ponto de vista material como redaccional.

Os livros dos assentos de nascimentos, casamentos e óbitos estão arquivados e inventariados no Arquivo Distrital de Braga, com as seguintes cotas e respectivos períodos. (Quadro 1)

⁸ Ver, estudo de pormenor sobre a crítica de fonte.

QUADRO 1
LIVROS DE REGISTOS PAROQUIAIS DE SANTIAGO DE ANTAS⁹
1581 – 1910

Livros	Nascimentos	Casamentos	Óbitos
Misto N.º 1	1583 - 1639	1581 - 1639	1581 - 1639
Misto N.º 2	1640 - 1686	1640 - 1686	1639 - 1686
Misto N.º 3	1686 - 1723	1687 - 1729	1687 - 1732
Misto N.º 4	1723 - 1775	1730 - 1759	
Nascimentos N.º 1	1776 - 1849		
Nascimentos N.º 2	1849 - 1870		
Nascimentos N.º 3	1870 - 1875		
Nascimentos N.º 4	1875 - 1878		
Nascimentos N.º 5	1878 - 1883		
Nascimentos N.º 6	1883 - 1887		
Nascimentos N.º 7	1887 - 1890		
Casamentos N.º 1		1759 - 1874	
Casamentos N.º 2		1875 - 1879	
Casamentos N.º 3		1879 - 1885	
Casamentos N.º 4		1886 - 1890	
Óbitos N.º 1			1732 - 1831
Óbitos N.º 2			1831 - 1881
Óbitos N.º 3			1882 - 1887
Óbitos N.º 4			1887 - 1891
Pasta 62 (Duplicados)	1890 - 1893	1890 - 1893	1891 - 1893
Pasta 63 (Duplicados)	1894 - 1898	1894 - 1898	1894 - 1898
Pasta 64 (Duplicados)	1899 - 1910	1899 - 1910	1899 - 1910

2.2. Critica material

Livro Misto N.º 1

O livro misto N.º 1, não tem termo de abertura, nem termo de encerramento. A capa deste livro é um pergaminho com uma pauta de música escrita. O seu estado de conservação não é bom, encontra – se danificado pela humidade, que atinge sobretudo as bermas, a legibilidade do texto é razoável, mas a leitura das numerações das folhas

⁹ Devido à reorganização do Arquivo Distrital de Braga e à introdução de novos livros de registos paroquiais, existem duas cotas em cada livro de registo paroquial, a que nós adoptamos e outra, que ordena as paróquias alfabeticamente por concelho (Paroquial de V.N. de Famalicão), por questões de eficiência, optamos pela primeira, porque na segunda opção, nos apareciam cotas intermédias que pertenciam a outras paróquias. Ex. Santiago de Antas, N.º 380, 381, 417 ; o livro N.º 385, pertencia a outra paróquia.

nem sempre é possível. Não está rubricado e encontra - se numerado, mas devido à deterioração de diversos cantos superiores direitos das folhas, não nos é possível perceber a numeração a partir da fl. 75. (Início dos registos de óbito). Inicia – se com os assentos de baptizados que prosseguem da fl. 1 a 23 e da 45 a 63, onde se encontra o primeiro visto de Acto de Visitação de 13 Março de 1613, assinado por Gemundo. Os casamentos encimados pelo título dos casados, são redigidos da fl. 24 a 39, seguem folhas em branco. O mesmo sucede na passagem dos assentos dos baptizados para os óbitos, terminando na fl. 63, seguem folhas. em branco, surgindo o primeiro registo sob o título dos mortos na fl. 75. Prosseguindo os registos de óbitos em sequência cronológica, não é possível ler a numeração, devido ao péssimo estado das bermas, aparecendo um só algarismo, nem sempre legível.

Livro Misto N.º 2

O livro misto n.º 2, tem nota de abertura datada de 14 de Janeiro de 1640 e termo de encerramento de 5 de Maio de 1640. A capa deste livro é um pergaminho com texto escrito em latim. Está em bom estado de conservação, rubricado e numerado da fl. 1 à 93, como refere o seu termo de encerramento assinado pelo padre Manuel Gomes, que assinou todas as noventa e três folhas segundo a provisão do Senhor Visitador Mesquita. Após o termo de abertura fl. 1, tem início os registos de baptismos, sob o Título dos baptizados, fl. 2 a 46, aparecendo na fl. 35 três recebimentos datados de 30/05/1640, 01/07/1640 e 31/12/1640, que rapidamente verificamos se estavam repetidos nos registos de casamento, mas não, apenas se tratavam de registos fora do lugar. Prosseguem os registos de casamentos sobre o Título dos casados fl. 46 v^o a 57 e os óbitos sob o Título dos defuntos fl. 58 a 84, a partir da qual seguem folhas em branco até ao termo de encerramento. Não se detectaram neste livro, rasgões, rasuras, nem folhas deterioradas.

Livro Misto N.º 3

O livro misto n.º 3 tem termo de abertura datado de 23 de Janeiro 1688 e termo de encerramento datado de 29 de Janeiro de 1688, assinado pelo pároco Gaspar Francisco, por mandato do visitador, Sr. Doutor Faustino Valente Silva. Está rubricado e numerado desde a fl.1 à 144, encontra - se em bom estado de conservação. O pároco na fl.109, numera fl. 209, obviamente uma distração, visto que a continuidade cronológica não é posta em causa, porque o registo da fl. 108, continua na que supostamente seria a fl.109 e os registos seguintes seguem pelos meses adiante dentro do mesmo ano, não se verificando qualquer ruptura temporal. Na fl.142 abre com Título dos Legados, aparecem alguns legados até ao termo de encerramento fl.144 v.º. Os assentos de baptizados tem início na fl.2 até fl.62, seguindo – se os assentos de casamento fl. 63 a 82 e os óbitos da fl. 83 a 141, não se verificando folhas em branco nem rasuras. No final do livro aparecem cinco requerimentos de Maria Varela, viúva de Caetano dos Santos, são certidões de nascimento.

Livro Misto N.º 4

O livro misto n.º 4 tem termo de abertura e termo de encerramento termo de encerramento datado de 11 de Maio de 1723, assinado em Braga, pelo capelão Padre João Lopes. Este livro apresenta um razoável estado de conservação, as folhas estão todas numeradas e rubricadas da fl.1 à 198, com o sobrenome Lopes. Os registos de baptizados tem início na fl.2 a 165 e os registos de casamento da fl.166 a 198. Os registos de óbitos relativos a este período não constam neste livro, encontrando - se lançados no livro de óbitos n.º 1, embora o seu termo de abertura refira “este livro há – de servir para nele se escreverem os assentos de baptizados, casados e defuntos da freguesia de Santiago de Antas” e o seu termo de encerramento “tem este livro 198 meias folhas que são rubricadas com o meu sobrenome Lopes”. A forma inicial não foi

cumprida, os assentos de óbitos não poderiam ser lançados neste livro, visto que as 198 folhas foram preenchidas com os assentos de baptizados e dos casamentos. Os óbitos, passaram a lançar – se em livro próprio, exigindo um tratamento mais cuidado, como podemos ver nas recomendações dos visitantes, o que nem sempre correspondeu à verdade.

Livro de Nascimentos N.º 1

O livro de nascimentos n.º 1, tem termo de abertura datado de 21 de Abril 1774, assinado em Braga por José Maria Pinto Morais que “ deu por comissão ao Arquidor António Soares Preto para que possa numerar e rubricar este livro que há - de servir para os assentos dos baptismos da freguesia de Santiago de Antas e no fim se faça termo de encerramento” que também permanece intacto datado de 22 de Outubro de 1774, já assinado por António Soares Preto. Este livro não se pode considerar bem conservado, apresentando as folhas algo deterioradas pela humidade na parte superior, em que a leitura é dificultada, em alguns momentos pela clareza da tinta, no entanto não atingiu as bermas, o que nos permite verificar claramente a sua numeração e a respectiva rubrica. Os assentos de baptismos tem início na fl. 1, seguem até à fl. 200, assinada com o sobrenome Preto. Os primeiros registos estão no meio do livro por terem sido mal encadernados, depois de identificados verificamos que não existia qualquer ruptura à continuidade cronológica. Não foram detectadas rasuras, folhas em branco, nem rasgões.

Livro de Nascimentos N.º 2

O livro de nascimentos n.º 2, tem termo de abertura de abertura, datado de 20 de Janeiro 1849, assinado em Braga, pelo Padre Miguel Gomes Soares que deu por comissão ao Rev. Miguel José Domingos de Lima de numerar e rubricar este livro, que há – de servir para os assentos de baptizados da freguesia de Santiago de Antas e no fim

lhe faça termo de encerramento na forma do estilo. E assim fez o padre Lima que numerou as 148 folhas e as rubricou com o seu sobrenome Lima e para constar fez o seu termo de encerramento e assinou em 21 de Janeiro de 1849. Os assentos de baptizados tem início na fl. 2 seguem até à 148, contém duas folhas em branco fl.107 v. ° / 108, apresenta –se em bom estado de conservação e não detectamos qualquer rasura ou impedimento à sua legibilidade e leitura.

Livro de Nascimento N.º 3

O livro de nascimentos n.º 3, tem termo de abertura fl. 1 e termo de encerramento fl. 66 v.º, datado de 2 de Dezembro de 1870, assinado em Famalicão, pelo arcepreste Domingos de Paula Pereira Mesquita, tendo de servir este livro em conformidade com o Decreto do Registo Paroquial de 2 de Abril de 1862, para o registo dos baptismos da freguesia de Santiago de Antas, deste distrito. O seu estado de conservação é bom, tendo sido rubricado e numerado da fl. 1 à fl.66, com o sobrenome de Mesquita. Os assentos de baptizados tem início na fl.2 à fl.66, detectando – se na fl. 7 v. ° um assento inutilizado, por não estar correcto nas declarações e por isso passou para a folha seguinte e na fl.20 v.º, outro assento inutilizado que não apresenta as razões de tal, sendo ambos foram assinados pelo Rev. Abade desta paróquia, José Alves Pereira Fonseca. Não possui este livro qualquer impedimento à sua legibilidade e leitura.

Livro de Nascimentos N.º 4

O livro de nascimentos n.º 4, tem termo de abertura e termo de encerramento, datado de 27 de Dezembro de 1874, assinado em Famalicão, pelo Arcipreste Domingos Paula Pereira Mesquita. Em conformidade com o Decreto de 2 de Abril de 1862, tendo de servir este livro para o registo de baptismos da freguesia de Santiago de Antas, foram rubricadas e numeradas as suas sessenta e seis folhas, com o sobrenome Mesquita. Está em óptimo estado de conservação, tendo os assentos de baptizados início na fl.1

terminam na fl.66, não se detectando folhas em branco, nem nenhuma alteração à sua legibilidade e leitura.

Livro de Nascimentos N.º 5

O livro de nascimentos n.º 5, tem termo de abertura e termo de encerramento datado de 9 de Dezembro de 1877, com autorização do Ex.mo Reverendíssimo Sr. Arcebispo Primaz, assinado em S. Salvador de Joane, pelo Arcipreste José de Freitas Costa, na conformidade do Decreto do Registo Paroquial de 2 de Abril de 1862, vai numerar e rubricar as oitenta e duas folhas deste livro, com o sobrenome de Freitas Costa, que tende servir para os assentos dos baptismos que tiverem lugar na freguesia de Santiago de Antas deste Concelho e Arciprestado de Vila Nova de Famalicão e Arcebispado de Braga. Está em óptimo estado de conservação, tendo os assentos de baptizados início na fl.1 terminam na fl. 82, não detectamos neste livro qualquer irregularidade na sua legibilidade e leitura.

Livro de Nascimentos N.º 6

O livro de nascimentos n.º 6, tem termo de abertura e de encerramento (impressos os títulos) datado de 7 de Dezembro de 1882, assinado em Gavião, pelo Arcipreste Domingos Magalhães Silva Barros, tendo este livro de servir para o registo de baptismos que no futuro houverem na freguesia de Santiago de Antas, Arciprestado de Vila Nova de Famalicão e Arcebispado de Braga Primaz. Contém este livro sessenta e oito folhas, numeradas e rubricadas, com o sobrenome Barros. Está em óptimo estado de conservação, tendo os assentos de baptizados início na fl.1 a 68, detectamos na última folha um registo anulado, sem nota, assinado pelo Abade Fonseca (José Alves Pereira Silva Fonseca). Não verificamos neste livro nenhuma irregularidade na sua legibilidade e leitura.

Livro de Nascimentos N.º 7

O livro de nascimentos n.º 7, tem termo de abertura e de encerramento (impressos os títulos) datado de 1 de Janeiro de 1887, assinado em Famalicão, pelo Arcipreste Domingos de Paula Pereira Mesquita, tendo este livro em conformidade com o Decreto do Registo Paroquial de servir para o registo de baptismos da freguesia de Santiago de Antas. Contém este livro sessenta folhas, numeradas e rubricadas, com o sobrenome Mesquita. Está em óptimo estado de conservação, tendo os assentos de baptizados início na fl.1 terminam na fl. 60, encontrando – se a última folha em branco. Não constatamos neste livro nenhuma irregularidade na sua legibilidade e leitura..

Livro de Casamentos N.º 1

O livro de casamentos n.º 1, tem termo de abertura datado de 11 de Agosto 1759, assinado em Braga, por Miguel Luís Teixeira da Cunha que “ deu por comissão ao seu irmão Inácio Teixeira da Cunha para numerar e rubricar este livro que há - de servir para os assentos de casamentos da freguesia de Santiago de Antas ”.Este livro não se encontra bem conservado, apresenta - se bastante deteriorado pela humidade e pelo uso permanente na vida da paróquia, visto que é um livro com datas extremas entre 1759 a 1874, o que levou o Abade Fonseca na fl. 144, a fazer a seguinte nota, “ deixei de continuar a fazer assentos neste livro pelo mau estado do papel (1 de Janeiro 1875). A legibilidade do texto e a sua leitura é dificultada, em alguns momentos pelo mau estado do papel e clareza da tinta, no entanto permite ler perfeitamente a sua numeração e a respectiva rubrica, com o sobrenome Cunha. Os assentos de casamentos tem início na fl. 2 a 143, tem uma nota referente ao mau estado do papel feita pelo Abade Fonseca na fl. 144 e várias folhas em branco rubricadas e assinadas, bastante deterioradas e fora de lugar, pela seguinte ordem: fls. 159 / 180 / 158 / 160, as restantes desapareceram. Não

possui este livro termo de encerramento, o que não estranhámos, estranharíamos sim, se sobrevivesse às intempéries e às vicissitudes do uso e do tempo.

Livro de Casamentos N.º 2

O livro de casamentos n.º 2, tem termo de abertura e termo de encerramento, datado de 27 de Dezembro de 1874, assinado em Famalicão, pelo Arcipreste Domingos Paula Pereira Mesquita. Em conformidade com o Decreto dos Registos Paroquiais, de 2 de Abril de 1862, tem de servir este livro para o registo de casamentos da freguesia de Santiago de Antas, foram rubricadas e numeradas as trinta e duas folhas, com o sobrenome Mesquita. Está em óptimo estado de conservação, tendo os assentos de casamentos início na fl. 1 à fl.32, não se detectaram folhas em branco, nem irregularidades na sua legibilidade e leitura.

Livro de Casamentos N.º 3

O livro de casamentos n.º 3, tem termo de abertura e de encerramento datado de 1 de Julho de 1879, assinado em Gavião, pelo Arcipreste Domingos Magalhães Silva Barros, tendo que servir este livro em conformidade com o Decreto dos Registos Paroquiais, de 2 Abril de 1862, para o registo de casamentos da freguesia de Santiago de Antas, Arciprestado de Vila Nova de Famalicão e Arcebispado de Braga Primaz. Contém este livro quarenta folhas, numeradas e rubricadas, com o sobrenome Barros. Está em óptimo estado de conservação, tendo os assentos de casamentos início na fl. 1 à fl. 40, detectamos na fl. 20 (frente e verso) um registo anulado, com a seguinte nota, “ esta folha fica em branco pelo erro das assinaturas, que deviam ter sido feitas na folha antecedente ” assinado pelo Abade Fonseca (José Alves Pereira Silva Fonseca). Não verificamos neste livro nenhuma irregularidade na sua legibilidade e leitura.

Livro de Casamentos N.º 4

O livro de casamentos n.º 4, tem termo de abertura e de encerramento datado de 22 de Dezembro de 1885, assinado em Famalicão, pelo Arcipreste Domingos de Paula Pereira Mesquita, tendo este livro de servir em conformidade com o Decreto dos Registos Paroquiais de 2 de Abril 1862, para o registo de casamentos da freguesia de Santiago de Antas. Contém este livro trinta folhas, numeradas e rubricadas, com o sobrenome Mesquita. Está em óptimo estado de conservação, tendo os assentos de casamentos início na fl. 1 à fl. 30, encontrando –se a fl. 17 (frente e verso), com a nota seguinte“ inutilizada ”, sem mais, é assinada Fonseca. (Abade José Pereira Silva Fonseca). Não constatamos neste livro nenhuma irregularidade na sua legibilidade e leitura.

Livro de Óbitos N.º 1

O livro de óbitos n.º 1, tem termo de abertura com data de Acto de Visitação 12 de Junho 1732, assinado pelo visitador Custódio Ferreira Velho “ deu por comissão ao Sr. Abade Pedro Mendonça Barata Moura, para numerar e rubricar este livro com o seu sobrenome que há - de servir para nele se escreverem os assentos de defuntos e lhe fará termo de encerramento ”. O abade seguiu as referidas indicações, numerou e rubricou as cento e vinte e cinco folhas com o seu sobrenome Moura, confirmadas também pelo seu termo de encerramento e o assinou em 22 de Julho de 1732. O seu estado e conservação deste livro não se pode considerar bom, apresentando alguma humidade na parte superior das folhas, sendo a sua leitura mais demorada pela claridade da tinta, no entanto, não há dificuldades na sua legibilidade, nem na verificação da sua rubrica e numeração. Os assentos de óbitos tem início na fl. 1 à fl. 125, tal como confirma o seu termo de encerramento e não foram detectadas rasuras, folhas em branco, nem rasgões.

Livro de Óbitos N.º 2

O livro de óbitos n.º 2, tem termo de abertura de abertura datado de 25 de Março 1831, assinado em Braga, por João Bispo de Chantres (é clara a assinatura,?) que deu por comissão ao Rev. Francisco José Portugal, para numerar e rubricar este livro que há – de servir para os assentos de óbitos da freguesia de Santiago de Antas e lhe faça termo de encerramento. O Rev. Francisco Portugal, atendendo ao que lhe foi pedido, numerou as 149 folhas e as rubricou com o seu sobrenome Portugal. Os assentos de óbitos tem início na fl. 2 a 149, apresenta – se em bom estado de conservação no seu interior, quanto ao seu exterior, a sua encadernação original em pergaminho foi substituída por uma encadernação em cartão. Não detectamos folhas em branco, nem qualquer rasura ou impedimento à sua legibilidade e leitura. Têm termo de encerramento, na fl. 149 v.º, e diz “ Visto e aprovado. Dei por fim este livro, Gavião, 7 de Janeiro de 1882, assinado pelo Arc. Domingos Magalhães Silva Barros.

Livro de Óbitos N.º 3

O livro de óbitos n.º 3, foi aberto e encerrado uns dias antes, de ter acabado o livro de óbitos n.º 2, tem termo de abertura e de encerramento datado de 30 de Dezembro de 1881, assinado em Gavião, pelo Arcipreste Domingos Magalhães Silva Barros. Contém este livro vinte e oito folhas, numeradas e rubricadas, com o sobrenome Barros. Está em óptimo estado de conservação, tendo os assentos de óbitos início na fl.1 à fl. 27, a fl. 28, frente, está em branco e no verso tem o termo de encerramento. Não verificamos neste livro nenhuma irregularidade na sua legibilidade e leitura.

Livro de Óbitos N.º 4

A estrutura do livro é idêntica à do anterior , tem termo de abertura e encerramento, datado de 1 de Janeiro de 1887, assinado em Famalicão, pelo Arcipreste Domingos de Paula Pereira Mesquita. Contém este livro vinte e quatro folhas,

numeradas e rubricadas, com o sobrenome Mesquita. Está em óptimo estado de conservação, tendo os assentos de óbitos início na fl. 1 à fl. 24. Não verificamos neste livro nenhuma irregularidade na sua legibilidade e leitura.

Livro Mistos (Duplicados) Pasta 62 / 63 / 64

Estas pastas contém duplicados de nascimentos, casamentos e óbitos, referentes ao período compreendido entre 1890 e 1910 encadernados em livros individuais relativos a cada ano. Contém termo de abertura e encerramento em todos os livros e todas as folhas estão rubricadas e assinadas. Encontram - se em óptimo estado de conservação, com ótimas condições de leitura e legibilidade, a exceção das encadernações que se apresentam em alguns livros em péssimo estado entre os anos 1900 a 1910.

2.3.Os redactores paroquiais

A qualidade dos registos de actos vitais, depende em grande parte dos redactores paroquiais que os redigiram, do seu tempo de vigência na paróquia e do controlo periódico exercido pelos visitantes, que orientados pelas estâncias episcopais sobre a forma de decretos e pastorais, aplicavam as normas eclesiásticas em vigor, deixando informações e repreensões registadas nos livros paroquiais, sob pena de culpa se não fossem rigorosamente cumpridas.¹⁰

Em Santiago de Antas, o abade e os párocos, com uma ou outra excepção assumem funções redaccionais durante longos períodos de tempo, ajudados por coadjutores e encomendados, que alternadamente e com a responsabilidade dos redactores principais, elaboram também os registos paroquiais. Nesta sequência

¹⁰ Quando o Bispo não podia desempenhar essa tarefa, era encarregado um sacerdote, com idoneidade moral elevada e de preferência com grau académico de nível superior para superintender a Visitação.

pretendemos dar uma visão de como foram redigidos, os registos de nascimentos, casamentos e óbitos, analisando o maior ou menor desempenho dos seus redactores no cumprimento das suas missões e nas observações deixadas pelos visitantes durante os actos de visitação, verificando a sua fidelidade e determinando os desvios em relação às normas decretadas pelas constituições do arcebispado de Braga. Houve casos em que se mantinham em funções dois ou mais clérigos, durante vários anos. Neste sentido, apresentamos um quadro onde assinalamos os períodos de vigência dos vários redactores paroquiais, não se incluindo os párocos que celebraram actos vitais com licença do responsável pela paróquia. (Quadro 2)

QUADRO 2
REDACTORES DOS LIVROS PAROQUIAIS DE SANTIAGO DE ANTAS ¹¹
1581 – 1910

PÁROCOS	CATEGORIA	1ª OBSERVAÇÃO	ÚLTIMA OBSERVAÇÃO	DATA DE ÓBITO
Doutor Pêro Jorge Silva	Abade	1581/07/27	1590/01/04	
António Dias	Padre – Cura	1588/03/10	1603/07/15	
Belchior de Freitas	Padre – Cura	1594/08/27	1598/01/01	
Bernardo da Silva	Abade	1595 ¹²	1597 ¹²	
Gaspar Carvalho	Padre – Cura	1612/07/30	1616/11/25	1701/10/22
António Gonçalo Fernandes	Abade	1612/04/30	1617/05/16	1639/04/10
Manuel Gomes	Padre – Coadjutor	1624/10/12	1640/09/09	
Miguel de Ayala Gomes	Abade	1640/10/25	1648 ¹²	
João Gomes Silva	Padre – Cura	1644/09/13		1693/06/11
Pedro Costa	Padre – Cura	1654/05/01		
João Soares de Brito	Abade	1655/01/17	1661 ¹²	
Damião de Figueiredo	Padre – Cura	1658/08/15		
Manuel Botelho Pereira	Abade	1666/09/30	1705 ¹²	1705/06/24
Francisco da Costa Pinto	Padre – Cura	1665/11/05		
Gaspar Francisco	Padre – Cura	1679/07/08	1701/09/23	
Manuel Rebelo de Matos	Encomendado – Cura	1701/10/18		

¹¹ Existem vários párocos em serviço na paróquia ao mesmo tempo, prestam funções alternadamente.

¹² Estas datas surgiram através das fichas que construíram o Dr. Joaquim Silva Pinto e Dr. Orlando de Sousa para cada documento, quando procederam ao inventário do Cartório da Igreja de Santiago de Antas e não as verdadeiras datas limites da actividade pastoral dos diversos abades.

João Gomes de Araújo	Beneficiado- - Cura	1703/07/11	1734/06/14	1736/04/01
Jerónimo de Oliveira Carvalho	Abade	1708/11/24		1727/06/28
Crisóstomo Pereira Rego	Encomendado	1727/12/17	1728/02/08	
Agostinho Araújo	Encomendado	1728/11/05		
Domingos Rodrigues de Castro	Encomendado	1728/12/08		
Pedro de Mendonça Barata Moura	Abade	1732/05/10	1760/11/06	
Manuel Rodrigues Carvalho	Padre – Cura	1734/04/17	1779/01/26	1779/01/30
Pedro Rodrigues de Sá	Padre – Cura	1751/09/20	1765/06/21	1782/09/12
Manuel de Araújo	Padre- Cura	1761/02/08		1783/12/22
Rodrigo Mendonça Vasconcelos e Sousa	Abade	1776/02/09		1794/10/21
João Pedro de Araújo	Padre – Coadjutor	1778/06/29	1809/09/13	1809/10/07
Luís de Moura Mendonça	Padre – Cura	1805/01/28	1832/05/02	1836/09/07
José Pereira da Costa e Araújo	Padre – Coadjutor	1809/10/02	1833/08/14	1838/12/01
José Rodrigues de Sá	Encomendado	1812/12/31	1844/12/12	1846/04/02
Joaquim Alvares da Silva Carvalho	Padre – Coadjutor	1834/07/28	1857/08/27	1880/11/05
Domingos Rodrigues Salgado	Padre- Cura	1844/12/26	1847/10/21	
Rodrigo Joaquim Meneses	Abade	1845/10/22		1866/04/21
Bernardo Dias Ribeiro	Coadjutor / Presbítero	1847/10/29	1868/09/20	1871/01/09
Domingos Dias Correia Fanha	Encomendado	1866/04/29	1867/10/11	
José Alves Pereira da Fonseca	Abade	1868/02/08	1894/07/01	1894/03/23
António José Duarte	Padre – Cura	1871/02/03	1882/05/06	
Gaspar Lobo de Abreu Gomes	Encomendado	1883/03/11		
Manuel José da Silva	Padre – Coadjutor	1883/09/13	1893/12/14	1894/01/18 94
Alberto Adriano Pinto Basto	Padre Coadjutor	1894/02/04	1896/08/29	
António Ribeiros Santos Viegas	Abade – Monsenhor	1895/12/08	1906/08/15	
Francisco José Ferreira Carvalho	Padre – Coadjutor	1896/09/28	1896/10/21	
Gabriel Rodrigues Fonseca	Padre- Coadjutor	1897/01/30	1910/06/23	
Álvaro José de Abreu	Abade	1910/06/17	1910/12/19 ¹³	

Na igreja de Santiago de Antas alguns dos seus abades, para além de possuírem graus académicos de nível superior, desempenhavam diversos outros cargos de natureza elevada, os quais revelaram ao longo do exercício das suas funções, bastante prática administrativa, que a par da estabilização do corpo de redactores paroquiais e à permanência no cargo durante longos anos como titulares, superintenderam superiormente os diversos clérigos que participavam como grande desempenho e capacidade na acentuada vida social e religiosa da comunidade. (Quadro 3) ¹⁴

QUADRO 3
CARGOS DESEMPENHADOS PELOS ABADES DE SANTIAGO DE ANTAS

1541	Doutor Pêro Jorge Silva	Vigário Geral e Desembargador da relação de Braga
1607	António Fernandes	Capelão do Rei, Filipe II
1653	Doutor João Soares de Brito	Grau académico de nível superior
1797	Luís de Moura e Mendonça	Fidalgo de Casa de sua Majestade D. João VI
1836	Bacharel Rodrigo Joaquim Meneses	Desembargador da Relação Patriarcal de Lisboa, deputado das Cortes. Foi apresentado em Antas, na qualidade de abade por Decreto Régio.
1894	António Ribeiro dos Santos Viegas	Conselheiro do Rei, D. Carlos

Os formulários de registo paroquiais podem condicionar ou não, o processo de reconstituição da paróquia, contendo as informações indispensáveis à identificação dos indivíduos. Constituindo a base fundamental do nosso trabalho, foram alvo de uma crítica de fonte apurada e uma análise pormenorizada, merecedores da nossa parte de

¹³ Data limite do nosso trabalho.

¹⁴ O cura era um clérigo que trabalhava na paróquia mediante um estatuto regido por uma Constituição Sinodal, que consistia num exame anual, abrangendo matérias sobre Liturgia, Canto Chão, Direito Canónico e Dogmática. Tinha de ser uma pessoa honesta de bons costumes e de vida exemplar. A sua sustentação provinha dos frutos da igreja e não da porção do abade. O encomendado, era um clérigo que exercia funções de substituição do abade, por incapacidade do titular ou morte, enquanto o lugar não fosse provido. O coadjutor, era um clérigo que não tinha um estatuto tão rígido, visto ser de competência inferior, ajudava na vida religiosa da paróquia, em tudo o que fosse necessário fazer. António Martins Vieira, *A paróquia de Antas*, Boletim Cultural, n.º 17, Câmara Municipal de V.N.Famalicão, pp. 109 a 130.

uma atenção redobrada quanto à sua evolução normativa, incluindo os respectivos elementos de identificação pessoal e quais as situações de convergência e divergência entre redactores e visitantes na elaboração de tão preciosas fontes para o estudo das populações. Nos finais do século XVI e inícios do XVII, os registos de nascimento são de formulário extremamente simples com muitos nomes próprios e apelidos abreviados e muitos algarismos, apenas com uma data, a de baptismo ou de nascimento, a legitimidade ou ilegitimidade da criança, a residência e o nome e residência dos padrinhos. Os redactores paroquiais identificavam o baptizando pelo seu nome, nome do pai ou pelo nome do pai e de sua mulher frequentemente sem mencionar o seu nome, a residência e a naturalidade. As alcunhas também aparecem como elementos de identificação e as ligações familiares, principalmente no caso das mulheres eram muito frequentes. As abreviaturas dos nomes e mais tarde o nome próprio do baptizado, eram colocados nas margens, o que nos permitia uma confirmação, em caso de dúvida.

A 31 de Março de 1656 o visitador Meira deixa escrito para que o pároco Pedro da Costa “ *declare nos assentos os nomes dos padrinhos* ”.¹⁵ Os padrinhos já há algum tempo que eram identificados nos assentos, em muitos registos eram designados por compadres, mas de forma bastante irregular o que levou o visitador a recomendar ao pároco a sua identificação no assento, de maneira tal, que a mesma passou a constar regularmente, sem mais observações futuras sobre o assunto. No caso dos registos de crianças ilegítimas contêm o nome da criança, data de baptismo e nome da mãe de forma sumária, com referência ao seu estado civil, lugar de residência e /ou de naturalidade. O nome do pai do baptizado, aparece frequentemente referenciado,

¹⁵ Misto 2, Nascimentos, fl. 15.

assumindo a paternidade, sendo na maior parte das vezes, a própria mãe a indicar aquele que supostamente seria o pai, apesar de proibido pelas Constituições do Arcebispado.¹⁶

No início do século XVIII, passam a assinar os padrinhos com regularidade, com a condição de saberem escrever, observação registada no dia 23 de Outubro de 1707, quando vem a Santiago de Antas como visitador o Arcebispo Primaz de Braga e dá ordem ao pároco “ *para fazer constar nos assentos se pôs ou não os Santos Óleos nos baptizados na forma da Constituição e os concluir com dia, mês e era cristã e ainda para assinar os padrinhos sabendo escrever e não sabendo duas das pessoas que assistirem baptismo*”.¹⁷

Ao longo do século XVIII, são referidos os nomes dos avós paternos e maternos dos baptizados, o que nos permite uma melhor identificação no caso de casais homónimos. Na identificação da mãe solteira passa a ser anotada com regularidade a sua filiação, o lugar de residência e a sua naturalidade e o nome do pai deixa de ser referido. Nos registos de baptismos passam a constar, com frequência o dia do nascimento e o do baptismo, embora o padre por vezes se tenha esquecido de manter essa regularidade. O intervalo entre o dia do nascimento e o de baptismo varia entre os três e os sete dias, com algumas excepções, principalmente nos casos em que baptismo era realizado em casa, em que a criança nascia com alguma debilidade e se encontrava doente ou quando corria perigo de vida. No caso dos enjeitados e expostos, o pároco indica o local onde tinha sido deixada a criança. Normalmente, era abandonada à porta de famílias com possibilidades económicas e em alguns casos, também eram locais de preferência, a porta de mulheres solteiras, que a pudessem cuidar em segurança. Os registos baptismos destas crianças, são autênticos tratados de abandono com grande

¹⁶ Constituições Synodais do Arcebispado de Braga, Oficina de Miguel Deslandes, 1697, p. 24.

¹⁷ Misto 3, Nascimentos, fl. 26.

riqueza de pormenores, onde constam, as condições em que as crianças se encontravam com todos os sinais possíveis de identificação, o dia em que eram recolhidas e quem as encontrava. As identificações com que se faziam acompanhar as crianças no acto do abandono, revelam o desespero das mães, que tinham quase sempre a intenção de as poderem recuperar o mais rapidamente possível, o que na maior parte dos casos não acontecia.

Durante o século XIX, não observamos infracções graves em relação às disposições legais, atingindo os registos a sua normalização, deste modo, verificamos uma preocupação normativa, por parte das Constituições Synodais para que a identificação se faça, o mais completa possível dos indivíduos, com o fim de evitar cruzamentos menos esclarecidos, no que se refere a consanguinidades e evitar imoralidades que pudessem sobrepôr - se à moral católica e posteriores actos vitais ilícitos. No que respeita aos casamentos, a 7 de Março de 1613, o visitador Gemundo deixa como observação ao pároco Gaspar Carvalho que se “ *declare sempre cujos são os contraentes e onde moram e se foram denunciados em ambas as igrejas sem qualquer impedimento, na forma do Sagrado Concílio Tridentino* ”.¹⁸ Os registos de casamento, são redigidos em título próprio, caracterizam - se por um formulário muito simples, com muitas abreviaturas nos nomes e algarismos, é referida a data da cerimónia e o nome dos nubentes, no caso dos solteiros, quase sempre com a respectiva filiação, com ausência por vezes do nome das mães, o lugar de residência e a sua naturalidade. No caso dos viúvos, nem sempre é referido o seu estado matrimonial, o nome do cônjuge falecido, nem a sua filiação, aparecendo o lugar de residência e / ou sua naturalidade. A indicação de que o nubente é de outra paróquia é mais frequente. O

¹⁸ Misto 1, Casamentos, fl. 28.

que leva o visitador Meira em 9 de Junho de 1688, a recomendar ao pároco “ *não se ponha algarismos e se declare donde são os contraentes e seus pais*”.¹⁹

Os registos de casamentos conhecem um processo evolutivo ao longo do século XVIII, melhorando a qualidade dos assentos, alargando a sua riqueza informativa e mencionando com frequência o estado civil dos contraentes, a respectiva filiação, a assistência à cerimónia de filhos dos nubentes legitimados no acto, a residência e naturalidade, indicação das dispensas no caso de parentesco, as denunciação e a indicação do nome e residência das testemunhas, (nem sempre cumprida pelo pároco) que passam confirmar o acto. No século XIX, o seu formulário está normalizado e passam a constar as referências ao grau de consanguinidade com regularidade, licenças, transcrição de procurações diversas, a indicação das respectivas profissões dos contraentes e idades ao casamento. A cumplicidade dos seus intervenientes, numa relação familiar estável, com futuro reprodutivo, permite a identificação dos contraentes sem grandes dificuldades. Os assentos de óbitos são aqueles que quanto à sua forma, nos aparecem aparentemente com menor preocupação por parte dos redactores na sua elaboração, o seu formulário é muito diversificado e variável dependendo do redactor que o redige. Por isso, são alvo de um inúmero leque de recomendações por parte dos visitantes, que com vista à sua normalização, tentam colmatar todas as dificuldades que a ocultação de elementos de identificação do indivíduo ao óbito, foi trazendo ao longo dos tempos, às famílias dos defuntos e à própria igreja no caso das doações, testamentos e outras ofertas deixadas pela perpetuação da alma.

Os registos de óbitos dos séculos XVI e XVII, aparecem com indicações sumárias quanto aos elementos de identificação pessoal, fazem referência ao nome e apelido do defunto, data do óbito, o lugar de residência ou / e naturalidade, a existência

¹⁹ Misto 3, Casamentos, fl. 51.

ou não de testamento, referindo por vezes o seu estado de pobreza, se recebeu ou não os sacramentos, o número de missas e ofícios pela sua alma, frequentemente não há referência à filiação do defunto, nem o nome do cônjuge nos casados. O pároco assinala nas margens o número de missas e ofícios deixadas pela alma do defunto, se tinham quitação ou satisfeito. Estas indicações quase impediam a leitura do assento de óbito. Novas informações vão sendo registadas nos assentos, de forma sistemática, sempre que o pároco recebia notícias relativas a defuntos falecidos fora da área geográfica da paróquia e outros casos de morte presumida, quando o natural não dava sinal de vida há mais de 20 anos.

As indicações religiosas são aquelas que exigiram aos párocos maior atenção no seu desempenho e mereceram por parte dos visitantes uma maior vigilância pelo seu cumprimento, em detrimento das identificações pessoais. Assim, a exemplo de anteriores visitações no dia 9 de Junho de 1678, o visitador Meira faz a seguinte recomendação ao pároco “ *Não se ponha com Algarismos e declare os que morrem se tem testamento ... e declare o que deixam os defuntos* ”.²⁰

Durante o século XVIII, continuamos a verificar, a ausência de bastantes referências familiares, que a par dos homónimos dificultaram de sobremaneira a identificação de diversos indivíduos ao óbito, incidindo especialmente no caso das mulheres e dos solteiros de ambos os sexos. A identificação dos defuntos continua a ser feita de forma sumária, a referência ao estado civil: casado, viúvo ou solteiro, não é referida de forma sistemática e quando referida, não traz a indicação da referência familiar respectiva, o que leva o visitador Pacheco a recomendar “ *se os defuntos forem viúvos diga donde são e quantas vezes e se solteiros os nomes dos pais* ”²¹ Os

²⁰ Misto 2, Óbitos, fl. 75.

²¹ Misto 3, Óbitos, fl. 128.

indivíduos são identificados pelo seu nome, data de óbito, se receberam ou não os sacramentos, se fizeram ou não testamento, local de residência e estado civil. O seu formulário continua breve, embora enriquecido com a anotação do local de sepultura do defunto, o uso da mortalha no enterramento, as prováveis causas da morte, informações relativas à situação social e muito raramente a profissão, só nos casos indicadores de nível e distinção social.

No século XIX, começa a registar - se de forma sistemática os óbitos de menores e a identificação do indivíduo ao óbito é mais completa, com os registos enriquecidos, com a idade e a profissão ao óbito, a sua naturalidade e residência de forma regular, ou seja, a sua prática e modelo estão definitivamente normalizados, aparecendo inúmeros assentos feitos, com licença do Reverendo Pároco da igreja, que sem impedimento confiava a redacção dos formulários nos seus coadjutores, que a exerciam com bastante rigor na sua elaboração, acatando as decisões e determinações deixadas pelos visitantes.

A partir de 1860, a uniformidade de critérios na redacção dos registos paroquiais é generalizada pelo seguimento das regras relativamente aos formulários emanados dos Decretos do Registo Paroquial e seus modelos, de 19 de Agosto de 1859 e de 2 de Abril de 1862, que vão sendo recomendados aos párocos, o seu cumprimento, estudo e reflexão e vistos e aprovados anualmente por um Arcipreste incumbido de tal missão.

Santiago de Antas, era uma paróquia situada na circunscrição de uma das dignidades do cabido da Sé de Braga, o Arcediago de Vermoim. Um dos pontos importantes a ter conta, é o forte controle visitacional exercido, dado que Antas, era anualmente era visitada pelo Arcediago de Vermoim e pelo Arcebispado de Braga.

Infelizmente não sabemos as razões de tão estranha acumulação.²² Sabemos é que se pagavam duas colheitas ou visitas, uma ao recebedor arcebispo e outra ao arcediogo, cujos fundamentos ignoramos. Notamos um especial cuidado por parte dos párocos, em cumprir rigorosamente, com o tudo o que lhes vai sendo ordenado pelos visitantes.

O quadro que apresentamos apresenta uma perspectiva das recomendações deixadas pelos visitantes, nos livros de registo de nascimentos, casamentos e óbitos.

(Quadro 4)

QUADRO 4
RECOMENDAÇÕES DOS VISITADORES²³

Data	Recomendações	Livro/Folha
7 de Março 1613	Declare sempre cujos são os contraentes e onde moram e se foram denunciados em ambas igrejas sem qualquer impedimento, na forma do Sagrado Concílio Tridentino – Gemundo	Misto 1 Fl.28- Casamentos
7 de Março 1613	Se declare nos óbitos se os defuntos faleceram com os sacramentos ou fé deles – Gemundo	Misto 1 Fl.50-Óbitos
28 de Julho 1632	Para declarar nos assentos de óbitos se os óbitos fazem testamento ou não – Costa	Misto 1 Fl.65 v - Óbitos
24 de Janeiro 1654	Se declare nos assentos os que morrem abintestados ou não – Meira	Misto 2 Fl.63-Óbitos
31 de Março 1656	Se declare nos assentos os nomes dos padrinhos – Meira	Misto 2 Fl.15- Nascimentos
20 de Setembro 1659	Nas margens registar os morrem com ou sem quitação para os registarem os visitantes – Mendes	Misto 2 Fl.65 Óbitos
18 de Março 1662	Deixe nomes adiante – Meira	Misto 2 Fl. ?. Óbitos

²² A visitação do Arcediogo de Vermoim parece – nos privada e de exclusiva responsabilidade do Arcediogo de Vermoim, está rubricada e datada “ Vermoim”, sem nenhuma indicação quanto ao cumprimento ou incumprimento das normas eclesiásticas. Será um direito que lhes assistia ? Qual a sua base?

²³ O quadro apenas se refere às visitas com texto de recomendação, transcritas dos livros de nascimentos, casamentos e óbitos. Santiago de Antas, tinha anualmente duas visitas, uma referente ao Arcediogo de Vermoim e outra ao Arcebispado de Braga. Certos anos, havia maior controle visitacional na paróquia, dependendo do que ficava registado como recomendação na visita anterior, se a situação fosse grave, os visitantes verificavam sempre o seu cumprimento ou incumprimento, alguns meses depois.

28 de Março 1662	Declara como se recebe os contraentes na forma do Sagrado Concilio Tridentino e os lugares donde são – Meira	Misto2 Fl.53- Casamentos
4 de Abril 1669	Declare os nomes dos defuntos que morrem deixe nome dos filhos - Meira	Misto 2 Fl.71-Óbitos
28 de Outubro 1669	Que se faça os assentos na forma do Ritual Romano – Barbosa	Misto 2 Fl.29- Nascimentos
31 de Maio 1675	Se declare o nome da madrinha do assento, em termo de 8 dias e quando outro baptizado diga se é da igreja ou da paróquia e sempre quando assina diga Cura ou Abade – Brito	Misto 2 Fl.36- Nascimentos
9 de Junho 1678	Não se ponha algarismos e deixe margens e declare os que morrem se tem testamento ou abintestados e declare o que deixam os defuntos – Meira	Misto 2 Fl.75-Óbitos
9 de Junho 1688	Não se ponha algarismos e se declare donde são os contraentes e seus pais - Meira	Misto 3 Fl.51- Casamentos
10 de dezembro 1695	Para ao menos assinar duas testemunhas que se acharem presentes ao matrimónio – Barros	Misto 3 Fl.65 – Casamentos
23 de Outubro 1707	Não diz nestes assentos se pôs ou não os Santos Óleos nos baptizados o qual deve fazer na forma da Constituição e concluir assim estes assentos como todos os de mais dizendo de que fiz este assento; dia , mês e era cristã e de mais para assinar os padrinhos sabendo escrever e não sabendo duas das pessoas que assistirem ao baptismo – Arcebispo Primaz de Braga	Misto 3 Fl. 26- Nascimentos
23 de Outubro 1707	Para ao assinar duas testemunhas que assistirem ao matrimónio como lhe ficou mandado na visita de 1695 – Arcebispo Primaz de Braga	Misto 3 Fl. 70- Casamentos
23 de Outubro 1707	Faltou em fazer o que se mandou na visita de 1704, pelo que ordenamos em dois mil réis e lhe mandamos que faça o que assim se lhe manda sob pena de ser castigado do mais rigorosamente e de mais declare nos assentos, onde o defunto está enterrado e escreva os legados pios dos que fizeram testamento como lhe manda a constituição e à margem ponha o nome do defunto, o mês em que faleceu e se fez ou não testamento – Arcebispo Primaz de Braga	Misto 2 Fl. 95-Óbitos
23 de Junho 1713	A tábua das missas perpetuas não estão curial, nem conforme ao que foi mandado pelo Ilustríssimo Sr. Arcebispo na visita de 1707, referindo a de 1704 e para com a execução devida se satisfaça os decretos de sua Ilustríssima e disposição da Constituição, o Rev. Pároco sob pena de suspensão ipso facto notificará as pessoas obrigadas às tais missas para que à sua custa, como de direito são obrigadas, visto possuírem as propriedades em que estão consignadas, em termo de quatro meses mandem por sua e boa capax as suas molduras na forma da Constituição e nela declararem os nomes das pessoas que actualmente estão obrigadas às missas, os dois instituidores hão de dizer as propriedades consignadas com as confrontações que tiverem, com boa distinção e não fazendo assim, passado o dito termo, procederá com eles de participação e aos que não forem seus fregueses notificará seus párocos para que procedam com os fiéis obrigados na sobredita forma, cobrando certidão de como foram avisados e de mais nos assentos dos que fizeram testamento estenderá a verba	Misto 3 Fl. 105 e 105 v Óbitos

	do testamento por família, no que tocar ao bem da alma e legados pios, somente, sem se referir ao testamento com fez no assento próximo, satisfazendo em tudo no decreto predito de sua alma	
18 de Outubro 1721	Deixe margens, para os nomes com mais descrição e não faça breves na capa, no assento de baptismo de Teodora se declare o nome da mãe da baptizada fl.58 e por essa folha pague três tostões e no assento de Maria fl.57.-Araújo	Misto 3 FL.60- Nascimentos
18 de Dezembro 1721	Faça os assentos de baptizados em seu lugar ainda que a criança faleça logo e deixe margens para fazer as declarações núncias - Araújo	Misto 3 Fl.115 v Nascimentos
18 de Dezembro 1721	Ao pé do assento deixe a entre linha e faça os assentos na forma do Ritual Romano a que se remete a Constituição – Araújo	Misto 3 Fl.133 v Óbitos
5 de Fevereiro 1724	Se os defuntos forem viúvos diga donde são e quantas vezes e se solteiros os nomes dos pais – Pacheco	Misto 3 Fl.128
5 de Dezembro 1724	Fará margens na forma desta escrita – Pacheco	Misto 4 Fl.6 Nascimentos
28 de Janeiro 1752	Declare nos assentos os nomes dos avós dos contraentes e suas naturalidades –Amorim	Misto 4 Fl.188v Casamentos
19 Agosto 1754	Bastava que a declaração dos avós se fale só nos assentos dos baptizados - Velho	Misto 4 Fl.192 Casamentos
19 de Junho 1777	Nos assentos dos baptizados decretará ou deverá por os Santos Óleos – Carneiro	Livro 1 Fl.9 Nascimentos
1 de Julho 1795	Estes assentos necessitam de maiores margens - Alpoim	Livro 1 Fl.42 Nascimentos
9 de Junho 1857	Declare mais exactidão e legalidade, deverá nestes assentos assinar o nosso coadjutor com licença do Rev. Abade e ele assinar nos mesmos – O Arcipreste Abade João José Cunha Correia ?	Livro 2 Fl.38 Nascimentos
9 de Junho 1857	Deverá o coadjutor Rev. .Bernardo Dias Ribeiro, o mais legal seria que o Ilustríssimo Rev. Abade certificasse a sua autorização com a sua assinatura. – O Arcipreste Abade João José Cunha Correia ?	Livro 1 Fl.83 Casamentos
9 de Setembro 1858	Fique advertido para mostrar as licenças da sua Igreja ou do Juiz dos casamentos, quando haja de assistir a sacramentos do Matrimónio, sendo alguns dos contraentes viúvos ou tendo anúncios fora da Comarca. - O Arcipreste Abade João José Cunha Correia ?	Livro 1 Fl.87 Casamentos
31 de Dezembro 1860	Recomendo ao Rev. Pároco desta freguesia que tenha todo o cuidado e atenção em lançar os assentos nos livros em conformidade do Decreto do Registo Paroquial do dia 19 de Agosto 1859 – O Arcipreste Abade João José Cunha Correia?	Livro 2 Fl.48 Nascimentos
3 de Janeiro 1863	Vistos e julgados suficientemente lançados estes assentos relativos ao ano findo de 1862, em cumprimento dos decretos de 19 de Agosto e de 2 de Abril de 1862, fica advertido o Rev. Coadjutor	Livro 2 Fl.80

	para reflexionar mais sobre o decreto último de Abril e seus modelos, devendo estar igualmente à margem por sua ordem cronológica as procurações mandadas juntamente com os livros para a Câmara assinadas. Pode continuar a lançar neste livro os assentos que tiverem lugar no corrente ano de 1863, observando o disposto no Decreto de 2 de Abril de 1862 e modelos, atendendo à legalidade deste livro ficar na paróquia – Arcipreste João José Cunha Correia?	Nascimentos
3 de Janeiro 1863	Vistos e julgados suficientemente lançados estes assentos relativos ao ano findo de 1862, em cumprimento dos decretos de 19 de Agosto e de 2 de Abril de 1862, faça o Rev. Coadjutor de reflexionar mais nos modelos do último decreto e juntar as licenças quando as tiver, mencionando – as nos assentos à margem e remetidas com os livros para a Câmara e quando os cônjuges não souberem escrever assim se declara no assento e faça assinar o nubente de cruz – Arcipreste João José Cunha Correia? ²⁴	Livro 1 Fl.101 Casamentos

²⁴ A partir de 1863, não constatamos mais recomendações deixadas pelos Arciprestes encarregues pelo cumprimento das normas dos Decretos de Registo Paroquial, nos livros de registo de nascimentos, casamentos e óbitos.

Capítulo II

Perspectivas Geográficas, Históricas e Económico - Sociais

1. A percepção do espaço

A região do Minho não corresponde a uma unidade geográfica, pois as grandes unidades morfoestruturais e climáticas portuguesas encontram um prolongamento natural em terras de Espanha, é como que uma continuação da Galiza, com as mesmas tonalidades Atlânticas e um povoamento disperso. Esta região estende – se numa extensa fachada atlântica a sudoeste da Península Ibérica, posição que influencia fortemente a fisionomia da região, não só pelas suas condições naturais, mas por favorecer largamente uma saída para o mar, elemento de primordial importância.

Muito se tem falado e discutido sobre a influência das condições geográficas na evolução dos territórios. Defendeu – se mesmo um determinismo geográfico que a meio do século XX, mudou para um possibilismo geográfico, ou seja o meio influencia o homem para logo de seguida ser por ele influenciado e transformado, na medida das suas técnicas e filosofia. Entre os vários condicionalismos que afectam uma região, a sua posição assume primordial importância.²⁵

De facto para se reconstituir a história das populações e se explicarem a vida das comunidades, os limites territoriais administrativos podem considerar – se como obstáculos artificiais e de influência secundária nas vidas dos povos. No entanto, não deixamos de apresentar alguns dados e informações sobre o espaço geográfico, tentando uma síntese interpretativa e descobrir a ligação do espaço geográfico com os comportamentos demográficos e a sua influência nos fenómenos económicos, sociais,

culturais e mentais da região. Evitando a fragmentação geográfica, optamos por dar uma visão estrutural do espaço, dando primazia ao colectivo e não ao individual, sem desprezar a lógica que preside ao comportamento da comunidade que é o objecto do nosso estudo, não dissociando a paróquia da sua região de Entre Douro e Minho.

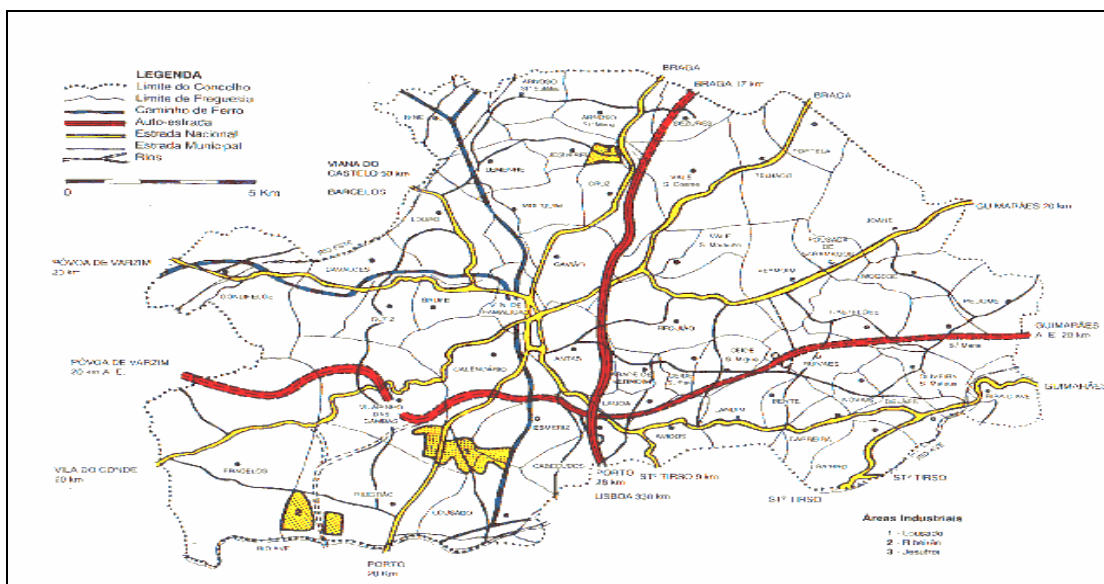
Nesta ordem de ideias, é esta a perspectiva a partir da qual se torna possível descobrir explicações pertinentes para a relação dos habitantes de Santiago de Antas com o território que dominam, que definem e transformam, dotado de características físicas e climáticas, habitado por homens e mulheres, distribuídos desigualmente e exercendo as mais diversas actividades, possuindo e criando riqueza de forma desigual, provido de meios tecnológicos e culturais diversificados, organizados de maneira mais ou menos estável, ainda que variável no tempo. Neste sentido, tivemos em consideração o espaço habitado e diversificado, tendo em conta as suas variedades locais, os recursos em homens e bens, as expressões culturais da comunidade que habitam, os meios de comunicação de que dispõem e a forma como a comunidade se associa entre si dentro da sua região.²⁶

²⁵ Raquel Soeiro de Brito, in “ *Portugal Continental* ” História de Portugal, Dir. José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, Vol. I, 1993, p. 19. Marques, Oliveira, A. H., *História de Portugal*, Lisboa, 4ªEdição, Palas Editores, Vol. I, pp. 3 a 13. Cf. Raquel Soeiro de Brito, op. cit., pp. 21 a 38.

²⁶ José Mattoso, in “ *O Poder e o Espaço* ” História de Portugal , vol. I , 1992 pp. 13 e 14.

2.O Concelho de V. N. de Famalicão

MAPA 1
CONCELHO DE V. N. DE FAMILICÃO



O concelho de Vila Nova de Famalicão, pertencente ao distrito de Braga, região do Baixo Minho, tem 49 freguesias, a sua superfície é de, aproximadamente, 209 Km², situa – se na bacia hidrográfica do Rio Ave, tem como concelhos limítrofes: a noroeste o de Barcelos, a norte o de Braga, a nordeste o de Guimarães, a sul S. Tirso e Trofa e a poente Vila do Conde. A sua posição geográfica, constitui um dos factores determinantes para o desenvolvimento da região, que a partir da criação do concelho de Vila Nova de Famalicão, em 1834, lhe permitiu a autonomia em relação ao concelho de Barcelos no qual estava inserido, anexando parte do concelho de Landim que foi extinto e as terras do Julgado de Vermoim, cuja circunscrição fazia parte, sendo sede de Julgado. Vila Nova de Famalicão, afirmar – se – á desde os primeiros anos do liberalismo como um dos centros e territórios mais dinâmicos da região do Minho, onde grande parte do seu desenvolvimento se deve ao facto de se tratar de um polo central e obrigatório de passagem e de confluência de várias rotas viárias e comerciais que se

dirigem em todas as direcções ao Minho.²⁷ É pois um concelho novo, onde as razões económicas aceleraram o aparecimento de uma pequena burguesia local, que se veio a constituir com a forte actividade comercial, um importante um centro urbano muito activo desejoso de ocupar o seu lugar no funcionalismo local e na liderança política, que até aqui controlada pelo centralista concelho de Barcelos, que não lhe permitia o tão esperado, desenvolvimento económico, político e social.²⁸

Apresenta um clima com temperaturas amenas de influência atlântica, sem grandes amplitudes térmicas, com pluviosidade média, situa – se numa região com características de transição entre uma extensa e rígida plataforma litoral e o interior montanhoso, apresentando um revelo fraco, a ocidente e a sul, e uma zona de relevos um pouco mais fortes, com cotas mais elevadas a Norte e a Oriente. Próximo da barreira de serranias que separam o litoral do interior, pouco acidentado a alguns quilómetros da costa, atinge com rapidez altitudes de algumas centenas de metros nas terras interfluviais, mas não ultrapassando os 400 metros. Entrecortado por numerosos cursos de água, fundamentalmente afluentes do rio Ave e Este, alguns deles com caudais bastante abundantes, constitui uma área propícia à proliferação espontânea de espécies vegetais como: o carvalho alvarinho, o castanheiro, o ulmeiro, o choupo, o pinheiro – bravo e o eucalipto, favorável nos numerosos vales ao aparecimento de prados e à cultura intensiva de cereais de regadio, de plantas hortícolas, árvores de fruto e vinhas.

²⁷ Plano Rodoviário do Norte de 2 de Abril de 1843. Vila Nova de Famalicão, na 1ª metade do séc. XIX, transforma - se num importante nó rodoviário com origem na estrada vinda do Porto, que se articula para Norte e para o Minho por Braga e para a costa marítima por Barcelos e Viana do Castelo.

²⁸ Estudos anexos do *Plano Director Municipal da Câmara Municipal de V. N. de Famalicão*, Câmara Municipal de V.N. Famalicão, policopiado; Câmara Municipal de V.N.Famalicão, *Terras de Vila de Vila Nova*, Paços de Ferreira, Anégia Editores, p.11 a 15; José Viriato Capela, *A revolução no Minho de 1846*, Braga, Ed. Governo Civil de Braga, 1997, pp. 69 a 73; Margarida Durães “ *Breve história da formação de um Município Liberal, em 1835* ”, in Boletim Cultural da Câmara de V.N. de Famalicão, n.º 1, 1980, pp.13 a 25.

Terra fecunda para plantas, animais e homens. Nesta zona predominantemente granítica, abundam os compartimentos naturais, o que sem prejudicar a concentração demográfica permite ao mesmo tempo o aparecimento de unidades de exploração agrícola de pequenas dimensões em zonas férteis, onde se pode praticar uma cultura intensiva com grande variedade de produtos agrícolas. Assim esta região minhota de montes, vales e planícies, extremamente recortada e compartimentada contrasta com as das montanhas que a circundam, permitindo que se possa viver perto de outras comunidades bastante diferentes entre si, de um lado as que praticam uma agricultura intensiva e formam zonas demográficas extremamente densas, distribuídas por pequenas unidades de exploração familiares e autónomas, elas próprias compostas por retalhos dispersos de campos muitos divididos e do outro as que vivem do pastoreio de gado miúdo em terras mais pobres, primitivas e arcaizantes, onde praticam uma agricultura só em determinadas épocas do ano, necessitando de manter fortes laços de forte solidariedade colectiva para organizarem o trabalho e preservarem os instrumentos comunitários de produção, como o forno, a eira, o moinho e o lagar. A solidariedade das comunidades, que lhes conferiu a resistência e estabilidade ao longo dos tempos, ainda há poucos anos se mantinham, nas regiões mais altas e acidentadas de entre Douro e Minho, os vestígios de usos comunitários como o moinho, o forno do povo, a levada comum e vezeira do gado e davam grande importância as caçadas em grandes grupos, organizada colectivamente por homens de várias aldeias vizinhas. Na região, as primeiras são as predominantes, as segundas situam – se mais perto das serras, a Norte e a Oriente. A forte densidade demográfica e fertilidade dos solos permitiram desde cedo a criação de excedentes de produção por uma minoria e conseqüentemente uma hierarquização social que não seria possível nascer espontaneamente nas regiões, onde o rigor das condições naturais obrigava a maiores nivelamentos. A dispersão dos cultivadores nos

campos organizados em explorações familiares autónomas, não é tão propícia à criação de fortes laços comunitários nem à resistência a formas de apropriação de uma parte da produção por quem exerce alguma forma de autoridade.²⁹

Nos vales e terras baixas podem pastar tranquilamente o gado bovino, encontram – se férteis e largas parcelas de terra, planas e bem irrigadas e numerosas agras que se prestam à divisão em campos abertos e ao cultivo de cereais de regadios. A região é pois recortada em compartimentos naturais pelos vales dos rios que correm no sentido leste – oeste, com fortes caudais em determinadas alturas do ano e pelos numerosos rios e ribeiros que neles confluem. Os montes e vales que o envolvem e dividem, que na Idade do Ferro estavam povoados de Castros, foram o sustento das diversas comunidades que compõem a região, desde os rebanhos de cabras e ovelhas, que não tiveram a necessidade de percorrerem grandes distâncias desde o curral até às pastagens naturais, até à erosão e a sua consequente esterilidade que chegou às zonas superiores dos montes e os incapacitou de se alimentarem. As populações de então, tiveram muitas vezes desbastar a vegetação natural para satisfazer as suas necessidades básicas de sobrevivência criando nestas zonas à partida estéreis, terras para aproveitamento agrícola.³⁰

No entanto é de salientar no concelho a existência de diversos locais micro – climáticos, abrigados dos ventos marítimos, onde alguns elementos climáticos fogem à regra geral, mas devido às excelentes condições de habitat e fertilidade dos solos, foram

⁵ Orlando Ribeiro, in “ *A formação de Portugal* ” Dicionário de História de Portugal, Dir. Joel Serrão, Porto, Livraria Figueirinhas, Vol. V, pp.130 a 191. Cf. Joel Serrão, In “ *O Povo*”, Op. cit. Vol. V. pp.155 a 166. Cf. Joel Serrão, In “ *Trabalhos colectivos*”, Vol. VI, pp.189 a 191. Cf. José Mattoso, In “ *A Sociedade Feudal e Senhorial- O Espaço - O Entre Douro e Minho*” Vol. II, pp.165 e 170. Cf. José Mattoso, In “ *Os Concelhos*”, Op. cit. pp.205 a 240.

³⁰ Cf. Raquel Soeiro de Brito, op. cit., pp. 21 a 38.

alvo de uma forte fixação humana, notando - se excepcionalmente um povoamento próximo do concentrado.

2.1. A paróquia de Santiago de Antas

MAPA 2
A PARÓQUIA DE SANTIAGO DE ANTAS



As comunidades se constituem e se identificam pela forma como ocupam o espaço, como se organizam, expressando as suas formas culturais, capazes de se perpetuarem de geração em geração. A capacidade de sobrevivência da comunidade e até a sua legitimidade dependem da maneira como a sua população consegue responder às suas necessidades e às alterações impostas pela evolução económica e social.

Após a recolha de informação existente optamos por fazer uma análise do espaço correspondente à paróquia, tão importante para o entendimento da ocupação do espaço geográfico pelas gentes de Santiago de Antas, procurando nele as motivações, sócio - económicas, que levaram os seus habitantes a aí realizarem os seus actos vitais e os das futuras gerações.

A paróquia de Santiago de Antas, com área de 4,35 Km²³¹ é uma das quarenta e nove freguesias que compõem o concelho de V. N. Famalicão, distrito de Braga.

Situada a nascente e sul de Vila Nova de Famalicão (sede do Concelho).

Encontra –se rodeada por outras paróquias.

Confrontações:

Norte - Gavião e Vila Nova de Famalicão

Oriente – Abade (S. Maria) ou Abade de Vermoim, S. Salvador de Lagoa e S. Silvestre de Requião.

Sul – S. Cristóvão de Cabeçudos e S. Pedro de Esmeriz.

Ocidente – S . Julião de Calendário, S. Pedro de Esmeriz e Vila Nova de Famalicão.³²

O povoamento e a proximidade das comunidades entre a dispersão do habitat, foram decerto as condições que levaram à implantação na região de uma importante rede de comunicações, por onde viajantes, mercadores, almocreves e peregrinos transitavam, de facto, as vias terrestres cruzam – se em todas as direcções.

A freguesia de Santiago de Antas é atravessada pelas estradas nacionais Guimarães – Vila de Nova Famalicão (E.N. 206), a norte , Santo Tirso – Vila Nova de Famalicão (E.N. 204), a poente e a sul e a poente Braga – Porto (E.N. 14). É servida na actualidade pelas auto-estradas, A 3 e A7.

Pelo centro passa uma estrada municipal que começa em Fraião e Senhor da Agonia, serve a igreja paroquial e cemitério, as escolas do Cruzeiro e populações de

³¹ Cf. *Terras de Famalicão*, op. cit. p. 110.

³² Para a definição dos limites da paróquia, foi utilizada a cartografia disponível para o concelho, e posteriormente, de visita à paróquia localizamos no terreno a sua delimitação, acompanhados de um amigo residente, verificamos quais os lugares que limitavam a freguesia, em alguns, ainda encontramos os antigos marcos de granito originais que marcavam as suas fronteiras.

proximidade, saindo por Ribeirais em direcção a S. Miguel de Seide. A poente partindo de Fraião e Pelhe, segue outra estrada municipal pela Bóca, S. Cláudio, Pena e Varziela, ligando com a estrada nacional de Santo Tirso - Vila Nova de Famalicão. A sul, do lugar da Portela sai outra estrada municipal para as freguesias de Cabeçudos e Esmeriz e também de Pelhe, sai uma pequena estrada que segue até à freguesia de Calendário. O interior da freguesia é servida por diversas vias de comunicação de serviço à comunidade e de acesso aos seus habitantes.

O clima é ameno de influência Atlântica, variando com as estações do ano. A precipitação ocorre com bastante frequência, os Outonos e os Invernos são acentuados por chuvas mais abundantes, marcadas pela sua irregularidade, quer na sua variação de ano para ano, quer na sua distribuição espacial, alternando os dias húmidos e frios com os ventos secos e frios. A Primavera também é beneficiada pelas chuvas, com menor frequência que nas estações do ano anteriores, contrastando com dias de sol de fraca intensidade, revelando – se a humidade do solo. Os Verões, são marcados por algumas chuvas de fraca intensidade com curta duração, alternando com dias quentes e secos com temperaturas médias rodando os 25 graus, apresentando esta zona da orla atlântica ainda alguma humidade trazida pelos ventos do oeste, que permite que muitas espécies vegetais e animais encontrem um clima de habitat favorável. Directamente ligados ao clima encontram – se o regimes dos rios, a evolução dos solos, a vegetação natural e em boa medida os cereais cultivados. Numerosos cursos de água, rios, ribeiros e regatos, atravessam Santiago de Antas, criando pontos de confluência e descerem até ao Rio Ave. Os solos são férteis e húmidos nas proximidades dos cursos de água, com tendência argilosas nos pontos mais altos. Os relevos mais altos de Santiago de Antas encontram – se nos seguintes lugares: Pinheiral, Cota 143,5 m, Vilar, Cota 135,1 m, Codeceira, Cota 127,8m, Lagoas, Cota 123,5m, Capões, Cota 118,2m, Sarnado, Cota

116,3m, Ribeirais, Cota 116 m, Portela 115,5m, S. Cláudio, Cota 114,3 m, Queimados, Cota 112 m, Berberia, Cota 92 m.

Santiago de Antas em traços gerais apresenta os mesmos condicionalismos geográficos de outras paróquias minhotas, que marcam ainda hoje, de forma bem acentuada os ciclos de actividade das populações rurais, mas se o homem directamente influencia os obstáculos que o relevo impõe à continuidade das explorações agrícolas, já as condições climáticas se tornam de difícil previsão e de adequação aos diversos tipos de culturas, escapando em boa medida aos poderes humanos para a transformação do território.

A paróquia tem sido por tradição, uma comunidade agrícola. O campo de cultivo é um dos elementos mais representativos da paisagem, situando – se nas várzeas, nas meias encostas férteis, nas terras baixas e nos vales, predominando a cultura de regadio e da vinha. Com a necessidade de se alimentar, a população desbravou terrenos em condições inimagináveis, aí se foi plantando com o suor de cada dia e de muitas gerações o indispensável, tanto na exploração familiar de auto – subsistência, como na pequeníssima propriedade, baseada na policultura e em instrumentos de produção rudimentares, em que o preço da mão de obra não entra em linha de conta e outras vezes com ajuda de assalariados extremamente mal pagos. A ocupação desorganizada do solo provocou uma degradação da paisagem natural e uma produção com baixos rendimentos, próximos da agricultura de subsistência.

O povoamento de habitat disperso, com pequenas propriedades, acrescidas ainda pela enorme divisão da propriedade rústica, em pequenas parcelas, característica da agricultura portuguesa, demonstra um grande apego à terra por parte das populações. Cada parcela tem características específicas, dando resposta às diferentes necessidades agrícolas, aliadas às necessidades de sobrevivência. A partir dos registos paroquiais de

Santiago de Antas foram levantados os lugares da freguesia entre 1581 a 1910 e simultaneamente procedemos à sua identificação na cartografia³³. (Quadro 5)

QUADRO 5
LUGARES DA PARÓQUIA DE SANTIAGO DE ANTAS 1581 – 1910

Antas	Cruzeiro	Lagoas	Ponte	Sarnado
Berberia	Currais	Lameiras	Portela de Cima	S. Cláudio
Boca	Fonte	Mouta	Portela de Baixo	Varziela
Campo da Feira	Fraião	Pedras	Queimados	Vela
Capões	Fornelo	Pelhe	Real	Vilar
Codeceira	Granja	Pena	Regadas	
Cortinhas	Igreja	Pinheiral	Ribeirais	

A toponímia da paróquia é de uma importância vital, para identificarmos os indivíduos e agregados familiares. É com a cobrança dos dízimos, que se vai tornando obrigatória, que se verifica a necessidade de delimitar a área paroquial e de submeter ao pároco os habitantes da comunidade.

Através dos censos, constatamos que os lugares da paróquia se mantém, embora alguns dos lugares existentes na paróquia, não aparecem referidos no censo de 1911 e não aparecem novamente em 1940 e vice – versa à excepção do lugar de Padrão, que não o conhecemos durante o nosso trabalho, supomos que ou por erro ortográfico, ou por falha de quem efectuou o censo, se refere a outro lugar, ou ainda, existe a possibilidade de algum lugar ter alterado a sua toponímia ou poder ter sido dividido em dois ou mais sub – lugares e daí ter saído o lugar de Padrão.³⁴ É evidente, que perante tal situação, na presença da omissão de lugares em 1911 e aparecimento dos que nos faltavam em 1940, os responsáveis pela realização do censo em Santiago de Antas, tinham como objectivo

³³ Carta dos Serviços Cartográficos do Exército 1:25000, n°83 e 84.

³⁴ Pensamos que este lugar de Padrão, possa ter surgido depois dos limites do nosso trabalho, pois não o vemos referenciado até 1910.

a contagem da população, não sendo tão rigorosos com as denominações e na sequência com as limitações referentes a cada lugar. Neste sentido alargamos a nossa pesquisa para verificarmos se os mesmos tinham sido absorvidos por outros lugares mais populacionais ou tivessem sido inseridos noutras paróquias. (Quadro 6)

QUADRO 6
POPULAÇÃO DISTRIBUÍDA POR NÚCLEOS HABITACIONAIS

	Censo de 1911		Censo de 1940	
	Fogos	População	Fogos	População
Antas	2	12	118	719
Berberia	-	-	7	24
Campo da Feira	82	466	-	-
Capões	-	-	10	29
Codeceira	4	24	5	42
Cruzeiro	-	-	6	22
Currais	4	16	-	-
Fonte	3	11	-	-
Granja	-	-	5	27
Igreja	2	12	-	-
Lagoas	16	68	17	64
Mouta	-	-	9	58
Monte da Pena	3	18	-	-
Padrão	8	31		31
Ponte	3	16	53	137
Portela de Baixo	3	16	-	-
Portela de Cima	37	181	-	-
Regadas	3	18	6	37
Ribeirais	11	38	22	84
S. Cláudio	28	109	26	118
Sarnado	5	21	8	34
Varziela	8	35	8	52
Vela	18	68	22	163
Vilar	41	156	29	133
População dispersa	17	137	34	68

Dispersas pelos diferentes lugares da freguesia, predominam diversas casas e quintas, que tiveram uma intensa actividade agrícola, especialmente até ao início do XX, construídas em pedra granítica, muradas e com portões principais de acesso, umas sem data e outras, com a data indicada nos seus portais. Alguns exemplos: A Casa da Codeceira indica duas datas, no portal principal 1734, um outro de 1792; lugar de Fornelo, Casa de Fornelo, 1795; lugar de S. Cláudio, duas casas, Quinta de S. Cláudio, 1693 e outra não identificada de 1737; no lugar de Fraião, Quinta de Fraião, sem data identificada; no lugar das Lameiras, Casa das Lameiras, sem data identificada; no lugar de Vilar, Quinta de Vilar sem data identificada; no lugar da Lagoas, separa Antas de Requião, Quinta das Lagoas, sem data identificada. Estas casas pertenceram a famílias que identificamos no nosso trabalho como residentes.

Com o desenrolar dos tempos o comércio e a indústria surgem como actividades mais promissoras, permitindo melhores condições de vida às populações, assim, a pouco e pouco as casas de lavoura vão desaparecendo, outras, estão bastante degradadas e outras abandonadas pelo tempo, são certamente pertencentes a pessoas que já não se dedicam à agricultura. As que ainda existem, são ocupadas simplesmente como lugares aprazíveis de habitação e outras poucas, continuam a desempenhar a sua função agrícola, mas dadas as circunstâncias actuais, a actividade tem fracos rendimentos descapitalizando a maior parte dos agricultores.

Em Santiago de Antas, predominam as casas de lavoura, com aspecto mais antigo e tradicional, nos lugares da Codeceira, Lagoas, Ribeirais, Sarnado e Varziela ou seja na parte interior da freguesia, outros lugares também as possuem, misturando – se com as de construção moderna, fruto do desenvolvimento da região e da emigração, pois à medida que umas morrem outras nascem.

A partir dos finais séc. XIX, podemos considerar que Santiago de Antas apresenta duas zonas distintas: uma rural e outra urbana. A primeira a Oriente e Sul, na parte interior da freguesia que ainda mantém elementos da sua traça original, a segunda a Norte e Ocidente, anexa à cidade de V.N. de Famalicão, onde grande parte da cidade e a sua zona central se encontram no seu território administrativo. Se numa primeira fase, se encontrava na parte anexa à cidade uma zona mista onde o urbano e rural coabitavam, com locais de comércio e outros serviços, onde um forte pendor agrícola se fazia sentir, a partir dos anos 80 do séc. XX, a cidade vem avançando sobre a sua área administrativa, com um desenvolvimento urbano massivo, a que nos vem habituando, crescendo nesta zona inúmeros aglomerados habitacionais e diversos edifícios de serviços públicos e privados.

2.2. O enquadramento histórico³⁵

Santiago de Antas é uma das maiores freguesias do concelho, em termos demográficos e territoriais, desde cedo começou a possuir um enorme património fundiário³⁶, muito extenso, o maior do Julgado de Vermoim, depois dos Mosteiros de Landim e de Oliveira de Sta. Maria. O próprio topónimo de Antas, poderia dar uma origem remota da freguesia, mas a sua origem não é pacífica entre os historiadores que sobre o concelho tem trabalhado. “ Antas ” como se sabe são monumentos megalíticos

³⁵ A história de Santiago de Antas, identifica –se em traços gerais, com a de outras freguesias rurais do Noroeste de Portugal. Tivemos necessidade de recorrer a estudos extensivos a toda uma região, desde a pré – história ao aparecimento das paróquias, porque não conhecemos fontes de história, que nos permitam esclarecer, acrescentar e reconstituir o seu passado desde tempos imemoriais. Na ausência das fontes, que provem as sucessivas ocupações que paróquia sofreu ao longo dos tempos, realizamos o enquadramento histórico da paróquia com base em textos escritos de diversos autores e em documentos históricos conhecidos.

³⁶ O seu património fundiário era na sua maior parte formado por casas, herdades, casais, quintas e leiras e outras doações por testamento.

funerários do Neolítico, mas ainda não se encontraram indícios de vestígios pré – históricos, que nos permitam um elo de ligação do topónimo a este período histórico.³⁷

Da antiguidade da freguesia temos como testemunhos diversas inscrições latinas e vários marcos miliários, um deles do Imperador romano Adriano³⁸, o que prova a passagem dos romanos pelo seu território, mas não a sua fixação. Segundo Pinho Leal, autor do Portugal Antigo e Moderno “ é uma povoação antiquíssima, pois já foi habitada pelos Celtas, em vista do seu nome, se é que não o herdou dos latinos. Os antigos Lusitanos também davam o nome d` anta aos marcos grandes levantados perpendicularmente e às penedias, cabeços ou sítios que estavam na frente de algum castelo ou povoação.”³⁹ Qualquer que seja a origem do topónimo a verdade é que Antas poderá ter tido povoamento castrejo, à semelhança de outros locais do concelho, que nos dão testemunhos de forte implantação da cultura castreja nesta região, embora nenhum castro até aos nossos dias tenha sido encontrado na sua área territorial.

A paróquia tem desenvolvido através dos tempos um papel notável na vida das famílias e da sociedade, constituindo o centro de sociabilidade da comunidade. Toma este nome cada uma das circunscrições territoriais duma diocese que tenha igreja

³⁷ Francisco Queiroga, arqueólogo e professor na Universidade Fernando Pessoa, autor de diversos trabalhos sobre património histórico e arqueológico de V.N. de Famalicão e responsável pela elaboração da Carta Arqueológica do Concelho, não tem conhecimento da existência de monumentos megalíticos, nem castrejos na área administrativa de Santiago de Antas. Foram feitas várias prospecções no terreno, até hoje, nada indica a existência desta tipologia de monumentos.

³⁸ Estes marcos auxiliavam os viajantes, com informações relativas às distâncias entre as povoações, o marco de Adriano descoberto na Devesa de Antas, fazia parte da via romana Cale - Bracara. Joaquim Ribeiro dos Santos, “ Os Marcos miliários do troço Cale – Bracara, da via Olisipo – Bracara, no espaço geográfico do concelho de V.N. de Famalicão” in Boletim Cultural de V.N. de Famalicão, Nº2, 1981, pp.49 a 58.

³⁹ Cf. *Terras de Vila Nova...* op. cit. pp. 109 - 112. Augusto Soares Pinho Leal “ *Portugal Antigo e Moderno*” Dicionário de todas as cidades, vilas e freguesias de Portugal, Lisboa, Livraria Mattos Moreira e Companhia, 1873, pp. 220 / 221.

própria, com uma população a ela adstrita um sacerdote incumbido do cuidado das almas.(Código do Direito Canónico , Cân.216).⁴⁰

A paróquia de Santiago de Antas aparece nas Inquirições de 1220, sobre a designação de « Santo Jacobo de Antis » e no Censual de D. Jorge da Costa no séc. XVI figura com o n.º 506 e o topónimo « Santiago de Antas ».Incerta é porém a data da colegiada de Santiago de Antas. Em 8 de Agosto de 1383, figura como seu abade António Domingues, simultaneamente, cónego de Braga e vigário geral de D. Lourenço Vicente. No começo do século XV, segundo um depoimento do Livro n.º 1 das mostras, fl. 219, A.D.B., já era colegiada havia muito tempo.⁴¹

Em 1548, na geografia d` Entre Douro e Minho e Trás- os – Montes de João de Barros (o que foi escrivão da Câmara de El- rei D. João III e do seu Desembargo) assinala junto do lugar de Vila Nova o Mosteiro de Santiago de Antas, dos Cónegos Regrantes de S. Agostinho, que tem raçoeiros e renderá 120 000 rs.⁴²

Na Corografia do Padre António Carvalho da Costa, lê - se “ Santiago de Antas foy Mosteiro de Templários, he sagrado, passou a Abbadia secular de padroeiros leigos⁴³ da família dos Mayas; hoje he dos Condes de Penaguião, Marqueses de Fontes, rende com a anexa seguinte hum conto, de reis: tem dous Benefícios simples de quarenta mil reis cada hum.” O padroado tinha, porém passado aos Condes de

⁴⁰ Avelino de Jesus Costa “*Paróquia*” in Dic. Joel Serrão, Porto, Livraria Figueirinhas, 1979, Vol. I, pp.7e 8; José Mattoso e Georgino Rocha “ *Paróquia*” in Dicionário de História de Portugal, Dir. Carlos Moreira Azevedo, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, Vol. J/P, pp. 372 / 379.

⁴¹ José Marques, *A arquiocese de Braga no séc. XV*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1988, pp. 479 a 489.

⁴² Do mosteiro já nada resta, a igreja do mosteiro é hoje a igreja paroquial de Santiago de Antas.

⁴³ Estes padroeiros passaram a ser os protectores materiais, com o direito de escolher o Abade e apresentá - lo ao prelado, para este o confirmar no benefício. Gozavam de certas distinções honoríficas e reservavam para si parte das rendas do benefício, as competências eram transmitidas hereditariamente aos seus herdeiros. Houve muitos abusos...

Matosinhos o qual o conservavam em 1700, nessa altura condes de Penaguião e Marquês da Fontes.⁴⁴

São muito poucos os elementos relativos à evolução histórica, geográfica e demográfica de Santiago de Antas, que agradecemos os dados tão valiosos que nos são fornecidos pelo tombo da Igreja de Santiago de Antas de 20 de Setembro de 1555, que nos permitem conhecer algo mais sobre a história da povoação. Através do estudo atento do Tombo, assistimos à definição de certos casais e herdades rurais, e à identificação de diversas gerações e famílias com apelidos ainda actuais. Não existem dúvidas quanto à localização desta paróquia e sua igreja, o próprio tombo se encarrega de a situar no espaço e no tempo, diz “ Tombo e registo dos casais e propriedades da Igreja de Santiago de Antas, do Arcebispado de Braga, Termo de Barcelos, do Julgado de Vermoim, datado de 20 de Setembro de 1555” e refere claramente a tradição monástica ligada à igreja de Santiago de Antas, quando diz “he fama que foi Mosteiro”. Define também a situação canónica da Igreja na altura “hee paróquia e tem cura de almas” sendo o abade o Doutor Pêro Jorge da Silva. A categoria social da paróquia é afirmada neste pequeno apontamento “ que ao presente hee vigário geral nesta corte e Arcebispado de Braga”. A acumulação de cargos de vigário geral e abade de Antas, manifesta claramente o valor desta abadia. O Mosteiro de Santiago de Antas possuía casais e outras propriedades dentro e fora da paróquia, de facto, eram muito extensos os

⁴⁴ “*Fontes documentais para a História de V.N.Famalicão*”, in Boletim Cultural da Câmara Municipal de V.N. de Famalicão, n.º 4, 1983, pp.2 a 15. “*Vila Nova de Famalicão*” extraído de O Minho Pitoresco de José Augusto Vieira, in Boletim Cultural da Câmara Municipal de V. N. de Famalicão, n.º 2, 1981, pp. 6 a 41. Os autores Carvalho, Pinho Leal e Américo Costa, inclinam - se para que o mosteiro de Santiago de Antas tenha sido dos Templários, no entanto João de Barros refere-o como pertencente aos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho.

domínios dos abades de Antas⁴⁵ e são tantos os casais e herdades atombadas com tão minuciosas demarcações dos seus limites, que efectivamente a paróquia tinha grande poder económico e ainda pelos elementos fornecidos pelo tomo era possível traçar um mapa topográfico quinhentista no qual poderíamos identificar, o que é hoje grande parte do concelho de V. N. de Famalicão e seus limites.⁴⁶

O tomo e a sua pública forma foi passada no Cartório Público do Cabido da Sé de Braga a pedido do Abade do então Doutor Pêro Jorge da Silva, que obedeceu ao que fora ordenado pelas Constituições do Arcebispado. Estas mandavam a todos os Abades, Priores e Beneficiados, que fizessem o tomo e registo dos casais e respectivas propriedades e tirassem forma pública do mesmo, autenticado no Cartório da Sé de Braga. Além desta forma pública (20/09/1555), há também no mesmo arquivo uma cópia de 1795, tirada a pedido do abade Luís de Moura Mendonça, Fidalgo da Caza de Sua Majestade e Abbade da Igreja de Santiago de Antas.⁴⁷

Da história de Santiago de Antas, faz parte integrante a sua igreja românica, que foi de um antigo mosteiro de Templários, classificada como imóvel de interesse público em Dezembro 1958, sendo uma das mais importantes igrejas do concelho, tanto em termos históricos como arquitectónicos. À mesma fábrica pertenceram as igrejas do Mosteiros de Joane e Requião. A Igreja de Antas manteve toda a sua estrutura,

⁴⁵ A título de curiosidade, o Abade Pedro Mendonça Barata Moura, tinha como servidores, dois pagens, três criados e um escravo, além da ajuda por parte dos paroquianos, que estavam sujeitos à jeira.

⁴⁶ Benjamim Salgado, “ *O tomo da Igreja de Santiago de Antas de 1555*”, in Boletim Cultural da Câmara Municipal de V.N. de Famalicão, n.º 3, 1982, pp. 49 a 62.

⁴⁷ Uma das preocupações das paróquias são as suas propriedades e as suas demarcações ou limites, que em virtude de facilmente se “perderem” e algumas vezes, por descuido das entidades religiosas locais desapareceram as suas documentações, o levou a que as constituições diocesanas, insistissem na feitura dos tomos da paróquia, onde consignassem não só o assento das propriedades, mas também os limites de cada uma com as vizinhas, de modo a evitar litígios e graves discórdias, com as paróquias vizinhas e entre as respectivas populações.

continuando a ser nos dias de hoje, a igreja paroquial da freguesia. Belíssimo exemplar da escola de Languedoc, a sua fundação deverá remontar ao 2º quartel do séc. XIII, já que os elementos românicos e as suas particularidades, conjugam - se com outros elementos de estilo gótico.⁴⁸

A riqueza fundiária que a paróquia e a sua igreja foram proprietárias com direito de exclusividade, já não a possui, consequência da Legislação Liberal e à Lei de 20 de Fevereiro de 1911, a qual transitou para o Estado. Actualmente a paróquia não tem bens fundiários e quanto a imóveis, além da residência paroquial, possui a igreja, dois salões e a lindíssima Capela de Santo António.⁴⁹

3. A população através dos resultados dos Censos

Perante a heterogeneidade das informações recolhidas e a sua distribuição desigual pelo tempo, os estudos monográficos consultados relativos ao período anterior a 1864, que aqui nos ocupamos são tão escassos que, face à impossibilidade de um controle rigoroso dos valores aí apresentados, são inevitáveis os casos de sub e de sobreavaliação, necessitando de ser previamente esclarecidos alguns aspectos, de modo a que se compreenda melhor a origem, a forma de representação e a própria representatividade dos resultados que adiante se expõem.

É importante sublinhar que os vários arrolamentos, contagens e outras estimativas da população portuguesa, foram elaboradas em função de preocupações de ordem militar, eclesiástica, política ou meramente corográfica. Os quantitativos

⁴⁸ Joaquim Ribeiro dos Santos “ *Do Românico no Concelho de Vila Nova de Famalicão,*”, in Boletim da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, n.º 3, 1982, pp. 27 a 41. Não é consensual a data da sua fundação, 1ª metade do séc. XIII. Não conhecemos nenhum documento, que nos permita esclarecer a data inicial da sua fundação.

apontados nos vários tipos de fontes até ao século XIX, que adiante vamos utilizar, permitiram formar uma visão de conjunto sobre o crescimento da populacional da paróquia. Independentemente da sua avaliação de qualidade, que está por realizar, admitimos alguma fiabilidade da sua representividade na ausência de outras referências, por isso até novos dados em contrário, representam um salto qualitativo de nível demográfico, até ao 1º Recenseamento de 1864.⁵⁰

O numeramento de D. João III, ordenado por carta régia em 1527, dá-nos a primeira informação sobre a população de Santiago de Antas, integrada no Julgado de Vermoim, tinha 52 vizinhos.⁵¹ No início do XVIII, em 1706, na Corografia Portuguesa, segundo o Padre António Carvalho da Costa, Antas possuía 106 vizinhos⁵², em 1747, no Dicionário Geográfico de Portugal do padre Luís Cardoso, Antas, continuava com 106 vizinhos e nas Memórias paroquiais de 1758, não se conhecem dados sobre Antas.⁵³ No cadastro da província do Minho, do oficial - engenheiro Custódio de Vilas – Boas, em

⁴⁹ Arquivo Municipal de V. N. de Famalicão; Martins Vieira, A. “A paróquia de Antas” in Boletim Cultural da Câmara Municipal de V.N.Famalicão, n.º 17, 2000, pp. 109 a 130.

⁵⁰ As fontes dos séculos XVII e XVIII, referem – se a fogos, vizinhos e moradores, expressões equivalentes, em princípio, a agregados domésticos, por vezes a almas, que só contabilizavam os indivíduos maiores de 7 anos, não incluíram os menores de 7 anos por não serem de confissão. Até ao 1º Recenseamento Geral da População, quase nunca se referiam a habitantes, o que tem suscitado o problema quase interminável da discussão, para a determinação do coeficiente habitantes/ fogo.

⁵¹ Freire, Braamcamp, “ Povoação entre Douro e Minho no séc. XVI” in Archivo Histórico Portuguez, Lisboa, 1905, Vol. III, N.º 7 e 8, pp. 269-270.

⁵² António Carvalho da Costa, *Corografia portuguesa e descripçam topográfica do famoso reino de Portugal*, 2ª edição, Braga, 1868, p. 286.

⁵³ No livro “ Vila Nova de Famalicão nas memórias paroquiais de 1758 ”, editado pela Câmara Municipal de V. N. de Famalicão, 2001, da autoria de José Viriato Capela e António Joaquim Pinto, também não encontraram resposta para Santiago de Antas. Os dados que apresentam de 106 vizinhos, são anteriores e referentes ao ano de 1748. Sobre os dados de 1758, conhecemos o inquérito, mas não sabemos se o pároco da altura respondeu ou se os documentos se extraviaram, pois nada consta sobre Santiago de Antas. Com grande perda para nós, devido ao enorme valor histórico que as memórias

1794, a paróquia tinha 160 fogos e a sua população indicava 506 almas e 4 clérigos: homens com mais de 14 anos, 176, mulheres com mais de 14 anos, 249, rapazes com menos de 14 anos, 50, raparigas com menos de 14 anos, 57.⁵⁴

O censo de 1798, mandado executar pelo então Intendente – Geral da Polícia de Lisboa, Diogo Inácio de Pina Manique, foi elaborado com propósitos bem precisos, pensamos numa primeira abordagem, que com fins militares, indica as províncias, cidades, vilas e freguesias e os respectivos fogos, com o número de recrutas correspondentes, inseridos nas respectivas comarcas. Santiago de Antas tinha 176 fogos, o número total de recrutas para a comarca de Barcelos era de 729 recrutas, não discriminado.⁵⁵ No que se refere aos censos de 1801 e 1801, na consulta à comarca de Barcelos, não foram encontrados os dados para Santiago de Antas.⁵⁶ No Dicionário Chorographico de Portugal Continental e Insular de Américo Costa, em 1862, tinha já 241 fogos e 765 habitantes.⁵⁷

O censo da população de Janeiro de 1864, foi o primeiro recenseamento da população portuguesa e com ele a contagem de todos os habitantes do reino, realizado por acção dos governos liberais, utiliza métodos científicos na recolha da informação, com boletins próprios nos quais cada habitante era obrigado a declarar o nome, sexo,

paroquiais contém e nos prestariam com certeza um grande auxílio com dados de inequívoco valor, para o estudo desta comunidade. Muitas freguesias do concelho responderam ao inquérito

⁵⁴ António Cruz, *Geografia e economia da Província do Minho nos fins do séc. XVIII*, Porto, Centro de Estudos Humanísticos da Faculdade de Letras do Porto, 1970. Cadastro da Província do Minho, Apêndice segundo, s/p., ver Comarca de Barcelos.

⁵⁵ Joaquim Veríssimo Serrão (Introd.) *A população de Portugal em 1798. O Censo de Pina Manique*. Paris, Fundação Calouste de Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1970, p. 93.

⁵⁶ *Subsídios para a história da Estatística em Portugal*, I vol. *Cadastro do Reino 1801 /12. Taboas Topográficas e Estatísticas 1801*, II vol., Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 1945, s/p.

⁵⁷ Américo Costa “ *Dicionário Chorográfico de Portugal Continental e Insular*, vol. VIII, ed. autor Azurara, Vila do Conde, 1930, pp. 553 / 4.

idade, local onde vivia, estado civil e profissão, permitindo assim, uma análise mais correcta da população. (Quadro 7)

QUADRO 7
SANTIAGO DE ANTAS NOS CENSOS DE 1864 – 1890 – 1911

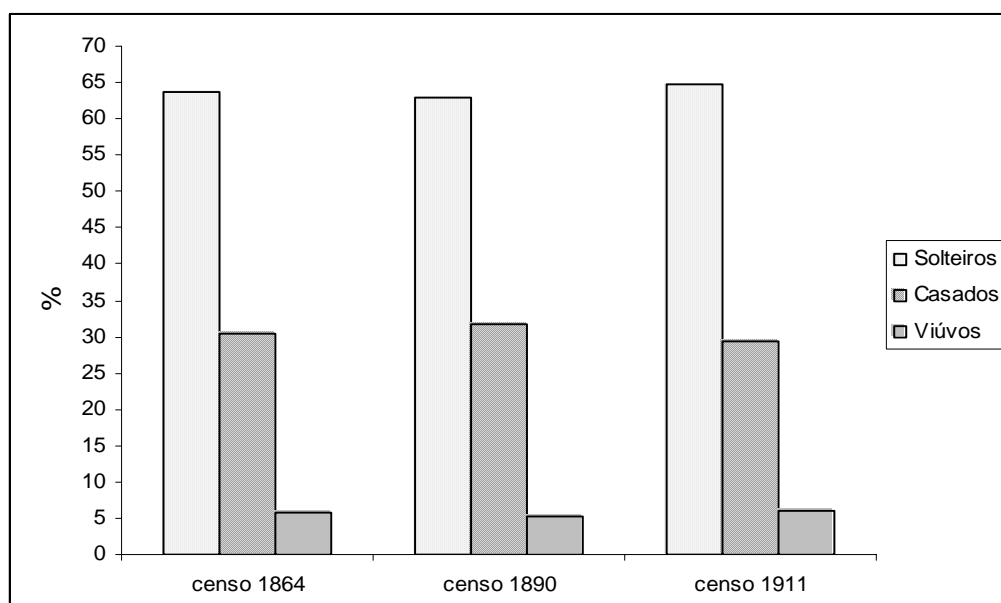
Censo 1864						
Estado Civil	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
Solteiros	245	41.0	353	59.0	598	100
Casados	140	49.1	145	50.9	285	100
Viúvos	17	30.9	38	69.1	55	100
Total	402	42.9	536	57.1	938	100
Censo 1890						
Estado Civil	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
Solteiros	335	44.9	411	55.1	746	100
Casados	186	49.5	190	50.5	376	100
Viúvos	15	24.2	47	75.8	62	100
Total	536	45.3	648	54.7	1184	100
Censo 1911						
Estado Civil	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
Solteiros	451	46.9	510	53.1	961	100
Casados	217	49.9	218	50.1	435	100
Viúvos	21	23.9	67	76.1	88	100
Total	689	46.4	795	53.6	1484	100

Santiago de Antas, em 1864, tinha uma população de 938 habitantes e 226 fogos, com 402 (42.9%) homens e 536 (57.1%) mulheres, sendo solteiros 598 (63.8%) indivíduos, 285 (30.4%) casados e 55 (5.8%) viúvos. Nos indivíduos solteiros / as, encontramos alguma mobilidade à procura de maiores oportunidades de vida estando ausentes 5%, 43 homens e 3 mulheres, nos casados, 1 homem e nos viúvos, 1 mulher. No Censo da população de 1878, a população é constituída por 1.136 habitantes e 275 fogos, sendo 522 (46%) masculinos e 614 (54 %) femininos, não refere dados quanto ao estado civil dos seus habitantes. No Censo de 1890, a população é constituída por 1.184 habitantes e 304 fogos, sendo 536 (45.3%) masculinos, e 648 (54.7%) femininos, sendo

do próprio concelho 1122 (94.8%), de outro concelho do distrito 36, de outra naturalidade 22 e estrangeiros 4. Os indivíduos solteiros 746 (63%), continuam a figurar como o grupo com mais efectivos, os casados 376 (31.8%), são o grupo mais estável, com ligeira subida, os viúvos, 62 (5.2 %), em relação ao censo 1864. No Censo de 1911, a população é constituída por 1.484 habitantes e 304 fogos, sendo 689 (46.4%) masculinos e 795 (53.6%) femininos. Os indivíduos solteiros 961 (64.8%), apresentam uma subida e constituem a maior parte da população, continuando a ser o grupo com mais efectivos. Os casados 435 (29.3%), continuam um grupo estável com uma ligeira descida. Casando com mais regularidade, os viúvos 88 (5.9 %), apresentam também uma ligeira subida, em comparação com os dois censos anteriores.

Da leitura do quadro 8, salientamos uma maior proporção da população solteira, com valores mais altos no sexo feminino. Os valores do grupos dos casados, apesar de algumas ligeiras oscilações, os homens casam com a mesma frequência que as mulheres, apresentando proporções idênticas ao casamento. No que se refere ao grupo dos viúvos, as proporções aumentam ligeiramente para uma maior viuvez das mulheres, com os homens a morrer primeiro. (Gráfico 1)

GRÁFICO 1
GRUPOS POR ESTADO CIVIL EM SANTIAGO DE ANTAS



A nossa curiosidade, excedeu os limites temporais da nossa reconstituição de famílias e com base nos censos gerais da população, a modo de síntese, quisemos observar como se comportava a população a partir de 1911, por isso, recuando a 1864, acompanhamos a continuidade da evolução demográfica, demonstrada pela dinâmica população de Santiago de Antas até 2001.⁵⁸ (Quadro 8)

⁵⁸ No censo de 1900, a população de Santiago de Antas, está incluída na da freguesia de Abade de Vermoim, o que nos foi impossível saber qual o número de efectivos populacionais pertencentes à nossa freguesia, facto que não deixa de ser curioso, visto que foi Antas que anexou Abade de Vermoim e não o contrário, para efeitos administrativos, por decreto de 15 de Julho de 1890. Do censo 2001, foram recolhidos os dados preliminares, visto que os dados definitivos à data do nosso trabalho ainda não tinham sido publicados.

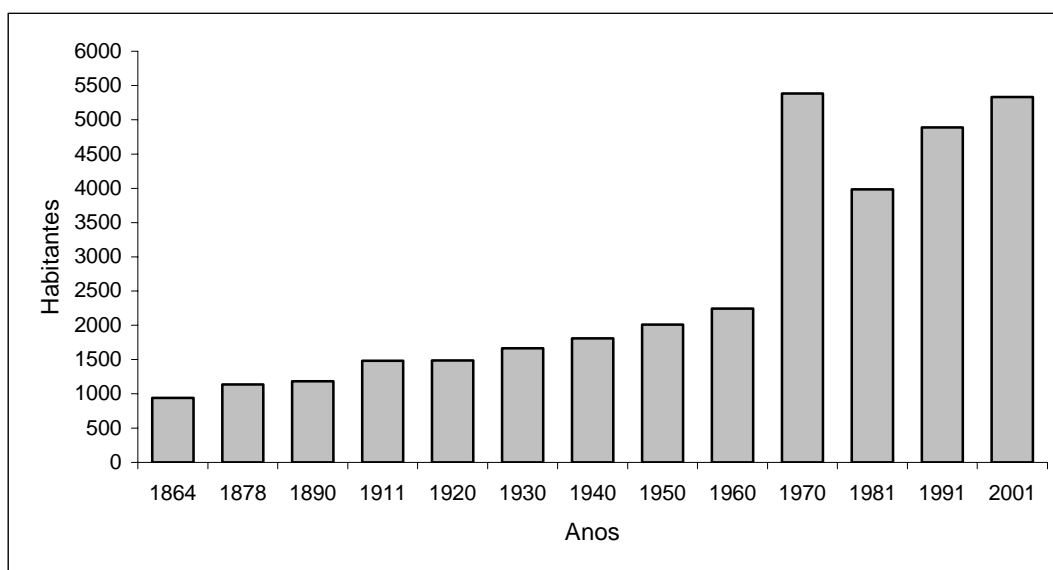
QUADRO 8
CENSOS DE SANTIAGO DE ANTAS DE 1864 -2001

Censos	Fogos	Famílias	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
1864	226	-	402	42.9	536	57.1	938	100
1878	275	-	522	46.0	614	54.0	1136	100
1890	304	-	536	45.3	648	54.7	1184	100
1911	304	-	689	46.4	795	53.6	1484	100
1920	297	-	669	45.0	819	55.0	1488	100
1930	347	-	778	46.8	886	53.2	1664	100
1940	385	-	998	55.1	883	48.8	1811	100
1950	-	391	980	48.8	1029	51.2	2009	100
1960	-	478	1102	49.0	1143	51.0	2245	100
1970	-	-	2510	46.6	2875	53.4	5385	100
1981	-	963	1924	48.3	2062	51.7	3986	100
1991	-	1402	2301	47.1	2587	52.9	4888	100
2001	-	1751	2526	47.4	2805	52.6	5331	100

Os resultados dos censos agrupam os residentes por estado civil o que nos permitem visualizar a estrutura da população até ao final do século XX. Marcamos a título de compreensão quatro momentos de observação para o crescimento contínuo da população: um 1º momento entre 1864 – 1911, com uma taxa de crescimento de 0.98 %, um 2º momento entre 1911 - 1940, 0.69 %, num 3º momento entre 1940 – 1970, 3.63% e um 4º momento 1970 – 2001, com um valor negativo de - 0.033. A progressão demográfica verificada desde o século XIX, fora interrompida na década de 1911-20 pela acção conjunta, dos surtos migratórios, das epidemias mortíferas e das baixas da I guerra Mundial, a população de Antas acusou o toque, mantendo - se estável, crescendo só em 4 efectivos. O seu crescimento populacional intensificara o seu ritmo a partir de 1920, para nunca mais parar de aumentar, mas é de facto a partir de 1970, devido à sua situação geográfica e às características urbanas na parte oriental, que Santiago de Antas é marcada, por forte crescimento populacional, com 5385 efectivos, em boa parte

oriundos de outras localidades, que vieram residir na sua zona administrativa. No ano 1981 a população residente baixou para 3986 habitantes, cuja questão desconhecemos, para voltar a crescer nos anos de 1991, com 4888 habitantes e 5331 habitantes em 2001. Em resumo, a população de Santiago de Antas entre 1864 e 2001, aumentou mais de cinco vezes e meia o número dos seus efectivos.(Gráfico2)

GRÁFICO 2
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DE SANTIAGO DE ANTAS



Interessou – nos também acompanhar através dos censos a evolução da alfabetização. Apesar da intensa legislação, sobre o combate ao analfabetismo das populações, o facto, é que parece, que as reformas e contra – reformas elaboradas durante o século XIX, para persuadiram as populações a frequentarem a instrução primária, pautada por três princípios fundamentais: ensino laico, gratuito e obrigatório, não foram suficientes. Na verdade a primeira grande reforma geral do ensino em 1836, não existiam medidas punitivas para o incumprimento desta obrigatoriedade, apenas se afirma no art. 33, que todos os pais têm a rigorosa obrigação de facilitarem a seus filhos a instrução das escolas primárias, é evidente que os professores com a ajuda dos párocos locais, tentaram todos os meios ao seu alcance para se cumprisse esta obrigação, não

parecem ter conseguido os resultados desejados. Em 1844, nova legislação acrescenta, que a obrigatoriedade de frequentar a escola estava reservada às crianças entre os sete e os quinze anos, residentes nas povoações onde existissem escolas ou dentro de um quarto de légua em circunferência delas, estipulando multas para as famílias, que não cumprissem disposição. As leis seguintes 1870 e 1878, procuravam que esta obrigatoriedade fosse cumprida, mas a verdade, é que as medidas punitivas implantadas para o incumprimento das leis, não foram aplicadas de forma eficaz e as populações não as recebiam. Apesar da lei de 1878, também prever o ensino de adultos à noite ou aos domingos a população adulta (maiores de 15 anos), a taxa de analfabetismo manteve - se sempre muito alta. ⁵⁹ (Quadro 9)

QUADRO 9
ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SANTIAGO DE ANTAS

1890						
Sexo	Analfabetos	%	Sabem ler	%	População Total	%
Masculino	260	48.5	276	51.5	536	100
Feminino	530	81.8	118	18.2	648	100
Total	790	66.7	394	33.3	1184	100
1911						
Masculino	448	65	241	35	689	100
Feminino	614	77.2	181	22.8	795	100
Total	1062	71.6	422	28.4	1484	100
1930						
Masculino	318	40.9	460	59.1	778	100
Feminino	516	58.2	370	41.8	886	100
Total	834	50.1	830	49.9	1664	100

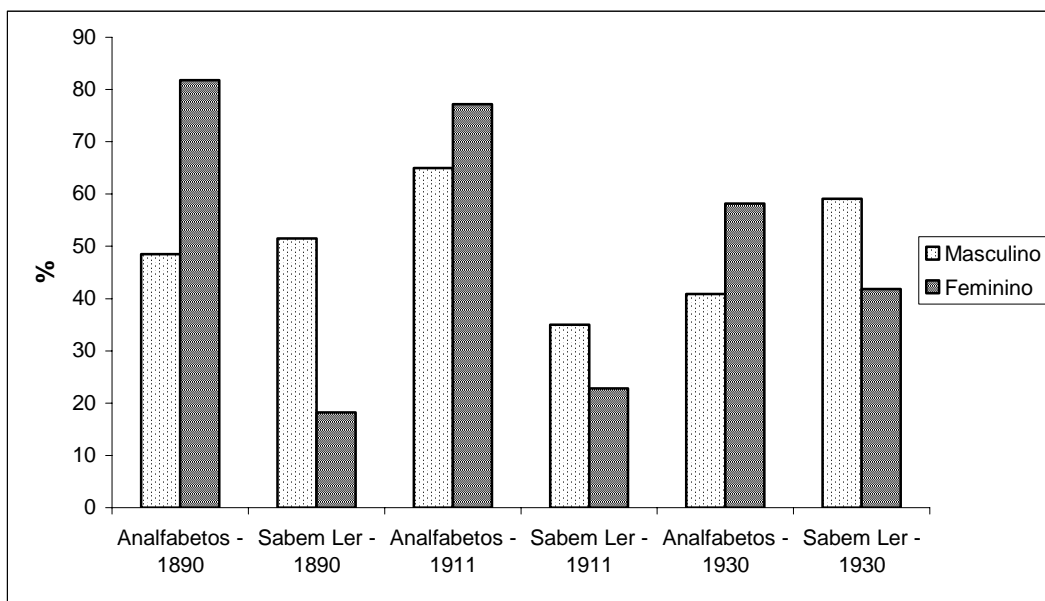
Em Santiago de Antas, tal como sucedeu em outras regiões portuguesas, o absentismo escolar foi bastante elevado, onde a maioria dos pais não mandavam os

⁵⁹ António Nóvoa, com reservas, apresenta valores para o ano de 1878, 82.4% e para 1890, 79.2%, citado por Luís Reis Torgal, “A instrução pública”, in História de Portugal, dir. José Mattoso, 1993, Vol. V, pp. 618 e 619. Santiago de Antas para o ano de 1890, apresenta valores na ordem de 66.7%, o que nos deixa particularmente satisfeitos, em relação a taxa encontrada para a generalidade do país.

filhos à escola e se necessário lhes davam maus tratos, para os obrigar a trabalhar para ajudar ao sustento da família (exemplo que infelizmente podemos aplicar a tempos mais próximos). A maioria da população e mais concretamente no caso das mulheres, foram aprendendo a ler umas com as outras, sempre que tinham um tempo livre, em qualquer local que lhes permitisse alguma concentração e durante os serões em casa, quando o marido ou o pai permitia, junto à intermitente luz da vela ou da candeia, tentando colmatar a ausência da frequência escolar, onde a maior parte, com grande força de vontade e espírito de sacrifício, conseguiram aprender a ler e as mais arrojadas a ler e a escrever. A desigualdade de oportunidades entre os sexos foi notória, partindo do seio das próprias famílias, perfeitamente acomodadas à mentalidade da época, com cobertura da conjuntura político – social, discriminavam e descuravam a instrução das mulheres. Mesmo nessas condições, as mulheres a seu próprio cargo, foram aos poucos e poucos, aproximando os seus níveis de instrução dos homens. Como referência, marcamos três momentos da alfabetização da população em Santiago de Antas e reparamos, que o sexo feminino em 1930, apesar das adversidades sentidas no Portugal de então, atingiu níveis de instrução de grande significado na época, que vão ser compreendidos fundamentalmente nas últimas décadas do século XX , atingindo graus de escolaridade de grande nível e poderem se manifestar livremente, de forma a fazerem sentir a sua autonomia, que começa já a ser possível com a igualdade de oportunidades.

(Gráfico 3)

GRÁFICO 3
A ALFABETIZAÇÃO EM SANTIAGO DE ANTAS



Capítulo III

A nupcialidade

A nupcialidade é entendida por alguns autores como a menos natural das variáveis, que caracterizam um sistema demográfico, porque o matrimónio não é apenas a consequência de um acto voluntário por parte dos contraentes ou de quem os represente, mas também a formação de uma nova célula familiar, responsável em grande parte, pela reprodução biológica das populações. A sua extrema influência nos comportamentos demográficos do Antigo Regime é hoje reconhecida, porque funciona como fenómeno regulador do crescimento das populações das diferentes comunidades e permite uma abertura metodológica, à intervenção e articulação de múltiplas variáveis.⁶⁰

O casamento é idealmente monogâmico, indissolúvel e eterno, à luz da mentalidade vigente, no estudo deste capítulo, consideramos os casamentos legítimos e religiosamente concebidos na forma de união sagrada e o celibato definitivo, o qual deve ser entendido, não no sentido de abstinência sexual, mas sim, quantos indivíduos não se encontraram unidos pelos laços do “*casamento – sacramento*”. Avaliar a eficácia do casamento como mecanismo auto regulador do crescimento demográfico nesta comunidade com fecundidade próxima do natural no período em estudo e qual a influência dos factores sociais, económicos e culturais, na compreensão do fenómeno da nupcialidade foi o que nos propusemos, dando a conhecer os comportamentos

⁶⁰ Robert Rowland « Sistemas matrimoniales na Península Ibérica (siglos XVI – XIX). Una perspectiva regional » in V.P. Moreda e D.S. Reher (eds.). Demografía histórica em Espanha, ed. Arquero, Madrid, 1988, págs. 72- 137. David Reher “ Família, poblacion y sociedade na provincial de Cuenca 1700-1900, Siglo Veintiuno Edit., Madrid, 1988, p. 76, entende que “ a nupcialidade foi tradicionalmente a variável que mais rapidamente pode actuar para compensar qualquer desequilíbrio que se pudesse produzir dentro de uma sociedade determinada”.

matrimoniais,⁶¹ como, quando e com que frequência casavam os indivíduos na comunidade de Santiago de Antas, incluindo as decisões casar e de não casar, identificando qual a sua importância para a sobrevivência ou não do grupo familiar. A evolução fisiológica adequada dos nubentes para a realização do casamento, foi fixada em quatorze anos para os homens e doze anos para as mulheres, com capacidade jurídica para casar que só os civis a tinham e necessitavam do consentimento dos pais ou de alguém que os representasse. De facto, o princípio do consentimento era de primordial importância para a realização do casamento, era uma forma canónica de regularizar a sua validade, com o fim evitar o risco de casamentos, entre parentes próximos, tal como as uniões sucessivas e o problema dos casamentos clandestinos, também chamados casamentos a furto, de indivíduos que se arrependiam de ter casado ou casavam secretamente para posteriormente casarem publicamente com outra esposa.⁶² A Igreja Católica sempre esteve atenta a casamentos irregulares e editou diversa legislação e informação, proibindo tais irreverências, condenando com enorme rigor nas penas, todos aqueles que não cumprissem tais decisões. O que nem sempre foi possível controlar.

⁶¹ A Europa Ocidental, em termos gerais mas não uniformes, caracterizava – se por um casamento tardio superior a 24 anos em ambos os sexos, com índices elevados de celibato definitivo feminino, desaproveitando um grande período de fecundidade feminina. É interessante notar que apesar encontrarmos um casamento tardio nesta região, as mulheres de Santiago de Antas, tal como em outras comunidades minhotas, atingiram durante as suas uniões, índices médios de fecundidade bastante mais elevados que outras regiões da Europa, onde os casamentos se realizavam mais precocemente. Ver John Hajnal “European Marriage in Perspective” in D.V. Glass e D.C. Eversley (eds.), *Population in History*, Londres, pp. 101 – 143.

⁶² Samuel Rodrigues “Matrimónio” in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, J-P, Dir. Carlos Moreira Azevedo, Círculo de Leitores, 2001, págs.178-180. Joel Serrão “Família” Dic. História de Portugal, Livraria Figueirinhas, Porto, 1985, vol. II, pág. 522-527.

Os trezentos e trinta anos estudados da vida desta comunidade rural, não apresentaram padrões de comportamento uniformes e constantes, pela que a nossa análise será desenvolvida por gerações e períodos de tempo, de modo a que se compreenda de maneira simples e acessível a todos os leitores a evolução da sua população.

1. Sazonalidade dos casamentos

Várias questões despertaram a nossa curiosidade quando iniciamos o nosso estudo da nupcialidade. A primeira questão que colocamos, foi quais os meses preferenciais das gentes de Santiago de Antas para a realização do seu casamento. Porque não outros meses? Que razões os teriam levado a escolher uns meses em detrimento de outros? De que forma os factores de ordem cultural, religiosa e social, teriam influenciado as suas decisões? Até que ponto as suas preferências teriam sido alteradas por fundamentos essencialmente económicos? Será que o peso da Igreja em regiões de forte influência religiosa, foi determinante e consensual entre as populações? As nossas respostas, não serão possivelmente as mais capazes, vamos tentar, embora reconhecemos, que por si só a temática, merecia uma abordagem articulada com as diversas comunidades, tendo em conta os seus valores locais e um conhecimento integrado em contexto espacial comparativo mais alargado. Existirá entre as diversas comunidades uma relação de forma, baseada em usos e costumes ancestrais das populações, atingindo diversas comunidades portuguesas, como uma vertente multi - moda, ditando, que a maior parte dos casamentos se realizassem com incidência em determinados meses, indiferentemente dos sectores de actividades?

Em nosso entender, entre os diferentes comportamentos das diversas regiões encontramos, de facto, factores influentes comuns, em que os sectores de actividades

heterogéneos e a especificidade das suas actividades, marcaram decisivamente a vida das populações.

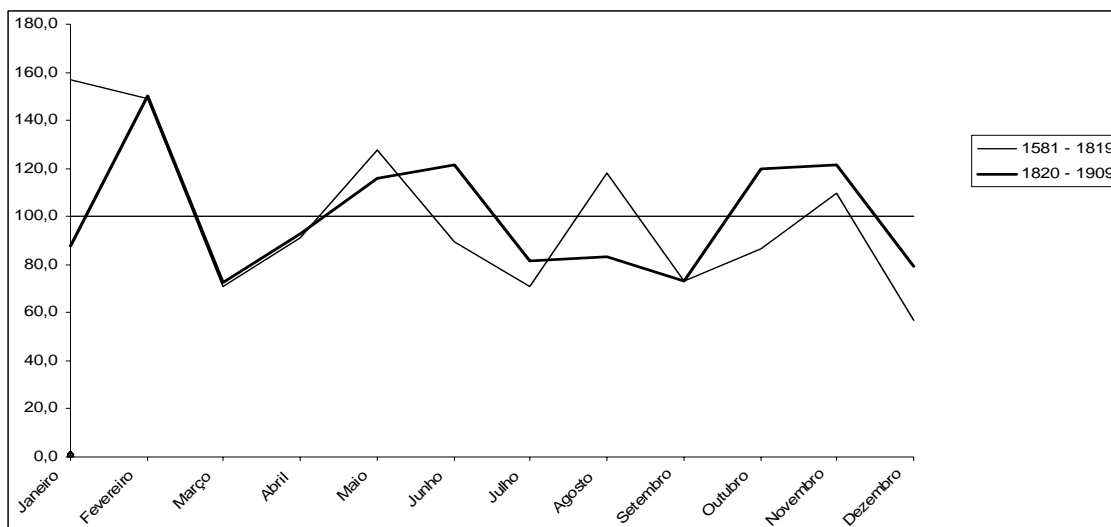
A leitura dos dados da sazonalidade dos casamentos em Santiago de Antas, aponta nesse sentido, em que a distribuição dos casamentos ao longo dos meses do ano, apresenta um estreita relação, com o desenvolvimento das actividades económicas da comunidade, em que a preferência para casar coincidia com meses menos exigentes nos trabalhos agrícolas e complementares, embora continuassem a casar com alguma regularidade em outros períodos do ano. Por outro lado, as normas impostas pela igreja, impondo restrições à realização dos casamentos no período da Quaresma e do Advento, influenciaram também de forma intransigente a sazonalidade dos casamentos.

O respeito da população pelos interditos religiosos e o cumprimento dos preceitos da moral católica, marcaram de forma inquestionável a celebração dos casamentos, para outros meses do ano. (Quadro 10)

QUADRO 10
SAZONALIDADE DOS CASAMENTOS

Meses	1581 – 1819		1820 – 1909	
	N.º Absolutos	Índice (100)	N.º Absolutos	Índice (100)
Janeiro	80	157.2	41	87.8
Fevereiro	69	148.8	64	150.4
Março	36	70.7	34	72.8
Abril	45	91.4	42	92.9
Maio	65	127.7	54	115.6
Junho	44	89.3	55	121.7
Julho	36	70.7	38	81.4
Agosto	60	117.9	39	83.5
Setembro	36	73.1	33	73.0
Outubro	44	86.5	56	119.9
Novembro	54	109.6	55	121.7
Dezembro	29	57.0	37	79.2

GRÁFICO 4
SAZONALIDADE DOS CASAMENTOS
EVOLUÇÃO DOS COMPORTAMENTOS



Para o primeiro período observado 1581 – 1819, os meses preferidos para a realização dos casamentos, Janeiro, Fevereiro, Maio, Novembro. As interdições religiosas ligadas ao período da Quaresma e do Advento, levaram a que os futuros noivos antecipassem os casamentos para meses anteriores, não sujeitos a tais imposições, como o mês de Fevereiro ou para meses imediatamente a seguir, como o mês de Maio. No período do Advento, os presumíveis noivos, continuavam a antecipar os seus enlances matrimoniais para o mês anterior, Novembro ou para o mês seguinte, Janeiro, que foi o mês que atingiu o maior índices de casamentos. Os meses de Março

(Quaresma) e Dezembro (Advento) têm os índices mais baixos de toda a distribuição. Não nos restam dúvidas que a população demonstrou grande rigor no cumprimento das normas impostas pela Igreja, que se fizeram sentir nas suas preferências, revelando a comunidade de Santiago de Antas, fortes influências da religião católica nas suas decisões, respeitando as imposições religiosas de forma

inequívoca⁶³. As Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga de 1637, determinavam que não se celebrassem solenemente casamentos, desde o primeiro Domingo do Advento até ao dia de Reis e da Quarta – Feira de Cinzas até ao domingo de Pascoela, inclusive. É evidente que os casamentos não estavam proibidos, mas sim as suas solenidades, o que levou muitos futuros casais de noivos a optarem por outros meses para casar.⁶⁴ Nos meses de Verão, à excepção do mês de Agosto, notamos uma acentuada queda nas preferências pelos casamentos nos meses de Junho, Julho e Setembro, devido à necessidade de se unirem todos os esforços na realização das tarefas agrícolas, não se tornaram preferenciais nem convidativos para casar, a ausência de tempo para os preparativos necessários à noiva, que gostava de se apresentar na cerimónia, de forma sublime para agradar ao futuro marido, impuseram outras escolhas para celebrar as cerimónias. No entanto Agosto, aparece como um mês de preferência para os enlances matrimoniais, com espanto nosso, com um índice acima da média, sendo o quarto mês de preferência em toda a distribuição. Esta excepção, num período de forte pendor agrícola, julgamos poder atribuir à influência das colheitas, dependendo no entanto, da maior ou menor fertilidade da terra, na preparação dos festejos da boda, pode explicar esta opção. Por outro lado o factor climático poderá ter tido alguma influência na realização das bodas neste período do ano, casar com bom tempo seria

⁶³ Maria Norberta Amorim, “Guimarães 1580 – 1819. Estudo demográfico” Lisboa, INIC, 1987, págs. 64/74, diz que “ o movimento sazonal dos casamentos é condicionado, na Europa católica, pelas interdições religiosas correspondentes aos períodos da Quaresma e do Advento e, depois, para as zonas rurais e piscatórias, pelas fainas mais exigentes. ”... refere ainda “ Parece – nos poder admitir que durante o Antigo Regime, na zona norte do País, os interditos da Quaresma e principalmente o Advento, não tinham a mesma influência sobre a escolha das datas para os enlances matrimoniais... Acontece ainda que essas interdições aparecem mais claramente respeitadas na diocese de Braga...”

⁶⁴ Constituições Synodais do Arcebispado de Braga, ordenadas pelo Arcebispo D. Sebastião de Matos e Noronha, impressas no ano 1637, em Lisboa, oficina de Miguel Deslandes, Constituição IX, p.145 / 46.

fundamental para a cerimónia e para a participação do noivo/a e respectivos familiares, que não sendo naturais de Santiago de Antas, tinham de percorrer distâncias, por vezes, até bastante longínquas. A nossa atenção, retêm – se na contradição, sendo o mês de Agosto, na comunidade, um período de grande exaustão nos trabalhos agrícolas e actividades complementares, que absorvia todos os braços necessários, o facto, é que os noivos o escolheram como preferencial. Pensamos que algumas razões de natureza cultural estão no cerne da questão, porque o uso e costume de os noivos casarem no mês de Agosto, não nos parece muito comum a outras comunidades estudadas nossas conhecidas, nem influenciaram gerações de noivos durante mais de dois séculos como constatamos em Santiago de Antas.⁶⁵

No segundo período observado (1820 - 1909), os noivos tiveram preferência pelos os meses Fevereiro, Maio, Junho, Outubro e Novembro. As interdições religiosas ligadas ao período da Quaresma e do Advento, continuaram a ser respeitadas na comunidade com os noivos antecipassem os casamentos para meses anteriores ou posteriores, não sujeitos a tais imposições, como o mês de Fevereiro, que passou a ter o maior índice de preferência ou para meses imediatamente a seguir, como o mês de Maio. No período do Advento, os enlces matrimoniais passaram a efectuar - se no mês anterior, Novembro, reflectindo – se uma alteração significativa, em relação ao mês de Janeiro que tinha atingido o maior índices de casamentos do período anterior, para passar a ser um dos meses de menor preferência para casar. Acreditamos que Invernos mais rigorosos, tenham influenciado nas decisões e desaconselhado esta prática, que vinha sendo comum até finais do séc. XVIII. Os meses de Março e Dezembro,

⁶⁵ Numa comunidade onde a maioria dos enlces se realizaram entre indivíduos do mesmo concelho ou de concelhos limítrofes, ligados sobretudo à agricultura e complementares, a mobilidade da população e a origem dos presumíveis noivos, não nos parecem suficientes, para influenciarem as decisões dos noivos de se casarem no mês de Agosto.

continuam a ser dos índices mais baixos de toda a distribuição. A população mais uma vez demonstrou, fortes influências da religião católica nas suas decisões e continuou a cumprir com grande rigor as normas impostas pela Igreja, preferindo meses não interditos religiosamente para a realização dos matrimónios.

Nos meses de Verão, à excepção do mês de Junho, os meses de Julho, Agosto e Setembro, apresentam os índices baixos, nas preferências pelos casamentos, porque as actividades ligadas à terra, representavam a prioridade estratégica de fonte de subsistência para uns e de riqueza para outros nesta comunidade, absorvendo a grossa parte da população. O mês de Junho, aparece neste período, com o segundo índice de preferência para os enlaces matrimoniais, em detrimento do mês de Agosto do período anterior, nos parece razoável, visto que os meses que se avizinham são de forte incremento agrícola, com o clima a permitir, desde já, auspícios de alguma segurança, na realização das bodas nesta época do ano.

2. Idade média ao primeiro casamento

A idade média de acesso ao primeiro casamento é de facto um indicador de grande importância no estudo da nupcialidade, por sobre ela recaí parte da responsabilidade, enquanto factor de influência no processo social e demográfico, fundamentalmente em comunidades em que se não se utiliza a contracepção, podendo funcionar como forma de equilíbrio nas sucessivas gerações, ao adaptar o período fecundo da mulher às exigências demográficas das populações.

A limitação da descendência pelo desaproveitamento do período fecundo da mulher, causada pelo casamento tardio ou pelo celibato definitivo, tem de facto intervenção na dinâmica das populações do Antigo Regime, mas por si só, fica condicionada e não responde de forma decisiva a questões de fundo que se colocam ao

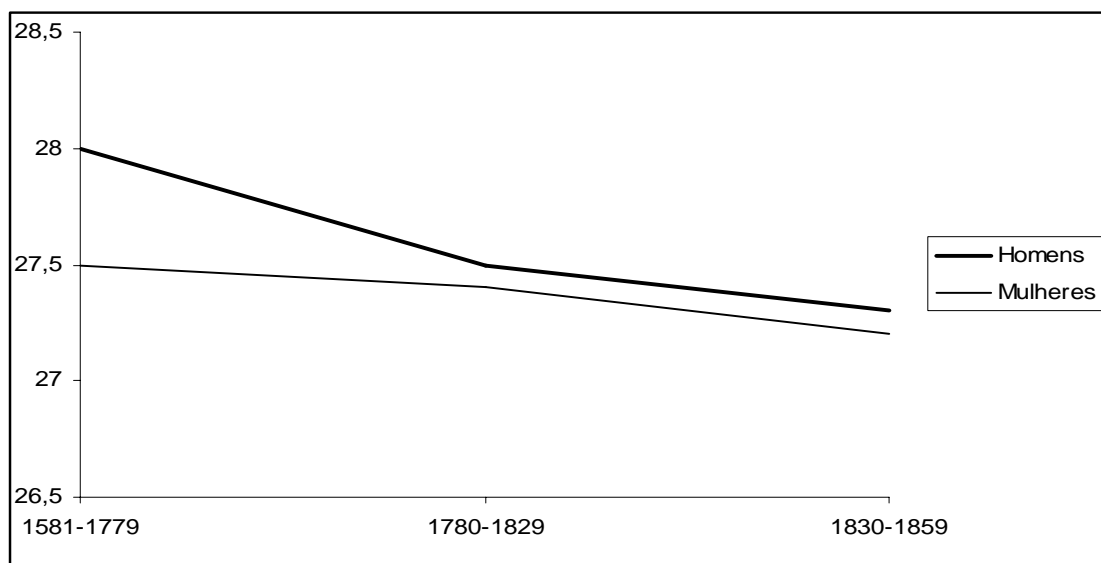
longo do nosso trabalho. Torna – se necessário conhecer o seu comportamento ao longo do tempo e de que forma intervém no equilíbrio ou desequilíbrio de efectivos populacionais, tendo em linha de conta a intervenção de variáveis como a mortalidade e a mobilidade, no sentido de aprofundar de forma articulada, como se processaram os comportamentos demográficos.

Para estudar a idade média ao primeiro casamento, procedemos em primeiro lugar, à análise longitudinal por grupos de gerações, considerando os casamentos de todos os indivíduos nascidos entre 1581 e 1859. Na observação foram eliminados todos os casamentos realizados nos últimos cinquenta anos, atendendo a que só a partir dos cinquenta anos é que se convencionou que um indivíduo é considerado definitivamente celibatário. Na análise da idade média ao primeiro casamento foram considerados todos os indivíduos com data conhecida entre os doze e os cinquenta anos. (Quadro 11)

QUADRO 11
IDADE MÉDIA AO 1º CASAMENTO
(OBSERVAÇÃO LONGITUDINAL)

PERÍODO	HOMENS		MULHERES	
	N.º Casamentos	Idade Média	N.º Casamentos	Idade Média
1581 – 1779	54	28.0	247	27.5
1780 – 1829	66	27.5	97	27.4
1830 – 1859	120	27.3	130	27.2

GRÁFICO 5
IDADE MÉDIA AO 1º CASAMENTO
(OBSERVAÇÃO LONGITUDINAL)



Na observação do quadro e da sua representação gráfica, consideramos depois de alguns ensaios, três períodos de observação. No primeiro período, as gerações nascidas entre 1851 e 1799 a idade média é de 28 anos para os homens e 27.5 anos para as mulheres, casando os homens neste período mais velhos que as mulheres. No período entre 1780 - 1829, a idade ao casamento baixou para os homens, que continuam a casar ligeiramente mais velhos, com 27.5 anos do que as mulheres 27.4 anos, com uma diferença média de um mês entre ambos os sexos. No terceiro período 1830 – 1859 a idade média continua a ser menor para ambos os sexos, com uma aproximação já constatada no período anterior, com 27.3 anos para os homens e 27.2 anos para as mulheres. De uma forma geral, para todos os períodos observados, a idade média ao primeiro casamento, mantém – se acima dos 25 anos, sempre mais elevada no sexo masculino, casando os homens mais velhos que as mulheres, diminuindo a idade ao casamento com oscilações pouco acentuadas à medida que percorríamos os séculos, com tendência a ambos os sexos se casarem com a mesma média de idades.

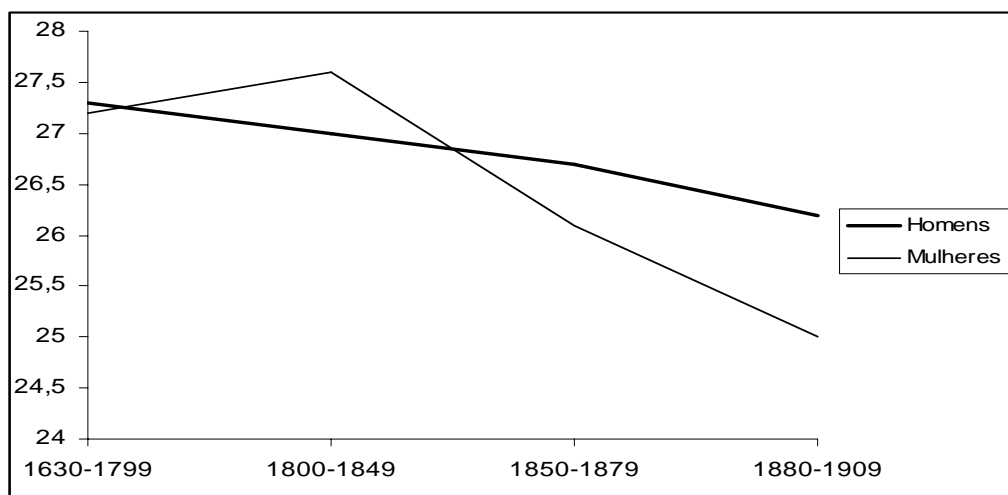
No sentido de eliminarmos alguns fenómenos perturbadores que pudessem vir a influenciar o nosso estudo, quisemos verificar a possibilidade de existirem algumas alterações, para isso recorreremos, a uma análise em observação transversal, analisando o comportamento das populações, com início em 1630 até 1909, observando todos os indivíduos, com possibilidades de contraírem matrimónio, eliminando os primeiros 50 anos da observação, idade convencionada como celibato definitivo, como já tínhamos referido anteriormente. Na análise da idade média ao primeiro casamento continuam a ser considerados todos os indivíduos com data conhecida entre os doze e os 50 anos.

(Quadro 12)

QUADRO 12
IDADE MÉDIA AO 1º CASAMENTO
(OBSERVAÇÃO TRANSVERSAL)

PERÍODO	HOMENS		MULHERES	
	Nº Casamentos	Idade Média	Nº Casamentos	Idade Média
1630 – 1799	50	27.3	221	27.2
1800 – 1849	62	27.0	97	27.6
1850 – 1879	98	26.7	119	26.1
1880 – 1909	183	26.2	194	25.0

GRÁFICO 6
IDADE MÉDIA AO 1º CASAMENTO
(OBSERVAÇÃO TRANSVERSAL)



Na leitura do quadro e correspondente gráfico, consideramos na análise transversal, quatro períodos diferenciados de observação. As idades médias ao primeiro casamento continuam a apresentar tendências mais elevadas para o sexo masculino, que realizam o seu casamento mais tarde que o sexo feminino, casando de uma forma geral, com mulheres mais novas. A exceção, nos aparece no período de 1800 - 1849, em que as mulheres com 27.6 anos, pela primeira vez em toda a observação, casam com idade média superior aos homens, 27.0 anos, para de seguida, nos períodos posteriores, se manter a tendência inicial. De salientar, que a idade média ao casamento diminui significativamente em ambos os sexos, à medida que percorremos os anos e nos aproximamos do final da observação, perspectivando a tendência para os noivos contraírem matrimónio cada vez mais cedo, atingindo a mulher a idade média de 25 anos, no período entre 1880 e 1909.

Depois de diversos ensaios com diferentes periodizações, defendemos que a nossa observação em longa duração da idade média ao primeiro casamento fosse realizada em três períodos para a observação longitudinal e quatro para a observação transversal, o que nos permitiu uma melhor análise das tendências dos comportamentos

num trabalho de características tão específicas, tendo em conta o número de observações ser bastante aceitável para cada período e que com alguma segurança se tornassem explicativas, excluindo inversões ocasionais de tendências sem grande significado nos comportamentos demográficos em longa duração.

As idades médias elevadas ao primeiro casamento são uma constante em todas as observações realizadas sobre a comunidade em estudo e em comparação com as paróquias rurais do Minho, nos períodos considerados, constatamos, que em período anterior a 1880, nenhuma idade média ao primeiro casamento se posiciona abaixo, dos 25 anos, salvo Romarigães, no concelho de Paredes de Coura, no caso do sexo masculino. No nosso caso, de uma forma geral, os homens em Santiago de Antas esperavam mais tempo pelo casamento, à exceção do período de 1800 - 49, em que as mulheres casaram mais tarde.

Em estudo recente comparativo Maria Norberta Amorim entre diversas paróquias estudadas sobre a região do Minho, afirma que para os séculos XVII e XVIII “ uma média elevada ao primeiro casamento é uma constante em todas as observações sobre o Minho” Nas paróquias rurais, verifica que todas as médias, são no caso das mulheres sempre superiores a 25 anos.⁶⁶

Para a região do Minho abrangendo períodos seculares, encontramos médias de idade ao primeiro casamento feminino superiores a 27.5 anos, em Mouquim - V. N. de Famalicão, Ronfe - Guimarães, Pico de Regalados e Cervães - Vila Verde, Alvito S. Pedro - Barcelos, Belinho - Esposende, Facha - Ponte Lima, Lanheses - Viana do

⁶⁶ Maria Norberta Amorim “ O Minho: comportamentos demográficos através da informação paroquial” Ler História, 1999, p.21- 24. Em Espanha, excluindo as Baleares, a idade média feminina ao 1º casamento no séculos XVII e XVIII., situava – se abaixo dos 23 anos, só subindo aos 24 - 25 anos no caso da Galiza, Astúrias – Cantábria, País Basco e Navarra e para período anterior a 1750, na

Castelo e Romarigães - Paredes de Coura. As médias menos elevadas ao casamento feminino para o período considerado encontramos, S. Tecla - Celorico de Basto, Fafe – Fafe, Barcelinhos - Barcelos e zona rural - Guimarães. Em muitas destas paróquias as mulheres casavam mais cedo que os homens, mas de uma forma geral, os comportamentos não foram assim tão uniformes. A exemplo seguimos de perto o comportamento de três paróquias Santiago de Antas, Mouquim e Avidos, pertencentes ao mesmo de concelho, constatamos que até ao século XVIII, apenas em Santiago de Antas os homens casavam mais tarde que as mulheres, mas se as analisarmos em longa duração, verificamos que em Avidos e Santiago de Antas os homens casavam mais tarde que as mulheres, em Mouquim as mulheres casaram sempre mais tarde que os homens.

No Minho, em grande parte dos estudos nossos conhecidos, podemos afirmar que a maior parte das paróquias se identificam com Santiago de Antas e Avidos onde o sexo masculino casava com idades mais elevadas que o sexo feminino, embora num ou noutro período o casamento feminino possa preceder o masculino. O mesmo sucede em outras regiões portuguesas, como Aradas e Eixo, Beira Litoral, Couto de Mosteiro na Beira Alta, S. Mateus do Pico, nos Açores, Conceição de Tavira, no Algarve e em todas as regiões de Espanha, à excepção da Galiza.⁶⁷

Santiago de Antas relativamente à idade média ao primeiro casamento, apresenta valores compatíveis com o regime demográfico do Antigo Regime, com idades médias elevadas em ambos os sexos. Homens e mulheres ascendem de facto na região do noroeste português, tardiamente ao matrimónio, sendo os homens os mais penalizados.

Alemanha 26.4 anos, Bélgica 25.0 anos, Escandinávia 26,7 anos, França 24.6 anos e Inglaterra 25.0 anos.

⁶⁷ Ibem, pp. 21 – 24. Na Galiza os homens casavam mais cedo do que as mulheres, encontrando semelhanças em muitas das paróquias minhotas.

É evidente, que não devemos considerar tão uniforme a afirmação porque em comunidades rurais do Minho, também aparecem vários exemplos de comportamentos em que idade ao primeiro casamento feminino precede claramente o masculino, mas a tendência geral é precisamente a inversa, os homens casam mais tarde que as mulheres.

(Quadro 13)

QUADRO 13
IDADE MÉDIA AO 1º CASAMENTO
COMPARAÇÃO ENTRE PARÓQUIAS RURAIS DO MINHO XVII A XX ⁶⁸

Concelhos Paróquias	Antes de 1799		1800 – 1849		1850- 1879		1880 - 1909	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
V.N.Famalicao Santiago de Antas	27.3	27.2	27.0	27.6	26.7	26.1	26.2	25.0
Mouquim 1	25.3 1662-749	28.6 1662-749	26.3 1800-67	28.9 1800-67				
Avidos 2	28.8 1710-69	30.4 1710-69	29.9 1770-849	25.0 1770-849	25.5 1850-99	25.1 1850-99	26.0 1900-95	24.4 1900-95
Guimarães Zona rural 3	26.4	26.3						
Ronfe 3	27.9	27.6	27.4 1780-49	27.6 1780-49	26.9 1850-900	27.2 1850-900		
Lordelo 4		27.0						
Fafe Fafe 3	30.0	26.1						
Cel. Basto Sta. Tecla 5	27.2	25.4 1700-919						

⁶⁸ Maria Norberta Amorim, O Minho: comportamentos demográficos através da informação paroquial, Ler História...op. cit., pág.22. Comunidades estudadas no âmbito de dissertações de mestrado e de doutoramento, Universidade do Minho e Universidade do Porto, por: Maria Manuela Ventura (1); Odete Paiva (2); Maria Norberta Amorim (3); José Adriano Janeiro (4); Elza Carvalho (5); Maria Marta Lobo de Araújo (6); Maria Cecília Barbosa (7); Inês Faria (8); Fernando Miranda (9); Manuel Saraiva (10); Maria Arminda Machado (11); Maria Carlota Santos (12) Caroline Bretell (13). Na elaboração do quadro, para o período anterior a 1799, foram utilizadas as médias de idades mais baixas, encontradas ao primeiro casamento, em todos os investigadores que consideraram dois períodos: um anterior a 1699 e outro de 1700 - 99.

Vila Verde Pico de Regalados 6	29.0	27.0	30.0 1780-49	28.0 1780-49	28.0 1850-900	28.0 1850-900		
Cervães 7	27.7	27.7 1750-809						
Barcelos Barcelinhos 8	25.1	26.0			29.0 1820-79	27.0 1820-79	24.9	24.5
Alvito S. Pedro 9	26.4	29.0	30.2	30.9	29.3 1850-900	28.0 1850-900		
Esposende Belinho 10	27.8	27.8					26.3 1890-910	26.6 1890-910
Ponte de Lima Facha 11	25.3 1760-829	27.7 1760-829			29.2 1830-79	28.6 1830-79	28.1 1880-969	26.8 1880-969
Paredes de Coura Romarigães 12	23.0 1690-749	27.9 1690-749	24.3	27.8				
Viana do Castelo Lanheses 13	26.7	27.3	27.6 1780-49	27.6 1780-49	30.6 1850-900	29.3 1850-900		

3. Repartição por grupos de idades ao primeiro casamento

A repartição dos indivíduos por grupos de idade ao primeiro casamento, permite estudar, como se distribuíram homens e mulheres pelos diferentes grupos etários de acesso ao casamento e entendermos de que forma as suas alterações se revelaram nos comportamentos demográficos. Analisando os quadros 14/15, que nos apresentam a distribuição por grupos de idade, observada em quatro períodos contínuos, verificamos que as mulheres começam a casar de facto muito cedo, com alguns casamentos no grupo etário dos 12-14 anos, detectando – se sete casos durante a nossa observação. O mesmo não se verificou no sexo masculino, para o qual só era permitido o casamento a partir dos quatorze anos de idade.

No primeiro período 1630 - 1799, 41.1 % das mulheres e 39.6% dos homens, casavam com menos de 25 anos. No grupo etário 25 -29, verificamos uma afluência de casamentos bastante significativa, com distribuição pelo grupo etário muito semelhantes nos dois sexos, com índices de 28.1% para as mulheres e 28.3% dos homens. Uma

maior distribuição dos homens nos grupos etários entre os 30 - 44 anos, com índices de 32.4% e de 29.8% para as mulheres, tiveram influência na ligeira diferença encontrada na idade média ao primeiro casamento, sendo mais alta no sexo masculino, com 27.3%, do que no sexo feminino com 27.2%. No segundo período 1800 - 49, apesar de 44.9 % das mulheres e 51.6% dos homens, casarem abaixo dos 25 anos, uma maior distribuição das mulheres por outros grupos etários, com referência no grupo dos 25 – 29, com 22.5% e 15.6% dos homens, foi o factor responsável pela idade média feminina ser superior à masculina, caso de excepção que já fizemos notar anteriormente, em que as mulheres com 27.6 anos pela primeira vez e única em toda a observação, casaram mais tarde que os homens, 27.0 anos.

No terceiro período 1850 - 79, a maioria das mulheres, 50.8%, e 45.4% dos homens, continuam a casar abaixo dos 25 anos, mas uma maior distribuição dos homens 36.4% no grupo dos 25 – 29, contra 25.8% das mulheres, invertendo a tendência verificada no período anterior, para novamente a idade média masculina ser superior à feminina, tal como se tinha verificado para o primeiro período.

No quarto período 1880 - 909, a maioria das mulheres, 54.3%, e 45% dos homens, continuam a casar abaixo dos 25 anos, com uma maior distribuição das mulheres por grupos etários mais jovens e uma maior distribuição dos homens, 24 %, no grupo dos 25 – 29, contra 17.6 % das mulheres, confirmou decisivamente a tendência verificada em períodos anteriores, em que os indivíduos do sexo masculino contraíram matrimónio sensivelmente mais tarde que os do sexo feminino.(Quadros 14 / 15)

QUADRO 14
REPARTIÇÃO POR GRUPOS DE IDADE AO 1º CASAMENTO
(SEXO FEMININO)
 %

	1630 – 1799		1800 – 1849		1850 – 1879		1880 – 1909	
12 – 14	1.8		1.0		0.8		0.5	
15 – 19	8.6		8.2		13.3		17.6	
20 – 24	31.7	41.1	35.7	44.9	36.7	50.8	46.2	54.3
25 – 29	28.1		22.5		25.8		17.6	
30 – 34	14.0		12.2		14.2		7.6	
35 – 39	11.3		14.3		2.5		3.0	
40 – 44	4.5		4.1		3.4		3.0	
45 – 49	0		1.0		2.5		2.0	
> = 50	0		1.0		0.8		2.5	
Total	100		100		100		100	

QUADRO 15
REPARTIÇÃO POR GRUPOS DE IDADE AO 1º CASAMENTO
(SEXO MASCULINO)
 %

	1630 – 1799		1800 – 1849		1850 – 1879		1880 – 1909	
12 – 14	0		0		0		0	
15 – 19	9.4		12.5		3.0		6.0	
20 – 24	30.2	39.6	39.1	51.6	42.4	45.4	49.0	45.0
25 – 29	28.3		15.6		36.4		24.0	
30 – 34	15.1		14.1		9.1		10.8	
35 – 39	3.8		9.4		5.1		6.0	
40 – 44	7.5		4.7		2.0		3.2	
45 – 49	0.0		1.5		1.0		0.5	
> = 50	5.7		3.1		1.0		0.5	
Total	100		100		100		100	

Em forma de conclusão, apesar de haver uma maior distribuição à idade média ao primeiro casamento, por parte dos homens no grupo etário dos 20 - 24, a distribuição dos homens por grupos etários mais velhos, embora de forma irregular e as mulheres por grupos etários mais jovens, à exceção do período de 1800 - 49, no qual a idade média feminina ultrapassou a masculina, foram responsáveis por um casamento mais tardio no sexo masculino, com diferenças de idade muito próximas entre os dois sexos. Ao longo da observação o grupo de idades mais frequentes ao casamento nos dois sexos

foi o dos 20 - 24 anos, contraindo as mulheres casamento nitidamente mais precoce a partir de 1850.

4- Grupos de idades combinadas dos nubentes celibatários

Na leitura do quadro 16, encontramos uma forma simples de verificarmos em que grupos de idades se deram as combinações mais frequentes ao casamento, trazendo à superfície dados em que a idade média se estrutura mas não os transporta à luz. Neste sentido, no período de 1581 - 1799 a combinação de idades ao casamento mais frequentes, concentra - se nos homens entre os 20 - 24 anos, que casam com mulheres do grupo 35 - 39 anos, 12.9%. A segunda relação de casamentos mais frequente, ocorria entre homens e mulheres do mesmo grupo de idades entre os 20 e 24 anos e seguidamente entre os homens de 25 e 29 anos, que casam com igual percentagem à do grupo anterior 9.7%, com mulheres entre 20 a 24 anos. Em menor percentagem casam, homens e mulheres do mesmo grupo de idades, entre os 25 e 29 anos, 6.7%.

No período 1800 - 49, a combinação de idades mais frequentes ao casamento, dá - se entre homens do grupo de idades dos 20 - 24 anos que casaram com mulheres dos 25 - 29 anos, 21.7%. Na combinação seguinte os homens e mulheres do grupo de idades dos 20 - 24 anos, casam entre si, 13%. No grupo etário dos 25 - 29 anos, 13% dos homens casam com mulheres mais novas entre os 20 e 24 anos e só 4.3% de homens e mulheres é que casam no mesmo grupo de idades. É neste período, que verificamos uma alteração na idade média feminina a qual é mais alta que a idade média dos homens, que tendencialmente ao longo da observação, casavam mais velhos com mulheres mais novas, mas a distribuição masculina por outros grupos de idades não inverteu as posições, independentemente da idade média feminina.

No período 1850 - 79, a combinação de idades ao casamento, acentua – se de forma significativa entre homens e mulheres do grupo de idades dos 20 - 24 anos, 20%, seguem - se os casamentos dos homens idades dos 25 - 29 anos, 14.1%, que casam com mulheres mais novas entre 20 e 24 anos. Os homens e mulheres do mesmo grupo de idades entre 25 e 29 anos, aparecem em terceira posição, com 10.6%.

No último período 1880 - 909, os casamentos dos nubentes do grupo de idades dos 20 - 24 anos, 28.6%, continuam a ser os mais frequentes, atingindo a maior subida percentual de todos os períodos, seguindo - se os casamentos dos homens idades dos 25 - 29 anos, 11.1%, com mulheres mais novas entre 20 e 24 anos, embora as mulheres do grupo dos 25 - 29 anos com 10.4%, também se destaquem neste período, casando com homens dos 20 - 24 anos. Entre os nubentes do mesmo grupo de idades, 25 - 29 anos, não se verificaram grande frequência de casamentos, só 6.6% é que casaram entre si. (Quadro 16)

QUADRO 16
IDADES COMBINADAS DOS NUBENTES CELIBATÁRIOS
(GRUPOS DE IDADE)
%

1581 – 1799							
HOMENS							
Mulheres	15 – 19	20 – 24	25 – 29	30 – 34	35 – 39	> = 40	Total
15 – 19	-	-	-	-	-	-	-
20 – 24	-	9.7	9.7	-	3.2	6.5	29.1
25 – 29	3.2	3.2	6.5	6.5	-	-	19.4
30 – 34	-	-	6.5	3.2	-	6.5	16.2
35 – 39	3.2	12.9		6.5	3.2	3.2	29.0
> = 40	-	-	3.2	-	3.2	-	6.4
Total	6.4	25.8	25.9	16.2	9.6	16.2	100.1

1800- 1849							
HOMENS							
Mulheres	15 – 19	20 – 24	25 – 29	30 – 34	35 – 39	> = 40	Total
15 – 19	-	-	4.3	4.3	-	-	8.6
20 – 24	-	13.0	13.0	-	-	-	26.0
25 – 29	-	21.7	4.3	8.7	4.3	-	39.0
30 – 34	4.3	-	-	-	4.3	-	8.6
35 – 39	-	-	-	-	4.3	4.3	8.6
> = 40	-	-	-	-	-	8.7	8.7
Total	4.3	34.7	21.6	13.0	12.9	13.0	99.5

1850- 1879							
HOMENS							
Mulheres	15 – 19	20 – 24	25 – 29	30 – 34	35 – 39	> = 40	Total
15 – 19	1.2	4.7	5.8	-	-	-	11.7
20 – 24	-	20.0	14.1	1.2	1.2	-	36.5
25 – 29	1.2	8.2	10.6	3.5	3.5	-	27.0
30 – 34	-	4.7	7.1	2.4	-	2.4	16.6
35 – 39	-	1.2	1.2	1.2	-	-	3.6
> = 40	-	-	2.4	1.2	1.2	-	4.8
Total	2.4	38.8	41.2	9.5	5.9	2.4	100.2

1880 – 1909							
HOMENS							
Mulheres	15 – 19	20 – 24	25 – 29	30 – 34	35 – 39	> = 40	Total
15 – 19	1.1	9.9	4.4	1.1	0.6		17.1
20 – 24	1.1	28.6	11.0	4.4	1.1		46.2
25 – 29		10.4	6.6	2.8	1.7	1.1	22.6
30 – 34		1.1	2.8	1.1	1.7	0.6	7.3
35 – 39		0.6		0.6	0.5	1.1	2.8
> = 40		1.1	0.6		1.1	1.1	3.9
Total	2.2	51.7	25.4	10.0	6.7	3.9	99.9

No quadro 17, onde são apresentadas as posições relativas dos nubentes celibatários, verificamos de forma simples, que homens e mulheres contraíram matrimónio dentro do mesmo grupo de idades com alguma frequência, embora se destaquem os casamentos de homens mais velhos com mulheres mais jovens, atingindo percentagens mais elevadas, ao longo de toda a observação. Já fizemos notar, no período de 1800 - 49, que apesar da idade média feminina ao primeiro casamento ultrapassar a idade média masculina, não houve uma tendência contínua, as mulheres de uma forma geral, casaram mais novas com homens de grupos de idades superiores ao seu. Os casamentos de mulheres mais velhas com homens mais jovens, também nos aparece com alguma frequência significativa até 1880, período a partir do qual, o sexo feminino casa definitivamente com idades cada vez mais jovens em relação ao sexo masculino, o que já vinha adivinhando desde os meados do séc. XIX. As oscilações percentuais, muito nítidas de período para período, não parecem depender unicamente da idade média ao primeiro casamento nos dois sexos, contudo, as idades combinadas dos nubentes celibatários e a sua posição relativa aos grupos de idade, não invalidaram a superioridade da idade média masculina ao primeiro casamento. (Quadro 17)

QUADRO 17
POSIÇÃO RELATIVA DOS NUBENTES CELIBATÁRIOS POR GRUPOS DE IDADES

Nubentes	1591 – 1799	1800 – 1849	1850 – 1879	1880 – 1909
Homens e mulheres do mesmo grupo	22.6	30.3	34.2	39.0
Homens mais velhos	35.6	43.2	36.4	41.5
Mulheres mais velhas	41.9	26.0	29.6	19.4

5. Estado civil anterior dos nubentes

A observação do quadro 18, dá - nos uma representatividade do estado civil dos nubentes no acesso ao casamento, sendo a população maioritariamente solteira, como seria de esperar, grande parte dos casamentos foram realizados entre nubentes celibatários. Durante o Antigo Regime, a dissolubilidade do matrimónio católico não era permitida, só em presença da morte de um dos cônjugues, é que era possível a realização de um novo casamento. A situação de viuvez das mulheres em relação ao recasamento, foi sempre em menor proporção que a dos homens, certamente condicionadas por factores de ordem social, económica e cultural, as quais teoricamente, se adaptaram melhor que os homens à situação da viuvez, talvez pela posição mais próxima dos filhos e toda a situação que um novo casamento poderia implicar na vida familiar.(Quadro 18)

QUADRO 18
ESTADO CIVIL ANTERIOR DOS NUBENTES

	1581 – 1799		1800 – 1849		1850 – 1879		1880 – 1909	
	N.º Cas	%	N.º Cas	%	N.º Cas	%	N.º Cas	%
Solteiras	479	99.2	259	98.1	158	92.4	211	92.5
Viúvas	4	0.8	5	1.9	13	7.6	17	7.5
Solteiros	440	91.1	228	86.4	141	82.5	203	89.0
Viúvos	43	8.9	36	13.6	30	17.5	25	11.0
Total Cas.	483		264		171		228	

Ao longo período estudado, dividimos a nossa análise em quatro períodos, constatamos que as viúvas são muito pouco receptivas a um novo casamento com

percentagens de recasamento que variam entre 0.8% e 7.6%. Em relação aos viúvos, casaram com maior frequência, entre os 8.9% e 17.5%. Afectando ambos os sexos, embora de forma diferente, o fenómeno do recasamento reconhece algum significado em Santiago de Antas, com grande expressividade entre 1800 - 79, período em que os homens viúvos recasaram mais facilmente com percentagens entre 13.6% e os 17.5%, bastante superiores às das mulheres que registaram índices entre 1.9% e 7.6%. Na viragem do séc. XIX para o XX, os homens continuam a recasar mais significativamente com 11% que as mulheres, com 7.5%, seguindo a tendência demonstrada no período anterior, permanecendo pouco receptivas a um novo casamento. Em comparação com algumas comunidades rurais portuguesas, Odete Paiva em Avidos, comunidade do mesmo concelho que a nossa, encontrou valores ao recasamento, entre e 1.6% e 6.4% para os homens 0.7% e 3.1% para as mulheres. Maria Norberta Amorim em Guimarães, entre 9.7% e 14.3% para os homens e 4% e 5.1% para as mulheres e no Sul do Pico - Açores, entre 4% e 11.4%, para os homens e 1.7% e 6.6% para as mulheres. Maria Palmira Gomes em Cortegaça, entre 9.1% e 12% nos homens e 2.5% e 7.2% para as mulheres. Inês Faria em Barcelinhos, entre 8.4% e 14.6% para os homens e 3.2% e 6.3% para as mulheres. Carlota Santos, Romarigães - Paredes de Coura, entre 10.3% e 11.9% para os homens e 3 % e 4.3% para as mulheres⁶⁹. Em Santiago de Antas uma tendência evolutiva se faz notar na proporção dos recasamentos, à medida que avançamos no tempo, mais concretamente a partir de

⁶⁹ Comunidades estudadas no âmbito de dissertações de mestrado: Odete Paiva, "S. Martinho de Avidos (V.N. de Famalicão), 1599-1995 "pág. 98; Maria Palmira Gomes, " Cortegaça (Ovar) 1583 -1975" pág. 34 ; Inês Faria, Barcelinhos (Barcelos), 1606 – 1910, pág. 77; Carlota Santos, Romarigães (Paredes de Coura) 1640-1872, pág.134; Comunidade estudada no âmbito de dissertação de doutoramento por: Maria Norberta Amorim, Guimarães, zona rural, 1580 – 1819, pág. 128 e livro publicado pela Universidade do Minho da autoria de Maria Norberta Amorim, Sul do Pico (Açores) 1680 – 1980, pág. 99.

1800, tanto homens como mulheres, ao contrário do que constamos em outras comunidades portuguesas, estavam mais permissivos a novo casamento do que em períodos anteriores.

Os contraentes masculinos beneficiam de condições bastante mais favoráveis a um novo casamento. Seria que a sociedade de então seria mais permissiva no caso dos homens? Factores de ordem cultural estariam inerentes a tais desígnios? Estariam estes últimos mais dependentes de um novo casamento para o equilíbrio familiar? À medida que a sociedade evolui, a população perdendo o medo da má língua das vozes populares, construiu alicerces próprios na sua mentalidade, que aos poucos e poucos foram anulando alguns dos preconceitos sociais, que a par com a oposição dos familiares, foram os grandes responsáveis por inviabilizarem a constituição de novas famílias, evitando dias amargos de solidão.

6. Nubentes segundo o estado civil combinado

A tendência verificada ao longo dos períodos analisados, é que a maioria dos casamentos se realizaram entre solteiros, tal como acontecia em outras paróquias rurais, estudadas em diferentes regiões portuguesas.(Quadro 19)

QUADRO 19
NUBENTES SEGUNDO O ESTADO CIVIL COMBINADO

	Solteiros				Viúvos			
	1581-799	1800-49	1850-79	1880-909	1581-799	1800-49	1850-79	1880-909
Mulheres	1581-799	1800-49	1850-79	1880-909	1581-799	1800-49	1850-79	1880-909
Solteiras	90.7	85.6	79.5	85.5	8.5	12.5	12.9	7.0
Viúvas	0.4	0.8	2.9	3.5	0.4	1.1	4.7	4.0

Decorrente da observação do quadro 19, viúvos e viúvas voltam a casar, mas preferiram realizar os novos enlacs com mulheres e homens solteiros. O casamento de solteiros com viúvas aumenta ligeiramente, mas com pouca expressividade, sendo nos períodos analisados sucessivamente de 0.4%, 0.8% , 2.9%, 3.5%. A união de solteiras

com viúvos, realiza – se com mais frequência, apresentando índices, mais altos que as anteriores, respectivamente, de 8.5%, 12.5%, 12.9%, 7%. O casamento entre viúvos e viúvas, não entusiasmou os nubentes, raramente casavam entre si, no entanto, curioso será notar que as viúvas, nesta comunidade, apesar terem poucas probabilidades de recasamento, preferiram - no fazer com homens viúvos, encontrando bastantes dificuldades no mercado matrimonial solteiro, que a partida se lhes apresentava fechado, não sabemos se por opção ou por falta de opções. De uma forma ou de outra, as mulheres em Santiago de Antas tiveram de esperar a morte e dar resposta à sua solidão de outras formas, para o resto dos seus dias. Há de facto, indicadores demográficos que poderiam contribuir para explicar o fenómeno, desde a relação de masculinidade e maior esperança de vida das mulheres, mas a nossa hipótese recai sobre a influência das representações sociais, mentais e culturais da população em estudo, em que o casamento de uma mulher viúva, implicava a aceitação dos filhos de um casamento anterior e o alicerçar de uma nova família e se o faziam com homens solteiros estes teriam dificuldades em assumir a responsabilidade de manutenção da família, se o faziam com homens viúvos, estes também com filhos sentiriam de facto dificuldades em reunir as condições necessárias para a sua sobrevivência. Os casamentos entre viúvos/as são normalmente realizados com idades mais avançadas, em que a necessidade de ambos sentirem afecto e companheirismo, como forma de vivência íntima e pessoal, se sobrepuseram, aos entraves da mentalidade social.

7. Idade média dos viúvos a um novo casamento

Na observação do quadro 20, verificamos que a idade média dos viúvos a um novo casamento era de 35.9 anos para os homens e de 39.8, para as mulheres. Os homens viúvos casam sempre com idades mais baixas que as mulheres, à excepção do

período 1880 - 1909. As mulheres viúvas recasam mais velhas, considerando todo o período estudado, apresentaram maiores dificuldades no acesso ao novo casamento e menores possibilidades de voltarem a casar. (Quadro 20)

QUADRO 20
IDADE MÉDIA DOS VIÚVOS

Períodos	1851-1799	1800 – 1849	1850 – 1879	1880 – 1909	Total
Homens	29.9	34.6	36.6	39.2	35.9
Mulheres	35	44.3	41	38.8	39.8

No primeiro período, os viúvos do sexo masculino casam com idades médias inferiores a 30 anos e as mulheres a 35 anos. No segundo período a idade média a um novo casamento aumenta em ambos os sexos, os homens com 35 anos e as mulheres com 44.3 anos, casando em média nove anos mais velhas do que no período anterior. No terceiro período a idade média cresce nos homens para 36.6 anos e nas mulheres diminui para 41 anos. No último período a idade média dos homens com 39.2 anos continua em tendência crescente, para ultrapassar a das mulheres que vai diminuindo atingindo uma idade média ao recasamento de 38.8 anos. As tendências a partir de 1800 são inversas, a idade média dos homens ao novo casamento cresce continuamente, para a das mulheres ir diminuindo à medida que nos aproximamos do século XX.

Em comparação com dados conhecidos de outros estudos de comunidades rurais para o nosso concelho, encontramos em Avidos - V.N. de Famalicão valores médios de 49.1 anos, para os homens e de 42.8 anos para as mulheres, em Mouquim a autora não tratou os índices relativos à idade média dos viúvos, devido ao número pequeno número de observações, concluindo que tanto homens como mulheres não se encontraram de forma alguma, receptivos a um novo casamento. Na região do Minho, para a zona rural de Guimarães em 1710- 1819, encontramos idades médias a um novo casamento de 42,2 anos para os homens e 34,8 anos para as mulheres, para Barcelinhos em 1650 –

1750, 35.5 anos para os homens e 40.7 anos para as mulheres, em 1751 - 1831, 40.5 anos para os homens e 39.7 anos para as mulheres e em 1832-1910, 49.8 anos para os homens e 39.7 anos para as mulheres. Na zona centro, em S Pedro de Aradas 1740 - 1899, encontramos valores médios entre 35.9 e 37.9 anos para os homens e de 35.9 e 38.1 anos para as mulheres e para Cortegaça 1633 - 1829, valores médios entre 38.5 e 44.5 anos nos homens e 40.0 e 47.1 anos nas mulheres. Nos Açores no Sul do Pico em 1720 – 1809, a idade média dos viúvos é de 43 anos nos homens e de 37.9 anos nas mulheres, para o período de 1810 - 1889, os homens recasam com 45.6 anos e as mulheres com 36.8 anos, no último período 1890 - 1979 os valores são respectivamente de 44.8 e 37, 9 anos.⁷⁰

Que factores teriam levado a um recasamento cedo nos homens e tardio nas mulheres? Efectivamente, em Santiago de Antas o recasamento feminino é bastante tardio em relação ao masculino, que mais facilmente acedia a um novo casamento. Sentiriam as mulheres dificuldades no acesso ao novo casamento, devido às obrigações para com os filhos e demais familiares? Porque não fenómenos de constrangimento social.

⁷⁰ Comunidades estudadas por: Odete Paiva, S. Martinho de Avidos (V.N. de Famalicão), 1599–1995, pág. 104; Manuela Ventura, S. Tiago de Mouquim (V.N. de Famalicão), 1609–1878 ; Maria Norberta Amorim, Guimarães, zona rural, 1580 – 1819, pág. 131 e Sul do Pico (Açores) 1680 – 1980, pág. 100; Inês Faria, Barcelinhos (Barcelos), 1606 – 1910, pág. 87; Fernando Lacerda, S. Pedro de Aradas (Aveiro) 1690 – 1990, pág. 89; Maria Palmira Gomes, “ Cortegaça (Ovar) 1583 –1975” pág. 36.

8. Intervalo entre a viuvez e o posterior casamento

Com uma percentagem reduzida de viúvos que voltam a casar, notam – se atitudes diferentes entre os dois sexos. O sexo feminino apresenta de uma forma geral maiores condicionalismos ao novo casamento que o sexo masculino.

Em Santiago de Antas são muito poucos os viúvos que voltam a casar. No período de 1581 – 1799, 40% dos viúvos recasam antes de se completar um ano sobre a morte da primeira mulher, 73.3 % dos viúvos o fazem antes de dois anos de viuvez. Nenhuma mulher voltou a casar antes de decorrido um ano de viuvez, só uma antes de dois anos e duas passado cinco anos da morte do primeiro marido. Os homens durante os primeiros meses de viuvez começam logo a casar, não respeitando o período de luto da primeira esposa, com uma percentagem de recasamento superior ao das mulheres, que normalmente o fazem quando decorrido bastante tempo após a morte do marido. No período 1800 - 1909, diminuiu a percentagem de homens a casar nos primeiros seis meses, mas 37.5%, dos homens continuam a casar antes dos dois anos de viuvez, esperam mais um pouco mais que no período anterior. As mulheres neste segundo período casam decorridos poucos meses após a morte do esposo, com 50% a recasar antes de completarem dois anos de viuvez. Verificamos uma mudança de atitudes em relação às mulheres. É evidente, que o maior número de recasamentos pertence ao sexo masculino, onde a percentagem de viúvos na comunidade é maior do que as congéneres do sexo feminino, mas por factores que se tem discutido e dados como indissolúveis para a justificação das mentalidades, quisemos mostrar que tanto homens como mulheres adoptaram diferentes atitudes em cada um dos períodos, recasando primeiro uns e depois outros e vice-versa, indiferentes às pressões sociais e culturais, não porque

esta linha explicativa nos mereça crédito, mas por que de facto as mulheres em Santiago de Antas não deixaram sempre, as suas segundas bodas para mais tarde.

9. Celibato definitivo

A opção de não casar parece ter sido comum a muitas comunidades, embora com diferentes índices de celibato definitivo de região para região, em ambos os sexos. Diversos factores estão inerentes ao não casamento, desde as motivações pessoais, às de natureza social, económica e cultural. A existência de pares disponíveis, as viabilidades e a vantagens do casamento, aliadas ao sistema de herança, terá influenciado as opções de casamento, notando - se uma correlação entre o celibato definitivo e passagem da terra para um único herdeiro e a divisão da terra pelos diversos herdeiros.

A observação do celibato definitivo, foi nos possível devido aos párocos indicarem a idade de cada defunto e estado civil ao óbito, incluindo – se neste indicador todos indivíduos de ambos os sexos, que morreram solteiros com idade igual ou superior a cinquenta anos. Para o cálculo do celibato definitivo, depois de vários ensaios nas periodizações, procedemos à análise por períodos (transversal) no sentido de verificarmos se os níveis de celibato sofriam oscilações significativas na longa duração.

Na leitura do quadro 21, o sexo feminino apresenta níveis de celibato definitivo elevados, com níveis acima dos 27% para toda a observação, com já nos vinham revelando vários estudos nossos conhecidos efectuados para as regiões do Minho. No primeiro período a percentagem de mulheres celibatárias é de 29%, contra 14.3% dos homens. No segundo período, o celibato definitivo feminino diminui para 27.8%, para nos homens aumentar para 25%. No terceiro período os níveis de celibato definitivo feminino aumentam para 32.2%, para no sexo masculino diminuir para 4.3%. No quarto

período, o celibato definitivo feminino atinge o maior índice de celibato de toda a observação com 38.7%, contra 11.1% nos homens.(Quadro 21)

QUADRO 21
CELIBATO DEFINITIVO (OBSERVAÇÃO TRANSVERSAL)

Período	Total Homens	Solteiros	%	Total Mulheres	Solteiras	%
1630 - 1799	21	3	14.3	86	25	29.0
1800 - 1849	28	7	25.0	54	15	27.8
1850 - 1879	47	2	4.3	61	20	32.8
1880 - 1909	54	6	11.1	62	24	38.7
Totais	150	18	12.0	263	84	33.8

Em comparação com as comunidades rurais deste concelho já estudadas, os índices de celibato definitivo em ambos os sexos, encontrados para Avidos, para o sexo feminino situam - se entre 16.7% e 23.5% e o sexo masculino entre 2.3 % e 22.2% (análise transversal), em Mouquim o sexo feminino varia entre 24.2% e 27.2% e o masculino entre 16.6 % e 17.2% (análise transversal).

Santiago de Antas sem margem para dúvidas, apresenta tendencialmente índices de celibato definitivo feminino mais elevados, do que nestas duas comunidades vizinhas. No que respeita ao celibato masculino, é mais elevado do que em Avidos e em relação a Mouquim, apresenta oscilações, sendo mais baixo no período anterior a 1799 e mais alto posteriormente. Desta forma em análise comparativa, Santiago de Antas com valores para o celibato definitivo feminino que chegam a atingir um índice de 38.7%, só encontra paralelo nas comunidades rurais de Alvito S. Pedro, Barcelinhos e Facha, que atingiram as proporções ainda mais elevadas, superiores a 40% .(Quadro 22)

QUADRO 22
CELIBATO DEFINITIVO
(COMPARAÇÃO ENTRE PARÓQUIAS RURAIS DO MINHO XVII A XX)⁷¹

Concelhos Paróquias	Períodos	Sexo masculino	Sexo Feminino
V.N.Famalicão Santiago de Antas	1630 - 1799	14.3	29.0
	1800 - 1849	25.0	27.8
	1850 -1879	4.3	32.8
	1880 - 1909	11.1	38.7
Mouquim 1	1730 – 1779	17.2	24.2
	1800 - 1859	16.6	27.2
Avidos 2	1722 – 1899	2.3	19.4
	1900 - 1921	22.2	23.5
	1930 - 1979	16.0	16.7
Guimarães Zona rural 3	1700 – 1739	7.0	11.0
Ronfe 3	1700 – 1789	15.5	27.6
Braga Aveleda 4	1680 – 1779	14.5	23.9
	1780 – 1829	16.3	25.0
	1830 – 1879	19.2	31.0
Vila Verde Cervães 5	1695 – 1749	20.5	27.7
	1750 - 1809	12.6	27.2
Cel. Basto Sta. Tecla 6	1680 – 1799	2.2	15.3
	1800 - 1919	4.4	23.3
Barcelos Barcelinhos 7	1660 – 1789	32.9	44.8
	1790 – 1879	16.4	31.5
	1880 – 1910	22.2	42.0
Alvito S. Pedro 8	1623 – 1749	37.0	49.0
	1750 – 1849	29.0	45.0
	1850 – 1939	24.0	33.0
Ponte de Lima Facha 9	1710 – 1779	18.6	41.5
	1780 – 1839	21.6	41.9
	1840 – 1999	12.8	40.6
Paredes de Coura Romarigães 10	1700 – 1799	14.0	22.8
	1800 - 1849	13.5	21.5

⁷¹ Maria Norberta Amorim, O Minho: comportamentos demográficos através da informação paroquial, Ler História, op. cit., pág. 26. Comunidades estudadas por: Maria Manuela Ventura (1); Odete Paiva (2); Maria Norberta Amorim (3); Maria Manuela Silva (4); Maria Cecília Barbosa (5); Elza Carvalho (6); Inês Faria (7); Fernando Miranda (8); Maria Arminda Machado (9); Maria Carlota Santos (10). Na elaboração do quadro, para a zona rural de Guimarães, Ronfe e Facha, os dados foram retirados de observações longitudinais, ou seja, por gerações nascidas.

O celibato definitivo ou por escolha própria ou por circunstâncias, conduziu a que elevado número de mulheres e homens permanecessem solteiros até ao final das suas vidas, com predomínio para o sexo feminino, onde a oportunidade de casar lhes foi sempre mais desfavorável, encontrando dificuldades no mercado matrimonial, que nos apareceu na nossa comunidade mais favorável aos homens. As questões de mentalidade ligadas à ajuda nos trabalhos agrícolas e domésticos e as próprias estruturas familiares que incumbiram culturalmente as mulheres dos zelos familiares fundamentalmente na assistência aos pais na velhice e irmãos mais novos, podem estar na origem de tão elevados valores de celibato feminino, adiando o casamento até que a morte os separasse, o que na maior parte das vezes o tornaram impossível. No caso masculino, devido à sua mobilidade na procura de mercados de trabalho e melhores condições de vida fora de casa, permitiram aos homens que ficaram na comunidade aceder ao casamento mais facilmente que as mulheres, não lhe faltando oportunidades, na escassez de concorrência.

10 - Naturalidade dos nubentes

A naturalidade dos nubentes é de especial interesse quanto se trata de mobilidade de populações, no sentido de sabermos qual a origem e de onde se deslocavam os futuros esposos, que realizaram os seus esponsais em Santiago de Antas. Outras questões se nos levantam. Até que ponto a proximidade geográfica e as relações de vizinhança interferiram no casamento dos nubentes que na comunidade vieram a constituir família? Que condicionalismos e factores dificultariam a escolha de parceiros conjugais na comunidade? Os comportamentos sofreram alterações ao longo do tempo?

Numa primeira análise, começamos por avaliar as tendências endogâmicas ou exogâmicas da comunidade, assinalando a origem geográfica dos nubentes, de ambos os

sexos, observando os casamentos entre naturais e a abertura da paróquia aos nubentes vindos do exterior. A diversidade geográfica dos nubentes foi analisada em quatro períodos distintos, observados com a seguinte ordem de sequencial: os naturais, os do concelho, os de fora do concelho e os expostos/enjeitados.⁷² (Quadro 23)

QUADRO 23
NATURALIDADE DOS NUBENTES
%

Períodos	Homens				Mulheres			
	Naturais	Concelho	De fora	Enjeitados/ expostos	Naturais	Concelho	De Fora	Enjeitados/ex postos
1581-1799	34.0	56.8	7.5	1.7	79.9	15.1	2.8	2.2
1800-1849	39.7	42.0	14.9	3.4	54.9	32.7	5.5	6.9
1850-1879	28.7	36.3	27.4	7.6	53.7	32.5	6.9	6.9
1880-1909	31.2	49.1	19.3	0.4	50.0	38.5	11.1	0.4

As mulheres que casaram em Santiago de Antas, ao longo de todo o período, 59.6 % eram naturais da paróquia, o mesmo não sucedeu com os homens que só 33.4%, optaram por realizar as suas bodas na terra da sua naturalidade, os restantes sentiram - se atraídos por outras comunidades e concerteza pelos seus feitiços femininos. Na observação do quadro, verificamos a existência de um mercado matrimonial aberto ao exterior, em que a proporção de mulheres naturais assume valores bastante mais elevados que os homens. O costume das noivas celebrarem o casamento na sua paróquia de origem é de facto evidente, no entanto, não podemos de deixar de admitir que uma maior mobilidade e exogâmia geográfica no caso dos homens, veio afectar os valores apresentados para o sexo masculino. Até aos finais do século XVIII, 79.9% das mulheres que casavam eram naturais da paróquia, situação que se foi alterando nos séculos seguintes para taxas próximas, mas nunca inferiores a 50%. Uma mudança de comportamentos começa a surgir desde os inícios do século XIX, onde a mobilidade

⁷² Na impossibilidade de conhecermos a sua origem geográfica, ficamos sem saber quantos enjeitados /

geográfica feminina, se apresenta já com um número considerável de mulheres que a esta comunidade vieram casar, com taxas de união no período de 1800 - 49 de 38.2%, em 1850 - 79 de 39.4%, para no último período 1880 - 909, se aproximar dos 50%.

Durante todo o período, ultrapassando largamente os naturais masculinos, observamos uma chegada acentuada de homens de fora da freguesia de diversas origens, sendo na sua maioria pertencentes ao concelho, em grande número das freguesias limítrofes e contíguas, que vieram a Santiago de Antas procurar a sua noiva e realizar os seus casamentos. Os nubentes masculinos até finais do século XVIII, apenas 34% contraíram casamento na paróquia da sua naturalidade e 64.3% das uniões foram realizadas com homens vindos do exterior. No século XIX e inícios do XX, a mesma tendência se registou com uma participação de uniões de homens vindos de fora com percentagens de 57.8%, 63.7%, 68.4%, sempre superiores de à dos naturais com 39.7%, 28.7% e 31.2%, respectivamente para os períodos de 1800-49, 1850-79, 1880-1909. Os homens da terra tinham também o costume de procurarem noiva noutras comunidades e aí realizarem os seus casamentos. Interessa considerar que a paróquia apresentava um comportamento aberto a elementos exteriores, à medida que decorriam os anos, a entrada de homens e mulheres exteriores à paróquia foi sendo um facto aceite pela comunidade, mas no caso das mulheres as percentagens de casamento das mulheres vindas de fora, nunca se sobrepuseram às das naturais, o mesmo não aconteceu com os homens. A maioria dos nubentes masculinos que a Santiago de Antas vieram casar, eram oriundos de outras comunidades, na sua grande parte do concelho, tendência que se verificou ao longo de toda a observação.

A proveniência geográfica dos nubentes femininos e masculinos exteriores à paróquia, são oriundos na sua maioria de freguesias limítrofes, Requião, Calendário, expostos, pertenciam ou não à comunidade, por esse motivo lhes atribuímos um tratamento específico.

V.N.F, Gavião, Abade de Vermoim e das restantes freguesias do concelho, poucos ultrapassaram os limites do distrito de Braga, à excepção do concelho vizinho de Santo Tirso, do qual muitos originários/as realizaram os seus enlaces e nesta comunidade constituíram família. Outras e diversas proveniências se detectaram nesta comunidade, desde as regiões mais próximas a outras mais distantes do território nacional, verificando - se a vinda de indivíduos masculinos originários da Galiza, mais concretamente da zona de Pontevedra, com actividades ligadas à arte de trabalhar a pedra.⁷³ Não constamos grande mobilidade feminina para fora do concelho, a qual nos apareceu restrita a zonas limítrofes e contíguas a Santiago de Antas e a outras paróquias dentro da sua área geográfica, como usual em diversas comunidades rurais minhotas, em que a opção ou escolha do noivo ou noiva, salvo raras excepções, era consumada nas paróquias vizinhas.

⁷³ Estes originários da Galiza eram todos provenientes da zona de Pontevedra com actividades ligadas à arte de trabalhar a pedra que deixaram obras de cantaria tão importantes e sublimes nesta região minhota, que o tempo dificilmente conseguirá apagar e as gerações de as apreciar. (Período de 1800 -79). Manuela Ventura na sua dissertação de mestrado, defendida na Universidade do Minho sobre a comunidade de S. Tiago de Mouquim, 1609-1875, já tinha detectado a entrada através do casamento, de indivíduos oriundos da Galiza a partir de 1700, pág. 84, cem anos antes, que em Santiago de Antas.

Capítulo IV

A Fecundidade

Os comportamentos demográficos de uma população apresentam sensíveis variações, de comunidade para comunidade e de região para região, marcando assim o sentido de diversidade e os vários aspectos em que ela se manifesta. Na sociedade de Antigo Regime, a fecundidade é assumida como natural ou muito próxima do natural, no entanto a existência de diferentes comportamentos sociais podem controlar as concepções e afectar de forma decisiva o crescimento populacional de uma comunidade. Seria interessante sabermos até que ponto a abstinência sexual aconselhada pela igreja em períodos como a Quaresma ou o Advento, as práticas de aleitações prolongadas e a contenção sexual dos casais durante este período, a idade tardia ao casamento, a capacidade reprodutiva das mulheres ligada a factores fisiológicos, como o aparecimento da menarca ou a idade em que começa a menopausa, a importância da alimentação, com as suas respectivas alterações na dieta alimentar, incluindo períodos de carência e abundância de bens alimentares, trouxeram mudanças na capacidade reprodutiva dos casais, intervindo decisivamente no campo da fecundidade. A temática da fecundidade, atraindo a atenção de uma vasta área interdisciplinar, constitui um centro de estudo muito importante, para os investigadores da história das populações, dado que é possível proceder com segurança, à reconstituição da evolução da fecundidade, interactiva com outras variáveis ao longo do período estudado. A complexidade de um sistema demográfico não só se define entre o nascer e o morrer, nem assenta simplesmente em casamentos mais ou menos tardios ou em uniões ilegítimas, indicadores universais das sociedades, teríamos de acrescentar a complexidade de valores em que se estrutura a própria comunidade, desde os factores religiosos, políticos, culturais, sociais e económicos e verificar de que forma

interferiram nesta complexidade e fizeram de Santiago de Antas uma comunidade com vivência própria e inalienável.⁷⁴

1. Sazonalidade dos nascimentos

Na análise da fecundidade começamos pela observação sazonal dos nascimentos. A questão que imediatamente se nos coloca é se a sazonalidade ao nascimento tem uma relação directa com sazonalidade ao casamento dos casais e até que ponto, a fecundidade ilegítima pode trazer alterações e interferir neste relacionamento natural entre o casar e o nascer. Anteriormente verificamos, que a escolha dos meses para realizar os casamentos, eram influenciados por determinados factores económicos, sociais, culturais e religiosos, com uma enorme ligação da população às restrições impostas pela igreja; o mesmo se irá observar, ao nível dos nascimentos? Compete - nos de facto desfazer a dúvida e identificar, se a relação se mantém e de que forma a intervenção destes factores, foram decisivos para nascer e influenciaram a distribuição dos nascimentos ao longo do ano. Sendo nosso objectivo, a observação dos movimentos sazonais dos nascimentos, utilizamos uma periodização tripartida: 1581 - 1749, 1750 - 1879 e 1880 - 1910, procurando numa primeira abordagem a existência de uma relação intrínseca entre as concepções e os nascimentos. Na análise dos índices mensais dos nascimentos, incluímos todas as crianças legítimas e ilegítimas não enjeitadas. (Quadro 24)

⁷⁴ Norberta Amorim no estudo demográfico “ Guimarães 1580 -1819, Lisboa, 1987, transmite muito bem esta realidade, quando diz “ A consciência de que vivemos num mundo demograficamente diferente dos nossos avós sentimo – la facilmente... mas ao nível da família nem sempre nos damos conta de que os nossos comportamentos são profundamente diferentes dos de toda uma Humanidade que de perto nos precede” pág. 145.

QUADRO 24
SAZONALIDADE DOS NASCIMENTOS

Meses	1581 - 1749		1750 - 1879		1880 - 1910	
	N.º Absolutos	Índices	N.º Absolutos	Índices	N.º Absolutos	Índices
Janeiro	133	116.1	654	248.9	148	143.9
Fevereiro	142	136.0	226	94.4	109	116.3
Março	162	141.4	270	102.8	116	112.8
Abril	113	101.9	265	104.2	93	93.4
Maio	89	77.7	228	86.8	82	79.7
Junho	92	83.0	230	90.5	100	100.4
Julho	76	66.4	198	75.4	102	99.1
Agosto	104	90.8	199	75.7	95	92.3
Setembro	134	120.9	229	90.1	90	90.4
Outubro	96	83.8	203	77.3	103	100.1
Novembro	102	92.0	192	75.5	74	74.3
Dezembro	103	89.9	206	78.4	100	97.2

Na primeira questão que levantamos, não nos parece que a sazonalidade ao nascimento tenha uma relação directa com a sazonalidade dos casamentos, porque os casamentos tal como os nascimentos, na sua maioria também se efectuem preferencialmente nos primeiros meses do ano. Se a nossa observação se centrasse no mês de Setembro até 1749, poderíamos entender, que haveria uma relação entre o casar e o nascer, mês este, que nos aparece com terceiro índice mais alto de nascimentos. Pusemos de parte a possibilidade, quando verificamos que a sazonalidade dos nascimentos não se estendia a meses como Outubro e Novembro, o que nesta linha de raciocínio seria natural e o mesmo acontecia para outros períodos observados, também com altos índices de sazonalidade ao casamento nos primeiros meses do ano e nos meses de nascimento apresentam índices médios secundários. Julgamos antes de mais, estar perante outros factores, que não os de relação directa entre o nascimento e o casamento.

No primeiro período 1581 - 1749, o maior número de nascimentos verificou - se nos primeiros meses do ano, com maior relevância para o mês de Fevereiro e Março,

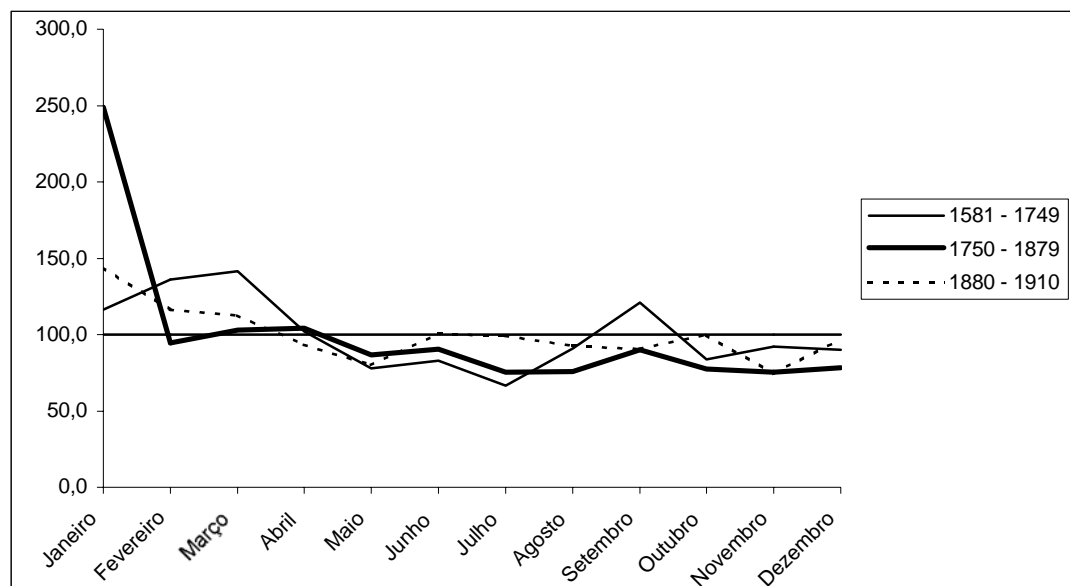
correspondendo respectivamente a concepções nos meses de Abril a Junho. O mês de Setembro, despertou a nossa curiosidade, quando nos aparece como o terceiro mês com índices de nascimentos mais altos, ocorrendo a sua concepção durante o mês de Janeiro, mas na possibilidade, não posta de parte da concepção ser referente, ao mês de Dezembro, período do advento, em que a igreja aconselhava um período de abstinência sexual. Arrogamos dizer, que os impulsos sexuais se impuseram aos factores de índole religiosa, no que diz respeito às práticas conjugais, mas não nos parece, que os casais tivessem qualquer tipo de controle, que interferisse voluntariamente nos meses de nascimento dos seus filhos. Os meses de Maio e Julho registam os índices mais baixos de toda a sazonalidade, correspondendo a concepções nos meses de Agosto e Outubro, seguidos dos meses de Junho e Outubro, com concepções em Setembro e Janeiro. Os meses de Janeiro e Abril, apresentam um número de nascimentos intermédios na repartição dos meses dos nascimentos, com concepções em Abril e Julho. Um máximo de nascimentos secundário verifica - se no mês de Novembro e Agosto, com concepção em Fevereiro, Novembro e um mínimo de nascimentos secundário, no mês de Dezembro, com concepção em Março, período da Quaresma. Nem sempre, as práticas conjugais dos casais, estiveram coniventes com a posição da igreja, relativamente aos interditos religiosos.

No segundo período de 1750 - 1879, o maior volume de nascimentos continua a verificar - se nos primeiros meses do ano, com destaque para o mês de Janeiro, seguido dos meses de Março e Abril, com concepções respectivamente, nos meses de Abril, Junho e Julho. Os meses de Julho Agosto e Novembro, registam os índices de nascimentos mais baixos, com concepções em Outubro, Novembro e Fevereiro, seguido do mês de Outubro com concepções em Janeiro. O mês de Junho aparece neste período com um número de nascimentos intermédios na repartição dos meses dos nascimentos,

em detrimento do mês de Setembro, do período anterior, com concepção em Setembro, período climático ideal para manifestações conjugais. No mês de Dezembro, com concepção em Março, período da Quaresma, verificamos um abrandamento significativo, em relação ao período anterior, mas os casais continuam a desenvolver com frequência as suas práticas sexuais, que embora desaconselhados pela sua identidade religiosa e espiritual, não conseguiram alterar na sua essência o seu comportamento reprodutivo. No terceiro período 1880 - 1910, os nascimentos nos primeiros meses do ano continuam em alta, com referência para o mês de Janeiro, seguido dos meses de Fevereiro e Março, com concepções respectivamente, em Abril, Maio e Junho. Os meses de Maio e Novembro registam os índices de nascimentos mais baixos, com concepções em Agosto e Fevereiro. Os meses de Junho e Outubro, aparecem tal como no período anterior, com um número de nascimentos intermédios na repartição dos meses dos nascimentos, com concepção em Setembro e Janeiro, período climático ideal para manifestações conjugais, seguidos, do mês de Julho, com concepção em Outubro. No mês de Dezembro, com concepção em Março, período da Quaresma, houve um aumento dos índices de nascimentos, em relação aos períodos anteriores, aos quais permanecemos atentos, pois são de facto muito interessantes no campo das mentalidades, à medida que avançamos no tempo. As prescrições religiosas continuaram a manifestar - se respeitosamente, mas consideramos que foram mais visíveis o seu cumprimento na sazonalidade dos casamentos, devido a que o acto voluntário e social do casamento, está mais dependente da vontade de quem o realiza e lhe permite, voluntariamente premeditar e cumprir de acordo com a sua consciência, a escolha do mês preferencial para casar, cumprindo ou não as normativas impostas pela igreja. Os meses de Abril, Agosto e Setembro apresentam com índices máximos secundários, com concepções durante os meses de Julho, Novembro e Dezembro, como

já ficou dito anteriormente em relação ao período do Advento, a ordem natural dos nascimentos, num significativo número de casais, sobrepuseram - se ao período de abstinência sexual imposta de forma canónica pela igreja. (Gráfico 7)

GRÁFICO 7
SAZONALIDADE DOS NASCIMENTOS



No que diz respeito à sazonalidade dos nascimentos, Santiago de Antas não se afasta das paróquias minhotas estudadas, onde constatamos que foram nos primeiros meses do ano que ocorreram o maior número de nascimentos⁷⁵. Os restantes meses do ano, distinguem - se pela diferença no ritmo das concepções, tornando - se mais imprevisível os meses de nascimento, independentemente, da maior ou menor frequência das relações sexuais e dos cuidados naturais que podiam ter com as concepções dos seus filhos. Homens e mulheres foram ineficazes para determinar que

⁷⁵ Na maioria dos estudos realizados, dentro do período da nossa observação, vários investigadores chegaram a conclusões como a nossa: Maria Manuela Ventura, S. Tiago de Mouquim, 2000, pág. 90/1, Odete Paiva, S. Martinho de Avidos, 1999, pág. 119, Inês Faria, Santo André de Barcelinhos, 1998, pág.101, Maria Carlota Santos, Santiago de Romarigães, 1999, pág. 153, Maria Norberta Amorim, Evolução demográfica de três paróquias do Sul do Pico, 1992, pág. 114/5 e Guimarães, 1984, pp. 150, Maria Palmira Gomes, Cortegaça,1998, pág. 45 .

os nascimentos não acontecessem e fossem ou não compatíveis, com as exigências dos trabalhos agrícolas e períodos das colheitas, marcando por vezes involuntariamente, a orgânica da vida ligada à natureza. Os períodos da Quaresma e do Advento, foram respeitados de grosso modo pela maioria da população, mas encontramos uma parte significativa de casais com concepções durante os períodos em questão, o que nos leva a admitir, que as populações rurais no que respeita ao seus comportamentos reprodutivos viviam mais ao ritmo da natureza, do que propriamente na dependência das suas vontades ou da ordem moral e espiritual da igreja.

2. Repartição dos nascimentos segundo os sexos

A repartição dos nascimentos por sexos pode influenciar os comportamentos demográficos, na medida em que um forte desequilíbrio entre homens e mulheres, pode dificultar a reprodução de uma população. A importância da observação da relação de masculinidade, como indicador de equilíbrio entre os sexos, pode determinar a maior ou menor presença de indivíduos de ambos os sexos numa comunidade em determinado momento.⁷⁶

Para a repartição dos nascimentos segundo os sexos, utilizamos a mesma periodização da sazonalidade dos nascimentos, considerando a mais adequada para um melhor entendimento das alterações que se foram produzindo, com o maior ou menor

⁷⁶ O indicador utilizado, determina o equilíbrio dos sexos à nascença, índices de masculinidade inferiores a 100 podem dificultar a reprodução de uma população, influenciando futuros comportamentos demográficos como a nupcialidade, o celibato definitivo, a mobilidade e a mortalidade. Neste ponto não está em questão a análise de como a população se recompõe da existência de desequilíbrios, estamos a acrescentar um indicador da fecundidade das populações, para saber se nascem mais indivíduos do sexo masculino ou feminino. A forma como as populações foram influenciadas nos seus comportamentos demográficos, procuramos resposta ao longo do nosso trabalho, com a intervenção e articulação das diversas variáveis. No cálculo da relação de masculinidade utilizamos todas as crianças legítimas e ilegítimas não enjeitadas.

equilíbrio entre os sexos. A leitura do quadro 28, permite - nos concluir que a população de Santiago de Antas regista para os períodos estudados entre 1581 e 1879, padrões de algum desequilíbrio entre os sexos, embora não sendo os índices de masculinidade inferiores a 100, apresentam desvios em relação ao valor médio da relação da masculinidade que é de 105. Até meados do século XVIII, nasceram em número quase idêntico rapazes e raparigas, a partir da 2ª metade do século XVIII e durante grande parte do XIX, os nascimentos masculinos são definitivamente superiores aos femininos. Na viragem do século, mais concretamente nos últimos vinte anos do século XIX e na primeira década do XX, é que verificamos uma grande proximidade em relação ao padrão médio da relação de masculinidade. No entanto se considerarmos todo o período de observação desde 1581 - 1910, teríamos encontrado uma relação de masculinidade à nascença de 107.0 ou seja, em cada 107 homens nascidos nascem 100 mulheres, o padrão convencionado da relação de masculinidade, podemos considerar que estava na convenção ideal. Na comunidade nasceram em toda a observação, mais rapazes que raparigas, o que à partida, uma relação futura de homens e mulheres, filhos da terra, em idade núbil, seria posta em causa e influenciaria determinantemente o mercado matrimonial e nupcialidade, como é suposto acontecer. É claro, que não é nossa intenção perspectivar o futuro dos casais, através da relação de masculinidade à nascença, porque sabemos que é pouco consistente para tal questão, pois é sempre susceptível de alteração ao longo do tempo. Partindo da relação da masculinidade, fomos observando como a comunidade se vai recompondo deste desequilíbrio entre os sexos, procurando explicação para as características exogâmicas que se foram detectando na comunidade a nível da origem dos nubentes e analisar de que forma as variáveis, a mortalidade e mobilidade diferencial, tiveram efeitos nos comportamentos

nupciais e no subsequente desequilíbrio no mercado matrimonial, ou se os mesmos, se diluíram na complexidade dos movimentos migratórios.⁷⁷ (Quadro 25)

QUADRO 25
REPARTIÇÃO DOS NASCIMENTOS SEGUNDO O SEXO
RELAÇÕES DE MASCULINIDADE

Períodos	Homens	Mulheres	R.M.
1581 – 1749	677	669	101.2
1750 – 1879	1622	1473	110.1
1880 – 1910	575	500	106.0
1581 – 1910	607	570	107.0

3. Taxas de fecundidade legítima por grupos de idade e descendência teórica

Na análise da fecundidade legítima consideramos as famílias Tipo 1, em que conhecemos a data de nascimento de todos os filhos, data de nascimento da mulher, data de casamento e o óbito do primeiro cônjuge falecido, com uma convivência conjugal mínima de cinco anos. Como principais indicadores utilizamos, as taxas de fecundidade por grupos de idade, a descendência teórica e a idade média da mãe ao nascimento do último filho.⁷⁸

Na observação das taxas de fecundidade legítima por grupos e descendência teórica, verificamos a inexistência de qualquer controle voluntário de controle da natalidade. As elevadas taxas de fecundidade observadas nos grupos de idade até aos 39 anos e mesmo relevantes até aos 44 anos, permite - nos identificar um regime de fecundidade próxima do natural no período da nossa observação. As mulheres até aos 39 anos, apresentam uma grande capacidade reprodutiva, embora variável à medida que avançamos no tempo. No período de 1581 - 1749, o grupo etário dos 20 - 24, registou o índice de fecundidade mais elevado, seguido do grupo dos 25 - 29. No período entre

⁷⁷ Maria Norberta Amorim, Guimarães, 1984, pág. 146.

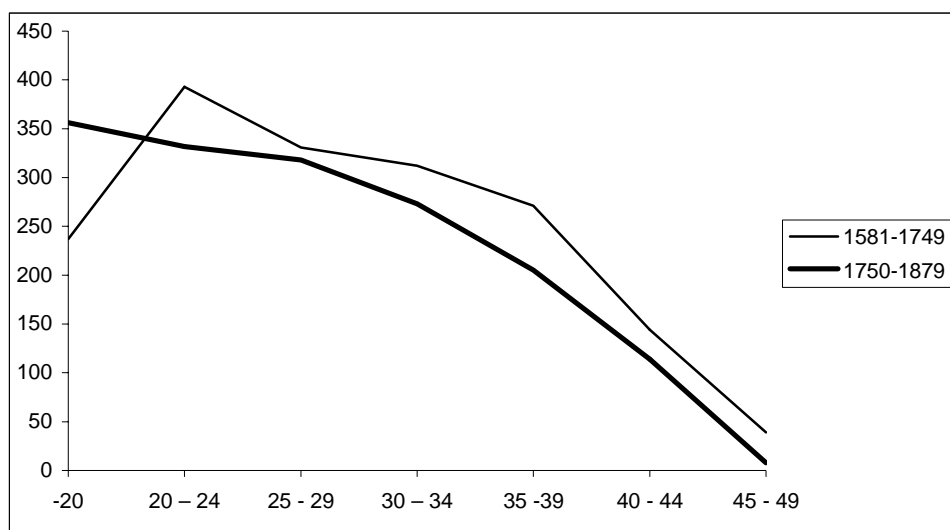
⁷⁸ Família Tipo 1, de acordo com a tipologia de Norberta Amorim “Demografia Histórica. Um programa de docência” 1995, p. 50.

1750 - 1879, foi o grupo etário dos 15 - 19 que registou o maior índice de fecundidade seguido do grupo dos 20 - 24 anos. A capacidade reprodutiva das mulheres não é independente da idade e podemos concluir que a fecundidade se situa níveis bastante elevados entre os 15 e 39 anos. Os efeitos da idade na reprodução, vão - se fazendo sentir, as mulheres a partir dos 40 anos, já com sucessivas maternidades, registam abrandamento natural e um esgotamento quase geral antes dos 49 anos. A descendência teórica para o período 1581 - 1749 atinge o índice de 8,6 e para o período de 1750 a 1879, o índice 8. (Quadro 26 e Gráfico 8)

QUADRO 26
TAXAS DE FECUNDIDADE LEGÍTIMA POR GRUPOS DE IDADE E DESCENDÊNCIA
TEÓRICA
TODAS AS IDADES DA MULHER (MIL MULHERES)

	N.OBS	-20	20 - 24	25 - 29	30 - 34	35 -39	40 - 44	45 - 49	D.T
1581-1749	81	237	393	331	312	271	144	39	8,6
1750-1879	161	356	332	318	273	205	114	8	8,0

GRÁFICO 8
TAXAS DE FECUNDIDADE LEGÍTIMA POR GRUPOS DE IDADE
TODAS AS IDADES DA MULHER (MIL MULHERES)



Para um melhor enquadramento de Santiago de Antas, comparamos os dados com outras comunidades minhotas. O comportamento reprodutivo dos casais durante no

Antigo Regime é bastante semelhante nos casos considerados, com reflexo nas taxas de fecundidade por grupos de idade, as quais, evidenciam uma maior fecundidade nos primeiros grupos de idade, confirmando a grande capacidade reprodutiva dos casais. Os valores observados na comunidade, estão contextualizados nas médias encontradas em outros estudos realizados para a região do Minho. A exceção, acontece a partir de 1750, o grupo etário dos 15 - 19, revela maiores índices de fecundidade à semelhança de Barcelinhos, ao contrário de outras paróquias nossas conhecidas, que os grupos etários com maior fecundidade variam entre os 20 e os 29 anos.⁷⁹ Santiago de Antas, atinge níveis de descendência teórica idênticos a Mouquim e Avidos e inferiores a Ruivães + Ronfe, comunidades da mesma área geográfica. As mulheres da nossa comunidade revelaram índices de fecundidade bastante elevados em relação a outras comunidades nossas conhecidas, só ultrapassados na região minhota, pela elevada fecundidade da zona rural de Guimarães, para o período anterior a 1750. (Quadro 27)

⁷⁹ Além do quadro 30, conhecemos os dados observados para outras paróquias portuguesas, Sul do Pico, Poiares, Rebordões, Cardanha, Cortegaça. Nestas comunidades não identificamos para períodos a partir de 1750, tal semelhança, são os grupos de etários, entre os 20 e 29 anos, que atingem maiores taxas de fecundidade. Fernando Lacerda, no distrito de Aveiro, em S. Pedro de Aradas, vai encontrar tal como nós, nos períodos entre 1720 - 1779 e 1820 - 79, taxas de fecundidade mais altas no grupo de idade dos 15 - 19 anos.

QUADRO 27
TAXAS DE FECUNDIDADE LEGÍTIMA
COMPARAÇÃO COM PARÓQUIAS MINHOTAS⁸⁰
TODAS AS IDADES DA MULHER (MIL MULHERES)

		<20	20-24	25 -29	30-34	35-39	40-44	45-49	D.T. (20-49)	I.M.M.
V.N.Famalicão Santiago de Antas	Antes de 1750	237	393	331	312	271	144	39	7,5	41.0
	1750 - 1879	356	332	318	273	205	114	8	6,5	39.3
Mouquim 1	Antes de 1750	-	427	345	337	288	153	18	7.8	39.9
	1750 - 1855	-	378	311	344	226	122	18	7.0	38.9
Avidos 2	1660 - 1850	-	380	299	327	259	136	15	7.1	41.9
	1851 - 1929	-	345	282	213	223	91	0	5.8	39.8
Ronfe + Ruiivães 3	Antes de 1750		421	399	365	326	191	16	8.6	41.4
	1750 - 1929		423	397	355	281	147	18	8.1	40.0
Guimarães Zona Rural 3	Antes de 1750	300	456	422	412	318	187	19	9.1	41.0
Cel. Basto Sta. Tecla + Carvalho 4	Antes de 1740		377	353	313	258	176	21	7.5	41.7
	1740 - 1849		386	379	334	297	164	35	8.0	41.5
Barcelos Barcelinhos 5	1660 - 1859	427	389	372	350	285	161	23	6.8	40.7
Alvito S. Pedro 6	Antes de 1750		375	355	323	286	170	35	7.7	41.8
	1750 -.1819		426	417	361	303	157	18	8.4	40.1
	1820 - 1899		301	386	284	240	136	12	6.8	40.2
Esposende Belinho 7	1620 - 1910		374	346	313	287	114	10	7.2	40.2
Paredes de Coura Romariões 8	Antes de 1750		315	317	285	218	103	4	6.2	39.2
	1750 - 1818		339	334	271	203	84	3	6.2	38.0

⁸⁰ Maria Norberta Amorim, O Minho: comportamentos demográficos através da informação paroquial, Ler História. op. cit., pág.27. Comunidades estudadas no âmbito de dissertações de mestrado e de doutoramento, Universidade do Minho e Universidade do Porto, por: Maria Manuela Ventura (1); Odete Paiva (2); Maria Norberta Amorim (3); Elza Carvalho (4); Inês Faria (5); Fernando Miranda (6); Manuel Saraiva (7); Maria Carlota Santos (8).

As idades médias da mãe ao nascimento do último filho até 1750, apontam valores idênticos aos encontrados em outras comunidades rurais, superiores a 40 anos, a partir de 1750, as médias calculadas são sempre inferiores a 40 anos, à exceção de Alvito S. Pedro no concelho de Barcelos, influenciadas pela descida da idade média da mulher ao primeiro casamento. Numa sociedade com fecundidade próxima do natural, as mulheres antes dos vinte anos começaram a ter níveis de reprodução superiores aos outros grupos etários, no entanto, também deixaram de ser fecundas em idades médias também mais jovens, com a idade média da mãe ao último filho baixando definitivamente para antes dos 40 anos. (Quadro 28)

QUADRO 28
IDADE MÉDIA DA MULHER AO NASCIMENTO
DO ÚLTIMO FILHO⁸¹

PERÍODOS	N.OBS.	I.M.
1581 - 1749	50	41.0
1750 - 1879	76	39.3

4. Influência da idade ao casamento nas taxas de fecundidade legítima

Na análise da fecundidade legítima, segundo a idade ao casamento da mulher, utilizamos famílias completas, consideramos um único período, para uma maior representatividade da observação.(Quadro 29)

⁸¹ No cálculo da idade média da mãe ao nascimento do último filho, foram consideradas apenas as famílias completas, em que o período de união do casal, ultrapassou os 48 anos da mulher.

QUADRO 29
TAXAS DE FECUNDIDADE LEGÍTIMA E IDADE MÉDIA DA MÃE AO NASCIMENTO DO
ÚLTIMO FILHO SEGUNDO A IDADE AO CASAMENTO (MIL MULHERES)
1581 - 1890

	N.OBS	< 20	20 - 24	25 - 29	30 - 34	35 -39	40 - 44	45 - 49	I.M. ⁸²
< 20	30	310	333	263	314	204	149	12	34.1
20 - 24	75		387	340	298	218	95	5	35.9
25 - 29	70			334	254	188	104	17	37.3
30 - 34	32				365	323	153	34	40.7
35 -39	25					286	158	23	41.6
40 - 44	15						286	43	46.5

Em vários estudos realizados, os comportamentos reprodutivos encontrados apontam para uma forte relação entre a reprodução e a idade da mulher ao casamento, sendo de uma forma geral mais alta nos grupos etários de casamento. Na leitura do quadro 29, verificamos que a relação entre a idade ao casamento e a reprodução dos casais, não se apresenta sistemática para todos os grupos etários, pois nem sempre é no grupo que a mulher casa, que a fecundidade assume valores mais elevados. Os valores mais altos da fecundidade acontecem no grupo etário dos 20 - 24 anos, com as mulheres a terem o maior número de filhos, mantendo uma reprodutividade intensa até aos 35 anos. No caso das mulheres casadas antes dos vinte anos, mantém até bastante tarde os seus níveis de fecundidade, com algumas alterações de ritmo reprodutivos, como de um descanso se tratasse, para voltar a recuperar e se tornarem fecundas praticamente até ao fim do seu ciclo reprodutivo, com bastante relevo até aos 45 anos. É evidente que os períodos de convivência conjugal mais alargados, favorecem as mulheres na recuperação dos níveis de fecundidade. As mulheres que casam depois dos 35 anos vêem reduzido o seu período fecundo sujeitas a uma menor probabilidade de conseguirem níveis de reprodução durante mais tempo, no sentido que se encontram limitadas pela idade mais próxima da menopausa. A fecundidade vai diminuindo à

medida que a mulher vai envelhecendo, situação que decorre do cansaço fisiológico provocado por um número de filhos e por um casamento em idade mais jovem. A idade média das mães ao nascimento do último filho, segundo a idade ao casamento reflectem o que acabamos de afirmar, observando que quanto mais cedo casam as mulheres, mais baixa é a idade em que deixam de ter filhos. Esta situação poderá ser explicada pelas sucessivas maternidades, que provocaram um desgaste mais precoce na capacidade de reprodução da mulher ou por um maior espaçamento das relações sexuais em casais com grandes períodos de convivência conjugal. É evidente que apesar das hipóteses levantadas, a constituição fisiológica da mulher, sujeita ao aparecimento da menarca e à idade da menopausa, ditou de forma inquestionável os períodos fecundos para todas as idades da mulher. Registando índices reprodutivos bastante elevados nos grupos de idade em que decorre o casamento, os níveis de fecundidade baixam gradualmente para índices inferiores ao observados no período anterior em todos grupos de idades, à excepção do grupo antes dos 20 anos. Nos resultados obtidos continuamos a não reconhecer formas que nos possam levar a pensar que os casais pudessem controlar a natalidade no seu período de convivência conjugal, obtendo uma fecundidade elevada até bastante tarde, se tal fosse provável, não seria possível o aumento do número de filhos por casal, à viragem para o século XX. Se os métodos contraceptivos fossem utilizados na época com alguma frequência e nesta comunidade em particular, a par com algumas melhorias nas condições de vida, alimentação, higiene e saúde, que aos poucos e poucos se iam fazendo sentir, talvez os casais os tivessem aplicado algum tempo mais cedo, reduzindo o seu elevado número de filhos. É evidente que a mentalidade da época, onde o número filhos estava intimamente relacionado com o trabalho nas actividades

⁸² Idade média da mãe ao nascimento do último filho, segundo a idade ao casamento.

agrícolas de exploração familiar e a própria sobrevivência do agregado, venceu a possibilidade, mais uma vez.

5- Ausência de filhos segundo a idade ao casamento

A ideia de que o casamento anda ligado à reprodução biológica das gerações, só tem sentido se os casais na sua orgânica natural puderem constituir família. No sentido de verificarmos quais os comportamentos dos casais, quisemos saber, com base em famílias completas com mais de cinco anos em convivência conjugal, para as quais conhecemos o fim de observação, o número de famílias estéreis, por grupos de idade ao casamento.⁸³ Por motivos de representatividade, foi considerado só um período de observação.

Como nos é dado a observar pelo quadro 30, a idade da mulher ao casamento é bastante influente na esterilidade dos casais, à medida que aumenta a idade da mulher ao casamento a esterilidade dos casais começa a ser mais expressiva. As mulheres antes dos 20 anos, não apresentam nenhum caso de esterilidade, nos grupos seguintes até aos 30 anos, os índices são de 8.1% e 14.9%, para no grupo de idades 30 - 34, baixar para 10% e aos 35 anos aumentar para 26.3%, nos 40 anos para 62.5% e a partir dos 45 anos ser de próximos dos 100%, os níveis de infecundidade. No total de todas observações, o número de famílias estéreis são 20.9 %. Sabemos hoje, que a esterilidade dos casais são atribuídos igualmente à mulher ou ao homem, sem os complexos inerentes, que se afiguraram escondidos tantos anos, pois, grande percentagem de casais sem filhos se devem em boa parte à esterilidade masculina. Por isso quando abordamos a ausência de filhos ao casamento segundo a idade ao casamento da mulher, é pura questão

⁸³ No Antigo Regime, parece - nos pouco provável, que as famílias tivessem a opção voluntária durante o seu período de união de não quererem filhos.

metodológica, pois a análise envolve os casais sem filhos ou estéreis, na sua plenitude, com responsabilidade para ambos os sexos. (Quadro 30)

QUADRO 30
AUSÊNCIA DE FILHOS SEGUNDO A IDADE AO CASAMENTO⁸⁴
1580 - 1910

Idade ao casamento	Total de Obs	N.º de Casais s \ filhos	% Estéreis
< 20	13	0	0
20 - 24	37	3	8.1
25 - 29	47	7	14.9
30 - 34	20	2	10.0
35 - 39	19	5	26.3
40 - 44	16	10	62.5

6. Espaçamentos dos nascimentos

Os espaçamentos entre os nascimentos são um indicador do ritmo da fecundidade das famílias. Diversos factores podem alterar de forma sui generis os padrões naturais de fecundidade e tornar variáveis os ritmos de descendência das diversas uniões. No sentido de verificarmos a capacidade reprodutiva de mulher e o começo do seu esgotamento fisiológico de reprodução, observamos os intervalos protogenésicos e intergenésicos, estando atentos, a sinais de mudança que possam surgir na fecundidade natural e a indícios de controlo das concepções.

6.1. Intervalo protogenésico

No intervalo entre a data de casamento e o primeiro nascimento consideramos todas as famílias com data de casamento conhecida, conhecendo ou não a data de nascimento da mulher e o óbito do primeiro conjugue falecido, em convivência conjugal mais de cinco anos, eliminando os casos em que o intervalo é inferior a oito meses a

⁸⁴ As percentagens de casais estéreis, foram encontradas em relação ao total do grupo de idades e não ao total global de todos os grupos de idades.

contar da data de casamento, por estes serem considerados concepções pré - nupciais e observados posteriormente em título próprio.⁸⁵ (Quadro 31)

QUADRO 31
INTERVALO PROTOGENÉSICO MÉDIO
FAMÍLIAS FECUNDAS (TIPO 1 A 4)

	GRUPOS DE IDADES DA MULHER				
	> 20	20 -24	25 -29	30 e mais	Todas as idades
1581 - 1749	20.3	14.8	17.2	22.1	18.8
1750 - 1879	16.1	17.3	15.0	16.3	17.2
1880 - 1910	12.8	12.5	17.0	13.6	13.9

Na observação do quadro 31, podemos concluir que durante o primeiro período, o intervalo protogenésico no primeiro grupo de idades com 20.3 meses, foi sempre superior em relação aos grupos de idades seguintes. Nos grupos de idades entre os 20 - 29 anos, há uma redução do intervalo, para 14.8 e 17.2 meses e depois dos 30 anos aumenta para 22.2 meses. No segundo período, o intervalo protogenésico, reduz em todos os grupos de idades, à exceção do grupo dos 20 - 24 anos, que aumenta para 17.3 meses e diminuindo no grupo de idades 25 - 29, para 15.0 meses, sendo este o intervalo menor para todos os grupos de idade. No último período observado, os intervalos intergenésicos diminuem significativamente para intervalos bastante curtos em todos os grupos de idade, com relevo para o grupo dos 20 - 24, com 12.5 meses e para a enorme redução das mulheres com 30 anos, com um intervalo de 13.6 meses contra os 22.1 meses do primeiro período. Na observação de todos os períodos assistimos a uma redução dos intervalos protogenésicos à medida que avançamos no tempo, com predominância para o período de 1880 - 1910, em que os curtos intervalos

⁸⁵ Na observação dos intervalos protogenésicos, utilizamos todas as famílias para as quais conhecemos a data de casamento. Tipologia das famílias 1 a 4, conforme a metodologia de Norberta Amorim, a qual se encontra transcrita no Capítulo I.

protogenésicos tiveram de certeza responsabilidade no arranque reprodutivo da mulher para o grande número de filhos por família detectado no período em questão.

O quadro 32 permite a comparação do intervalo protogenésico médio com as diversas comunidades. A nível do concelho o intervalo protogenésico médio em Santiago de Antas é mais curto do que em Mouquim; a nível da região do Minho, só na zona rural de Guimarães, é que encontramos um intervalo médio mais curto que a nossa observação. Em relação a outras regiões portuguesas, como o Sul do Pico e Cortegaça, os intervalos são efectivamente são menores que na nossa comunidade. Serão factores puramente biológicos, que estarão no cerne da questão ou não ? (Quadro 32)

QUADRO 32
INTERVALO PROTOGENÉSICO MÉDIO ⁸⁶
TODAS AS IDADES DA MULHER
QUADRO COMPARATIVO COM PARÓQUIAS PORTUGUESAS

Paróquias	Int. Protogenésico Médio	% Nascimentos < 12 meses
Santiago de Antas 1581 – 1910	16.6	49.9
S. Tiago de Mouquim 1640 – 1855	17.5	41.2
Barcelinhos 1607 – 1910	18.9	46.4
Santiago de Romarigães 1640 – 1818	18.2	30.8
Sul do Pico 1680 – 1880	15.7	45.9
Guimarães (zona rural) 1580 – 1814	14.6*	51.5*
Cortegaça 1600 – 1899	15.3	49.0

* Média simples de dois períodos.

⁸⁶ Comunidades estudadas por: Maria Manuela Ventura, S. Tiago de Mouquim, 2000, pág. 102, Inês Faria, Santo André de Barcelinhos, 1998, pág. 107/8, Maria Carlota Santos, Santiago de Romarigães, 1999, pág. 166, Maria Norberta Amorim, Evolução demográfica de três paróquias do Sul do Pico, 1992, pág. 139/40 e Guimarães, 1984, pp. 191/3, Maria Palmira Gomes, Cortegaça, 1998, pág. 58.

6.2. Intervalos intergenésicos sucessivos

A duração dos intervalos intergenésicos influencia determinantemente o número de filhos por casal em populações com fecundidade próxima do natural e estão dependentes fundamentalmente de factores biológicos, ligadas ao período de amenorreia post partum e ao período de aleitamento ao seio, da criança nascida anteriormente. Poderão interferir ainda na sua duração, hábitos culturais relacionados com a sexualidade dos casais pós parto e a interferência de outros indicadores como a mortalidade infantil e a mobilidade da população masculina.

No cálculo do primeiro intervalo intergenésico médio consideramos todas as famílias, em que conhecemos a idade da mulher e que tiveram no mínimo dois filhos⁸⁷. O primeiro intervalo intergenésico é um indicador para o estudo evolutivo da fecundidade em diferentes períodos de tempo e em diferentes idades da mulher. É interessante verificar que ao considerarmos todas as idades da mulher o primeiro intervalo varia do primeiro ao último período observado. No primeiro período, o primeiro intervalo intergenésico tem uma duração mais longa, 34.3 meses, do que nos dois períodos seguintes, 31.5 e 29.2 meses, respectivamente. O primeiro intervalo intergenésico é maior que o protogenésico, devido a considerações já anteriormente anunciadas. No que se refere aos grupos de idade, antes de 1749, as mulheres que casavam antes dos 20 anos, tinham um intervalo mais prolongado que as do grupos seguintes, à excepção do grupo dos 25- 29 anos, que apresenta um primeiro intervalo bastante dilatado com 43.5 meses, o que nos surpreendeu e que o poderemos entender num contexto de mobilidade masculina em que ausência dos maridos foi determinante. Não sabemos. O facto, é que no grupo seguinte tudo se regulariza com um primeiro

⁸⁷ Tipo 1 e 3. Ver Capítulo I

intervalo nos 28.0 meses, que não nos custa aceitar. A partir de 1750 é no grupo de idade antes dos 20 anos que o primeiro intervalo é mais curto que os dos grupos seguintes. No último período, a partir de 1880, os intervalos mais curtos, são encontrados nos grupos de idade dos 25 - 29 anos, 23.9 meses, e nos de 30 anos e mais, 25.3 meses, em detrimento dos grupos em que as mulheres casaram com idades mais precoces. (Quadro 33)

QUADRO 33
PRIMEIRO INTERVALO INTERGENÉSICO MÉDIO

	> 20	20 -24	25 -29	30 e mais	Todas as idades
1581 - 1749	33.1	31.0	43.5	28.0	34.3
1750 - 1879	20.8	32.0	33.9	31.9	31.5
1880 - 1910	28.2	32.4	23.9	25.3	29.2

Os primeiros intervalos intergenésicos, quando comparados permitem contextualizar o seu significado com outras comunidades portuguesas. Assim verificamos que Santiago de Antas no âmbito espacial do concelho, apresenta um primeiro intervalo intergenésico um pouco mais dilatado que Mouquim. Em referência às outras comunidades comparadas, atinge um primeiro intervalo próximo do Sul do Pico e bastante superior ao encontrado para a zona rural de Guimarães. Cortegaça apresenta um intervalo mais curto que o nosso, mas a diferença não justifica a causa, quando inserida em contexto espacial e económico e social próprio, com características algo diferentes das do Minho. (Quadro 34)

QUADRO 34
PRIMEIRO INTERVALO INTERGENÉSICO MÉDIO ⁸⁸
QUADRO COMPARATIVO COM PARÓQUIAS PORTUGUESAS
TODAS AS IDADES DA MULHER

	Int. Intergenésico Médio
Santiago de Antas 1581 – 1910	31.4
S. Tiago de Mouquim 1640 – 1855	30.6*
Sul do Pico 1680 – 1880	31.3
Guimarães (zona rural) 1580 – 1810	25.5*
Cortegaça 1600 – 1899	29.0

* Média simples de dois períodos.

No cálculo dos intervalos intergenésicos sucessivos para famílias numerosas, consideramos todas as famílias para as quais conhecemos a idade da mulher⁸⁹, com cinco ou mais filhos. Para uma maior representatividade da observação consideramos um único período. Na leitura do quadro 35, podemos concluir que na observação por grupos de idade ao casamento, o primeiro intervalo é sempre mais curto que os seguintes. Nas mulheres antes dos 20 anos, o quinto intervalo é menor que os anteriores e seguintes, com exceção já referida para todos os grupos etários, do primeiro intergenésico. No grupo de idades 20 - 24 anos, o quinto intervalo é menor que o quarto, na sequência, também o grupo dos 25 - 29 anos, apresenta o sexto intervalo menor que o quinto, quarto e terceiro, exceção em relação a todos os grupos de idades. No grupo dos 30 -34 anos, o quinto é menor que o terceiro e quarto intervalos, no grupo dos 34 - 39 anos, os intervalos vão aumentando à medida que os filhos vão nascendo, mas no

⁸⁸ Comunidades estudadas por: Maria Manuela Ventura, S. Tiago de Mouquim, 2000, pág. 103, Maria Norberta Amorim, Evolução demográfica de três paróquias do Sul do Pico, 1992, pág. 142 e Guimarães, 1984, pp. 194, Maria Palmira Gomes, Cortegaça, 1998, pág. 60.

entanto verificamos, que nesta a idade mais avançada da mulher ao casamento, os primeiros três intervalos intergenésicos sucessivos são bastante mais curtos que em idades mais jovens. Nesta observação, à excepção do grupo de idades dos 15 - 19 e 25 - 29 anos, o último intervalo intergenésico é sempre mais alargado que os anteriores, em todos os grupos de idades da mulher. (Quadro 35)

QUADRO 35
INTERVALOS INTERGENÉSICOS MÉDIOS SUCESSIVOS EM FAMÍLIAS NUMEROSAS
1581 - 1910

Intervalos	15 - 19	20 - 24	25 - 29	30 - 34	35 - 39	Todas as idades
1º Intervalo	24.6	27.4	25.6	20.1	12.5	25.7
2º Intervalo	29.7	28.1	26.3	25.6	14.5	27.5
3º Intervalo	36.7	28.8	30.6	28.0	20.5	30.3
4º Intervalo	34.0	32.4	28.1	33.9	43.0	32.0
5º Intervalo	25.6	31.3	27.5	26.6	-	29.2
6º Intervalo	30.4	35.6	26.9	57.5	-	32.8

Consideramos a observação que se segue, no sentido de detectarmos as oscilações de comportamento, que pudessem ajudar a completar a observação anterior. Por isso, por períodos de tempo, no sentido de reforçarmos, se houveram ou não alterações, às condições reprodutivas da mulher, que não pudemos destacar, elaboramos a seguinte amostragem, que se torna conclusiva.

Na leitura o quadro 36, para todas as idades da mulher, podemos perceber que para todos os períodos, o último intervalo é mais dilatado que os intervalos que o precederam, o inverso verificamos, no primeiro intervalo com intervalos intergenésicos mais curtos que os seguintes, com excepção para o segundo período, em que o segundo intervalo intergenésico é sensivelmente mais curto que o primeiro. Notamos em todos os períodos, à excepção dos primeiros intervalos e o segundo e terceiro do período 1749 - 1879, que os quintos intervalos intergenésicos são sempre mais curtos que todos os

⁸⁹ Tipo 1 e 3. Ver Capítulo I.

outros, como se de uma recuperação biológica da mulher se tratasse, pois se esperava menos pelo quinto filho do que pelos filhos anteriores e seguintes. (Quadro 36)

QUADRO 36
INTERVALOS INTERGENÉSICOS MÉDIOS SUCESSIVOS EM FAMÍLIAS NUMEROSAS
TODAS AS IDADES DA MULHER

Intervalos	1581 - 1749	1749 - 1879	1880 - 1910
1º Intervalo	26.4	26.5	23.9
2º Intervalo	31.2	26.1	27.4
3º Intervalo	31.0	31.2	28.5
4º Intervalo	31.1	34.1	29.2
5º Intervalo	27.4	31.6	26.7
6º Intervalo	31.8	35.0	28.5

7. Número de filhos nascidos por união

No sentido de determinar a dimensão familiar na comunidade de Santiago de Antas, analisamos o número de filhos nascidos por casamento, considerando todas as famílias para as quais conhecemos o início e fim de união.⁹⁰ Procurando alterações na constituição das famílias ao longo do tempo, dividimos esta observação em três períodos, que vimos adoptando neste capítulo da fecundidade.

O número de filhos por família varia em média entre 3,6 filhos até 1750 e 3.4 filhos de 1750 a 1879. A variação do número de filhos por famílias, é dominada por uma regularidade na fecundidade para toda a observação, não se verificando rupturas nem alterações significativas na fecundidade dos casais. Nenhum dos períodos, ultrapassou em média os quatro filhos. Se considerarmos simplesmente as famílias fecundas a média aumenta para os 4 filhos até 1750 e os 4.3 entre 1750 a 1879.

(Quadro 37)

⁹⁰ Tipo 1 e 2. Ver Capítulo I

QUADRO 37
REPARTIÇÃO DAS FAMÍLIAS SEGUNDO O NÚMERO DE FILHOS

N.º DE FILHOS	1581 – 1749	1750 - 1879
0	17	61
1	26	40
2	20	29
3	24	25
4	16	32
5	9	33
6	12	16
7	6	20
8	9	14
9	6	6
10	3	5
11	-	2
12	-	1
13	-	1
14	1	-
	149	285
% Famílias infecundas		
	11.4	21.4
Média de filhos \ família		
	3.6	3.4
Média de filhos / família fecunda		
	4.0	4.3

Em termos comparativos Santiago de Antas, tem aproximação aos níveis encontrados em Avidos - V.N. Famalicão, com 3.8 filhos entre 1660 - 1930 e Romarigães - Paredes de Coura, com 3.9 filhos, antes de 1750. As restantes paróquias minhotas nossas conhecidas, apresentam uma descendência matrimonial superior à nossa. O número de famílias sem filhos é bastante elevado, com níveis de infecundidade de 11.4% para o primeiro período e 21.4% no segundo. Os níveis de infecundidade quando comparados com comunidades do concelho, são bastante superiores a Mouquim, que encontra níveis de aproximadamente 1% para toda a observação e inferiores a Avidos, que para o período de 1660 - 1930, apresenta 23% de famílias infecundas. Em relação a outras comunidades os níveis são inferiores, a Barcelinhos,

18.3% antes de 1750 e 29.9% de 1751 - 1830 e à zona rural de Guimarães, 14.9% antes 1770, aproximados de Ronfe- Guimarães, 11% até 1750, e de S. Tecla + Carvalho- Celorico de Basto, 11% até 1750. (Quadro 38)

QUADRO 38
DESCENDÊNCIA MATRIMONIAL
COMPARAÇÃO COM PARÓQUIAS DO CONCELHO ⁹¹
(NÚMERO DE FILHOS POR FAMÍLIA)

Paróquias		Todas as famílias Média de filhos	Famílias fecundas Média de filhos	% Famílias s\ filhos	Duração das uniões
V.N.Famalicão Santiago de Antas	Antes de 1750	3.6	4.0	11.4	27.6
	1750 - 1879	3.4	4.3	21.4	26.8
Mouquim 1	Antes de 1750	3.9	3.9	0.97	27.8
	1750 - 1855	4.6	4.7	1.19	19.9
Avidos 2	1660 - 1930	3.8	5.0	23.0	28.9

8. Duração das uniões

A duração das uniões é de primordial importância para analisarmos a capacidade reprodutiva dos casais, no sentido em que o fim de uma união conjugal pela morte de um dos conjugues, em idade reprodutiva do casal, influência involuntariamente a fecundidade e a dimensão de cada família. Consideramos todas as famílias que conhecemos o início e o fim da união, independentemente da idade da mulher ao casamento ou se tratar de um primeiro ou posterior casamento.⁹²

Na leitura do quadro 39, podemos afirmar que no primeiro e segundo período, as duração das uniões com 49.0 % e 44.8 %, respectivamente, ultrapassaram os trinta anos de convivência conjugal. Na duração média das uniões, notamos uma ligeira quebra do primeiro para o segundo período, durando em média a convivência dos casais 27.6 e

⁹¹ Comunidades estudadas por: Maria Manuela Ventura, S. Tiago de Mouquim, 2000, pág. 107, Odete Paiva, S. Martinho de Avidos, 2000, pág. 138/9 pág. 107/8.

⁹² Tipo 1 e 2. Ver Capítulo I

26.8 anos respectivamente. Na observação da distribuição percentual da duração das uniões, verificamos que os casamentos antes de 1750, são os que mais longevidade média atingem, aproximadamente, mais oito meses que o período seguinte. (Quadro 39)

QUADRO 39
DURAÇÃO DAS UNIÕES (ANOS)

Intervalos	1581 – 1749		1750 – 1879	
	N.º Famílias	%	N.º Famílias	%
0 - 4	12	8.3	19	6.9
5 - 9	9	6.2	26	9.4
10 - 14	15	10.3	33	11.9
15 - 19	15	10.3	21	7.6
20 - 24	15	10.3	33	11.9
25 - 29	8	5.5	21	7.6
30 e mais	71	49.0	124	44.8
Totais	145		277	
Média	27.6		26.8	

9. Distribuição das famílias completas segundo o número de filhos

A observação das famílias completas segundo o número de filhos, contempla a ideia exacta das dimensões das famílias, com início e fim de união conhecidas, na medida em que elimina a influência das rupturas precoces das uniões. Consideramos as famílias que completaram em convivência conjugal o seu ciclo reprodutivo.

A distribuição das famílias completas segundo o número de filhos a todas as idades da mulher, apontam para um nível de reprodução dos casais, com 4.6 filhos, antes de 1750, 3.7 filhos entre 1750 - 1879. As famílias infecundas, eram 10.7% antes de 1750, aumentando para 24 %, em 1750 - 1879. Ao eliminarmos os casais estéreis, teremos então, a noção da dimensão real das famílias, com valores médios de descendência, 5.1 filhos, antes de 1750 e 4.8 filhos para o período entre 1750 - 1879. Apesar das diferenças substanciais das famílias estéreis no primeiro e segundo períodos,

50 % das famílias até 1879, tiveram entre 1 e 5 filhos. Os casais com mais de cinco filhos apresentam índices percentuais menos elevados que os anteriores, com 39.3% antes de 1750 e 26.0% entre 1750 - 1879. A dimensão das famílias diminuiu a partir de 1750, no que respeita a famílias numerosas com mais de cinco filhos. (Quadro 40)

QUADRO 40
DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS COMPLETAS SEGUNDO O NÚMERO DE FILHOS
(TODAS AS IDADES DA MULHER)

N.º DE FILHOS	1581 - 1749	%	1750 - 1879	%
0	6	10.7	24	24.0
1	8	14.3	9	9.0
2	4	7.1	7	7.0
3	5	8.9	9	9.0
4	6	10.7	13	13.0
5	5	8.9	12	12.0
6	6	10.7	7	7.0
7	2	3.6	7	7.0
8	6	10.7	4	4.0
9	6	10.7	3	3.0
10	1	1.8	3	3.0
11			1	1.0
12			1	1.0
13				
14	1	1.8		
	56		100	
Média de filhos / Família				
	4.6		3.7	
Média de filhos / Família fecunda				
	5.1		4.8	

10. Concepções pré – nupciais

As asas do desejo, fruto de convivências conjugais íntimas, levaram casais de jovens namorados, confrontados com situações de gravidez inesperadas, a anteciparem as suas uniões, na intenção de legalizar os seus filhos na constância do casamento. Enquadrados por lei, em contexto legítimo, os filhos nascidos com intervalos protogenésicos inferiores a oito meses são considerados concepções pré - nupciais,

simplesmente, em virtude da sua concepção ocorrer fora do casamento. A legitimidade dos recém - nascidos, não é posta em causa, porque nascem dentro de uma união sacramentada e legalizada. Indiferentemente do acontecido a diversos jovens namorados, a atitude dos intervenientes sobre a antecipação do casamento em função da gravidez desejada ou indesejada nem sempre foi pacífica. Além do estudo demográfico, surgiram constrangimentos sociais e religiosos relativamente à convivência íntima dos noivos antes do casamento, alterando um quadro de valores e normas inerentes ao relacionamento entre os sexos, em que a aceitação ou não das concepções anteriores ao casamento, se constituíram em indicadores sociais e culturais importantes no estudo das mentalidades da comunidade. O estudo das concepções pré - nupciais permite observar as alterações de comportamento, atitudes e liberdades, que ao longo do tempo, submeteram jovens casais a formas de reprovação social e de controle e repressão da igreja, nos seus relacionamentos sexuais antes do matrimónio e de que forma se mantiveram eficazes com maior ou menor interferência no quadro colectivo comunitário. (Quadro 41)

QUADRO 41
INTERVALOS PROTOGENÉSICOS INFERIORES A OITO MESES⁹³

Períodos	% Em relação total de nascimentos	INT. MÉDIO	% INTERV. <= 3 MESES
1581 - 1749	22.9	4.1	8.6%
1750 - 1879	17.8	4.0	23.3%
1880 - 1910	19.3	4.3	26.1%

Na análise do quadro 42, verificamos um decréscimo das percentagens das concepções pré - nupciais de 22.9 % até 1749, para 17.8% entre 1750 - 1879 e 19.3% entre 1880 - 1910. Os valores dos três períodos, enquadram - se em outros já

⁹³ Tipo 1 a 4. Ver Capítulo I

encontrados, para diversas comunidades do Minho, com percentagens acima dos 15%, em Mouquim e Avidos (a partir de 1800) no concelho de V.N. de Famalicão, Ronfe e zona rural de Guimarães, no concelho de Guimarães e Sta. Tecla, no concelho de Celorico de Basto. Podemos admitir que a convivência íntima dos jovens casais, parecem ser mais evidentes no período anterior a 1750, do que os seguintes. A diminuição das concepções poderá ser traduzida numa maior eficácia dos mecanismos de controle social, protagonizado pelo papel regulador da igreja na repressão dos comportamentos sexuais antes do casamento. As constituições do arcebispado de Braga, através da edição de normas solidificadas à luz do Concílio de Trento, procuraram incondicionalmente por fim às práticas sexuais antes do casamento.⁹⁴

O intervalo protogenésico médio inferior a oito meses, apresenta em Santiago de Antas, uma tendência linear ao longo da observação, variando entre 4.1, 4.0 e 4.3 meses. A percentagem para os intervalos inferiores ou iguais a três meses é bastante reduzida, em relação ao total de concepções pré - nupciais, com 8.1% de nascimentos até 1750, com subida substancial nos períodos seguintes 23.3% e 26.1%. Em comparação, Mouquim comunidade do nosso concelho, apresenta percentagens bastante mais elevadas que a nossa comunidade, para os nascimentos ocorridos nos três primeiros meses, variando entre 60% e 47.1%. Em Mouquim a maioria das mulheres esconderam mais tempo a gravidez do que em Antas, surpreendidas alguns meses antes pelo seu estado, deixaram arrastar as suas decisões e a preparação dos casamentos para alguns meses mais tarde. Ao contrário em Antas, possivelmente menos permissiva, devido à forte influência do mosteiro e da intervenção da igreja na vida social da comunidade, as futuras esposas tiveram dificuldades em manter escondido o seu estado de gravidez. Com bastante receio da reprovação social e o medo de abandono com o

⁹⁴ Cf. Constituições Synodais do Arcebispado de Braga, Op. Cit. 146/7.

filho nos braços, tão em costume na época, a mulher tão fragilizada pelo sucedido, foi submetida aos desejos culturais da família directa, antes que a barriga se fizesse notar, celebrando com emergência a oficialização do nascimento. (Quadro 42)

QUADRO 42
CONCEPÇÕES PRÉ - NUPCIAIS SEGUNDO A IDADE DA MULHER AO CASAMENTO
%

Grupos de idade	1581 - 1749	1750 - 1879	1880 - 1910
15 - 19		4.8	21.4
20 - 24	28.6	66.7	35.7
25 - 29	28.6	14.3	35.7
30 - 34	14.3		
35 - 39	14.3	9.5	7.1
40 - 44	14.3	4.8	

Os valores da distribuição indicam – nos que uma percentagem significativa de mulheres entre os 20 - 24 e 25 - 29 anos, foram responsáveis pelo maior número de filhos com origem em relações pré - nupciais. O grupo mais jovem é o menos vulnerável a este comportamento, as noivas quase não têm contactos íntimos, que levassem à concepção de uma criança gerada antes do casamento. A autoridade familiar exercida na educação da mulher e a reprovação social, funcionaram como travão a grupos de jovens mulheres, que mantendo a honra da família, tiveram medo em consumir relações ilícitas antes do casamento. A excepção está no último período, onde se verifica um maior número de concepções pré - nupciais, originárias de mudanças estruturais na comunidade, em que as mulheres começaram a casar bastante mais jovens, o que arrastou um maior agravamento das concepções pré - nupciais consumadas por grupos de mulheres e homens em idades cada vez mais precoces. Alguma permissividade na convivência dos noivos ao longo da observação, foi influenciando atitudes e mentalidades no sentido de uma maior tolerância social, em relação às mulheres com idades para consumir o casamento, admitindo que as mulheres

do campo, protegidas desde sempre pela família, tivessem mais facilidade em chegar ao casamento, nos casos de uma gravidez não desejada.⁹⁵

11. Filiação natural e enjeitados

Durante o Antigo Regime, a sexualidade tinha unicamente a função exclusiva, da procriação dentro do casamento, mas sabemos de antemão, que nunca foi assim. A questão da fecundidade ganha maior expressão quando se observam os dados referentes a crianças nascidas fora do contexto matrimonial. A análise dos comportamentos demográficos não estaria completa se não fossem observadas as situações, registadas nos livros de assentos paroquiais, referentes aos filhos naturais e enjeitados. As relações sexuais das quais resultaram nascimentos de crianças, que não se inserem na fecundidade legítima, foram considerados diferencialmente, em filhos ilegítimos e enjeitados, dado a dificuldade em sabermos se estes últimos, nasciam ou não, fora das fronteiras do casamento, frutos de relações sempre ilegítimas.

A ilegitimidade foi uma constante nesta comunidade, fruto de relações naturais entre solteiros, adúlteras entre casados, espúrias violando votos de celibato e incestuosas as quais implicavam laços de consanguinidade próximos. A análise deste indicador vem trazer à luz, o resgatar de crianças, que não sendo concebidas nem nascidas sobre a vigência de um casamento legítimo, fazem parte da estrutura populacional de Santiago de Antas. Os índices revelados podem ser observados, tendo em conta a separação de dois fenómenos que em nosso entender se apresentam com características e contextos diferentes, o da ilegitimidade e do abandono ou exposição de crianças. A análise da ilegitimidade mostra um ritmo evolutivo pouco diferenciado

⁹⁵ Note – se que em Santiago de Antas os valores percentuais de concepções pré – nupciais, se apresentam sempre elevados, com alterações entre 1581 - 1910, na ordem dos 22.2%, 17.3% e 19.3%.

desde 1581 até 1879, com 11.5% e 12.1% e uma diferenciação significativa até 1910, com diminuição para 8.6%. As médias da ilegitimidade são elevadas para os primeiros dois períodos, pois onze e doze crianças em cada cem nasciam fora do casamento, com tendência menos elevada no último período em que oito crianças não conheciam a união dos pais. Podemos considerar que a idade média ao casamento da mulher atinge os valores mais elevados, até 1879, com 27.6, para depois descer para 25 anos, este indicador mantém uma estreita ligação com os índices de ilegitimidade, que se alteram ou diminuem de intensidade, no mesmo sentido. O mesmo não poderemos dizer para o celibato definitivo feminino, por que a percentagem de mulheres solteiras é maior a partir de 1879, mas como o celibato masculino apresenta a partir de 1850, índices bastante mais baixos que nos períodos anteriores, o mercado matrimonial não foi afectado, graças a uma mobilidade diferencial que veio suprir as diferenças, permitindo o equilíbrio entre os sexos, ao ponto de a ilegitimidade diminuir. Será que uma maior pressão social em relação à ilegitimidade se fez sentir em Santiago de Antas, na viragem do século?

Durante muito tempo, não sendo costume a exposição de crianças, o fenómeno assumiu pouca relevância no contexto demográfico das populações. No entanto a situação alterou - se, a partir de meados do século XVIII, momento em que o Estado passou a assumir uma postura de maior tolerância e protecção à prática da exposição dos recém nascidos. Com a instituição das rodas, assistiu - se a um crescimento da sua incidência, em que revemos como consequência a lei publicada por Pina Manique em 1783.⁹⁶

⁹⁶ Amaro das Neves, “ Filhos das ervas - A ilegitimidade no Norte de Portugal, 1996, pág.162 /5.

Em relação às crianças enjeitadas em Santiago de Antas as percentagens não tem significado no primeiro e último período. Só nos aparecem, com alguma relevância, no segundo período, 3.3% de crianças expostas ou abandonadas. Não podendo relacionar directamente filhos ilegítimos e enjeitados, possivelmente nascidos fora da comunidade, os resultados apurados no primeiro e último período, em que o número de crianças enjeitadas foi pouco significativo com casos esporádicos de exposição, levou - nos a considerar também um tratamento conjunto, com a soma de filhos ilegítimos e enjeitados. (Quadro 43)

QUADRO 43
FILIAÇÃO NATURAL E ENJEITADOS
(PERCENTAGENS RELATIVAS AO TOTAL DE NASCIMENTOS)

Períodos	Total de filhos naturais	% ilegítimos	Total de enjeitados	% enjeitados	Total de nascimentos	% Ileg + enj
1581 - 1749	154	11.5	4	0.3	1342	11.8
1750 - 1879	363	12.1	99	3.3	2996	15.4
1880 - 1910	104	8.6	1	0.1	1210	8.7

Na leitura do quadro 44, verificamos a nossa comunidade para todo o período de observação entre 1581 - 1910, apresenta um índice de ilegitimidade de 10.7% comparável aos índices de ilegitimidade encontrados para as paróquias do concelho, Mouquim e Avidos, com valores entre 1609 - 1878, de 10.4%, e Avidos para o período 1623 - 1899, na ordem dos 10.7 %. Santiago de Antas no período entre 1581 - 1749, aponta uma percentagem de ilegítimos, de 11.5%, no período de 1750-1879, 12.1%, e no período 1880 - 1910, os valores descem para os 8.6%. Mouquim para o período de 1609 - 1758, aponta para uma tendência idêntica à nossa com um índice de ilegitimidade de 11.5% e para o período entre 1759 - 1878 desce para um nível de ilegitimidade bastante inferior ao encontrado em Antas, 8.6 %. Em comparação com outras paróquias minhotas, os valores são algo diferentes a não ultrapassar os 10%, nas paróquias de Romarigães, Aveleda, Barcelinhos e Lanheses até 1850. No caso das duas

últimas, só a partir de 1850, é que os níveis de ilegitimidade dispararam para índices de ilegitimidade superiores ao nossos. No caso de S. Tecla - Celorico de Basto os índices de legitimidade são mais elevados durante toda a observação, com valores de entre 18.6% e 19.1% entre 1623 e 1819. A zona rural de Guimarães, com índices entre 12.3% e 16.3% entre 1580 e 1749 e o Norte de Guimarães (11 paróquias) 17.3% e 14.1% entre 1560 e 1749, apresentam índices de maior frequência da ilegitimidade de que em Santiago de Antas, para o período até 1749.⁹⁷ (Quadro 44)

QUADRO 44
FECUNDIDADE ILEGÍTIMA
COMPARAÇÃO COM PARÓQUIAS DO CONCELHO⁹⁸

Paróquias de V. N. Famalicão		Percentagens de ilegitimidade %
Santiago de Antas	1581 - 1749	11.5
	1750 - 1879	12.1
	1880 - 1910	8.6
	1581 - 1910	10.7
Mouquim 1	1609 - 1758	11.5
	1759 - 1878	8.6
	1609 - 1878	10.4
Avidos 2	1623 - 1899	10.7

12. Estado civil das mães dos filhos ilegítimos

A grande maioria das mães dos filhos ilegítimos eram solteiras, que por direito natural, entenderam que a sua descendência não poderia estar ameaçada, só porque não contraíram matrimónio, dentro dos trâmites legais. As viúvas que precocemente perderam os maridos, sentiram também que os seus úteros ainda se mantinham férteis e

⁹⁷ Maria Norberta Amorim, O Minho: comportamentos demográficos através da informação paroquial, Ler História...op. cit., pág. 32. Amaro das Neves, “ Filhos das ervas - A ilegitimidade no Norte de Portugal, 1996, pág.116-25.

⁹⁸ Comunidades estudadas por: Maria Manuela Ventura, S. Tiago de Mouquim, 2000, pág. 113, Odete Paiva, S. Martinho de Avidos, 2000, pág. 153.

que não havia nenhuma razão, que as impedisse de ter filhos. Por último, as casadas, a questão complica – se, mas com maridos ausentes, em lugares longínquos como o Brasil, com probabilidades de abandono do lar iminentes ou separadas há bastante tempo, porque não, terem filhos? Diversas razões, que nem sempre são possíveis de explicar à luz do entendimento, levou a que muitas mulheres viessem a ter filhos ilegítimos na comunidade, porque outras, por vergonha e na tentativa de ocultarem o estado de gravidez, abandonaram os seus locais de origem, fugindo das reprovações sociais a que estavam sujeitas. Ficaram as mais corajosas.

Como seria de esperar todos os indicadores, apontam para um predomínio das mães solteiras, com 97.3%, seguido das viúvas com 1.7% e as casadas 1%. É evidente que a pressão social feita a estas mulheres, não tinha os mesmos reflexos nos três casos, era com as casadas que mais se fazia sentir, procurando estas mulheres, por todos os meios ocultar as situações, que pudessem trazer conflitos matrimoniais e no caso das ausências do marido, familiares. Não cremos decisivamente, que no caso das mulheres casadas, seja a prática de adultério sem marido ausente que está aqui em causa, porque se o marido fosse presente ou em trabalho de mobilidade sazonal, o filho seria sempre atribuído ao casal. Os casos nossos conhecidos, indicam que as concepções de crianças ilegítimas por mães casadas, se deram em situações de ausências prolongadas dos maridos, indiciando a separação do casal. A importância do casamento como instrumento económico e social, explica as estratégias matrimoniais, que na maior parte das vezes tinham como pano de fundo uma gravidez. É evidente que o amor não perdeu o seu lugar, mas o furtar dos homens ao casamento, deixaram muitas mulheres que deram à luz filhos ilegítimos, definitivamente solteiras. As mães dos filhos ilegítimos, tinham sempre presente como referência de enquadramento social, um homem com

quem fosse possível o casamento ou uma relação duradoira, com o fim de assegurarem a sua protecção, sobrevivência, abrigo e sustento económico.⁹⁹ (Quadro 45)

QUADRO 45
ESTADO CIVIL DAS MÃES DOS FILHOS ILEGÍTIMOS
1581 – 1910

Estado Civil	N.º Absoluto	%
Solteiras	400	97.3
Casadas	4	1.0
Viúvas	7	1.7
Total	411	100

12.1. Idade média das mães solteiras ao nascimento do primeiro filho

A idade média das mães solteiras ao nascimento do primeiro filho, são inferiores à idade média das mães, que conceberam o primeiro filho legítimo. A idade das mulheres, não foi de forma alguma impeditiva de acesso ao casamento, porque as suas idades são mais baixas, do que as mulheres que contraíram casamento. A ideia de que as mães solteiras representariam um leque de mulheres sem mercado matrimonial e que o atraso na idade ao acesso ao casamento levaria ao consumir de relações não conjugais, está posta de parte. A maior parte destas mulheres solteiras, em tempo em que a fecundidade era próxima do natural, sem controle voluntário de nascimentos, tiveram crianças nascidas de relações extra - conjugais, com origem em namoros que se tornaram acidentais ou em amores clandestinos, que deixadas ao acaso, muitas tiveram que andar fugidas dos seus lugares de origem e se sujeitaram diversas vezes a maternidades naturais, em alguns casos com propensão para a bastardia. A ocasião faz o ladrão. É notável a observação da correlação, entre a idade média ao nascimento do primeiro filho ilegítimo e a idade média das mulheres ao primeiro casamento, pois a

⁹⁹ A maioria das mães dos filhos ilegítimos que não casaram ou não mantiveram uma relação duradoira, morreram em condições de miséria.

incidência da ilegitimidade surge em mulheres com idades médias inferiores à das mulheres que tiveram acesso ao casamento. (Quadro 46)

QUADRO 46
IDADE MÉDIA DAS MÃES SOLTEIRAS AO NASCIMENTO DO PRIMEIRO FILHO

	Idade média ao nascimento do 1º filho	Idade média ao 1º casamento
1581 - 1749	26.2	27.0
1750 - 1879	26.3	
1880 - 1910	23.8	25.0

Na observação do quadro 47, o grupo das mulheres entre os 20 - 24 anos, é o mais sujeito a incidência das maternidades ilegítimas com 30.2%, logo seguido pelas mulheres dos 25 - 29 anos com 28.8% e um pouco mais abaixo pelo grupo 30 - 34 anos, 19.4%. As mulheres a partir dos 35 anos, atingem 16.5% das ocorrências da ilegitimidade, registando o grupo etário dos 15 - 19 anos, 5%, com um número de casos muito aquém do que seria de esperar do seu eventual potencial reprodutivo. (Quadro 47)

QUADRO 47
DISTRIBUIÇÃO POR GRUPOS DE IDADE DAS MÃES SOLTEIRAS AO NASCIMENTO DO PRIMEIRO FILHO CONHECIDO
1581 - 1910

	15 - 19	20 - 24	25 - 29	30 - 34	35 - 39	40 - 44	45*	TOTAL
N.º OBS.	7	42	40	27	16	5	2	139
%	5.0	30.2	28.8	19.4	11.5	3.6	1.4	100

12.2. Posterior casamento das mães solteiras

As mães solteiras eram alvo de reprovação social, o que levou muitas mulheres, a serem marginalizadas, como podemos verificar nos conteúdos dos registos paroquiais, em que aparecem em oposição ao nome, alcunhas com efeitos discriminatórios. Num contexto de nupcialidade restrita, onde o acesso ao casamento era difícil, ainda mais o é, quando se trata de mães solteiras. Umhas tiveram melhor sorte que outras, que ficaram definitivamente celibatárias. De qualquer forma, é objecto do nosso estudo, sabermos

qual a incidência ao casamento destas mulheres, que deram à luz filhos ilegítimos e até que ponto a maternidade extra conjugal, funcionou como travão mental ao casamento. Registamos para toda a observação, 14.7% de mulheres solteiras, com filhos ilegítimos, que contraíram matrimónio. A ilegitimidade não parece ter sido de todo, um factor de discriminação social, se considerarmos o forte celibato definitivo feminino, que se fez sentir na comunidade, em que as hipóteses de casar em situação de mães solteiras, se tornaria difícil para muitas mulheres, os resultados falam por si. A maternidade ilegítima, não impediu que as mulheres em percentagem muito considerável, tivessem acesso ao casamento, nem temos testemunhos, que depois de casadas, não fossem socialmente bem integradas na comunidade. (Quadro 48)

QUADRO 48
MÃES SOLTEIRAS COM DATA DE CASAMENTO
1581 – 1900

Estado civil	Total de solteiras	Solteiras com data de casamento	%
Solteiras	374	55	14.7

12.3. Mães com um ou mais filhos ilegítimos

Nesta observação quisemos analisar a frequência dos comportamentos de reprodução ilegítima. Encontramos situações de mulheres que nesta comunidade, transportaram várias vezes, no ventre mais do que um filho, fruto de amores clandestinos, que não pertencendo a um mesmo progenitor, foram sujeitas ao vigor da censura. Os registos paroquiais, também nos permitem conhecer alguns casos, que nos revelam uma evolução nos comportamentos sociais, atribuindo diversos filhos ilegítimos aos mesmos casais, explicando por si só, situações de protecção social à mãe e aos filhos, quando impedidos da relação conjugal, por inerência da sua situação social. A predominância de mulheres com apenas um filho, na ordem dos 78.6%, reflectem diversas situações de relações sexuais, que à partida indicavam um comprometimento

de futuro, mas muitas foram goradas, por fuga dos namorados ou por outras impossibilidades dos presumíveis pais. Nos casos observados de mulheres de reincidência ilegítima, não podemos excluir a propensão para a bastardia, com casos de mancebia e concubinato, com algumas hipóteses a não ignorar, de actividades ligadas à prostituição. A idade tardia ao casamento, numa sociedade que proclamava a intimidade conjugal, mas que aceitava os enganos dos rapazes e adúlteros, como estigma de masculinidade, fez com diversos homens se vissem obrigados a assumirem a paternidade nos assentos de casamento e nos nascimentos dos filhos naturais. Por outro lado, os casamentos contratados pelas famílias, que menosprezava as alianças indesejadas dos noivos, as prescrições do celibato e o celibato obrigatório do clero, o crescente desequilíbrio entre os sexos, condicionado pela forte mobilidade essencialmente masculina, foram em boa parte, os responsáveis, pelos danos irreparáveis que provocaram em muitas mulheres e seus filhos, que tiveram vidas com grandes dificuldades de sobrevivência. (Quadro 49)

QUADRO 49
MÃES SOLTEIRAS COM UM OU MAIS FILHOS ILEGÍTIMOS
1581 – 1900

N.º de filhos	1	2	3	4	5	6	7	Total
N.º de mães	294	46	17	10	4	2	1	374
% de mães	78.6	12.3	4.6	2.7	1.1	0.5	0.3	100

10.4. A ilegitimidade segundo a naturalidade das mães solteiras

A naturalidade das mães solteiras dos filhos ilegítimos, é de primordial importância, do ponto de vista das mentalidades, no sentido de compreendermos, se o fenómeno da ilegitimidade, levou a que muitas mulheres solteiras, mães de filhos ilegítimos, ocultassem o seu estado de gravidez no seu local de origem. Será que os locais de origem, foram de facto inibidores, para que as mães solteiras se deslocassem atempadamente a outras comunidades, para terem os seus filhos? Que outros

condicionalismos e factores, levaram a que diversas mulheres tivessem os seus filhos em Santiago de Antas ?

Numa primeira análise, começamos por avaliar a origem geográfica das mulheres solteiras, quantificando as naturais e as vindas do exterior, em três períodos, com a seguinte ordem de sequencial: as naturais, as do concelho, as de fora do concelho e as expostas/enjeitadas.¹⁰⁰ (Quadro 50)

QUADRO 50
NATURALIDADE DAS MÃES DOS FILHOS ILEGÍTIMOS
%

Períodos	Obs	Naturais	Obs	Concelho	Obs	De fora	Obs	Expostas
1581 - 1749	22	55.0	13	32.5	5	12.5	-	-
1750 - 1879	94	50.5	60	32.3	16	8.6	16	8.6
1880 - 1910	35	48.6	29	40.3	8	11.1	-	-

As mães solteiras que tiveram filhos ilegítimos, são na sua maioria naturais de Santiago de Antas. A distribuição de mulheres com filhos ilegítimos, ao longo de todo o período, era de 50.7% naturais da paróquia, 34.2% do concelho, 9.7% originárias de diversas comunidades de fora do concelho e 5.4% enjeitadas ou expostas.¹⁰¹ A opção das mães solteiras terem os seus filhos na sua paróquia de origem parece - nos de facto evidente, no entanto também verificamos uma mobilidade geográfica feminina, com um número considerável de mulheres, que a esta comunidade vieram ter os seus filhos. Na observação do quadro, verificamos que a proporção de mulheres naturais assume valores bastante elevados em todos os períodos, com taxas de 55%, 50.5% e 48.6%, respectivamente. Nos períodos em análise, as mulheres vindas de procedências geográficas do concelho, são em grande número das freguesias limítrofes e contíguas do concelho, com taxas na ordem dos 32.5%, 32.3% e 40.3% respectivamente e em menor

¹⁰⁰ Na impossibilidade de conhecermos a sua origem geográfica, atribuímos às mães solteiras expostas / enjeitadas, um tratamento específico.

¹⁰¹ Curiosamente só encontramos expostas/enjeitadas, a ter filhos ilegítimos no período entre 1750 - 79.

número as de fora do concelho, com 12.5%, 8.6% e 11.1%, respectivamente. Ao longo da observação, 87%, 82.3% e 88.9% das mães dos filhos ilegítimos pertenciam ao concelho. A proveniência geográfica das mães dos filhos ilegítimos exteriores à comunidade, são oriundas na sua maioria de freguesias limítrofes, Requião, Calendário, V.N.F., Gavião, Abade de Vermoim, Landim e S. Paio de Seide e das restantes freguesias do concelho, poucos ultrapassaram os limites do distrito de Braga.

As mães solteiras sentiram na pele, a reprovação social e de censura por parte das populações, muitas delas tiveram pouco ou nenhum apoio da família. Grande parte das mulheres que tiveram filhos ilegítimos, eram residentes e trabalhavam na comunidade, outras abandonaram as suas terras já grávidas, para darem à luz e baptizar os seus filhos, longe dos olhares dos vizinhos. A discriminação, incidiu de forma evidente nas mães de filhos ilegítimos, marginalizadas pela sociedade e pela família, na sua maioria criadas de servir e jornaleiras, que quando grávidas perderam os seus trabalhos, tiveram grandes dificuldades de sobrevivência. Destas mães solteiras, muitas, não lhe encontramos rasto. As paixões do coração que deram a homens e mulheres a sua identidade particular, também os arrastaram, para os crimes mais funestos, para os amores mais violentos e para os actos sexuais mais humanos e desumanos. Independentemente da boa educação, da fé religiosa, do medo da punição e o ostracismo, a razão nem sempre conseguiu dominar os calores que vem do coração.

Capítulo V

A Mortalidade

Nas sociedades em que a influência da religião católica é preponderante, os traços da relação entre os homens e o sagrado, aparecem invariavelmente ligados no culto da morte e dos mortos, o que reforça na maior parte das vezes a permanência de práticas e comportamentos com raízes ancestrais. E o mais curioso é que a crença de que os mortos no fim da vida, atravessam um tortuoso caminho, para chegar à eternidade, não sofreu ao longo dos séculos contestação alguma.

Vencer a morte e enfrentar a mortalidade permitem perceber o que de mais profundo e essencial persiste na mentalidade colectiva. A velhice, as doenças, as causas acidentais, as alterações ambientais, influenciadas pelas estações do ano no deflagrar da morte, um surto de tifo, a varíola, a cólera, vagas epidémicas diferenciadas, uma dieta alimentar desequilibrada, maus hábitos de higiene, anos de fome, deficientes métodos e técnicas de saúde na protecção médico - sanitárias, as más condições de vida da população, a ineficácia dos cuidados materno - infantis, reúnem em grande parte, o leque de causas inerentes a uma maior ou menor esperança de vida, em que os novos substituem os mais velhos, em que as crianças não conseguem ter imunidade suficiente que lhes permita sobreviver, enfim, uma série de circunstâncias que não garante às populações, que o dia seguinte seja dia. O ambiente de miséria económica e social, em que viviam o grosso da população, a deficiente higiene das crianças durante o aleitamento, o inadequado regime alimentar das crianças, a ignorância, os casos de negligência e falta de carinho, explicam uma mortalidade das crianças durante a primeira infância. A morte diferencial entre os sexos também dão essência ao nosso estudo tentando perceber porque é que a morte assola primeiramente um sexo em detrimento de outro.

Uma das dificuldades do estudo da mortalidade, verifica - se na inexistência de um registo sistemático do óbito de menores de sete anos, que de acordo com as normas da Igreja, não sendo obrigados ao sacramento da comunhão, não eram consideradas pecadoras.¹⁰² Na paróquia de Santiago de Antas, os párocos a partir de 1643, foram registando de forma esporádica a morte de algumas crianças, mas só a partir de 1795, é que tivemos ao nosso alcance, um registo sistemático de óbitos menores de sete anos. O estudo da mortalidade, deixa transparecer de forma significativa, o conhecimento da comunidade populacional. Os indicadores privilegiados para a análise da mortalidade são a sazonalidade ao óbito, a mortalidade normal e de crise, a mortalidade infantil e a esperança de vida. Para avaliar o fenómeno da mortalidade e analisar as interrogações que a mortalidade nos coloca, a natureza das fontes são determinantes. As fontes só respondem ao que lhes perguntamos, tendo em conta o efeito para que foram produzidas.

1.Sazonalidade dos óbitos

A observação dos ritmos sazonais dos óbitos, incidindo numa mortalidade diferencial por idades, é efectivamente o nosso propósito. Neste sentido, pretendemos encontrar os períodos do ano em que se morria mais frequentemente e verificar se os efeitos sazonais se manifestavam na morte igualmente para todos os indivíduos, independentemente das idades.

¹⁰² Só a partir do momento em que eram obrigados ao sacramento da Comunhão é que faziam parte da comunidade dos fiéis. Registrar ou não as crianças menores de sete anos, variou de comunidade para comunidade, sendo o pároco o responsável por tal decisão, uma vez que não era institucionalmente obrigado, pois, não precisando as crianças de sufrágios pela sua alma, não houve a necessidade de registarem a sua morte.

1.1.Sazonalidade ao óbito menores de um ano

Na análise do quadro, verificamos para o primeiro período (1800/49) que é no mês de Setembro, seguido dos meses de Outubro e Janeiro, que se registam os maiores índices de mortalidade. Os meses frios, de Novembro e Dezembro registam uma mortalidade abaixo da média, o mês de Fevereiro apresenta o índice de mortalidade mais baixo de toda a observação. A morte atinge mais os menores de um ano, nos meses de fim de Verão e início do Outono e depois volta a atacar num dos meses mais frios do ano, Janeiro. Sabemos que muitos destes recém nascidos não resistiram aos problemas que se colocavam na realização de um parto difícil, com risco de vida da mãe e do filho. As dificuldades técnicas da época, para superar o parto natural, foram responsáveis pela realização de partos em condições extra humanas, em que os recém nascidos, que tiveram dificuldades ao nascer, uma boa parte deles, permanecendo demasiado tempo no útero das mães, não resistiram. Todos aqueles que sobreviveram à odisséia do parto, outras razões puderam estar no cerne da questão. Importa considerar que nos meses em que os trabalhos agrícolas mais apertavam, como os meses das colheitas e das vindimas, em que os menores cuidados por parte das mães, que tinham de transportar os recém - nascidos, para os locais de trabalho com condições de higiene e de salubridade pouco recomendadas, estiveram na origem dos índices mais altos de mortalidade. Estes descuidos na alimentação já de si deficiente e na assistência aos filhos totalmente dependentes na protecção, são a causa das diversas doenças e infecções de trato respiratório, ligadas aos factores climáticos do fim do Verão e Outono, que encontraram condições propícias ao alastramento de viroses, afectando de forma determinante a vida de muitos dos recém nascidos. O mês de Janeiro, aparece com alguma surpresa, no sentido em que os meses frios, anteriores e seguinte, apresentam uma mortalidade abaixo da média. A preocupação das mães, com os rigores do Inverno, era um facto,

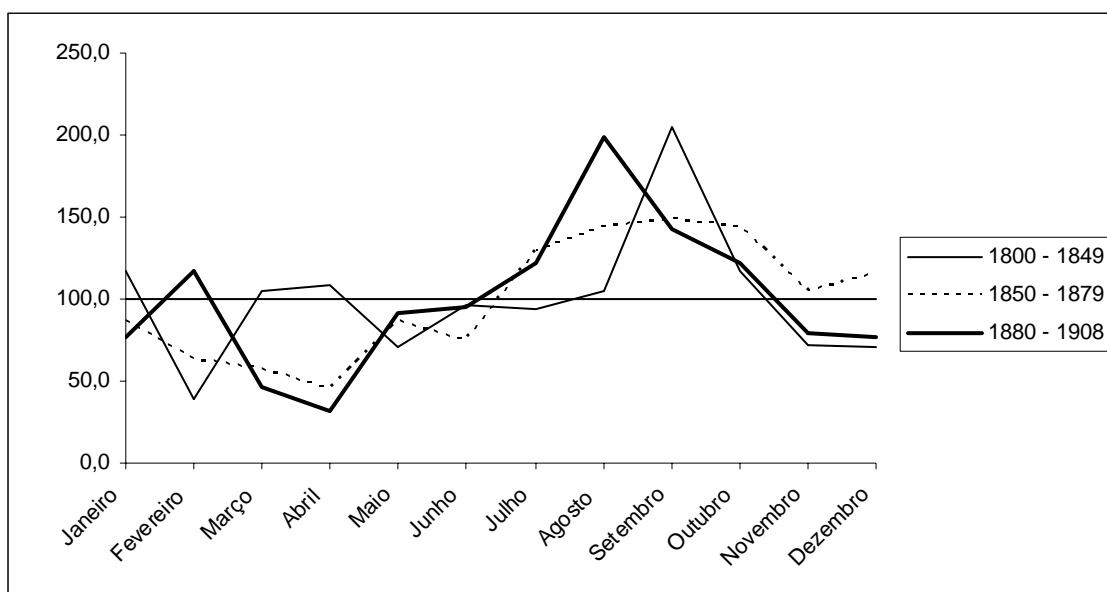
mas a falta de condições de habitabilidade de numerosas famílias, não permitiram que se superasse de forma inabalável os rigores do Inverno. As mudanças de temperatura e o frio que se faz sentir nesta época do ano, provocaram nos recém - nascidos, o que os saberes populares, chamam de resfriados, demasiadas infecções bronco - pneumonares, que se revelaram fatais para tantas crianças, sabendo nós, que devido aos deficientes métodos e técnicas médico - sanitárias da época em questão, eram de difícil tratamento.

Nos outros dois períodos considerados, aparecem idênticas as incidências, os maiores índices de mortalidade, surgem com mais intensidade do que no período, nos meses de Verão e início do Outono, entre Julho e Outubro. São de facto, nos meses mais quentes, que se concentram os maiores índices de mortalidade infantil. Julgamos que a influência dos factores climáticos provocando viroses de foro respiratório, aliados à diminuição de cuidados maternos em toda a sua essência, desde os cuidados de higiene, à necessidade de água potável e uma alimentação apropriada ao recém nascido, visto que o calor deteriorava bastante os alimentos e o excesso de fruta natural era prejudicial, originando demasiadas viroses de ordem gastrointestinal, estão nas prováveis causas, ligadas à elevada mortalidade indiciada nestas épocas do ano. (Quadro 51 / Gráf. 9)

QUADRO 51
SAZONALIDADE AO ÓBITO MENORES DE 1 ANO

Meses	1800 - 1849		1850 - 1879		1880 - 1908	
	N ° Absolutos	Índ. 100	N ° Absolutos	Índ. 100	N ° Absolutos	Índ. 100
Janeiro	10	116.9	6	86.5	5	76.5
Fevereiro	3	38.5	4	63.3	7	117.6
Março	9	105.2	4	57.7	3	45.9
Abril	9	108.7	3	44.7	2	31.6
Maiο	6	70.2	6	86.5	6	91.8
Junho	8	96.7	5	74.5	6	94.9
Julho	8	93.5	9	129.8	8	122.4
Agosto	9	105.2	10	144.2	13	198.9
Setembro	17	205.4	10	149	9	142.3
Outubro	10	116.9	10	144.2	8	122.4
Novembro	6	72.5	7	104.3	5	79.1
Dezembro	6	70.2	8	115.4	5	76.5

GRÁFICO 9
SAZONALIDADE AO ÓBITO MENORES DE 1 ANOS



1.2.Sazonalidade ao óbito menores de sete anos

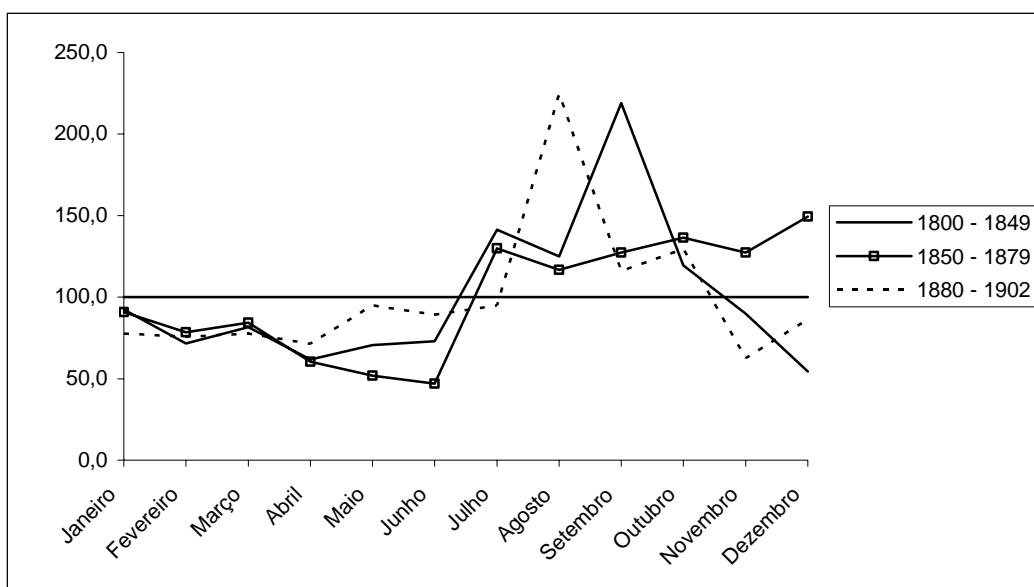
Na análise do quadro 52 e gráfico 10, os índices mais altos da observação, para todos os períodos considerados, apontam claramente para uma mortalidade mais intensa e gravosa, nos meses mais quentes do ano, de Julho a Outubro, com a exceção do segundo período, que se vai prolongar até ao mês de Dezembro, registando este, o maior índice de mortalidade infante - juvenil do período observado. A mortalidade atinge mais os menores de sete, tal como já havíamos referido, também para os menores de um ano, nos meses Verão e início do Outono e no segundo período a vemos prolongar, pelo Outono e início do Inverno, nos meses de Novembro e Dezembro. No segundo período, a sazonalidade ao óbito, aparece diferencial, em relação aos outros dois períodos observados, com mês de Dezembro a registar o maior índice de mortalidade, dando indicações de que o Inverno, ao contrário do que vínhamos referenciando, se tornou fatal para as crianças. A Primavera representa o período menos perigoso para as crianças, considerando os índices de mortalidade encontrados. O Verão e Outono e alguns meses de Inverno isolados, não sistemáticos, tornaram as crianças mais vulneráveis ao clima e às doenças, permitindo uma maior incidência da morte. Continuamos a observar, que é nos meses em que os trabalhos agrícolas são mais intensos, com incidência nos meses das colheitas e das vindimas, que os índices mais altos mortalidade se manifestam. O estado sanitário em que vive uma população, é essencial para determinar e perceber as causas de mortalidade. De outra forma, a influência do clima, ligado às deficientes condições alimentares, com inadequados regimes alimentares para as crianças, a falta de condições de habitação, a ignorância, as negligências, a falta de carinho, vieram a engrossar o leque de responsabilidades, pelo

alastramento de diversas epidemias, permanecendo até novos dados interdisciplinares, como principais causas da mortalidade das crianças. (Quadro 52 / Gráf. 10)

QUADRO 52
SAZONALIDADE AO ÓBITO MENORES DE 7 ANOS

Meses	1800 - 1849		1850 - 1879		1880 - 1902	
	N.º Absolutos	Índ. 100	N.º Absolutos	Índ. 100	N.º Absolutos	Índ. 100
Janeiro	17	92.4	14	90.9	9	77.7
Fevereiro	12	71.6	11	78.4	8	75.8
Março	15	81.5	13	84.4	9	77.7
Abril	11	61.8	9	60.4	8	71.3
Maió	13	70.7	8	51.9	11	94.9
Junho	13	73	7	47	10	89.2
Julho	26	141.3	20	129.8	11	94.9
Agosto	23	125	18	116.8	26	224.4
Setembro	39	219	19	127.4	13	115.9
Outubro	22	119.6	21	136.3	15	129.5
Novembro	16	89.9	19	127.4	7	62.4
Dezembro	10	54.3	23	149.3	10	86.3

GRÁFICO 10
SAZONALIDADE AO ÓBITO MENORES DE 7 ANOS



1.3. Sazonalidade ao óbito maiores de sete anos

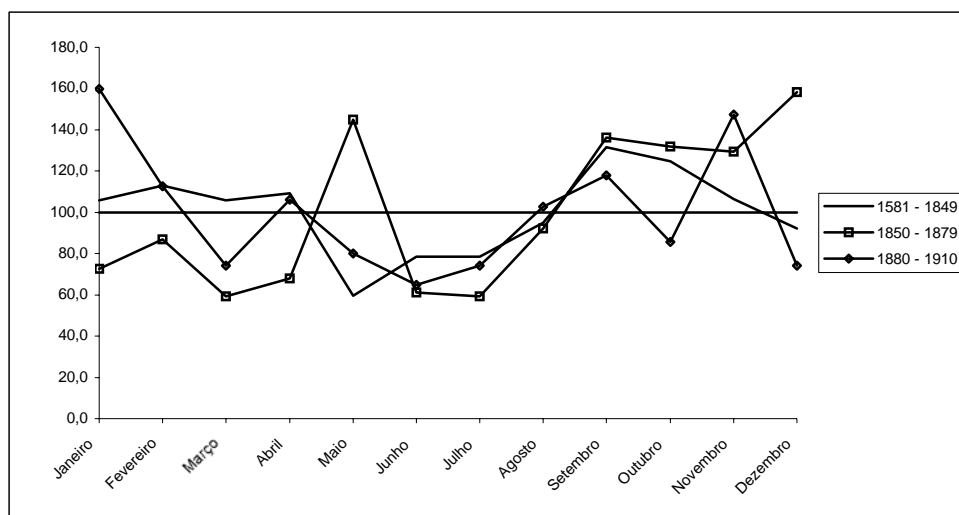
No estudo da sazonalidade ao óbito dos maiores de sete, consideramos uma visão do fenómeno da mortalidade em longa duração, desde 1581 a 1910, o que não nos tinha sido permitido, na sazonalidade ao óbito infantil e infanto - juvenil, devido à ausência de registos sistemáticos de mortalidade antes de 1795. A distribuição das mortes ao longo do primeiro período entre 1581 - 1849, apontam para uma maior mortalidade dos indivíduos adultos nos meses de Setembro e Outubro. A morte no fim do Verão e início do Outono, continua a vitimar grande número de indivíduos, revelando uma relação directa entre mortalidade e as mudanças climáticas, assim com o aproximar da queda da folha, caíam fatalmente os homens. Os meses de Inverno, embora sem a mesma dimensão dos anteriormente enunciados, também apresentam índices de sazonalidade ao óbito elevados, o que nos sugere dificuldades de sobrevivência das populações aos rigores do clima, devido às más condições de vida grande número de indivíduos. No segundo período 1850 - 1879, a distribuição sazonal da mortalidade, aparece com incidência nos meses de Setembro a Dezembro, mês que atinge o índice de mortalidade mais alto do período. Uma tendência inesperada com carácter de excepção, foi observada no mês de Maio, situado entre meses com baixos índices de mortalidade, possivelmente uma mudança nas causas de morte inerentes, que embora desconhecidas pudessem ser o fundamento explicativo desta tendência, que não vimos acontecer nos outros dois períodos observados. No último período observado, houve alterações nas tendências sazonais, passando os meses de fim de Outono e de Inverno, atingir os maiores índices de mortalidade com referência aos meses de Janeiro, Novembro e Fevereiro. O Inverno é a estação do ano em que o frio se faz sentir de forma rigorosa, com temperaturas baixas, está concertada na origem de tantas mortes. A

tendência de que os meses mais frios provocaram maior número de mortos entre a população adulta, é constatada em diversos estudos microanalíticos. (Quadro 53 / Gráf.11)

QUADRO 53
SAZONALIDADE AO ÓBITO MAIORES DE 7 ANOS

Meses	1581 - 1849		1850 - 1879		1880 - 1910	
	N.º Absolutos	Índ. 100	N.º Absolutos	Índ. 100	N.º Absolutos	Índ. 100
Janeiro	39	105.7	11	72.5	28	159.8
Fevereiro	38	113	12	86.8	18	112.8
Março	39	105.7	9	59.3	13	74.2
Abril	39	109.2	10	68.1	18	106.2
Maió	22	59.6	22	145	14	79.9
Junho	28	78.4	9	61.3	11	64.9
Julho	29	78.6	9	59.3	13	74.2
Agosto	35	94.9	14	92.3	18	102.8
Setembro	47	131.6	20	136.2	20	118
Outubro	46	124.7	20	131.8	15	85.6
Novembro	38	106.4	19	129.4	25	147.5
Dezembro	34	92.1	24	158.2	13	74.2

GRÁFICO 11
SAZONALIDADE AO ÓBITO MAIORES DE 7 ANOS



2. Mortalidade excepcional

Na observação da mortalidade em longa duração, constatamos que determinados anos apresentavam níveis elevados de óbitos, susceptíveis de introduzir alterações no sistema demográfico da comunidade. Decidimos compreender o porquê de tais alterações, identificando as principais crises de mortalidade e destacar o que seria uma mortalidade normal de uma mortalidade excepcional. Neste sentido, tivemos que escolher um método, que fosse capaz de medir a intensidade da mortalidade e identificar o que seria uma crise de mortalidade. Optamos pelo desenvolvido por Massimo Livi - Bacci e Lorenzo Del Planta. A partir da listagem dos óbitos calculamos as médias móveis para cada onze anos, excluindo os dois valores mais altos e os dois valores mais baixos, considerando anos de crise, quando o número de mortes fosse superior em mais de 50% da respectiva média móvel e no caso de crises graves, o ano em que a mortalidade foi quatro vezes superior à média do período.¹⁰³

2.1. Crises de mortalidade dos menores de 1 ano

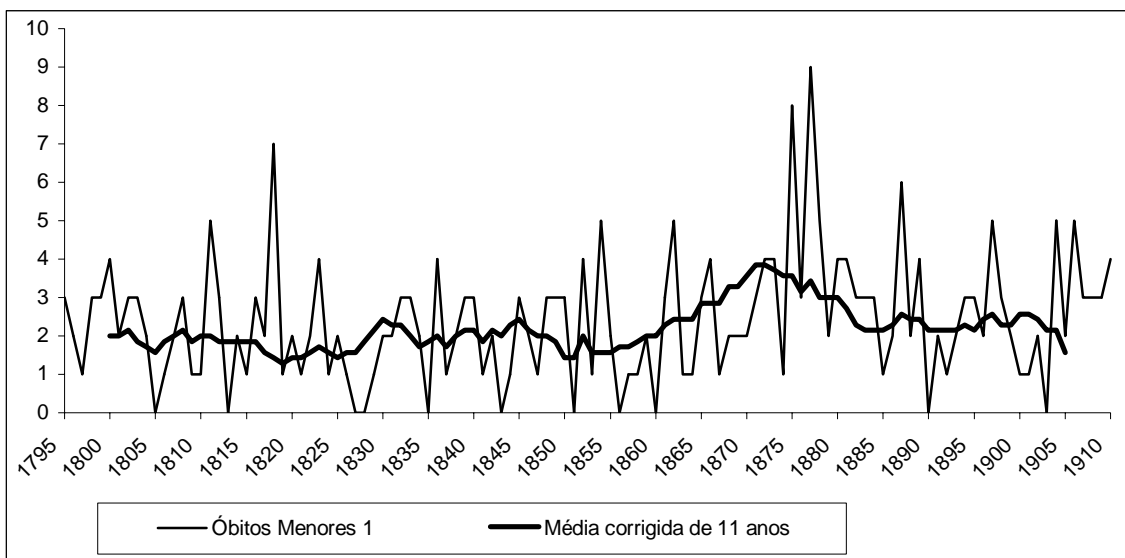
A observação da mortalidade de crise das crianças com menos, incidiu entre os finais do século XVIII e inícios do XX, devido à possibilidade de existência de sub registo nos anos anteriores, interferirem nos resultados apurados. O gráfico de evolução da mortalidade evidencia, que as crianças com menos de um ano tiveram crises de sobrevivência nos anos de 1811, 1818, 1823, 1836, 1852, 1854, 1862, 1875, 1877, 1887, 1897 e 1904. Uma conjuntura económica pouco estável, com períodos de fomes e epidemias podem estar relacionadas com as dificuldades de sobrevivência dos recém

nascidos. As crises identificadas são de pequenas dimensões, à exceção da crise do ano 1818, que ultrapassa quatro vezes o número de óbitos da média do respectivo período. A mortalidade do ano 1818, afectou todas as crianças menores, com grande incidência, nos menores de um ano, que tiveram grandes dificuldades em sobreviverem na primeira idade. A consulta dos registos de óbitos não faz nenhuma referência às causas de tão grave mortalidade. Os anos de 1875 e 1877, também foram particularmente difíceis à sobrevivência das crianças no primeiro ano de idade, atingiram três vezes o número de óbitos da média do respectivo período. As razões que poderão estar na problemática desta mortalidade excepcional, podem ser inúmeras, numa população sujeita a contágios, com um povoamento já considerável. Desconhecemos concretamente, o que levou à existência das crises demográficas identificadas na comunidade, mas suspeitamos que na maior parte dos casos, as causas de mortalidade estejam ligadas às chamadas doenças gerais, de índole infecto contagiosa que vitimaram uma parte da população, febres de vária ordem e doenças de tipo evolutivo, tifo, varíola e sarampo, que grassavam por diferentes regiões portuguesas do Minho aos Açores. Anos de difícil sobrevivência, acelerados por carências de bens alimentares com efeitos numa má ou insuficiente nutrição, provocaram fomes na população e por inerência fragilidades nos recém - nascidos, facilitando as condições, para os avanços dos diversos flagelos epidémicos, que nos assolaram durante o século XIX. As condições de assistência materno infantil da época, não eram suficientes para dar resposta e evitar anos de mortalidade infantil mais intensa. Apesar de algumas pequenas crises e de uma crise grave no ano de 1818, podemos afirmar que a mortalidade infantil, tendo em conta o

¹⁰³ Massimo Livi Bacci “Crises de mortalidade: definição, métodos de cálculo, análises das consequências” in Maria Luiza Marcílio (Org.) População e sociedade. Evolução das sociedades pré – industriais, Petropolis, Vozes, 1984, pp. 74 / 5.

longo período de observação, não foi de forma nenhuma penalizadora para os recém nascidos da comunidade. (Gráfico 12)

GRÁFICO 12
VOLUME DE ÓBITOS DOS MENORES DE 1 ANOS E MÉDIA CORRIGIDA DE 11 ANOS



2.2. Crises de mortalidade dos menores de 7 anos

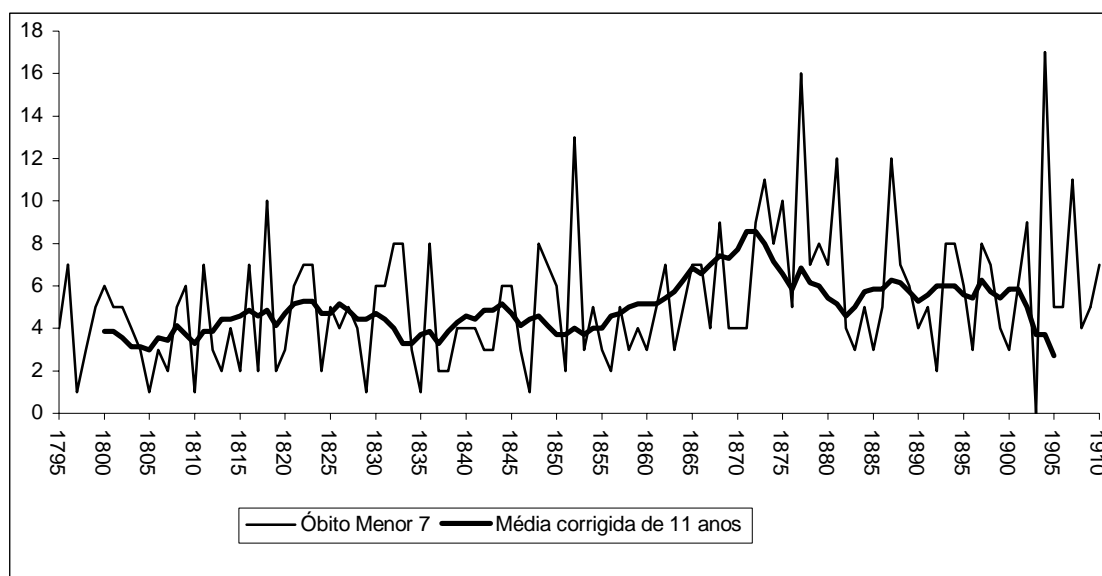
A observação da mortalidade das crianças menores de sete anos, também incidiu entre os finais do século XVIII e inícios do XX, afim de se evitar a existência de sub registo em anos anteriores nos resultados apurados. O gráfico de evolução da mortalidade, permite verificar a existência de vários períodos de sobremortalidade, apresentando ritmos de mortalidade mais gravosa nos anos de 1818, 1832, 1833, 1836, 1852, 1877, 1881, 1887, 1904 e 1905. As crianças menores de sete anos, tiveram períodos com algumas dificuldades de sobrevivência ao longo da observação, com diversos anos de crise de mortalidade, coincidentes com os da mortalidade infantil, com penalização para os menores de um ano, que estiveram mais expostos à morte e afectados pelas crises de mortalidade. O ano de 1904, foi atingido por uma crise grave de mortalidade, ultrapassando em quatro vezes o número de óbitos da média do respectivo período. Os registos de óbitos não fazem referência às causas de mortalidade,

só em situações pontuais indicam alguns sintomas, que não nos permitem identificar a causa de morte. O ano de 1852, também revelou condições difíceis à sobrevivência das crianças, atingindo três vezes o número de óbitos da média do respectivo período. Os anos de 1877, 1881 e 1887, também se revelaram com uma mortalidade excessiva, mais de duas vezes a média dos respectivos períodos. Ligadas a esta mortalidade excepcional, estiveram as epidemias que embora não se evidenciando do mesmo modo, nos diferentes grupos etários, as crianças continuaram expostas a doenças gerais e às próprias da idade, como o caso das bexigas, varíola e sarampo. As crianças menores de sete apresentaram alguma diversidade de comportamentos em relação aos menores de um, mas de uma forma geral as crises de mortalidade detectadas, afectaram em determinados períodos ambos grupos etários, o infantil e infante - juvenil. Manuela Ventura, no concelho de V.N. de Famalicão, na comunidade de Mouquim, não constatou nenhuma crise grave, mas salienta os picos mais acentuados da observação os anos de 1818 e 1836.¹⁰⁴ Maria Odete Paiva, em S. Martinho de Avidos, também no concelho de V.N. de Famalicão, só o ano de 1887 com uma crise de pequena gravidade, é que coincidente com a sobremortalidade da nossa comunidade.¹⁰⁵ (Gráfico 13)

¹⁰⁴ Maria Manuela Ventura, “S. Tiago de Mouquim. Comportamentos demográficos de uma paróquia rural famalicense”, 1609 - 1878, Instituto de Ciências Sociais, Braga, 2000, policopiado, pp. 132 / 3.

¹⁰⁵ Maria Odete Paiva, “S. Martinho de Avidos. Comunidade rural do Vale do Ave”, 1599 - 1995, Instituto de Ciências Sociais, Braga, 1999, policopiado, pp. 208 / 11.

GRÁFICO 13
VOLUME DE ÓBITOS DOS MENORES DE 7 ANOS E MÉDIA CORRIGIDA DE 11 ANOS



2.3. Crises de mortalidade dos maiores de 7 anos

A leitura do gráfico de evolução da mortalidade adulta, permite verificarmos uma menor sobrevivência, com pequenas crises nos anos de 1586, 1595, 1598, 1605, 1609, 1620, 1640, 1644, 1685, 1705, 1714, 1746, 1779, 1809, 1811, 1854 e 1905. Os anos de 1623 e 1629, atingiram três vezes o número de óbitos da média do respectivo períodos. O gráfico mostra grandes alterações ao longo do período observado, constatando que os finais do século XVI até ao XVIII, a mortalidade de crise ataca com mais frequência que nos séculos seguintes. Não dispomos de informação sobre as causas de mortalidade, entre elas, podem estar um conjunto de diversos factores de natureza diferente, mas é muito provável que no século XVI a peste tenha desencadeado um surto violento de mortalidade, que juntamente com a fome e a guerra, provocaram a perda de um número considerável de vidas humanas. Nos séculos XVII a XX, com o desaparecimento da peste, tendo em conta as investigações nossas conhecidas, acreditamos que os surtos epidémicos, normalmente surgem associados a guerras, fomes, carências de alimentos, mudanças climáticas, fortes chuvas, anos de cheias e de

seca, maus anos agrícolas, sejam de facto os grandes responsáveis por períodos em que a mortalidade é mais arrebatadora e incisiva. É evidente, que outros factores podem ser referência para o desencadear um terreno propício ao desenvolvimento dos flagelos, mas considerando a severidade da mortalidade excepcional, estabelecemos comparações entre comunidades, de nível regional a áreas mais alargadas, respeitando a diversidade, muitas tendências com diferenças de intensidade e semelhanças comuns.¹⁰⁶ Maria Norberta Amorim, verificou que as maiores crises de mortalidade adulta para Guimarães, se haviam localizado em 1599, com a peste atlântica e depois em 1811 com as invasões franceses e a epidemia de tifo que se seguiu. Algumas crises de menor dimensão, identificaram – se nos anos 1644 / 5, 1656 / 8, 1665 / 7, 1700 / 5 e 1809 / 13¹⁰⁷. Fernando Miranda, em Alvito S. Pedro e Anexa, concelho de Barcelos, não encontrou nenhuma crise muito grave, mas detectou uma mortalidade mais gravosa com o triplo da média anual dos óbitos, nos anos 1704 / 5 e em 1809 / 13.¹⁰⁸ Manuela Ventura no concelho na comunidade de Mouquim, não detectou nenhuma crise grave, mas faz referência aos anos de 1810 / 11 e 1814, como períodos difíceis a nível da mortalidade, acrescenta ainda, provavelmente relacionados com as Invasões Francesas e com a epidemia de tifo que se seguiu.¹⁰⁹ Maria Odete Paiva, em S. Martinho de Avidos, também no concelho de V.N. de Famalicão, não constatou nenhuma crise grave,

¹⁰⁶ Importante a leitura do trabalho de Maria Hermínia Barbosa “ Crises de mortalidade em Portugal” desde os meados do século XVI até ao início do século XX. Cadernos do Neps, Guimarães 2001

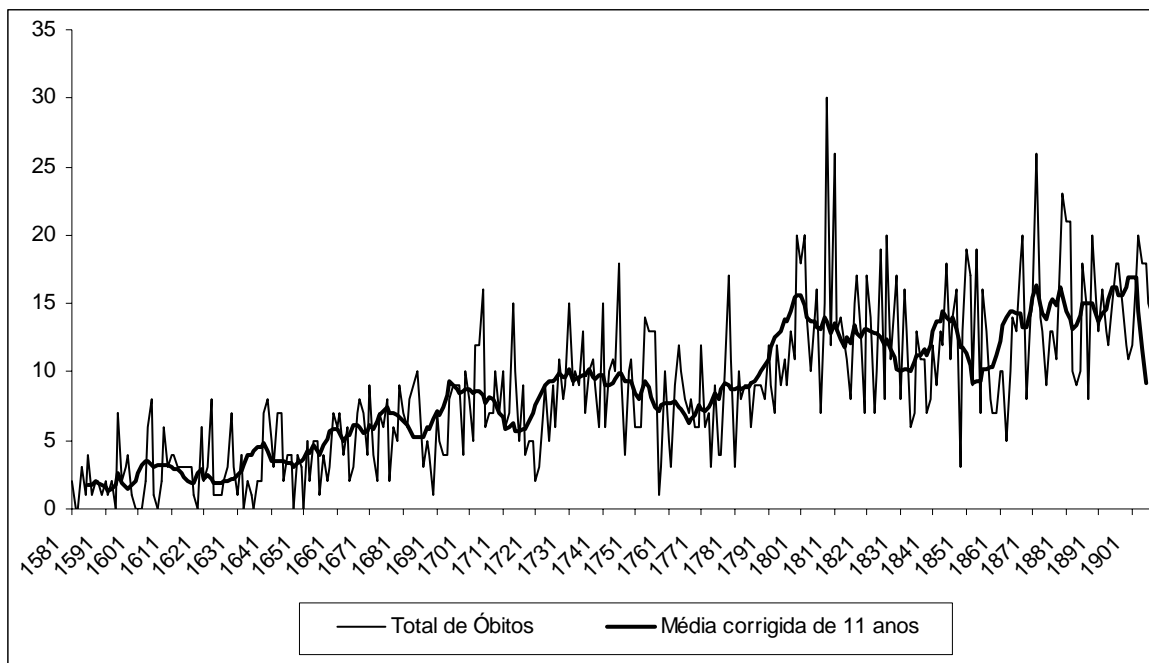
¹⁰⁷ Maria Norberta Amorim “ Guimarães 1580-1819. Estudo demográfico ” I.N.I.C., Lisboa, 1987, pp. 283 - 318.

¹⁰⁸ Fernando Miranda, Estudo demográfico de Alvito S. Pedro e Anexa, Junta de Freguesia, Alvito S. Pedro - Barcelos, 1993, pp. 203 - 206.

¹⁰⁹ Maria Manuela Ventura, “ S. Tiago de Mouquim... ”, Op. cit., pp. 130/1.

referenciando a intensidade e frequência das crises demográficas em anos não coincidentes com os nossos.¹¹⁰ (Gráfico 14)

GRÁFICO 14
VOLUME DE ÓBITOS DOS MAIORES DE 7 ANOS E MÉDIA CORRIGIDA DE 11 ANOS



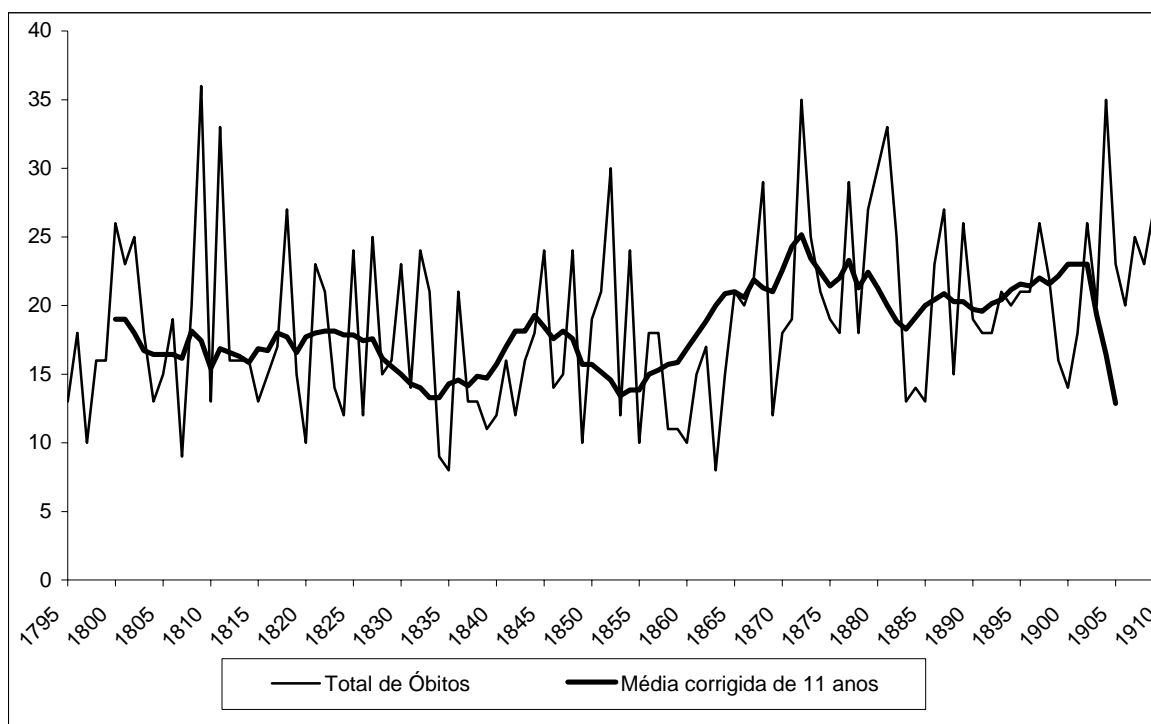
2.3. Crises de mortalidade geral

Os estudos demográficos até agora realizados, só pontualmente indicam as causas de mortalidade que estiveram na origem das sobremortalidade na diversas comunidades, pelo que se tornou muito limitado o conhecimento da difusão das diferentes crises e os dos seus efeitos demográficos nas diversas comunidades. A maioria das crises deve - se a uma conjugação de factores, embora um ou outro pudessem prevalecer sobre os outros. O gráfico de evolução da mortalidade geral de Santiago de Antas, evidencia para todos os indivíduos uma menor sobrevivência nos anos de 1809, 1811, 1904 e 1905, com crises graves de mortalidade. Em termos gerais, foi possível em Santiago de Antas, reter tendências comuns e outras divergentes.

¹¹⁰ Maria Odete Paiva, “S. Martinho de Avidos...Op. cit., pp. 208 / 11.

Observamos que algumas crises de mortalidade, ocorriam simultaneamente em diversas regiões, a de 1809 a 1811, com as invasões francesas e a epidemia de tifo e as do inícios do século XX, com as crises graves a penalizar com mais frequência e intensidade as crianças do que os adultos, registando casos de varíola e vagas epidémicas de gripe. (Gráfico 15)

GRÁFICO 15
VOLUME DE ÓBITOS GERAL E MÉDIA CORRIGIDA DE 11 ANOS



3. Mortalidade infantil e infanto – juvenil

Na presença de um registo sistemático da mortalidade de menores, admitimos que uma observação aproximada de mortalidade poderá ser feita com segurança para o século XIX e inícios do século XX. A mortalidade dos menores, foi observada por períodos de vinte anos e um último de dez anos, entre os anos 1800 - 1910. Os quocientes de mortalidade infantil e níveis de sobrevivência, são referentes a crianças menores de um ano e a mortalidade infanto - juvenil, é referente a crianças menores de dois , de sete e de quatorze anos, com os respectivos níveis de sobrevivência.

3.1. Mortalidade infantil

A mortalidade infantil é definida convencionalmente como a mortalidade no primeiro ano de vida. A partir do quadro de evolução da mortalidade de menores de um ano, não parece ter havido uma evolução significativa nos três períodos analisados. Os quocientes de mortalidade permitem verificar que Santiago de Antas, teve uma mortalidade infantil bastante suave, com uma diminuição da mortalidade para as gerações nascidas partir de 1880. A mortalidade ultrapassou as 100 crianças em cada mil nascidas nos períodos de 1800 - 19 e 1860 - 79, como seria de esperar, devido as crises de sobrevivência nos anos 1811, 1813 e 1818 e nos anos de 1875 e 1877. Nos períodos restantes, a mortalidade não alcançou as 80 crianças por mil nascidas, para no último período observado, situar - se nas 63 crianças por cada mil nascidas. As crianças do sexo masculino estiveram ao longo de toda a observação, mais expostas à morte que as do sexo feminino. Analisando os índices de sobrevivência, as crianças sobrevivem cada vez mais à medida que entramos no século XX, o que denota uma melhoria das condições de vida das populações e uma maior eficácia na assistência materno- infantil. (Quadro 54)

QUADRO 54
MORTALIDADE INFANTIL (MENORES DE 1 ANO) 1800 - 1908

Períodos	Nascimentos			Saídas			Óbitos			Quoc.mortalidade			Sobreviventes		
	M	F.	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF
1800 - 19	241	184	425	5	5	10	26	20	46	109	110	110	891	890	890
1820 - 39	257	237	496	3	0	3	27	12	39	106	51	79	894	949	921
1840 - 59	261	249	510	2	0	2	20	16	36	77	64	71	923	936	929
1860 - 79	299	273	572	1	1	2	36	24	60	121	88	105	879	912	895
1880 - 99	362	343	705	1	0	1	26	27	53	72	79	75	928	921	925
1900 - 908	193	181	374	0	0	0	14	10	24	68	56	63	932	944	938

Em comparação com outros dados recolhidos em outras investigações, os quocientes de mortalidade encontrados para outras regiões europeias, indicam níveis

bastante mais elevados à morte que a nossa comunidade, com valores para o período entre 1780 - 1820, na ordem dos 220 por mil para a Espanha, 195 para a França, 236 para a Alemanha, 122 na Inglaterra, 255 na Suíça, 210 na Finlândia¹¹¹. A situação portuguesa não se enquadra nos valores encontrados para a generalidade da Europa, porque em nenhum dos casos os quocientes de mortalidade estão abaixo dos cem óbitos por mil nascidos. Os estudos efectuados para diversas regiões portuguesas, apresentam uma diversidade de comportamentos com quocientes de mortalidade mais suaves que Santiago de Antas, com valores a rondar os 64 por mil nascidos em Facha- Ponte de Lima (1820 - 49) e 73 por mil nascidos em S. Tecla Celorico de Basto (1840 – 1919) e mais fortes, .com 111 por mil nascidos para Mouquim - V.N. de Famalicão(1802 - 44)¹¹², 99 por mil (1840 - 79) e 150 por mil (1880 - 1910) para Barcelinhos; 125 por mil Aveleda - Braga (1860 - 1909)¹¹³ e valores entre os 123 e 161 por mil (1800 - 49), entre os 88 e 133 mil (1840 - 79) e entre 113 e 115 (1880 - 1909) para o Sul do Pico¹¹⁴.

3.2. Mortalidade infante – juvenil

A observação dos quocientes de mortalidade infante - juvenil, vai incidir sobre os comportamentos da mortalidade nas crianças e jovens até aos 14 anos. Pela observação dos quocientes de mortalidade dos sexos reunidos, constamos uma

¹¹¹ Michael W. Flinn, “El sistema demográfico Europeo 1500 / 1820”, Barcelona, Ed. Critica, 1989, pp.182 / 9.

¹¹² Cf. Maria Manuela Ventura, “ S. Tiago de Mouquim... ”, Op. cit., p. 133

¹¹³ Cf. Maria Norberta Amorim, “O Minho Comportamentos demográficos...” Op. cit., p.19

¹¹⁴ Cf. Maria Norberta Amorim, “ Evolução demográfica de três paróquias do Sul do Pico.” Op. cit., p.218

mortalidade não excessivamente gravosa para Santiago de Antas¹¹⁵. No quadro 58, utilizamos os quocientes dos menores que um ano, para estudar a evolução dos comportamentos agregados dos três primeiros anos e compararmos mais eficazmente, com os comportamentos das crianças até aos dois, três, um a sete e oito a quatorze anos de idade. A análise da mortalidade infanto - juvenil permite verificar a intensidade da morte nos três primeiros anos de vida e nos elucidar sobre a incidência da morte nas crianças e jovens até aos quatorze anos de idade, nas gerações nascidas entre 1800 e 1899¹¹⁶.(Quadro 55)

QUADRO 55
MORTALIDADE INFANTIL E INFANTO – JUVENIL 1800 - 1899

Períodos	Nasc	Óbitos			Nasc	Óbitos	Nasc	Óbitos	Quoc. De mortalidade				
	Obs.	<1	<2	<3	Obs	1-7	Obs	8 - 14	<1	<2	<3	1-7	8 14
1800 - 19	425	46	56	69	369	39	330	7	110	133	164	106	22
1820 - 39	494	39	58	75	452	57	395	3	79	118	152	126	8
1840 - 59	510	36	55	63	472	53	419	7	71	108	124	112	18
1860 - 79	572	60	93	115	510	79	431	7	105	163	201	155	17
1880 - 99	705	53	79	97	651	118		-	75	112	138	181	-

Na leitura do quadro 55, os quocientes de mortalidade infanto - juvenil permitem verificar que a mortalidade foi mais gravosa para as crianças nos três primeiros anos de vida, contudo, é nas crianças menores de um, que se verifica uma maior intensidade da mortalidade que nas idades seguintes. As crianças com dois e três anos também tiveram dificuldades na sua sobrevivência, mas assistimos a uma diminuição da mortalidade, no segundo ano de vida e menor ainda, no terceiro ano. Os quocientes de mortalidade indicam uma mortalidade suave para todas as idades até aos quatorze anos, com dois primeiros mais intensos 1800 - 19 e 1860 - 79, marcados por crises de mortalidade. Ao analisarmos a mortalidade das crianças entre um a sete anos, constatamos que a

¹¹⁵ Nos cálculos dos quocientes de mortalidade usamos a fórmula (Quociente de mortalidade = óbitos : efectivos iniciais – 50% das saídas de observação x 1000).

mortalidade em 1800 - 19 com 106 crianças mortas por mil nascidas, incidiu mais sobre os menores de um ano de idade, com 110 por mil nascidas. No período 1820 - 39, assistimos a um aumento de mortes neste grupos etários com 126 por mil, para descer nos vinte anos seguintes, 112 por mil e voltar a subir, nos quarenta anos seguintes 1860 - 99, com níveis de mortalidade a rondar as 155 e 181 crianças por mil nascidas, para definitivamente atingir a partir de 1900, níveis inferiores a 100, com 82 crianças por cada mil nascidas. Os jovens com idades entre os oito e os quatorze anos, foram pouco penalizados pela morte, com quocientes de mortalidade entre oito e vinte e duas crianças em mil nascidas. Nestas idades, os jovens tiveram maior poder de resistência às doenças e epidemias e estiveram menos expostos às probalidades de contágios diversos. A mortalidade foi essencialmente marcada, por factores económicos e sociais, culturais, climáticos e de mudanças de comportamento demográfico ou de outra natureza, que decorreram de forma paralela às questões epidemiológicas. As crenças e as atitudes das populações, com comportamentos inadequados quanto aos cuidados com as crianças, com recurso a práticas de saúde inadequadas por falta de conhecimento e de informação, determinaram os motivos fundamentais da mortalidade infantil e infanto - juvenil.

3.3. Níveis de sobrevivência

Os níveis de sobrevivência mostram claramente que as crianças morrem mais nos primeiros três anos de vida, que nas idades seguintes até atingirem a idade adulta. O primeiro ano de vida é aquele em que a mortalidade tem maior incidência. As difíceis condições em que muitas crianças nasciam, desde os traumatismo do parto e pós - parto, aos deficientes cuidados higiénico – sanitários, provocaram demasiadas mazelas nos

¹¹⁶ Os jovens do grupo etário dos 8 - 14 anos só foram observados até 1879

recém nascidos. A falta de assistência de nível médico e de saúde geral, fez com muitas mães aflitas recorressem a práticas pouco adequadas de assistência às crianças, assentes nos saberes populares. O aleitamento ao seio materno, não foi suficiente para proteger muitos dos recém nascidos dos perigos de doenças a que estavam expostos, mas sabemos que a lactancia materna, constitui a forma de alimentação mais segura para a saúde das crianças, desde os primeiros dias de vida. As crianças até aos três anos, continuam ainda, muito vulneráveis à sobrevivência, o desmame e a inadaptação a dietas alimentares mistas pouco apropriadas e as doenças próprias da infância, para as quais ainda não haviam conhecimentos médicos / científicos adequados para dar resposta capaz, foram os responsáveis pelos elevados níveis de mortalidade. É de especial importância o período em que as crianças, começam a comer alimentos substitutos do leite materno, por vezes em más condições de conservação e de higiene, vieram a provocar infecções de grande desgaste físico e por vezes a morte. As más nutrições trouxeram danos irreparáveis para as crianças, comportando consequências na diminuição da capacidade de resistência às doenças e aumento das possibilidades de contágio. A partir dos três anos de idade, os índices de mortalidade desceram significativamente na comunidade, com uma mortalidade suave até à idade adulta. Os níveis de sobrevivência são mais baixos nos períodos 1800 - 19 e 1860 - 79, devido à incidência de crises de mortalidade que provocaram um número assinalável de mortes na população, com reflexo imediato nas crianças e jovens. A partir de 1880, identificamos uma maior sobrevivência, reflexo de uma melhoria das condições de vidas das populações de Santiago de Antas, que atravessam um período de franco desenvolvimento. Os níveis de sobrevivência ao longo de toda a observação, são mais favoráveis ao sexo feminino que ao masculino. As crianças e jovens do sexo masculino são mais atingidos pela morte que as suas congéneres femininas. (Quadro 56)

QUADRO 56
NÍVEIS DE SOBREVIVÊNCIA 1800 - 1899

Períodos	1 ano			2 anos			3 anos			7 anos			14 anos		
	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF
1800 - 19	891	890	890	861	873	866	827	845	835	793	817	804	781	777	779
1820 - 39	894	949	921	855	911	882	819	878	847	792	823	807	784	814	798
1840 - 59	923	936	929	877	908	892	869	884	876	826	827	827	807	819	813
1860 - 79	879	912	895	819	857	837	802	794	798	765	761	763	748	738	743
1880 - 99	928	921	925	894	880	888	878	845	862	845	819	832	-	-	-

4. Esperança de vida à nascença

A tábua de mortalidade geral permite observar, os níveis de sobrevivência, os quocientes de mortalidade e a esperança de vida, relativas às gerações nascidas entre 1795 - 1820.¹¹⁷

QUADRO 57
TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL
GERAÇÕES NASCIDAS DE 1795 A 1820

Idade	Efect. iniciais			Emigrados			Falecidos			Sobreviventes			Quoc. de mortalidade			Esperança de vida		
	M	F	MF	M	F	FM	M	F	FM	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF
0	311	256	567	5	5	10	34	27	61	1000	1000	1000	110,21	106,51	108,54	53,99	50,61	52,35
1	272	224	496	0	0	0	10	5	15	889,79	893,49	891,46	36,76	22,32	30,24	59,62	55,58	57,66
2	262	219	481	0	0	0	10	6	16	857,08	873,55	864,50	38,17	27,40	33,26	60,87	55,84	58,45
3	252	213	465	0	0	0	6	2	8	824,36	849,61	835,74	23,81	9,39	17,20	62,27	56,40	59,44
4	246	211	457	0	0	0	0	6	6	804,74	841,64	821,36	0,00	28,44	13,13	62,78	55,93	59,47
5	246	205	451	0	0	0	1	1	2	804,74	817,70	810,58	4,07	4,88	4,43	61,78	56,55	59,26
6	245	204	449	0	0	0	2	1	3	801,46	813,72	806,99	8,16	4,90	6,68	61,03	55,83	58,52
7	243	203	446	0	0	0	1	2	3	794,92	809,73	801,59	4,12	9,85	6,73	60,52	55,10	57,91
8	242	201	443	0	1	1	1	0	1	791,65	801,75	796,20	4,13	0,00	2,26	59,77	54,64	57,30
9	241	200	441	0	0	0	0	1	1	788,38	801,75	794,40	0,00	5,00	2,27	59,02	53,64	56,43
10	241	199	440	6	3	9	0	0	0	788,38	797,74	792,60	0,00	0,00	0,00	58,02	52,91	55,55
11	235	196	431	4	3	7	1	0	1	788,38	797,74	792,60	4,29	0,00	2,34	57,02	51,91	54,55
12	230	193	423	4	4	8	0	2	2	785,00	797,74	790,75	0,00	10,47	4,77	56,26	50,91	53,68
13	226	187	413	4	3	7	0	2	2	785,00	789,39	786,97	0,00	10,78	4,88	55,26	50,44	52,93
14	222	182	404	4	3	7	0	0	0	785,00	780,88	783,13	0,00	0,00	0,00	54,26	49,99	52,19
15	218	179	397	4	3	7	0	0	0	785,00	780,88	783,13	0,00	0,00	0,00	53,26	48,99	51,19
16	214	176	390	5	3	8	0	1	1	785,00	780,88	783,13	0,00	5,73	2,59	52,26	47,99	50,19
17	209	172	381	4	3	7	0	0	0	785,00	776,40	781,10	0,00	0,00	0,00	51,26	47,26	49,32
18	205	169	374	4	3	7	0	1	1	785,00	776,40	781,10	0,00	5,97	2,70	50,26	46,26	48,32
19	201	165	366	7	3	10	0	1	1	785,00	771,77	778,99	0,00	6,12	2,77	49,26	45,53	47,45
20	194	161	355	7	7	14	0	0	0	785,00	767,05	776,83	0,00	0,00	0,00	48,26	44,81	46,58
21	187	154	341	7	4	11	0	0	0	785,00	767,05	776,83	0,00	0,00	0,00	47,26	43,81	45,58

¹¹⁷ Não foram considerados os últimos 90 anos da observação.

22	180	150	330	8	4	12	0	0	0	785,00	767,05	776,83	0,00	0,00	0,00	46,26	42,81	44,58
23	172	146	318	5	6	11	0	1	1	785,00	767,05	776,83	0,00	6,99	3,20	45,26	41,81	43,58
24	167	139	306	6	5	11	0	0	0	785,00	761,68	774,35	0,00	0,00	0,00	44,26	41,10	42,72
25	161	134	295	7	4	11	1	0	1	785,00	761,68	774,35	6,35	0,00	3,45	43,26	40,10	41,72
26	153	130	283	7	7	14	0	0	0	780,01	761,68	771,67	0,00	0,00	0,00	42,53	39,10	40,86
27	146	123	269	8	8	16	1	0	1	780,01	761,68	771,67	7,04	0,00	3,83	41,53	38,10	39,86
28	137	115	252	5	5	10	0	0	0	774,52	761,68	768,72	0,00	0,00	0,00	40,83	37,10	39,01
29	132	110	242	6	3	9	2	0	2	774,52	761,68	768,72	15,50	0,00	8,42	39,83	36,10	38,01
30	124	107	231	6	4	10	0	0	0	762,51	761,68	762,24	0,00	0,00	0,00	39,44	35,10	37,33
31	118	103	221	2	1	3	0	0	0	762,51	761,68	762,24	0,00	0,00	0,00	38,44	34,10	36,33
32	116	102	218	2	2	4	1	1	2	762,51	761,68	762,24	8,70	9,90	9,26	37,44	33,10	35,33
33	113	99	212	3	2	5	0	0	0	755,88	754,14	755,19	0,00	0,00	0,00	36,77	32,43	34,66
34	110	97	207	0	4	4	1	0	1	755,88	754,14	755,19	9,09	0,00	4,88	35,77	31,43	33,66
35	109	93	202	5	6	11	0	0	0	749,01	754,14	751,50	0,00	0,00	0,00	35,09	30,43	32,82
36	104	87	191	6	5	11	0	2	2	749,01	754,14	751,50	0,00	23,67	10,78	34,09	29,43	31,82
37	98	80	178	1	3	4	0	1	1	749,01	736,29	743,40	0,00	12,74	5,68	33,09	29,13	31,16
38	97	76	173	4	3	7	0	1	1	749,01	726,91	739,18	0,00	13,42	5,90	32,09	28,50	30,34
39	93	72	165	5	2	7	0	1	1	749,01	717,15	734,82	0,00	14,08	6,19	31,09	27,88	29,51
40	88	69	157	1	1	2	1	0	1	749,01	707,05	730,27	11,43	0,00	6,41	30,09	27,27	28,69
41	86	68	154	2	0	2	0	0	0	740,45	707,05	725,58	0,00	0,00	0,00	29,43	26,27	27,88
42	84	68	152	4	3	7	0	1	1	740,45	707,05	725,58	0,00	15,04	6,73	28,43	25,27	26,88
43	80	64	144	3	1	4	0	0	0	740,45	696,42	720,70	0,00	0,00	0,00	27,43	24,65	26,05
44	77	63	140	2	1	3	0	1	1	740,45	696,42	720,70	0,00	16,00	7,22	26,43	23,65	25,05
45	75	61	136	2	1	3	0	0	0	740,45	685,28	715,49	0,00	0,00	0,00	25,43	23,03	24,23
46	73	60	133	2	0	2	0	2	2	740,45	685,28	715,49	0,00	33,33	15,15	24,43	22,03	23,23
47	71	58	129	1	0	1	2	0	2	740,45	662,44	704,65	28,37	0,00	15,56	23,43	21,77	22,58
48	68	58	126	2	0	2	0	1	1	719,44	662,44	693,69	0,00	17,24	8,00	23,10	20,77	21,93
49	66	57	123	2	0	2	1	2	3	719,44	651,01	688,14	15,38	35,09	24,59	22,10	20,12	21,10
50	63	55	118	1	1	2	1	1	2	708,37	628,17	671,22	16,00	18,35	17,09	21,44	19,84	20,62
51	61	53	114	5	1	6	1	1	2	697,04	616,65	659,74	17,09	19,05	18,02	20,78	19,20	19,97
52	55	51	106	0	0	0	1	1	2	685,13	604,90	647,85	18,18	19,61	18,87	20,13	18,56	19,33
53	54	50	104	1	3	4	1	0	1	672,67	593,04	635,63	18,69	0,00	9,80	19,50	17,92	18,69
54	52	47	99	2	1	3	0	1	1	660,10	593,04	629,40	0,00	21,51	10,26	18,86	16,92	17,87
55	50	45	95	2	0	2	0	1	1	660,10	580,29	622,94	0,00	22,22	10,64	17,86	16,28	17,05
56	48	44	92	1	0	1	1	0	1	660,10	567,39	616,32	21,05	0,00	10,93	16,86	15,64	16,23
57	46	44	90	1	0	1	1	0	1	646,20	567,39	609,58	21,98	0,00	11,17	16,21	14,64	15,41
58	44	44	88	0	0	0	0	0	0	632,00	567,39	602,77	0,00	0,00	0,00	15,57	13,64	14,57
59	44	44	88	1	0	1	2	3	5	632,00	567,39	602,77	45,98	68,18	57,14	14,57	12,64	13,57
60	41	41	82	1	0	1	2	4	6	602,94	528,70	568,33	49,38	97,56	73,62	14,24	12,53	13,37
61	38	37	75	0	0	0	1	1	2	573,16	477,12	526,49	26,32	27,03	26,67	13,96	12,83	13,39
62	37	36	73	0	0	0	0	0	0	558,08	464,23	512,45	0,00	0,00	0,00	13,32	12,17	12,74
63	37	36	73	1	0	1	1	1	2	558,08	464,23	512,45	27,40	27,78	27,59	12,32	11,17	11,74
64	35	35	70	0	0	0	1	4	5	542,79	451,33	498,31	28,57	114,29	71,43	11,65	10,48	11,06
65	34	31	65	1	1	2	2	0	2	527,28	399,75	462,72	59,70	0,00	31,25	10,98	10,77	10,87
66	31	30	61	0	0	0	0	0	0	495,80	399,75	448,26	0,00	0,00	0,00	10,65	9,77	10,21
67	31	30	61	0	0	0	1	1	2	495,80	399,75	448,26	32,26	33,33	32,79	9,65	8,77	9,21
68	30	29	59	0	0	0	1	1	2	479,81	386,43	433,56	33,33	34,48	33,90	8,95	8,05	8,50
69	29	28	57	0	0	0	2	2	4	463,82	373,10	418,86	68,97	71,43	70,18	8,24	7,32	7,78
70	27	26	53	0	0	0	1	2	3	431,83	346,45	389,47	37,04	76,92	56,60	7,82	6,85	7,33
71	26	24	50	0	0	0	4	2	6	415,83	319,80	367,42	153,85	83,33	120,00	7,10	6,38	6,74
72	22	22	44	0	0	0	2	1	3	351,86	293,15	323,33	90,91	45,45	68,18	7,30	5,91	6,60
73	20	21	41	0	0	0	1	1	2	319,87	279,83	301,29	50,00	47,62	48,78	6,98	5,17	6,04
74	19	20	39	0	0	0	2	1	3	303,88	266,50	286,59	105,26	50,00	76,92	6,32	4,40	5,33
75	17	19	36	0	0	0	2	3	5	271,89	253,18	264,54	117,65	157,89	138,89	6,00	3,61	4,73
76	15	16	31	0	0	0	2	3	5	239,90	213,20	227,80	133,33	187,50	161,29	5,74	3,19	4,41

77	13	13	26	0	0	0	1	3	4	207,92	173,23	191,06	76,92	230,77	153,85	5,54	2,81	4,16
78	12	10	22	0	0	0	3	3	6	191,92	133,25	161,67	250,00	300,00	272,73	4,96	2,50	3,83
79	9	7	16	0	0	0	1	4	5	143,94	93,28	117,58	111,11	571,43	312,50	5,45	2,36	4,08
80	8	3	11	1	0	1	0	0	0	127,95	39,98	80,83	0,00	0,00	0,00	5,07	3,83	4,70
81	7	3	10	0	0	0	1	0	1	127,95	39,98	80,83	142,86	0,00	100,00	4,07	2,83	3,70
82	6	3	9	0	0	0	1	2	3	109,67	39,98	72,75	166,67	666,67	333,33	3,67	1,83	3,06
83	5	1	6	0	0	0	1	0	1	91,39	13,33	48,50	200,00	0,00	166,67	3,30	3,50	3,33
84	4	1	5	0	0	0	2	0	2	73,11	13,33	40,42	500,00	0,00	400,00	3,00	2,50	2,90
85	2	1	3	0	0	0	0	0	0	36,56	13,33	24,25	0	0,00	0,00	4,50	1,50	3,50
86	2	1	3	0	0	0	1	1	2	36,56	13,33	24,25	500,00	1000,00	666,67	3,50	0,50	2,50
87	1	0	1	0	0	0	0	0	0	18,28	0,00	8,08	0,00		0,00	5,50		5,50
88	1	0	1	0	0	0	0	0	0	18,28		8,08	0,00		0,00	4,50		4,50
89	1	0	1	0	0	0	0	0	0	18,28		8,08	0,00		0,00	3,50		3,50
90	1	0	1	0	0	0	0	0	0	18,28		8,08	0,00		0,00	2,50		2,50
91	1	0	1	0	0	0	0	0	0	18,28		8,08	0,00		0,00	1,50		1,50
92	1	0	1	0	0	0	1	0	1	18,28		8,08	1000,00		1000,00	0,50		0,50

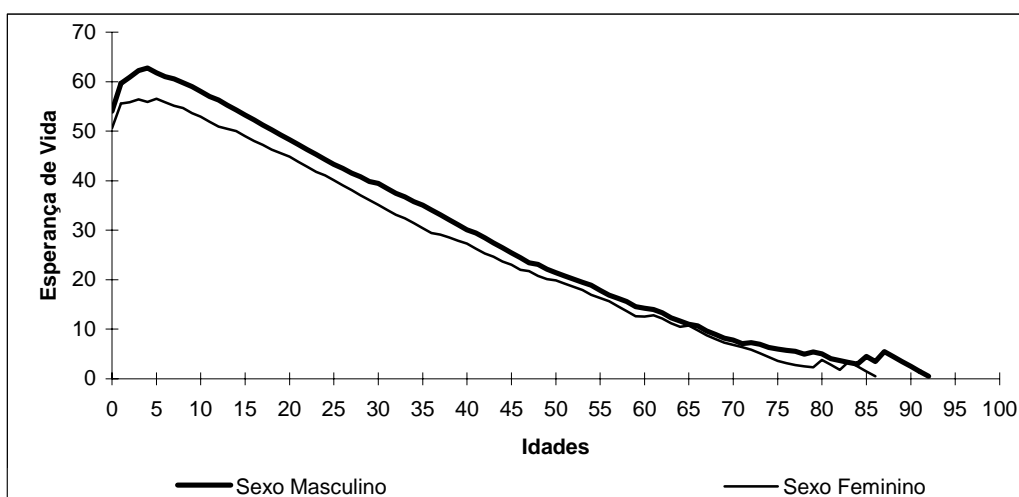
A nossa observação tomou forma, a partir dos grupos de gerações nascidas entre 1795 a 1820, período sobre o qual dispomos de um registo sistemático de mortalidade infantil. Nos casos que não tínhamos a data de óbito, foi convencionado por defeito, como data de fim de observação para cada indivíduo de uma família estável, afastados do espaço geográfico da comunidade, a última data familiar conhecida e nos casos, de afastamento de um indivíduos isolados, o dia do seu vigésimo aniversário. A última opção teve três princípios fundamentais: a migração, a emigração e o mercado matrimonial, dado que o afastamento por migração/emigração era dominante antes dos vinte anos e a idade média ao casamento era bastante superior, em sete anos. Calculamos a esperança de vida para cada um dos sexos a partir do nascimento, como podemos observar no quadro 58 e gráfico 16. Nas gerações nascidas verificamos que Santiago de Antas apresenta altos níveis de sobrevivência, sendo sempre mais favoráveis para o sexo masculino do que para o feminino. As mulheres morrem primeiro, os homens prolongam mais a sua vida, com uma esperança de vida, que varia entre um a cinco anos. A leitura comparativa entre os dois sexos releva uma proximidade de valores a partir dos 45 anos. O carácter selectivo da emigração ser essencialmente masculina, contribuiu para reforçar o papel da mulher na economia

familiar, passando a mulher a desempenhar todas as actividades que tradicionalmente repartiam com os homens. As questões de ordem culturais estão na origem da menor esperança de vida das mulheres. A participação da mulher nos trabalhos agrícolas, no recolher dos estrumes deixados pelos gados, roçar os matos, apanhar lenhas, semear e ceifar, os campos, ajudar nas vindimas, recolher a azeitona, ordenhar o gado e outros serviços, em conjunto com as tarefas domésticas, os cuidados da família em geral e o criar dos filhos na maior parte dos casos numerosos, a mulher desde cedo se habituou a resistir a uma vida árdua e difícil, com responsabilidades no equilíbrio doméstico e orçamento familiar. É nos reconhecido, que perante tão árduas tarefas, como é possível que a esperança de vida das mulheres esteja tão próxima dos homens? Factores genéticos com uma mortalidade suave, seriam também responsáveis, pela alta esperança de vida em Santiago de Antas?

QUADRO 58
ESPERANÇA DE VIDA GERAÇÕES NASCIDAS DE 1795 A 1820
MORTALIDADE GERAL POR IDADES

Idades	Masculino	Feminino	Total de MF
0	54	51	52
1	60	56	58
5	62	57	59
10	58	53	56
15	53	49	51
20	48	45	47
25	43	40	42
30	39	35	37
35	34	29	32
40	30	27	29
45	25	23	24
50	21	20	21
55	18	16	17
60	14	13	13
65	11	11	11
70	8	7	7
75	6	4	5
80	5	4	5
85	5	2	4
90	3	-	-

GRÁFICO 16
ESPERANÇA DE VIDA
GERAÇÕES NASCIDAS DE 1795 A 1820



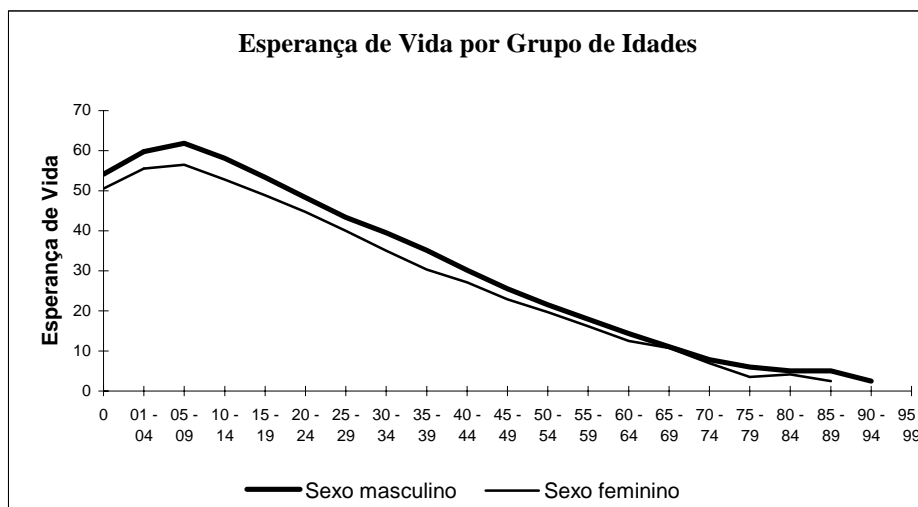
No quadro 59 e gráfico 17, para sedimentarmos as nossas conclusões, calculamos a esperança de vida, por grupos de idades dos casados. Não verificamos nenhuma alteração na esperança de vida dos dois sexos. Os homens mantêm a tendência da análise anterior, com a mesma longevidade de vida em relação às mulheres. (Quadro 59 / Gráfico 17) ¹¹⁸

QUADRO 59
ESPERANÇA DE VIDA GERAÇÕES NASCIDAS DE 1795 A 1820
MORTALIDADE DOS CASADOS POR GRUPOS DE IDADES

Idades	Masculino	Feminino	Total de MF
0	54	51	52
1-4	60	56	58
5-9	62	57	59
10-14	58	53	56
15-19	53	49	51
20-24	48	45	47
25-29	43	40	42
30-35	39	35	37
35-34	34	29	32
40-44	30	27	29
45-49	25	23	24
50-54	21	20	21
55-59	18	16	17
60-64	14	13	13
65-69	11	11	11
70-74	8	7	7
75-79	6	4	5
80-84	5	4	5
85-89	5	2	4
90-94	3	-	-

¹¹⁸ Uma ou outra alteração verificada, foi devido aos arredondamentos estatísticos.

GRÁFICO 17
ESPERANÇA DE VIDA
GERAÇÕES NASCIDAS DE 1795 A 1820



No quadro 60, estabelecemos algumas relações comparativas com quadros geográficos diferentes, apoiados em condicionalismos culturais específicos. Os dados tratados pelos investigadores, contém periodizações ligeiramente diferentes da nossa, sendo da exclusiva responsabilidade das fontes, se continham ou não registos sistemáticos de mortalidade infantil e da existência de sub - registos. (Quadro 60)

QUADRO 60
ESPERANÇA DE VIDA
QUADRO COMPARATIVO¹¹⁹

Idades	S. de Antas			Pico			Ribeiras			Aveleda			Facha		
	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF
0	54	51	52	51	56	53	54	58	56	40	41	41	50	49	49
1	60	56	58	60	62	61	61	65	63	46	49	47	54	54	54
5	62	57	59	62	63	63	61	65	63	49	52	50	57	57	57
10	58	53	56	59	60	59	58	62	60	47	50	48	54	54	54
15	53	49	51	55	55	55	55	57	56	43	46	45	50	50	50
20	48	45	47	50	51	51	50	54	52	39	42	40	45	45	45
25	43	40	42	46	47	47	46	49	48	36	37	37	41	41	41
30	40.	35	37	43	43	43	42	45	44	32	33	32	37	37	37
35	35	30	33	38	39	39	38	41	39	28	29	29	34	34	34
40	30	27	29	34	35	35	34	36	35	25	26	26	30	30	30
45	26.	23	24	30	31	31	29	32	31	22	24	23	27	26	27
50	21	20	21	26	27	26	25	28	27	18	20	19	23	22	23
55	18	16	17	22	23	22	21	24	23	15	17	16	19	18	19
60	14	13	13	18	19	18	18	20	19	11	13	13	16	16	16
65	11	11	11	14	15	15	14	16	15	8	11	9	13	13	13
70	8	7	7	11	12	11	11	13	12	6	9	8	9	10	10
75	6	4	5	8	9	9	9	9	10	6	7	6	7	7	7
80	5	4	5	6	6	6	6	6	7	-	-	-	-	-	-
85	5	2	4	4	4	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-
90	3	-	-	3	3	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Antas 1795-1820, Aveleda, 1710-1799, Sul do Pico e Ribeiras 1800-1849, Facha 1762-1809

A leitura do quadro, permite concluir que Santiago de Antas, tinha uma esperança de vida à nascença superior às comunidades do Minho e inferior às comunidades dos Açores. À medida que percorremos os anos de vida dos indivíduos, a esperança de vida aumenta consideravelmente. Na nossa comunidade os homens tinham uma vida mais extensa que as mulheres, o que não se verificou em muitas outras comunidades, em que as mulheres, apesar de todas as responsabilidades na gestão do orçamento e equilíbrio do agregado familiar, conseguiram ver a sua vida mais

¹¹⁹ Os valores foram arredondados à unidade

prolongada que a dos seus congéneres. A esperança de vida à nascença era superior à de Aveleda, em 10 anos para as mulheres e quatorze anos para os homens e para a Facha em quatro para os homens e dois para as mulheres. As gerações mais velhas de Aveleda - Braga e Facha - Ponte de Lima, a partir dos sessenta anos, vão ver aumentada a sua esperança de vida em relação a Antas. Nas comunidades dos Açores, a esperança de vida à nascença no Sul do Pico, é superior em 5 anos para as mulheres e inferior em três anos para os homens, mas de uma forma geral, tanto mulheres como homens encontraram factores climáticos, geográficos e alimentares, mais propícios à sua longevidade. Nas Ribeiras, a esperança de vida à nascença, é superior em sete anos para as mulheres e para os homens os valores são iguais aos de Santiago de Antas, 54 anos. As gerações açorianas tinham encontrado condições favoráveis à sua sobrevivência em todas as idades. Santiago de Antas, geograficamente localizada numa região de características culturais específicas como o Baixo Minho, com povoamento disperso, não tão aberto à entrada de epidemias, com condições climatéricas favoráveis, uma alimentação variada, com recurso ao milho, à batata, à criação de gado, leite, vinho e bastante fruta e legumes variados, perspectivou melhores condições de vida para as populações, que viviam à volta da sua igreja e mosteiro, trabalhando nas suas propriedades e nas abastadas casas rurais da comunidade, garantiram uma sobrevivência mais prolongada, que outras comunidades minhotas nossas conhecidas. Que questões estarão na base da alta esperança de vida? A suavidade da morte, como em outras tantas comunidades minhotas? Factores genéticos, a fazer a diferença? Ou melhores condições económicas, sociais, sanitárias e culturais, fizeram a diferença entre as diversas populações anónimas?

Capítulo VI

Aproximação à mobilidade

Ao longo desta investigação, tivemos dificuldades em acompanhar indivíduos e famílias, que saíam do nosso campo de observação. Que lhes aconteceu? Para onde foram? Quais os motivos que os levou a sair? Muitas questões se nos colocaram, quando os deixamos de observar. Em reciprocidade, outros indivíduos nos aparecem por casamento e por residência. Este fervilhar de gentes que entram e que saem pelos mais diversos motivos, é uma constante nas populações do Minho. Sabemos que a mobilidade sazonal para trabalhar é um hábito comum que passa de pais para filhos, mas não é esta mobilidade que aqui vamos tratar, mas sim aquela, que se nos afigura definitiva. Várias referências nos são dadas pelos registos de óbitos, a respeito da mobilidade das populações em diversas regiões do território português, como nos chegam novas do Brasil, como destino final de diversos indivíduos; outros, tal como as suas famílias, perdemos - lhes definitivamente o rasto. Compreendemos que o estudo da mobilidade de uma população se nos afigura de difícil observação, mas segundo os recursos ao nosso alcance, entendemos que poderíamos acrescentar algumas afinidades e informações sobre a vida dos indivíduos, com os locais de destino, internos e/ou externos.

1. Aproximação aos movimentos migratórios

O estudo da mobilidade, variável influente na evolução demográfica das populações, assenta unicamente nos dados fornecidos pelos assentos paroquiais. A inexistência de registos sistemáticos de mortalidade infantil para os séculos anteriores ao XIX e a ausência de fontes específicas para o estudo da mobilidade, não nos permitiram desde cedo, uma análise dos movimentos da população. No século XIX, já

dispondo de registos sistemáticos de mortalidade infantil a partir de 1795, algumas luzes se vislumbram. Recorrendo à metodologia da reconstituição de paróquias, pudemos tentar uma aproximação válida ao fenómeno da mobilidade. Nos registos de óbitos num primeiro passo, extraímos informações sobre aqueles que se ausentaram e que chegou a notícia do seu falecimento, acrescentando os locais de destino à data da morte. Para uma maior aproximação ao problema da mobilidade, analisamos as gerações nascidas entre 1795 e 1860. Todos os indivíduos foram observados entre duas datas, a de nascimento e a de óbito e / ou fim de observação. Nos casos que não tínhamos a data de óbito, foi convencionado por defeito, como data de fim de observação para as saídas isoladas do espaço geográfico da comunidade, o dia do seu vigésimo aniversário¹²⁰ e a última data familiar conhecida para as saídas depois desta idade. (Quadro 61)

QUADRO 61
NÍVEIS DE MOBILIDADE POR GERAÇÕES
1795 - 1860

Gerações	Nascimentos		Óbitos		Saídas <20		Saídas =20		Saídas >20		T. Saídas	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
1795 - 1820	314	256	123	120	9	7	88	66	94	63	191	136
1821 - 1840	253	231	85	94	4	2	100	77	64	58	168	137
1841 - 1860	521	487	323	300	3	4	101	105	94	78	198	187
1795 - 1860	1088	974	531	514	16	13	289	248	252	199	557	460

Como podemos verificar em Santiago de Antas o volume de nascimentos do período entre 1795 - 1820 é interrompido no período entre 1821 e 1840, com um decréscimo da natalidade, para nos dois períodos seguintes aumentar significativamente. O aumento do número de efectivos não teve reflexos nos índices de mobilidade da população.(Quadro 62)

¹²⁰ Idade que pensamos intermédia entre a idade para o matrimónio e a idade de saída por motivos de trabalho

QUADRO 62
ÍNDICES DE MOBILIDADE
%

	Saída < 20		Saída isolada = 20		Saída > 20		Total de Saídas	
	M	F	M	F	M	F	M	F
1795 - 1820	2.9	2.7	28.0	25.8	29.9	24.6	60.8	53.1
1821 - 1840	1.6	0.9	25.3	33.3	25.3	25.1	66.4	59.3
1841 - 1860	0.6	0.8	19.4	21.6	18.0	16.0	38.0	38.4
1795 - 1860	1.5	1.3	26.6	25.5	23.1	20.4	51.2	47.2

Nas análises dos quadros 61 e 62, relativos às saídas definitivas do indivíduos até aos vinte anos, constatamos que os níveis de mobilidade tanto para o sexo masculino como para o feminino são pouco relevantes, notando-se uma grande estabilidade dos mais jovens no seio da famílias. Os índices de mobilidade dos menores de 20 anos para toda a observação, variaram entre os 0.6% e os 2.9% no sexo masculino e os 0.8% e os 2.7% no sexo feminino. Ambos os sexos optaram por permanecer mais algum tempo nos agregados familiares. A mesma situação não encontramos no caso das saídas isoladas, em que os índices de mobilidade, variam entre os 19.4% e os 28%, para o sexo masculino e entre 21.6% e os 33.3% para o sexo feminino. Nas saídas isoladas os índices são elevados para ambos os sexos, mas de uma forma geral ao longo de toda a observação, as gerações masculinas com 26.6% de saídas, movimentam-se um pouco mais que as femininas, com 25.5 % de saídas. Os homens apresentam uma mobilidade de 28% no primeiro período (1795 - 1820), para nos dois períodos seguintes (1821 - 40 e 1841 - 60) se deslocarem um pouco menos, com 25.3% e 19.4% de saídas, respectivamente. As mulheres, no primeiro período (1795 - 1820) tiveram um índice de mobilidade de 25.8%, para no segundo período (1821 - 40) aumentar o número de deslocações com 33.3% de saídas e no último período (1841 - 60) se verificar uma quebra de movimentações com um índice de saídas na ordem dos 21.6%. Os indivíduos depois dos vinte anos, sentiram - se bastante atraídos pela migração, os índices são

elevados para ambos os sexos, com uma percentagem de saídas para toda a observação, de 21.1% de saídas de indivíduos do sexo masculino e 20.4% de saídas no sexo feminino. As gerações masculinas no período de 1795 - 1820, apontam uma mobilidade de 29.9%, para nos dois períodos seguintes, 1821 - 40 e 1841 - 60, diminuírem as movimentações para o exterior, com índices na ordem dos 25.3% e 18%, respectivamente. As gerações femininas, no primeiro período de 1795 - 1820, apresentam uma mobilidade para o exterior de 24.6%, que vai aumentar no segundo período entre 1821 - 40, para 25.1% e no último período 1841 - 60, descer para 16%.

No que diz respeito ao total de saídas, constatamos que no período entre 1795 - 1820, a população se deslocou para diversos locais atraídos por uma melhoria de condições de vida e de trabalho e outras vezes pelo matrimónio, na ordem dos 60.8% nas gerações masculinas e 53.1% nas gerações femininas. No segundo período 1821 - 40, encontramos um aumento das movimentações para o exterior, na ordem dos 66.4% no sexo masculino e 59.3% no sexo feminino. No último período observado 1841 - 60, as deslocações diminuíram bastante com índices de mobilidade de 38% nos homens e 38.4% nas mulheres. Ao considerarmos toda a observação podemos concluir que a mobilidade para o exterior, atraiu ambos os sexos, mas a sua incidência foi mais forte nas gerações masculinas com 51.1% de saídas, do que nas gerações femininas com 47.2%. O fluxo migratório detectado nos registos de óbitos, dirigiu - se fundamentalmente para os centros urbanos tendo como referência a cidade de Lisboa. A abordagem ao conhecimento da incidência local da mobilidade, foi elaborada na ausência de outros tipos de fontes que nos pudessem esclarecer algo mais. Contudo, com base nos registos paroquiais conseguimos uma forma aproximada do fenómeno local.

2. Aproximação aos movimentos migratórios através dos pedidos de passaportes

A nossa observação diz respeito, a documentos oficiais de pedidos de passaportes, correspondentes ao período entre 1867 - 81 e 1886 - 95. Convém desde já considerar, que a intenção de saída para a emigração pode não ter sido efectivada e por outro lado, temos a plena consciência de que a maior parte das saídas para a emigração, tiveram origem na clandestinidade. Cruzando os dados observados na fonte com o nosso ficheiro de famílias, procuramos identificar os emigrantes, obtendo uma ideia do fluxo de emigração oficial no período considerado. (Quadro 63)

QUADRO 63
PEDIDOS DE PASSAPORTE DA FREGUESIA DE SANTIAGO DE ANTAS

ANOS	EMIGRANTES
1867 - 81	32
1886 - 95	31

Fonte: Livro de registo de pedidos de passaportes de V. N. de Famalicão

No período de 1867 - 81 foram trinta e um pedidos de passaporte, um dos quais para duas pessoas. O destino de todos os emigrantes era o Brasil, com maior incidência nas regiões do Rio de Janeiro, Pernambuco e Rio Grande do Sul. O fluxo de emigrantes deixa transparecer que poderiam estar de saída oficialmente dois a três migrantes por ano, à excepção dos anos de 1871 e 1872, que o fluxo migratório nos apareceu com maior intensidade. O grupo de prováveis emigrantes eram indivíduos maioritariamente jovens, exclusivamente do sexo masculino. A idade dos emigrantes era uma das características mais marcantes desta emigração. O grupo etário que mais emigrava eram jovens entre os dez e os treze anos de idade, seguido do grupo etário dos vinte aos trinta anos. Nos grupos etários seguintes só detectamos cinco casos, em que o indivíduo mais velho tinha 49 anos. No período de 1886 - 95 foram feitos vinte e dois pedidos de passaportes e emigraram trinta e dois indivíduos. O destino de todos os emigrantes

continuava a ser o Brasil, não conhecemos nenhum outro caso para outros destinos. Neste período a região por excelência passa a ser o Rio de Janeiro. O grupo etário com maior incidência na emigração continua a ser o dos jovens entre os dez e os treze anos de idade. Esta emigração de indivíduos tão jovens é uma constante na região do Minho, em que geralmente são os filhos mais novos das famílias que encaminhados pelo pai, vão para o Brasil, onde os esperava um familiar ou um amigo de confiança da família, que os acolheria e os ensinava a orientar nos negócios ou os indicavam a amigos ou pessoas influentes no Brasil.¹²¹ Geralmente estes jovens levavam cartas de recomendação. A emigração no grupo etário dos vinte aos trinta anos reduziu substancialmente, só conhecemos dois casos. Neste período encontramos nos pedidos de passaporte, a emigração de indivíduos do sexo feminino, habitualmente, mulheres solteiras, jovens ou crianças, que acompanham o agregado familiar para o Brasil.¹²² Reparámos que um novo tipo de emigração começa a surgir, a emigração em família. Desde já, notamos alguma à vontade nas viagens de longo curso, em que alguns emigrantes já levavam as suas famílias sem o receio e o perigo que uma viagem ao Brasil podia acarretar e aqueles com mais possibilidades, levavam também seus criados mais fiéis. Uma das questões pertinentes desta emigração, é que a mesma nos parece organizada, porque nos livros de registo de pedidos de passaportes nos aparecem o nome do presumível emigrante e o nome do seu abonador, tudo indicando que este servia também de intermediário nas redes de emigração como angariador, recebendo na certeza uma comissão por cada pessoa que emigrasse debaixo da sua alçada. Estes

¹²¹ Lages, José Manuel, “ Os Emigrantes em V.N. de Famalicão - O seu papel na confraria de Nossa Senhora do Carmo” pág.55/56 in Alves, Jorge Fernandes (coord.) , Os brasileiros da Emigração, Col. Cadernos Museu Bernardino Machado, Ed. Câmara Municipal de V.N.Famalicão, Famalicão, 1998.

¹²² Observamos em vinte e cinco anos de possível emigração, só seis casos de indivíduos do sexo feminino acompanhadas nas saídas por pessoas de confiança ou familiares sempre do sexo masculino.

emigrantes vão utilizar dois pontos de partida como local de embarque para o Brasil: o porto de Leixões e o porto de Lisboa. A emigração para o Brasil atraiu indivíduos de todos os extractos sociais. (Quadro 64)

QUADRO 64
IDENTIFICAÇÃO DOS REQUERENTES DE PASSAPORTES PARA O BRASIL
ENTRE 1867 - 1895

1867 - 1881				
NOME	DATA DO PEDIDO	IDADE	EST. CIVIL	DESTINO
Manuel Ferreira Carvalho	27 / 04 / 1868	13 anos	Solteiro	Pernambuco
Manuel Alves	04 / 05 / 1868	12 anos	Solteiro	Rio de Janeiro
Joaquim Ant. Xavier Faria	01 / 05 / 1869	13 anos	Solteiro	Pernambuco
Joaquim Fernandes	04 / 04 / 1870	13 anos	Solteiro	Rio Grande do Sul
Augusto José Ferreira Brandão	25 / 08 / 1870	13 anos	Solteiro	Rio de Janeiro
Silvério Ant. Pedrosa Magalhães*	12 / 06 / 1871	27 anos	Solteiro	Rio de Janeiro
Joaquim António de Magalhães	12 / 06 / 1871	24 anos	Casado	Rio de Janeiro
Filipe José Pereira da Costa	31 / 08 / 1871	13 anos	Solteiro	Rio de Janeiro
José Simões Guimarães	05 / 09 / 1871	32 anos	Casado	Rio de Janeiro
Joaquim Pereira Magalhães*	06 / 10 / 1871	41 anos	Casado	Rio de Janeiro
Joaquim Pereira	06 / 10 / 1871	17 anos	Solteiro	Rio de Janeiro
Francisco Alves Mendes*	06 / 10 / 1871	17 anos	Solteiro	Rio de Janeiro
Joaquim Pereira	07 / 05 / 1872	30 anos	Solteiro	Rio de Janeiro
Manuel Alves Sobrinho*	01 / 06 / 1872	41 anos	Casado	Rio de Janeiro
António Xavier Faria	03 / 06 / 1872	13 anos	Solteiro	Rio de Janeiro
Manuel Carvalho	01 / 07 / 1872	23 anos	Casado	Rio de Janeiro
Manuel José Almeida*	06 / 07 / 1872	49 anos	Viúvo	Rio de Janeiro
Francisco Braz Silva Júnior	24 / 10 / 1872	15 anos	Solteiro	Rio de Janeiro
José Andrade	06 / 08 / 1872	21 anos	Solteiro	Rio de Janeiro
Augusto Manuel Cruz	22 / 12 / 1873	13 anos	Solteiro	Pernambuco
Cândido Alves	04 / 03 / 1874	13 anos	Solteiro	Rio de Janeiro
José Manuel Azevedo	05 / 03 / 1874	13 anos	Solteiro	Rio de Janeiro
Joaquim Carreira	20 / 03 / 1874	25 anos	Solteiro	Rio de Janeiro
Manuel José Andrade	09 / 03 / 1875	13 anos	Solteiro	Rio de Janeiro
Arnaldo Fernandes	09 / 11 / 1875	22 anos	Solteiro	Rio de Janeiro
António Alves Azevedo Júnior	02 / 08 / 1876	11 anos	Solteiro	Rio de Janeiro
Henrique Ribeiro *	24 / 02 / 1877	36 anos	Casado	Rio de Janeiro
Albino Alves levando em sua companhia seu irmão Rodrigo Alves	18 / 04 / 1877	12 anos 10 anos	Solteiro Solteiro	Rio de Janeiro

João António Alves	19 / 04 / 1877	12 anos	Solteiro	Rio de Janeiro
José Simões Guimarães*	20 / 04 / 1881	41 anos	Casado	Rio de Janeiro
João da Costa Moreira	30 / 09 / 1881	32 anos	Casado	Rio de Janeiro
1886- 95				
Camilo Xavier Faria	04 / 07 / 1886	23 anos	Solteiro	Rio de Janeiro
Ricardo da Silva Maia	04 / 07 / 1887	15 anos	Solteiro	Rio de Janeiro
João Joaquim de Andrade	26 / 09 / 1887	30 anos	Solteiro	Rio de Janeiro
António Gomes da Silva Carneiro	21 / 04 / 1888	13 anos	Solteiro	Rio de Janeiro
Albino da Costa Sampaio	28 / 05 / 1888	13 anos	Solteiro	Rio de Janeiro
José Paulo Pinto Azevedo	28 / 05 / 1888	13 anos	Solteiro	Rio de Janeiro
José Joaquim Chagas	17 / 11 / 1888	13 anos	Solteiro	Rio de Janeiro
António Joaquim Andrade	19 / 11 / 1888	11 anos	Solteiro	Rio de Janeiro
João Braz da Silva	19 / 11 / 1888	13 anos	Solteiro	Rio de Janeiro
Luís António Rocha Silva em companhia de sua irmã Ana de Jesus e sua filha Carolina e António filho adulterino de Maria Rosa de Jesus e António filho natural de Maria Moreira de Valongo	18 / 11 / 1889	26 anos 18 anos 8 meses 18 anos 18 anos	Casado Solteira Solteira Solteiro Solteiro	Rio de Janeiro
Bernardina da Cunha Oliveira	12 / 02 / 1889	11 anos	Solteira	Rio de Janeiro
António Afonso da Costa	28 / 08 / 1892	12 anos	Solteiro	Rio de Janeiro
António Xavier Faria*	26 / 09 / 1892	33 anos	Viúvo	Rio de Janeiro
Carlos Silva	15 / 07 / 1892	11 anos	Solteiro	Rio de Janeiro
Augusto Silva Matos	27 / 12 / 1892	13 anos	Solteiro	Rio de Janeiro
António José da Costa	19 / 04 / 1893	47 anos	Casado	Rio de Janeiro
Guilherme Silva Carneiro	22 / 04 / 1893	11 anos	Solteiro	Rio de Janeiro
Joaquim Pereira Silva*	09 / 05 / 1893	13 anos	Solteiro	Rio de Janeiro
José da Rocha	11 / 09 / 1893	12 anos	Solteiro	Rio de Janeiro
António Joaquim Xavier Faria levando em sua companhia sua mulher Elvira da costa Faria e seu filho António seu criado Amândio da Costa Braga exposto da roda de Braga e a criada Maria Balbina da Costa	02 / 09 / 1893	49 anos 19 anos 9 meses 45 anos 26 anos	Casado Casada Solteiro Solteiro Solteira	Rio de Janeiro
José Joaquim Andrade	03 / 10 / 1894	34 anos	Solteiro	Rio de Janeiro
Joaquim Ferreira	03 / 04 / 1895	20 anos	Solteiro	Rio de Janeiro
José Joaquim de Andrade	31 / 05 / 1895	43 anos	Casado	Rio de Janeiro

Fonte: Livro de registo de pedidos de passaportes de V. N. de Famalicão

Na nossa observação, a grande incidência da emigração para o Brasil dos jovens entre os 10 e 13 anos, justifica-se devido às leis militares que interditavam os jovens de emigrarem a partir dos 14 anos. O baixo número de emigrantes no grupo etário dos 14 - 20 anos, prende - se com o problema do recenseamento militar obrigatório e a imposição legal e intransigente de o cumprir. Logo a seguir aparece o grupo etário dos 20 aos 30 anos, seguido dos mais de 30 anos. Quem quisesse emigrar tinha de provar no seu processo de emigração que tinha o seu serviço militar cumprido e pago as respectivas taxas.

Capítulo VII

Aspectos globais da demografia em Santiago de Antas

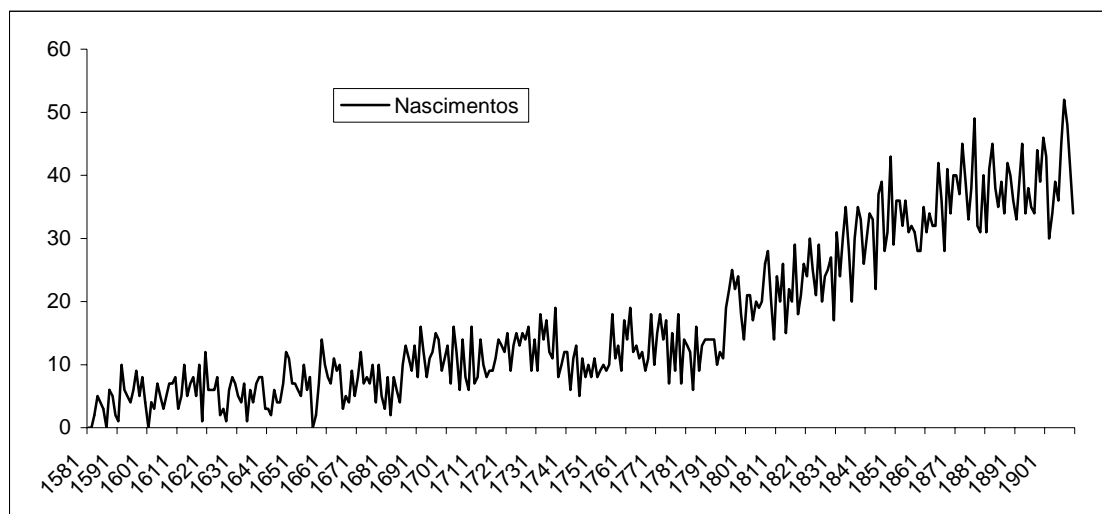
Neste capítulo vamos abordar os aspectos globais da demografia, observados numa perspectiva de micro análise em longa duração entre 1581 a 1910, de forma a compreendermos a evolução dos comportamentos demográficos de cada uma das variáveis e uma visão global das tendências populacionais, que estiveram na base da nossa investigação.

1. O movimento dos baptizados

A evolução dos nascimentos permite distinguir as pequenas oscilações anuais e as influências de factores aleatórios de crescimento e avaliar os períodos de maior crescimento populacional. O movimento de baptizados, para as últimas duas décadas do século XVI, regista um período de crescimento bastante lento, com oscilações entre um e dez baptizados ano, com o ano 1592 a atingir o máximo de dez crianças registadas. Este período de início dos registos de baptizados, devemos colocar em hipótese, devido ao pequeno volume de crianças baptizadas, que o redactor paroquial, não tivesse registado as crianças com a regularidade exigida. O século XVII, com um máximo anual de dezasseis 16 crianças baptizadas, regista um maior incremento de crianças registadas anualmente, com um crescimento contínuo lento, com períodos mais estáveis e um volume de baptizados mais significativo do que século XVI, com relevo para os anos: 1647 / 48, com doze e onze crianças, 1659, com quatorze, 1687 e 1690, treze crianças em cada ano, 1692 / 3, dezasseis e doze e 1695 / 6 / 7 / 8, com onze, doze, quinze e quatorze crianças baptizadas. Uma fase mais depressiva, fez – se notar nos anos de: 1601 / 56 com nenhuma criança registada, 1619 / 27 / 34, com registo de uma criança e 1625 / 26 / 42 / 57 / 82, com duas crianças baptizadas, para cada um dos anos

respectivos. O século XVIII, com um crescimento contínuo com alguma intensidade, cada vez mais forte e estável, teve um aumento considerável do número de baptizados em relação ao século anterior, com os baptizados ascenderem, entre as quatorze e dezanove crianças em vários anos e alguns consecutivos, com um máximo anual de vinte e cinco crianças. Os anos mais depressivos, foram os anos de: 1745 com cinco crianças baptizadas, 1705 / 08 / 83 com seis crianças registadas e 1702 / 10/ 75 / 79 , com registo de sete crianças, em cada um dos anos respectivos. O século XIX, apresenta um crescimento contínuo forte, com um elevado volume de baptizados em relação aos efectivos do século transacto, a considerarmos a dimensão da comunidade, com um máximo anual de quarenta e cinco crianças registadas. Os anos de menor registo de crianças, foram os de: 1810, com quatorze crianças, 1814 com quinze crianças, 1803 / 30 com dezassete crianças e 1818 com dezoito crianças baptizadas, por cada um dos anos correspondentes. Os inícios do século XX, período em que terminamos a nossa observação, vemos a mesma tendência de crescimento forte, com um volume de baptizados, que já vínhamos observando desde meados do século XIX, com um máximo anual um pouco superior de cinquenta e duas crianças registadas. Os anos com menor registo de baptismo de crianças, foram os de: 1902 com trinta crianças e os de 1903 / 10 com trinta e quatro crianças, respectivamente. A idade média tardia de acesso ao casamento, os elevados níveis de celibato definitivo e a mortalidade mais gravosa, foram responsáveis demograficamente pelo desequilíbrio em momentos específicos irregulares, que a par de condições adversas, sociais e económicas, influenciaram os movimentos da fecundidade, outras vezes, funcionaram como a solução mais eficaz observada, para o estabelecimento dos equilíbrios essenciais à sobrevivência das populações. (Gráfico 18)

GRÁFICO 18
MOVIMENTO DOS BAPTIZADOS
NÚMEROS ABSOLUTOS

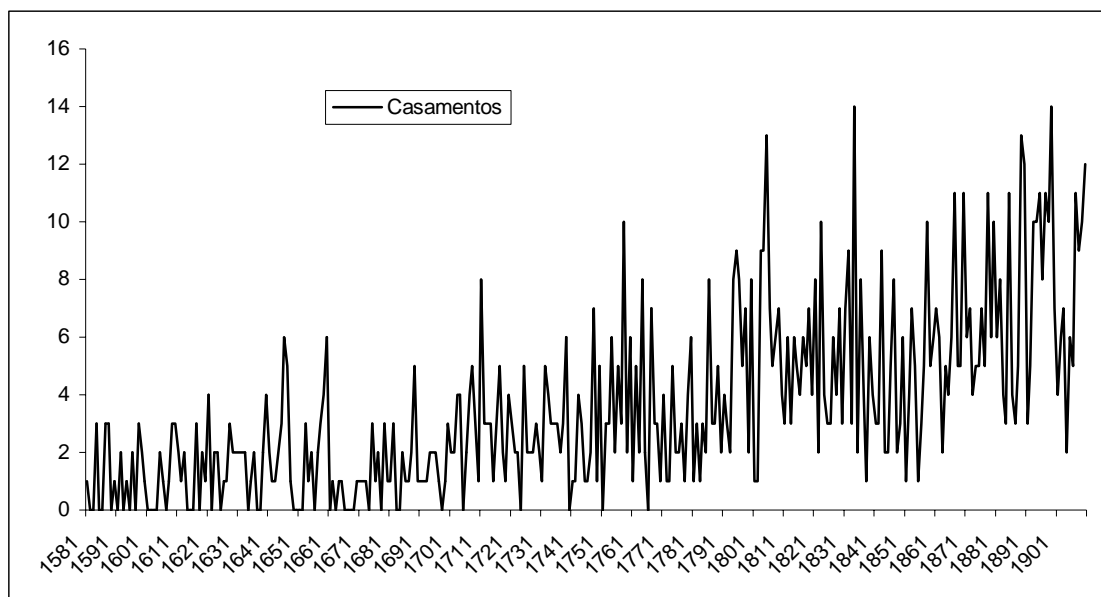


2. O movimento dos casamentos

Na análise da evolução dos casamentos, continuamos a procurar as oscilações anuais, as influências de factores aleatórios capazes de influenciar a tendência do movimento dos casamentos e avaliar os períodos em que houve um maior incremento dos níveis nupcialidade. Numa primeira observação, reparamos que os movimentos dos casamentos, apresenta níveis pouco elevados, entre zero e os quatorze matrimónios e uma evolução bastante irregular durante toda a observação. Os casamentos durante as últimas duas décadas do século XVI, registam um crescimento muito lento, com os anos 1584 / 7 / 8 / 92 a atingir 3 casamentos / ano. Os anos de 1582 / 3 / 5 / 6 / 9 / 91 / 3 / 5 / 7, não foi registado nenhum casamento. O século XVII, com um crescimento contínuo também bastante lento, com um máximo anual de seis casamentos no ano de 1649, regista uma maior regularidade no registo, com períodos de grande oscilação nos matrimónios e pouco estáveis na sua continuidade, pois alguns anos não se registaram casamentos. O século XVIII, com um crescimento contínuo lento, apresenta um aumento considerável de casamentos em relação ao século anterior, com um máximo

anual de dez casamentos, no ano de 1758. Os períodos de oscilação continuam frequentes, mas os matrimónios efectuam – se com bastante regularidade, sendo a sua continuidade surpreendida pelos anos 1705 / 24 / 40 / 51 / 66 em que não se registaram casamentos. O século XIX, apresenta um crescimento contínuo mais intenso, com períodos de oscilação frequentes e uma regularidade de registo absoluta. É visível com diferença considerável, o maior número de casamentos, em relação aos séculos anteriores, com um máximo anual de quatorze casamentos, nos anos de 1834 e 1899. Os anos de fraca nupcialidade foram os de: 1801 / 2 / 38 / 51 / 55, com 1 casamento / ano, os anos de 1822 / 35 / 44 / 45 / 48 / 63 com 2 casamentos / ano e os de 1811 / 13 / 25 / 26 / 30 / 33 / 41 / 42 / 49 / 56 / 84 / 87 / 91 com 3 casamentos / ano. Os inícios do século XX, período final da observação, vemos uma diminuição de crescimento, em relação à última década do século anterior, com um máximo anual doze casamentos, no ano de 1910. Os anos com menor frequência de casamentos, foram os de: 1901 com quatro casamentos e 1904 com dois casamentos. As dificuldades económicas e sociais, a forte mortalidade que se fez sentir em vários anos, a mobilidade dos jovens em idades núbéis e os elevados níveis de celibato definitivo, influenciaram o mercado matrimonial. O movimento dos casamentos ao longo da observação, apresentou uma evolução quase sempre muito irregular, com muita pouca frequência de casamentos por ano, pouco atractivo, ao grande número de jovens da comunidade com idades para casar. Teremos de concordar, que o casamento terá funcionado em épocas de maior estabilidade, como um fenómeno regulador das populações. (Gráfico 19)

GRÁFICO 19
MOVIMENTO DOS CASAMENTOS
NÚMEROS ABSOLUTOS



3. O movimento dos óbitos

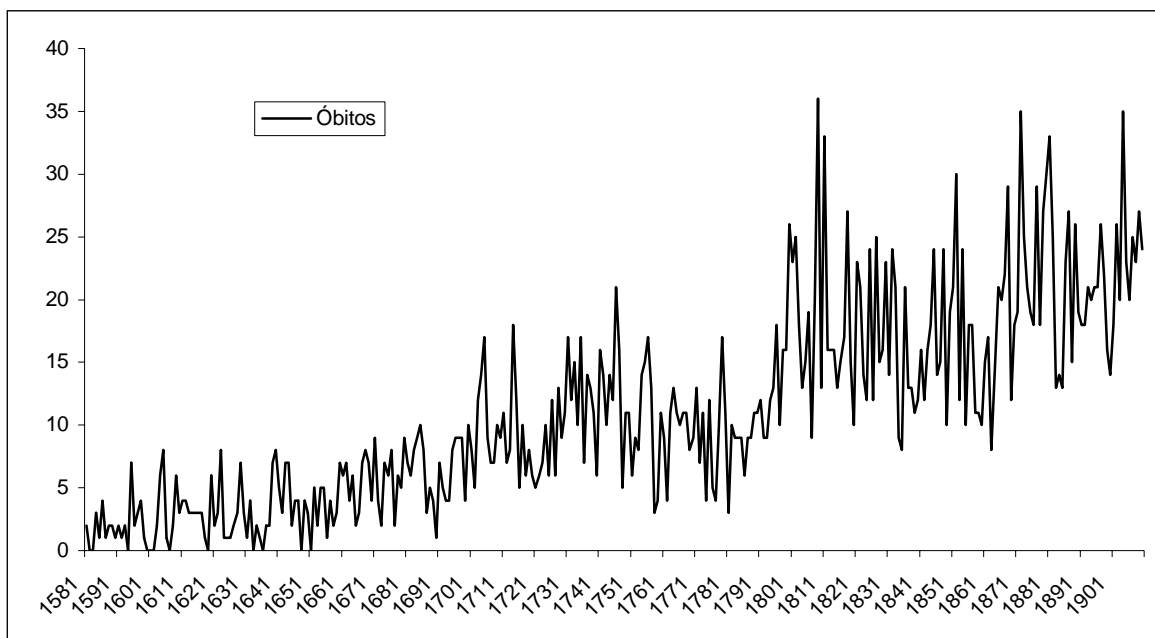
Na análise da evolução do movimento dos óbitos, continuamos a utilizar os procedimentos anteriores, avaliando as tendências da mortalidade em anos e séculos sucessivos. A observação dos movimentos dos óbitos das crianças com menos de um e de sete anos, adquire forma sistemática a partir de 1795. A leitura do gráfico de evolução da mortalidade, permite verificarmos uma maior incidência da mortalidade no século XVI, nos anos de: 1586 / 98, 4 óbitos / ano e 1595, 7 óbitos. Os níveis de mortalidade são bastante lentos, com oscilações entre zero e os sete óbitos ano. O século XVII, continúa com níveis de mortalidade ténues, registando um maior volume de óbitos anualmente em relação ao século anterior, com uma média máxima de dez óbitos, no ano de 1685. Os anos de maior frequência da mortalidade, são os anos de: 1604 / 9 / 20, 6 óbitos ano, 1605 / 23 / 40 / 68 / 76 / 83 / 86 / 95, 8 óbitos / ano, 1629 / 39 / 43 / 44 / 60 / 62 / 67 / 69 / 74 / 81, 7 óbitos / ano e 1671 / 80 / 84 / 96 / 97 / 98, 9 óbitos / ano. O século XVIII, teve um aumento considerável do número de óbitos, com níveis de

mortalidade já com alguma intensidade, com um máximo anual a duplicar em relação ao período anterior, para vinte e um óbitos, no ano de 1746. A maior incidência da mortalidade foi verificada nos anos de: 1714 / 96, 18 óbitos / ano, 1705 / 31 / 35 / 56 / 79, 17 óbitos / ano e 1741 / 47 / 98 / 99, 16 óbitos / ano. No século XIX, a frequência máximo anual dos óbitos aumenta consideravelmente, com níveis elevados de mortalidade, em relação aos óbitos registados nos séculos anteriores, com um máximo anual de trinta e seis óbitos, no ano de 1809. O gráfico de evolução da mortalidade, evidencia grandes dificuldades de sobrevivência, nos anos de: 1801 / 21 / 30, 23 óbitos / ano, 1825 / 32 / 45 / 48, 24 óbitos / ano, 1802 / 27 / 73 / 82, 25 óbitos / ano, 1800 / 89 / 97, 26 óbitos / ano, 1818 / 79 / 87, 27 óbitos / ano, 1868 / 77, 29 óbitos / ano, 1852 / 80, 30 óbitos / ano, 1811 / 81, 33 óbitos / ano e 1872, 35 óbitos. Nos inícios do século XX, vemos uma estabilidade na tendência da mortalidade, idêntica à conhecida para as últimas duas décadas do século XIX, com um volume de óbitos anual máximo de 35 óbitos no ano de 1904. Os anos de maior mortalidade, foram os de: 1909, 27 óbitos, 1902, 26 óbitos e 1907, 25 óbitos.

O gráfico de evolução da mortalidade, permite concluir a existência de vários períodos de sobremortalidade, apresentando ritmos de mortalidade mais gravosa, contrastando com outros, de pequena intensidade. Períodos em que a conjuntura económica e social se mostrou com pouca estabilidade, directamente ligada a uma conjunção de factores de complexidade diferente, como surtos epidémicos, fomes, guerras, carências de alimentos, mudanças climáticas, provocaram a flutuações no movimento dos óbitos. Ao longo da observação, os vários anos em que as populações sentiram maiores dificuldades de sobrevivência, foram por nós diagnosticados. Em termos gerais, Santiago de Antas, apresentou tendências bastante irregulares no

movimento da mortalidade, próprias de uma variável que a ciência não conseguiu ainda prever nem solucionar, a morte. (Gráfico 20)

GRÁFICO 20
MOVIMENTO DOS ÓBITOS
NÚMEROS ABSOLUTOS



4. O movimento geral da população

Na observação dos movimentos conjuntos, de batismos, casamentos e óbitos, podemos identificar de forma mais nítida a evolução geral da população. Os movimentos conjuntos, para as últimas duas décadas do século XVI, registam um período de crescimento bastante lento, correspondendo a um período de maior incremento dos nascimentos sobre os óbitos e os casamentos, com o ano 1592 a atingir o máximo de dez crianças registadas. Os casamentos não ultrapassam os três casamentos por ano, com os anos de 1582 / 83 / 85 / 86 / 89 / 91 / 93 / 95 / 97, a não registarem nenhum matrimónio. A mortalidade tem menor incidência ao longo destas duas décadas do que os nascimentos, mas nos anos de 1586 e 1595, houve mais mortes do que nascimentos.

O século XVII, com um crescimento contínuo bastante lento, com um máximo anual de dezasseis 16 crianças baptizadas no 1692, um máximo anual de seis casamentos no ano de 1649 e com um máximo anual de dez óbitos, no ano de 1685. Apresenta períodos de grande oscilação ao longo do século, com um maior volume de nascimentos mais significativo do que os óbitos e os casamentos. Os anos de maior intensidade da mortalidade em relação aos nascimentos, são os de: 1605 / 23 / 27 / 34 / 40 / 41 / 42 / 43 / 44 / 57 / 71 / 80 / 82 / 84 / 85 e os anos em que a mortalidade se manteve ao mesmo nível, foram os de : 1611 / 32 / 52 / 62 / 66 / 79 / 83. O século XVIII, com períodos de grande oscilação que continuam frequentes, apresenta também um crescimento contínuo lento, com mais intensidade que nos séculos anteriores, com um máximo anual de vinte e cinco crianças baptizadas, no ano de 1796, de dez casamentos, no ano de 1758 e com um máximo anual a duplicar de vinte e um óbitos, no ano de 1746. Com um maior número de crianças nascidas, o século XVIII, teve um aumento considerável do número de óbitos, com níveis de mortalidade com forte intensidade, com o número de óbitos a ultrapassar o de nascimentos em anos sucessivos. Muitas vezes a incidência da mortalidade foi muito significativa, os anos de: 1705 / 8 / 10 / 11 / 14 / 15 / 31 / 33 / 35 / 41 / 42 / 44 / 45 / 46 / 47 / 49 / 54 / 55 / 57 / 67 / 75 / 79 / 83 / 91 / 99, testemunham uma supremacia da morte sobre a vida, com a mortalidade a penalizar uma boa parte da população. Nos anos de 1750 / 64 / 65 / 68 / 85, os óbitos igualaram os nascimentos. O século XIX com uma regularidade de registo absoluta, teve um crescimento contínuo forte e vigoroso, com elevado volume de baptizados, casamentos e óbitos, em relação aos efectivos dos séculos anteriores, atingindo um máximo anual de quarenta e cinco crianças registadas, quatorze casamentos, nos anos de 1834 / 99 e trinta e seis óbitos, no ano de 1809. As crianças continuaram a nascer em maior número. O gráfico de evolução, evidencia grandes dificuldades de sobrevivência,

com a mortalidade a sobrepôr – se aos nascimentos, nos anos de : 1801 / 21 / 30, 23 óbitos / ano, 1825 / 32 / 45 / 48, 24 óbitos / ano, 1802 / 27 / 73 / 82, 25 óbitos / ano, 1800 / 89 / 97, 26 óbitos ano, 1818 / 79 / 87, 27 óbitos / ano, 1868 / 77, 29 óbitos / ano, 1852 / 80, 30 óbitos / ano, 1811 / 81, 33 óbitos / ano e 1872, 35 óbitos. Os casamentos em maior número do que os séculos anteriores, contrastam com anos de fraca nupcialidade, em períodos de grandes dificuldades de sobrevivência da população.

Os inícios do século XX, período em que terminamos a nossa observação, continuamos a verificar um crescimento mais acelerado da população, tendência que já vínhamos observando desde meados do século XIX, com os nascimentos a destacar – se definitivamente da mortalidade, que se mantêm com grande estabilidade e os casamentos a diminuir em comparação com a década anterior, mas a garantirem um aumento contínuo em relação à generalidade do século XIX.(Gráficos 21 e 22)

GRÁFICO 21
MOVIMENTO GERAL DA POPULAÇÃO
NÚMEROS ABSOLUTOS

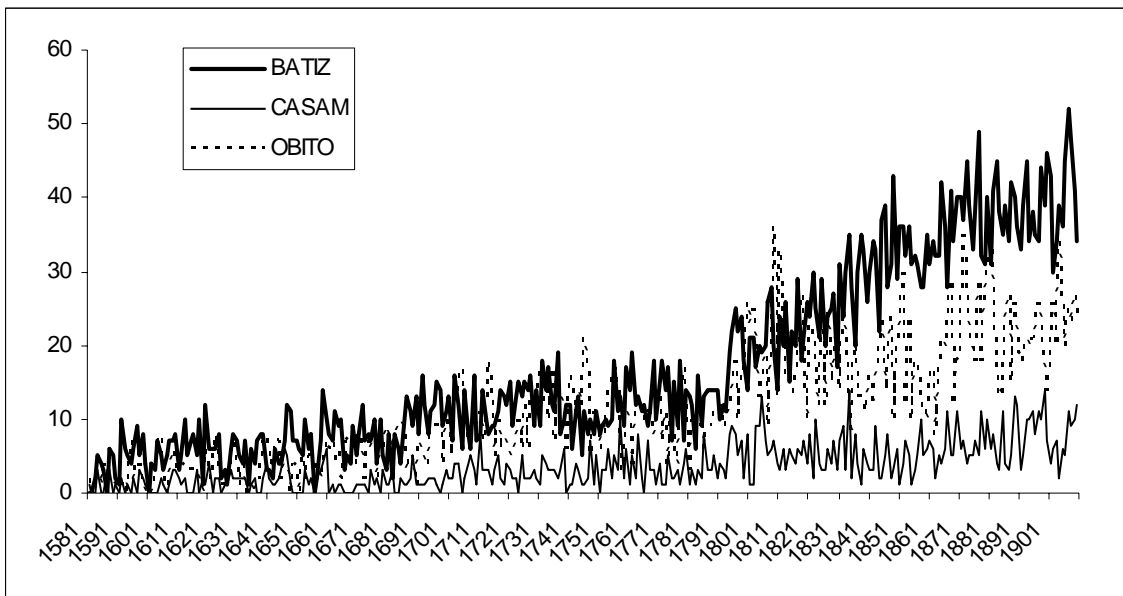
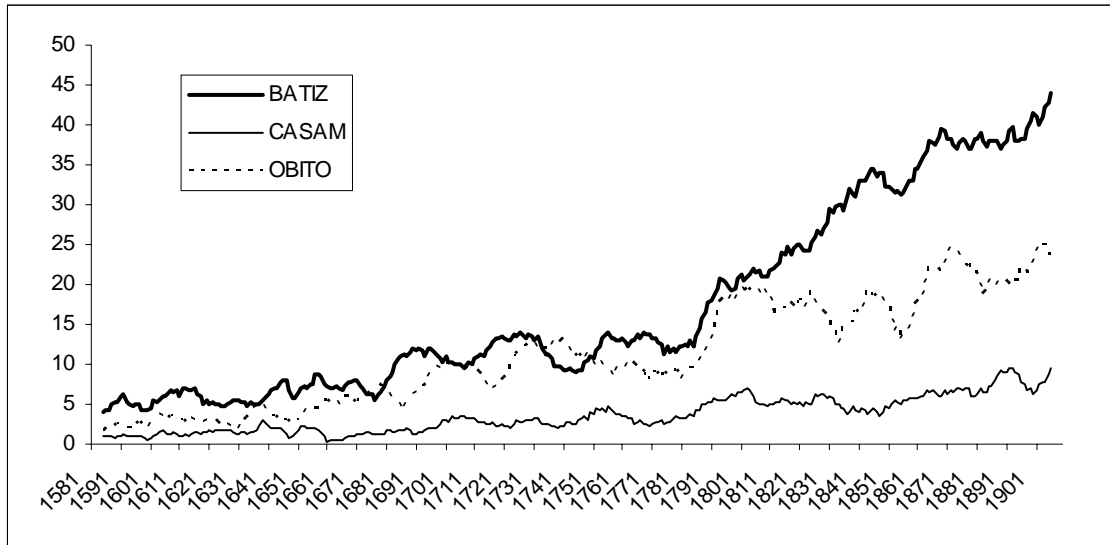


GRÁFICO 22
MOVIMENTO GERAL DA POPULAÇÃO
MÉDIAS MÓVEIS DE NOVE ANOS



Conclusão

O nosso estudo começou a ser escrito há cerca de três anos, chegar ao fim é para nós uma espécie de milagre, que agradecemos. A nossa investigação insere-se num projecto de estudos integrados no âmbito do Neps e pretende contribuir com os resultados encontrados para um conhecimento mais alargado dos comportamentos demográficos portugueses. A comunidade de Santiago de Antas foi estudada ao longo de mais de trezentos anos, numa perspectiva de micro análise demográfica em longa duração. Esta análise traduz apenas os comportamentos demográficos da comunidade que nos serviu de objecto de estudo. A metodologia utilizada foi a da reconstituição de paróquias, que nos permitiu a comparação de resultados com outros estudos já nossos conhecidos. As nossas fontes privilegiadas foram os livros de registo de nascimento, casamentos e óbitos. O grande volume de informação desta investigação, foi objecto de tratamento micro informático que nos permitiu rentabilizar o nosso tempo e formular ensaios e periodizações, com o objectivo de apurarmos os resultados necessários para o estudo dos comportamentos demográficos. Não resistimos ao longo do nosso trabalho fazer algumas correcções à medida que os indicadores demográficos nos davam novas pistas.

Na análise demográfica começamos pelo estudo da nupcialidade. A nupcialidade foi em grande parte responsável, pela reprodução biológica das populações, influenciando de forma decisiva nos comportamentos demográficos da comunidade. A idade dos nubentes mais jovens que realizaram o casamento nesta comunidade, foi de quatorze anos para os homens e doze anos para as mulheres. A idade média de acesso ao primeiro casamento funcionou como forma de equilíbrio nas sucessivas gerações, ao adaptar o período fecundo da mulher às exigências demográficas da população. O

casamento tardio e restrito foi dominante em Santiago de Antas. Em análise transversal a idade média ao primeiro casamento para as gerações nascidas entre 1630 até 1909, são mais elevadas no sexo masculino que no sexo feminino, à exceção do período entre 1800 - 1849, em que as mulheres com 27.6 anos pela primeira vez em toda a observação, casaram com idade média superior aos homens, 27.0 anos. A partir de 1850, que a idade média ao casamento vai diminuindo significativamente em ambos os sexos para no período entre 1880 e 1909, a mulher atingir a idade média mais baixa toda a observação, 25 anos. As idades médias elevadas ao primeiro casamento são uma constante em todas as observações realizadas sobre a comunidade em estudo e em comparação com as paróquias rurais do Minho nos períodos considerados, constatamos que as idades médias ao primeiro casamento dificilmente se posicionaram abaixo dos 25 anos. Em estudo recente comparativo Maria Norberta Amorim entre diversas paróquias estudadas sobre a região do Minho, afirma que para os séculos XVII e XVIII “uma média elevada ao primeiro casamento é uma constante em todas as observações sobre o Minho” Nas paróquias rurais, verificou que todas as médias ao primeiro casamento são sempre superiores a 25 anos. Santiago de Antas relativamente à idade média ao primeiro casamento, apresenta valores compatíveis com o regime demográfico do Antigo Regime, com idades médias elevadas em ambos os sexos. Homens e mulheres ascendem de facto nesta comunidade do noroeste português, tardiamente ao matrimónio. Os homens e mulheres desta comunidade contraíram matrimónio dentro do mesmo grupo de idades com alguma frequência, embora se destaquem os casamentos de homens mais velhos com mulheres mais jovens. No acesso ao casamento como seria de esperar, a população era maioritariamente solteira. Os viúvos tiveram poucas probabilidades de casar segunda vez, com um mercado matrimonial ainda mais desfavorável às mulheres viúvas. As viúvas são muito pouco receptivas a um novo

casamento com percentagens de recasamento que variam entre 0.8% e 7.6% . Os viúvos recasaram com maior frequência, entre os 8.9% e 17.5% . Homens e mulheres dos quais conhecemos a idade ao casamento, fizeram - no em idades tardias, com idade média de 35.9 anos para os homens e de 39.8, para as mulheres. A opção de não casar parece ter sido comum a muitas comunidades, embora com diferentes índices de celibato definitivo de região para região em ambos os sexos. O celibato definitivo encontrou em Santiago de Antas níveis elevados, com níveis médios de 33.8% para o sexo feminino e 12% para o sexo masculino para toda a observação. Por escolha própria ou por circunstâncias, grande número de mulheres e homens permaneceram solteiros até ao final das suas vidas, com predomínio para o sexo feminino. Num contexto de nupcialidade restrita, onde o acesso ao casamento era difícil, registamos para toda a observação, 14.7% de mulheres solteiras, com filhos ilegítimos, que contraíram matrimónio. As mulheres que casaram em Santiago de Antas, 59.6% eram naturais da paróquia, o mesmo não sucedeu com os homens que só 33.4%, optaram por realizar o seu matrimónio na terra da sua naturalidade.

Nas sociedades de Antigo Regime, a fecundidade é assumida como natural ou muito próxima do natural, no entanto a existência de diferentes comportamentos sociais podem controlar as concepções e modificar o crescimento populacional de uma comunidade. Apesar de mudanças estruturais importantes a nível da sociedade, estas não alteraram significativamente determinados padrões de comportamento. A fecundidade é outro dos indicadores demográficos tratado nesta investigação. Santiago de Antas apresenta um número de filhos por família que varia em média entre os 3.6 filhos até 1750 e 3.4 filhos de 1750 a 1879. Se consideramos somente as famílias fecundas a média aumenta para os 4 filhos até 1750 e 4.3 filhos de 1750 a 1879. A relação de masculinidade à nascença para todo o período de observação entre 1581 -

1910, era de 107,0, ou seja em cada 107 homens nascidos nasciam 100 mulheres. No que respeita aos comportamentos reprodutivos, os casais evidenciaram uma maior fecundidade nos primeiros grupos de idade dos 15 aos 24 anos. As mulheres antes dos 20 anos, não apresentaram nenhum caso de esterilidade. No total de todas observações, o número de famílias estéreis são 20.9%. A duração das uniões foi de primordial importância para analisarmos a capacidade reprodutiva dos casais, no sentido em que morte ou a ausência de um dos conjugues em idade reprodutiva do casal, influenciava a fecundidade e a dimensão de cada família. A duração média das uniões até 1749 era de 27.6 anos e até 1879 de 26.8 anos. Durante o Antigo Regime, a sexualidade tinha unicamente a função exclusiva da procriação dentro do casamento, mas sabemos de antemão, que nunca foi assim. A ilegitimidade foi uma constante nesta comunidade, fruto de relações naturais entre solteiros, adúlteras entre casados, espúrias violando votos de celibato e incestuosas as quais implicavam laços de consanguinidade próximos. Os níveis de ilegitimidades são de 11.5% e 12.1% entre 1581 - 1879 e entre 1880 e 1910, 8.6%. A nossa comunidade para todo o período de observação entre 1581 - 1910, apresenta um índice de ilegitimidade de 10.7%. Será que uma maior pressão social em relação à ilegitimidade se fez sentir em Santiago de Antas, na viragem do século? Não foi costume em Santiago de Antas a exposição de crianças, o fenómeno assumiu pouca relevância no contexto demográfico das populações. Os níveis de exposição encontrados variam entre os 0.1% e os 3.3%. Só nos aparecem, com alguma relevância no período de 1750 - 89, com 3.3%, de crianças expostas ou abandonadas. A grande maioria das mães dos filhos ilegítimos, como seria de esperar, são na sua maioria solteiras, com 97.3%, seguido das viúvas, 1.7%, e das casadas com 1%. A idade média das mães solteiras ao nascimento do primeiro filho, são inferiores à idade média das mães, que conceberam o primeiro filho legítimo. É notável a observação entre a idade

média ao nascimento do primeiro filho ilegítimo e a idade média das mulheres ao primeiro casamento, pois a incidência da ilegitimidade surge em mulheres com idades médias inferiores à das mulheres que tiveram acesso ao casamento. As mães solteiras que tiveram filhos ilegítimos são na sua maioria naturais de Santiago de Antas, 50.7 % eram naturais da paróquia, 34.2% do concelho, 9.7% originárias de diversas comunidades de fora do concelho e 5.4 % enjeitadas ou expostas

A mortalidade é outro dos indicadores privilegiados na nossa investigação. Na sua observação em longa duração, constatamos que determinados anos apresentavam níveis elevados de óbitos susceptíveis de introduzir alterações no sistema demográfico da comunidade. Uma conjuntura económica pouco estável, com períodos de fomes e epidemias podem estar relacionadas com as dificuldades de sobrevivência das crianças e dos adultos. Começamos a análise pela mortalidade das crianças e jovens. A mortalidade infantil é definida convencionalmente como a mortalidade no primeiro ano de vida. As crises identificadas são de pequenas dimensões, à excepção da crise do ano 1818, que ultrapassa quatro vezes o número de óbitos da média do respectivo período. A mortalidade do ano 1818, afectou todas as crianças menores, com grande incidência, nos menores de um ano, que tiveram grandes dificuldades em sobreviverem à primeira idade. Apesar de algumas pequenas crises e de uma crise grave no ano de 1818, podemos afirmar que a mortalidade infantil , tendo em conta o longo período de observação, não foi de forma nenhuma penalizadora para os recém nascidos da comunidade. Os quocientes de mortalidade permitem verificar que Santiago de Antas, teve uma mortalidade infantil bastante suave, com uma diminuição da mortalidade para as gerações nascidas partir de 1880. As crianças do sexo masculino estiveram mais expostas à morte que as do sexo feminino. Na observação da mortalidade das crianças menores de sete anos, constamos alguns períodos com dificuldades de sobrevivência,

com diversos anos de pequenas crises de mortalidade, coincidentes com os da mortalidade infantil. O ano de 1904, foi atingido por uma crise grave de mortalidade. A observação dos quocientes de mortalidade infanto - juvenil, incidiu sobre os comportamentos da mortalidade nas crianças e jovens até aos 14 anos, nos quais constamos uma mortalidade pouco gravosa em Santiago de Antas. Os quocientes de mortalidade infanto - juvenil demonstraram que a mortalidade foi mais gravosa para as crianças nos três primeiros anos de vida. Os jovens com idades entre os oito e os quatorze anos, foram pouco penalizados pela morte, com quocientes de mortalidade entre oito e vinte e duas crianças em mil nascidas. Nestas idades, os jovens tiveram maior poder de resistência às doenças e epidemias e estiveram menos expostos às probabilidades de contágios diversos. A mortalidade adulta, teve nos anos de 1623 e 1629 períodos de menor sobrevivência. Os estudos demográficos até agora realizados, só pontualmente indicam as causas de mortalidade que estiveram na origem das sobremortalidade nas diversas comunidades, pelo que se tornou muito limitado o conhecimento da difusão das diferentes crises e os dos seus efeitos demográficos nas diversas comunidades. A mortalidade geral de Santiago de Antas, evidenciou para todos os indivíduos uma menor sobrevivência nos anos de 1809, 1811, 1904 e 1905, com crises graves de mortalidade.

Santiago de Antas apresenta elevados níveis de sobrevivência, sendo sempre mais favoráveis ao sexo masculino do que ao feminino. As mulheres morrem primeiro, os homens prolongam mais a sua vida entre um a cinco anos. A esperança de vida à nascença era de 54 anos para os homens e de 51 anos para as mulheres um pouco superior às comunidades do Minho já estudadas e inferior às comunidades da ilha do Pico nos Açores. Factores genéticos com uma mortalidade suave, seriam responsáveis pela alta esperança de vida em Santiago de Antas?

O último indicador objecto de estudo foi a aproximação à mobilidade: Esta variável teve muita influência na evolução demográfica das populações. A mobilidade para o exterior atraiu ambos os sexos, mas a sua incidência foi mais forte nas gerações masculinas com 51.1% de saídas, do que nas gerações femininas com 47.2%. O estudo de aproximação da mobilidade foi realizado com base nos livros de registos paroquiais.

O fluxo migratório interno constatado a partir dos registos de óbitos, deslocou-se para os centros urbanos, com predominância para a cidade de Lisboa. Na mobilidade de longa distância, no nosso caso transatlântica, o destino de todos os emigrantes era o Brasil, com grande incidência nas regiões do Rio de Janeiro, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Os emigrantes eram indivíduos maioritariamente jovens exclusivamente do sexo masculino e maioritariamente com idades entre os dez e os treze anos. A emigração feminina era pouco significativa, quase sempre, mulheres solteiras jovens ou crianças, que acompanhavam o agregado familiar para o Brasil. Uma das questões pertinentes desta emigração, é que a mesma nos parece organizada, porque nos livros de registo de pedidos de passaportes nos aparecem o nome dos presumíveis emigrantes e o nome do seu abonador, tudo indicando que este servia também de intermediário nas redes de emigração. Os locais de embarque eram o porto de Leixões e o porto de Lisboa. A emigração para o Brasil atraiu indivíduos de todos os extractos sociais.

È possível concluir que em Santiago de Antas encontramos tendências comuns e outras divergentes, com diversas comunidades estudadas. O estudo dos comportamentos demográficos da comunidade de Santiago Antas revelaram características específicas da sua população, mesmo em relação a comunidades da mesma área geográfica, mas não deixou de uma forma geral se enquadrar nos modelos existentes já estudados para a região do Minho. Esta investigação não deverá ser dada como encerrada, mas entendida como percursora na análise dos comportamentos demográficos da comunidade, abrindo

perspectivas e novos caminhos para períodos de transição demográfica que importa estudar até aos nossos dias.

Fontes e Bibliografia

1. Fontes manuscritas

Arquivo Distrital de Braga

Livros de registos paroquiais de Santiago de Antas

Livro Misto N.º 1 (Nascimentos 1583 – 1639; Casamentos 1581 – 1639; Óbitos 1581- 1639)

Livro Misto N.º 2 (Nascimentos 1640 – 1686; Casamentos 1640 – 1686; Óbitos 1639 - 1686)

Livro Misto N.º 3 (Nascimentos 1686 – 1723; Casamentos 1687 – 1729; Óbitos 1687- 1732)

Livro Misto N.º 4 (Nascimentos 1723 – 1775; Casamentos 1730 – 1759)

Livro Nascimentos N.º 1 (Nascimentos 1583 – 1639; Casamentos 1581 – 1639; Óbitos 1581- 1639)

Livro Nascimentos N.º 1 (Nascimentos 1776 – 1849)

Livro Nascimentos N.º 2 (Nascimentos 1849 – 1870)

Livro Nascimentos N.º 3 (Nascimentos 1870 – 1875)

Livro Nascimentos N.º 4 (Nascimentos 1875 – 1878)

Livro Nascimentos N.º 5 (Nascimentos 1878 – 1883)

Livro Nascimentos N.º 6 (Nascimentos 1883 – 1887)

Livro Nascimentos N.º 7 (Nascimentos 1887 – 1890)

Livro Casamentos N.º 1 (Casamentos 1759 – 1874)

Livro Casamentos N.º 2 (Casamentos 1875 – 1879)

Livro Casamentos N.º 3 (Casamentos 1879 – 1885)

Livro Casamentos N.º 4 (Casamentos 1886 – 1890)

Livro Óbitos N.º 1 (Óbitos 1732 – 1831)

Livro Óbitos N.º 2 (Óbitos 1831 – 1881)

Livro Óbitos N.º 3 (Óbitos 1882 – 1887)

Livro Óbitos N.º 4 (Óbitos 1887 – 1891)

Pasta 62 (Duplicados) Nascimentos 1890 – 1893; Casamentos 1890 – 1893; Óbitos 1891 – 1893).

Pasta 63 (Duplicados) Nascimentos 1894 – 1898; Casamentos 1894 – 1898; Óbitos 1894 – 1898).

Pasta 64 (Duplicados) Nascimentos 1899 – 1910; Casamentos 1899 – 1910; Óbitos 1899 – 1910).

Cartas Geográficas do Concelho

Cartas de levantamento Aerofogramétrico 1:25000,1:50000 e 1:100000.

Cartas militares 1:25000 N.º 83 e 84.

Arquivo Municipal de Vila Nova de Famalicão

Livro de Registo de Pedidos de Passaporte para o Brasil: 1867 – 1895.

Livro de Reconhecimentos Notariais da Emigração de Vila Nova de Famalicão para o Brasil.

Inventário dos livros de registo paroquial, ST 30, doc.569 de 1886.

Licenças de baptismo e de matrimónio, St, doc. 309 a 664, 1832 a 1898.

Limites da paróquia, Certidão do Título dos, ST 33, doc. 266 de 1804.

Título dos fregueses viúvos das freguesias de Antas e Calendário e das suas obrigações, ST, doc.209 de 1785.

Tombo e registo dos casais (L.º do) de 1555.

Visitações pastorais (L.º das) de 1552.

Arquivo Nacional Torre do Tombo

Cardoso, Luís, Dicionário Geográfico de Portugal, Manuscrito, A.N.T.T., Tomo I, fl.501, de 1747.

2. Fontes Impressas

Constituições Synodais do Arcebispado de Braga, ordenadas pelo cardeal Infante D. Henrique (...) impressas em Lisboa, em 1538.

Constituições Synodais do Arcebispado de Braga, ordenadas pelo Arcebispo D. Sebastião de Matos e Noronha (...) impressas em Lisboa, em 1639.

Constituições Synodais do Arcebispado de Braga, Lisboa, Officina de Miguel Deslandes, 1697.

Censo no 1º de Janeiro de 1864, Estatística de Portugal, População, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868.

Censo no 1º de Janeiro de 1878, Estatística de Portugal, População, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881.

Censo no 1º Dezembro de 1890, Estatística de Portugal, População, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896 - 1900.

Censo no 1º de Dezembro de 1900, Estatística de Portugal, População, Lisboa, Imprensa Nacional, 1900 - 1906.

Censo da População de Portugal no 1º de Dezembro de 1911, Estatística de Portugal, Lisboa, Imprensa Nacional, 1914.

Censo da População de Portugal de 1920, Lisboa, Imprensa Nacional, Dezembro, 1923.

Censo da População de Portugal de 1930, Lisboa, Imprensa Nacional, Dezembro,1933.

Recenseamento Geral da População de 1940, Lisboa, Imprensa Nacional, Dezembro,1943.

Recenseamento Geral da População de 1950, Lisboa, Lisboa Tipografia Portuguesa Lda., 1952.

Recenseamento Geral da População de 1960, Lisboa, Imprensa Nacional, Dezembro, 1963.

Recenseamento Geral da População de 1970, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Setembro,1973.

Recenseamento Geral da População de 1981, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Junho,1984.

Recenseamento Geral da População de 1991, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Região Norte, Outubro,1993.

Resultados Preliminares do Recenseamento Geral da População de 2001, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, Região Norte, 2002.

Subsídios para a história da Estatística em Portugal. I Cadastro do Reino 1801/12, II Taboas Topográficas e Estatísticas, 1801, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 1945, s/p.

3.Bibliografia

Alves, Jorge Fernandes, *Uma comunidade rural do Vale do Ave. S.Tiago de Bougado: 1650 – 1849* (Estudo demográfico), Porto, Faculdade de letras, 1986. Policopiado.

Alves, Jorge Fernandes, *Os Brasileiros. Emigração e retorno no Porto Oitocentista*, Porto, Ed. Autor, 1994.

- Alves, Jorge Fernandes, « *Emigração portuguesa: o exemplo do Porto nos meados do séc. XIX* » in Revista de História, Vol. IX, Porto, Centro de História da Universidade do Porto, 1989, pp.267 – 289.
- Alves, Jorge Fernandes (coord.) , *Os brasileiros da Emigração*, Col. Cadernos Museu Bernardino Machado, Ed. Câmara Municipal de V.N.Famalicão, Famalicão, 1998.
- Almeida, Carlos Alberto Ferreira de, “ *A paróquia e o seu território*” in Cadernos do Noroeste. Sociedade, Espaço, Cultura., Braga, Universidade do Minho, Inaugural, pp.113 – 130.
- Amorim, Maria Norberta, *Rebordões e sua população nos séculos XVII e XVIII. Estudo demográfico*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1973.
- Amorim, Maria Norberta, *Método de exploração dos livros de registos paroquiais e Cardanha e a sua população de 1573 a 1800*, Lisboa, Centro de Estudos Demográficos, I.N.E., 1980.
- Amorim, Maria Norberta,« *Demografia Histórica. Fontes e métodos manuais de reconstituição de famílias* » in Revista do Centro de Estudos Demográficos, Lisboa, 1981 / 82.
- Amorim, Maria Norberta, *Exploração dos livros de registos paroquiais e reconstituição de famílias*, Guimarães, Ed. Autor, 1982.
- Amorim, Maria Norberta, *Exploração de róis de confessado numa paróquia de Guimarães*, Guimarães, Ed. Autor, 1982.
- Amorim, Maria Norberta, “*Comportamentos demográficos do Norte de Portugal durante o Antigo Regime*”, in *Boletim de la Asociación de Demografía Histórica*,. Madrid, Julho, 1984.
- Amorim, Maria Norberta, “*Pedro de Poiares de 1561 a 1830*”. in Brigantia, Bragança,1983/84.
- Amorim, Maria Norberta, *Guimarães 1518 – 1819. Estudo demográfico*. Lisboa, I.N.I.C., 1987.
- Amorim, Maria Norberta,« *Perspectivas da aplicação da metodologia da Demografia Histórica no estudo das populações* », in Cadernos do Noroeste, N.º 1 e 2, Universidade do Minho, Braga, 1990.
- Amorim, Maria Norberta, “*Demografia Histórica (Antigo Regime)*” in Ler História, n.º 21 pp.72 - 78, 1991.

- Amorim, Maria Norberta, “*Emigração – Uma variável influente*” in *Ler História*, n.º 22 pp.3 - 14, 1991.
- Amorim, Maria Norberta, “*Uma metodologia de Reconstituição de paróquias desenvolvida sobre registos portugueses*””, in *Boletim de la Asociación de Demografia Histórica*,.IX-1, Madrid, 1991.
- Amorim, Maria Norberta, *Uma metodologia de reconstituição de paróquias*. Braga, Universidade do Minho, 1991.
- Amorim, Maria Norberta, *Evolução demográfica de três paróquias do Sul do Pico, 1680 – 1980*, Braga, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 1992.
- Amorim, Maria Norberta, *Informatização normalizada de arquivos. Reconstituição de paróquias e história das populações. Um projecto interdisciplinar*, Universidade do Minho, Guimarães, 1995.
- Amorim, Maria Norberta, “*Reconstituição de paróquias e análise demográfica – estudo comparativo de gerações nascidas em duas paróquias periféricas de Portugal entre 1680 .- 1850*”in Reher, David (coord.). *Reconstituição de famílias e outros métodos microanalíticos para a história das populações*, Actas do III Congresso da ADEH, Vol. I, Porto, Afrontamento, pp. 35 – 64, 1995.
- Amorim, Maria Norberta, “*A diversidade de comportamentos no Portugal de Antigo Regime*” in *População e Sociedade*, n.º 3, pp.137 - 149, 1997.
- Amorim, Maria Norberta, “ *O Minho: comportamentos demográficos através da informação paroquial*” in *Ler História*, n.º 36, pp.9 - 43, 1999.
- Amorim, Maria Norberta, « *Uma população à procura do equilíbrio, o Baixo Minho no Antigo Regime* ».Guimarães, Neps, Universidade do Minho, caderno policopiado, s.d.
- Amorim, Maria Norberta, « *Fecundidade legítima em longa duração, a especificidade de comportamentos no Baixo Minho, 1680 - 1980* » Guimarães, Neps, Universidade do Minho, caderno policopiado, s.d..
- Amorim, Maria Norberta, « *Ribeiras do Pico*» Finais do séc. XVII a finais do séc. XIX Microanálise da evolução demográfica, Guimarães, Cadernos do Neps, Universidade do Minho, 2001.
- Araújo, Maria Marta Lobo de, *O Pico de Regalados e a sua população, 1554 – 1979*, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Dissertação de Mestrado, 1992.

- Ariès, Philipe, Duby, Georges, *História da vida privada*, 5 vols., Porto, Edições Afrontamento, 1989/91.
- Azevedo, Carlos Moreira, (Dir.) *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, de A-V, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000/01.
- Azevedo, Carlos Moreira,(Dir.) *História Religiosa de Portugal*, 2 vols., Lisboa, Círculo de Leitores, 2000.
- Bandeira, Mário Leston, *Demografia e Modernidade. Família e transição demográfica em Portugal*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa,1996.
- Baptista, J. M. *Corografia Moderna do Reino de Portugal*, Lisboa, Tipografia da Academia Real das Ciências, Vol. II, 1885.
- Barbosa, Maria Cecília Ribeiro Azevedo, *Cervães 1645 – 1810. Estudo demográfico.*, Guimarães, Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, 1997.
- Barbosa, Maria Hermínia Vieira, “*Esporões (Braga)1590 – 1709. Um caso de mortalidade*”, Actas do III Congresso da ADEH, Vol. 2 , Porto; Edições Apontamento, pp. 157 – 192.
- Barbosa, Maria Hermínia Vieira, « *Crises de mortalidade em Portugal*» desde meados do séc. XVI até o início do séc. XX, Guimarães, Cadernos do Neps, Universidade do Minho, 2001.
- Bettencourt, Francisco, e Chaudhuri, Kirti, (Dir.) *História da expansão portuguesa*, 5 vols., Lisboa, Círculo de Leitores,1998/9.
- Bideau, Alain, “*Mecanismos auto – reguladores de populações tradicionais*” Marcílio Maria Luiza (org.) *População e Sociedade. Evolução das sociedades pré – industriais*, Petrópolis, Vozes,1984, pp.47 – 68.
- Bourgeois, J.P., « *Marriage, coutume saisonnière*» in *Population*, n.º 4 , 1946, pp. 623 – 642.
- Bourgeois – Pichat, Jean, *A Demografia*, Lisboa, Ed. Bertrand, 1976.
- Branco, Camilo Castelo, *O Cego de Landim*, Lisboa, Liv. Editora, 1923.
- Branco, Camilo Castelo, *Maria Moisés*, Lisboa, Liv. Editora, 1923.
- Branco, Camilo Castelo, *O filho natural*, Lisboa, Liv. Editora, 1923.
- Branco, Camilo Castelo, *O degredado*, Lisboa, Liv. Editora, 1924.
- Branco, Camilo Castelo, *A viúva do enforcado*, Lisboa, Liv. Editora, 1924.
- Branco, Camilo Castelo, *A morgada de Romariz*, Lisboa, Liv. Editora, 1935.
- Branco, Camilo Castelo, *O Comendador*, Lisboa, Liv. Editora, 1935.

- Branco, Camilo Castelo, *A brasileira de Prazins*, Lisboa, Liv. Editora, 1935.
- Brandão, Maria de Fátima, “ *Terra, Herança e Família no Noroeste de Portugal. O caso do mosteiro no séc. XIX*”, Porto, Afrontamento, 1994
- Brandão, Maria de Fátima, “*A morte e a sobrevivência da casa rural num concelho do Noroeste*” in Feijó, Rui e al. (coords.) *A morte no Portugal Contemporâneo*, Lisboa, ED. Querco, 1995, pp. 147 –161.
- Brandão, Maria de Fátima, “ *O mercado na comunidade rural: propriedade, herança e família no Norte de Portugal, 1800 – 1900*” in *Análise Social*, Vol. XXVI; Lisboa, 1995.
- Brandão, Maria de Fátima, « *O bom emigrante a casa torna ?* » in *Emigração/ Imigração em Portugal*, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1993.
- Brettell, Caroline, B, *Homens que partem, mulheres que esperam – consequências da emigração numa freguesia minhota*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1991.
- Brettell, Caroline, B, «*Nupcialidade en un pueblo de la provincia del Miño, 1700 – 1970: una nota de investigación*» in *Boletim de la Asociacion de Demografia Histórica*, n.º 2, pp.2 – 19.
- Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão (Ed.), *Páginas de Vila Nova*, V.N.F., 1987.
- Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão (Ed.), Sousa Fernandes, V.N.F., 1988.
- Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão *Estudos anexos do plano director municipal de V.N. de Famalicão*, s.d., policopiado.
- Capela, José Viriato, *A revolução no Minho de 1864*, Braga, Ed. Governo Civil, 1997, pp. 69 a 73.
- Capela, José Viriato e Pinto, António Joaquim, *Vila Nova nas memórias paroquiais de 1758*, V.N. de Famalicão, Ed. Câmara Municipal de V.N. de Famalicão, 2001.
- Carvalho, Elza Maria Gonçalves Rodrigues, *O espaço rural em Basto (S. Tecla)*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Braga, 1997.
- Chamoux, A. F. « *La femme devant là allaitement*» in *Annales de Démographie Historique*, Edition de L` Ècole de hautes Ètudes en Sciences Sociales, 1993, pp.7 – 21.
- Chaunu, Pierre, *Historie Science Sociale*, Paris, S:E:D:E:S:, 1974.
- Costa, Américo, *Dicionário Chorográfico de Portugal Continental Insular*, Vol. VIII, Ed. Autor, Azurara - Vila do Conde, 1930.

- Costa, António Carvalho, *Chorographia de Portuguesia e descripçam topográfica do famoso reino de Portugal*, 2ª Edição, Braga , Typographia de D. G. Gouvea, 1868.
- Cruz, António, *Geografia e economia da província do Minho nos fins do séc. XVIII*, Porto, Centro de Estudos Humanísticos da Faculdade de Letras, 1970.
- Dupaquier, Jacques, *La population française aux XVIIe et XVIII siècles*, Paris , P.U.F., 1979.
- Dupaquier, Jacques, *La population rurale du Bassin Parisien à l` époque de louis XIV*, Paris, E.H.E.S.S., 1984.
- Dupaquier, Jacques, *Pour la Démographie Historique*, Paris , P.U.F., 1984.
- Durães, Margarida, “ *A casa rural minhota: papel e significado no contexto hereditário nos séculos XVIII e XIX*” in Cadernos do Noroeste, Vol.1, n.º1. 1987, pp.81 –93.
- Durães, Margarida, “ *Herdeiros e não herdeiros; nupcialidade e celibato no contexto da propriedade enfiteuta*” in Revista de História Económica e Social, n.º 21. 1987, pp. 47 - 56.
- Durães, Margarida, “ *Breve história da formação de um município liberal, em 1835*” in Boletim Cultural da Câmara de V.N. de Famalicão, n.º 1, 1980, pp.13 a 25.
- Evangelista, J., *Um século de população portuguesa (1864 – 1960)*, Lisboa, Centro de Estudos Demográficos, 1971.
- Faria, Inês Martins, *Santo André de Barcelinhos. O difícil equilíbrio de uma população (1606 – 1910)*, Guimarães, Universidade do Minho, Neps, N.º 1, 1998.
- Feijó, Rui et al., *A morte no Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Editorial Querco, 1985.
- Feijó, Rui; Nunes, João Arriscado, « Continuidade e mudança: o Minho em perspectiva histórico – sociológica » in Cadernos do Noroeste. Sociedade, espaço e cultura. *Minho Terras e gentes*, Braga, Universidade do Minho, Inaugural, 1986, pp. 9 – 19.
- Ferro, João Pedro, *A população portuguesa no final do antigo Regime (1750 – 1815)*, Lisboa, Editorial Presença, 1995.
- Fleury, Michel e Henry, Louis, *Nouveaux manuel de dépouillement et d` exploitation de l`état civil ancien*, 2ª Edição, Paris, ED. INED, 1976.
- Flinn, Michael W., « *Sistemas familiares e padrões demográficos em Portugal* » in Ler História, N.º 3, 1984.
- Flinn, Michael W., *El sistema demográfico europeo,(1500 – 1820)*, Barcelona, Editorial Crítica, 1989.

- Fonte, Teodoro Afonso da, “*Conjuntura económica e comportamento demográfico. O preço dos cereais e o abandono de crianças em Ponte de Lima (1675 – 1874)*” in Perez Moreda, Vicente (coord) *Expostos e ilegítimos na realidade ibérica do século XVI ao presente*, Actas do III Congresso da ADEH, Vol. III, Porto, Afrontamento, 1996, pp. 187 – 203.
- Fonte, Teodoro Afonso, *O abandono de Crianças em Ponte de Lima (1826 – 1910)*, Câmara Municipal de Ponte de Lima, 1996.
- Foucault, Michel, *Histoire de la sexualité – La volonté de savoir*, Paris, Éditions Gallimard, 1976.
- Freire, Braamcamp, “ Povoação entre Douro e Minho no séc. XVI ” in *Arquivo Histórico Portuguez*, Vol. III, N.º 7 e 8, Lisboa, 1905, pp.269 / 270.
- Ginzburg, Carlo, *A Micro História e outros ensaios*, Lisboa, Difel, 1991.
- Gomes, Maria Palmira Silva, *Estudo Demográfico de Cortegaça (Ovar) 1583 – 1975*, Guimarães, Universidade do Minho, Neps, 1998.
- Henry, Louis, *Manuel de Demographie Historique*, Gêneve – Paris, Liv. Droz, 1970.
- Henry, Louis, *Demografia*, Barcelona, Labor Universitária, 1976.
- Henry, Louis, *Técnicas de análise em demografia histórica*, Lisboa, Gradiva, 1988.
- Janeiro, José Adriano Guerra, *Gerações sacrificadas. A população e a sociedade de S. Tiago de Lordelo (séculos XVII a XX)*. Dissertação de Mestrado, apresentada à Universidade do Minho, Braga, Instituto de Ciências Sociais, 1997.
- Joaquim, Teresa, *Dar à luz, ensaio sobre práticas e crenças de gravidez, parto e pós – parto em Portugal*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1983.
- Lages, José Manuel Silva, *A confraria de Nossa Senhora do Carmo, a sua influência no Vale do Este e o papel dos “Brasileiros”*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Minho, Braga Instituto de Ciências Sociais, 1988.
- Laslett, Peter, *O mundo que nós perdemos*, Lisboa, Edições Cosmos, 1975.
- Leal, Augusto Soares Pinho “ Portugal Antigo e Moderno” *Dicionário de todas as cidades, vilas e freguesias de Portugal*, Lisboa, Livraria Mattos Moreira e Companhia, 1873, pp. 220 / 221.
- Livi Bacci, Massimo, “ *Crises de mortalidade: definição, método de cálculo, análise das consequências*” in Marcílio, Maria Luiza (org.). *População e sociedade. Evolução das sociedades pré – industriais*, Petrópolis, Vozes, 1984, pp. 69 – 109.
- Livi Bacci, Massimo, (coord.) “ *Modelos regionales de la transición demográfica em España e Portugal*, Alicante, Instituto Juan Gil, - Albert, 1991.

- Machado, Helena Cristina Ferreira “ *Mães solteiras – uma abordagem geral*” in Boletim da ADEH, XVI – 1, 1988, pp. 80 – 95.
- Machado, Maria Arminda Loureiro, *S. Miguel da Facha, 1710 – 1989. Evolução demográfica de uma paróquia de Ponte de Lima*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Minho, Braga, Instituto de Ciências Sociais, 1995.
- Maia, Rui Leandro, *S. Miguel de Barreiros e a sua população, 1700 – 1925. Estudo demográfico*, Porto, Ed. Universidade Fernando Pessoa, 1996.
- Mattoso, José, (Dir.) *História de Portugal*, 8 vols., Lisboa, Círculo de Leitores, 1992/94.
- Marques, José, *A arquidiocese de Braga no séc. XV*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1988.
- Marques, A. H. Oliveira, *História de Portugal*, 3 vols., Lisboa, Palas Editores, 1985.
- Mendes, José Amado, “ *O contributo da biografia para o estudo das élites locais: alguns exemplos*” in *Análise Social*, n.º 116 – 117, 1992, pp. 357 – 365.
- Miranda, Fernando da Silva, *Estudo demográfico de Alvito S. Pedro e anexa, 1567 – 1989*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Minho, Braga, Instituto de Ciências Sociais, 1992. Policopiada.
- Moreda, Vicente Perez, *Las crises de mortalidade en la España interior (siglos XVI – XIX)*, Siglo Vientiuno Editores, 1980.
- Nazareth, José Manuel, *Introdução aos métodos quantitativos em Ciências Sociais*, Lisboa, Universidade Nova, 1981.
- Nazareth, José Manuel e Fernando de Sousa, “ *A demografia portuguesa em finais do Antigo Regime*” in *Cadernos da Revista de História Económica e Social*, N.º 4, Lisboa, 1983.
- Nazareth, José Manuel, *Princípios e métodos de análise da demografia portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença, 1988.
- Neves, António Augusto Amaro das, *Filhos das ervas, a ilegitimidade no norte de Guimarães, (séculos XVI e XVIII)*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Minho, Braga, Instituto de Ciências Sociais, 1996. Policopiada.
- O`Neill, Brian Juan, *Proprietários, lavradores e jornaleiros – Desigualdade social numa aldeia transmontana, 1870 – 1978*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1984.
- O`Neill, Brian Juan, “ *Espaços sociais e grupos sociais no Nordeste Transmontano*”; Brito, Joaquim (org.), Lugares daqui, Actas do Seminário Terrenos Portugueses, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1991, pp. 141 – 166.

- Oliveira, César, (Dir.) *História dos Municípios e do poder local*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.
- Paiva, José Pedro de Matos “ *Inquisição e visitas pastorais. Dois mecanismos complementares de controle social?* ” in *Revista de História das Ideias*, n. 11, 1989, pp.85 - 102.
- Pereira, Miriam Halpern, *A política portuguesa de emigração, 1850 – 1930*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1981.
- Pina, Cabral, João de, “ *As mulheres, a maternidade e a posse da terra no Alto Minho*” in *Análise Social*, n.º 80, 1984, pp. 97 – 112.
- Pina, Cabral, João de, “ *Filhos de Adão filhos de Eva – a visão do mundo camponês no Alto Minho*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1989.
- Pinto, António Joaquim Silva, “*O cartório da Igreja De Santiago de Antas*”, In *Boletim Cultural da Câmara Municipal De V.N. de Famalicão*, N.º 4, 1993, pp. 27 – 45.
- Pinto, José António de Faria, *Estudo demográfico de uma paróquia algarvia. Conceição de Tavira (séculos XVIII – XIX)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao I.S.C.T.E., Lisboa, 1996.
- Ribeiro, Orlando, *Portugal , o Mediterrâneo e o Atlântico*, Coimbra , Coimbra Editora, 1945.
- Rodrigues, Henrique Fernandes, *A emigração do Alto Minho, 1835 – 1860 – a miragem do Brasil*, Porto, Faculdade de Letras da U. P.. *Dissertação de Mestrado*, 1991.
- Rowland, Robert “ *Âncora e Montaria , 1827 – Duas freguesias do noroeste de Portugal segundo os livros de registo das Companhias de Ordenanças*” in *Estudos Contemporâneos, Perspectivas sobre o norte de Portugal*, Porto, Studium Generale – Secretaria de estado da Cultura, 1981, pp. 199 – 242.
- Rowland, Robert, *Antropologia, História e Diferença*, Porto, Afrontamento, 1987.
- Rowland, Robert, “*Sistemas matrimoniales en la Península Ibérica (siglos XVI – XIX)*. *Uma perspectiva regional* ”. Pérez Moreda, Vicente; Reher, David (Eds.), *Demografia histórica en España*, Madrid, El Arquero, 1988, pp. 72 – 137.
- Rowland, Robert “ *Microanálise e regimes demográficos* “. *Reconstituição de famílias e outros métodos micro analíticos para a história das populações*, actas do III Congresso da ADEH, Vol. I, Porto, Afrontamento, 1995, pp. 23 – 34.
- Sá , Isabel Guimarães, “*A circulação de crianças na Europa Meridional do séc. XVIII, Casa da Roda do Porto*” in *Boletim de la Asociación de Demografia Histórica*, X, N.º 3, 1992, pp. 115 – 123.

- Sá, Isabel Guimarães, “*Abandono de crianças, ilegitimidade e concepções pré – nupciais em Portugal: estudos recentes e perspectivas*” in *Expostos e ilegítimos na realidade Ibérica do século XVI ao presente. Actas do III Congresso da ADEH*, Vol. 3, Porto, Edições Afrontamento, 1996, pp. 37 – 58.
- Salgado, Padre Benjamim, *Vila Nova entre dois Forais*, Famalicão, Câmara Municipal de V.N. de Famalicão, 1983.
- Salgado, Padre Benjamim, “*O Tombo da Igreja de Santiago de Antas, 1555*”, in *Boletim Cultural da Câmara Municipal de V.N. de Famalicão*, N.º 3, 1992, pp.49 – 62.
- Santos, Carlota Maria, *Santiago de Romariães, comunidade rural do Alto Minho: sociedade e demografia (1640 – 1872)*, Guimarães, Neps, Universidade do Minho, 1999.
- Santos, Joaquim Ribeiro dos, “*Os Marcos Miliários do troço Cale – Bracara da via Olisipo – Bracara no espaço geográfico do concelho de V.N. de Famalicão*” in *Boletim Cultural de V.N. de Famalicão*, N.º2, 1981, pp.49 a 58.
- Santos, Joaquim Ribeiro dos, “*Do românico no Concelho de Vila Nova de Famalicão*” in *Boletim Cultural de V.N. de Famalicão*, N.º 3, 1982, pp. 27 a 41.
- Scott, Ana Sílvia, “*Reconstituição de famílias e reconstituição de paróquias, uma comparação metodológica*”, in Reher, David (Org.), *Reconstituição de famílias e outros métodos microanalíticos para a história das populações*, Actas do III Congresso da ADEH, Vol.1, Porto, Edições Afrontamento, 1995, pp. 89 – 100.
- Scott, Ana Sílvia, *Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português (séculos XVIII e XIX)*, Guimarães, Neps, Universidade do Minho, 1999.
- Scott, Ana Sílvia, “*O avesso e o direito: concubinato e casamento numa comunidade rural do noroeste português*” comunicação apresentada ao Congresso Internacional de População, V Congresso da ADEH, Logronho, 1998.
- Serrão, Joel (Org.) *Dicionário de História de Portugal*, 6 Vols., Porto, Livraria Figueirinhas, 1979.
- Serrão, Joel, *A emigração portuguesa*, 2ª Edição, Lisboa, Livros Horizonte, 1997.
- Serrão, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, 13 vols., 3ªEd., Lisboa, Verbo, 1979/97.
- Serrão, Joaquim Veríssimo, (Introd.) *A população de Portugal em 1798. O censo de Pina Manique*. Paris, Fundação Calouste de Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1970.

- Silveira, Luís, *Território e poder. Nas origens do Estado Contemporâneo em Portugal*, Cascais, Patrimónia, 1997.
- Soares, Franquelim Neiva, *Monografia de S. Pedro de Esmeriz*, Famalicão, Ed. Câmara Municipal de V.N. de Famalicão, 1987.
- Soares, Franquelim Neiva, *A Arquidiocese de Braga no séc. XVII, sociedade e mentalidades pelas visitas pastorais (1550 – 1700)*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade do Minho, Braga, Instituto de Ciências Sociais, 1993.
- Soares, Franquelim Neiva, “*A reforma católica no concelho de V.N. de Famalicão. Visitas quinhentistas de Santiago de Antas*” in Boletim Cultural da Câmara Municipal de V.N. Famalicão, N.º 15, 1998, pp. 11 – 15.
- Sousa, Fernando de Sousa, “*A população portuguesa nos inícios do séc. XIX* ” in População e Sociedade, N.º 2, Porto, pp. 7 – 75.
- Torgal, Luís Reis, Mendes, José Amado, Catroga, Fernando, *História da História de Portugal, sécs. XIX e XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.
- Vieira, António Martins, “*A paróquia de Antas*” in Boletim Cultural da Câmara Municipal de V.N. Famalicão, N.º 17, 2000, pp. 109 – 130.

Índice

Agradecimentos	2
Introdução	4
Capítulo I	6
Metodologia e Fontes	7
1. A metodologia da reconstituição de paróquias	7
1.1. Tipologia das famílias	11
2. Fontes	12
2.1. Os livros de registo paroquiais	12
2.2. Critica material	14
2.3. Os redactores paroquiais	24
Capítulo II	38
Perspectivas Geográficas, Históricas e Económico – Sociais	39
1. A percepção do espaço	39
2. O Concelho de V. N. de Famalicão	41
2.1. A paróquia de Santiago de Antas	45
2.2. O enquadramento histórico	52
3. A população através dos resultados dos Censos	57
Capítulo III	68
A nupcialidade	69
1. Sazonalidade dos casamentos	71
2. Idade média ao primeiro casamento	76
3. Repartição por grupos de idades ao primeiro casamento	84
5. Estado civil anterior dos nubentes	91
6. Nubentes segundo o estado civil combinado	93
7. Idade média dos viúvos a um novo casamento	94
8. Intervalo entre a viuvez e o posterior casamento	97
9. Celibato definitivo	98
10 - Naturalidade dos nubentes	101
Capítulo IV	105
A Fecundidade	106
1. Sazonalidade dos nascimentos	107
2. Repartição dos nascimentos segundo os sexos	112
3. Taxas de fecundidade legítima por grupos de idade e descendência teórica	114
4. Influência da idade ao casamento nas taxas de fecundidade legítima	118

5- Ausência de filhos segundo a idade ao casamento	121
6. Espaçamentos dos nascimentos	122
6.1. Intervalo protogenésico	122
6.2. Intervalos intergenésicos sucessivos	125
7. Número de filhos nascidos por união	129
8. Duração das uniões	131
9. Distribuição das famílias completas segundo o número de filhos	132
10. Concepções pré – nupciais	133
11. Filiação natural e enjeitados	137
12. Estado civil das mães dos filhos ilegítimos	140
12.1. Idade média das mães solteiras ao nascimento do primeiro filho	142
12.2. Posterior casamento das mães solteiras	143
12.3. Mães com um ou mais filhos ilegítimos	144
10.4. A ilegitimidade segundo a naturalidade das mães solteiras	145
Capítulo V	148
A Mortalidade	149
1.Sazonalidade dos óbitos	150
1.1.Sazonalidade ao óbito menores de um ano	151
1.2.Sazonalidade ao óbito menores de sete anos	154
1.3. Sazonalidade ao óbito maiores de sete anos	156
2. Mortalidade excepcional	158
2.1.Crises de mortalidade dos menores de 1 ano	158
2.2.Crises de mortalidade dos menores de 7 anos	160
2.3.Crises de mortalidade dos maiores de 7 anos	162
2.3.Crises de mortalidade geral	164
3. Mortalidade infantil e infanto – juvenil	165
3.1. Mortalidade infantil	166
3.2. Mortalidade infanto – juvenil	167
3.3. Níveis de sobrevivência	169
4. Esperança de vida à nascença	171
Capítulo VI	180
Aproximação à mobilidade	181
1. Aproximação aos movimentos migratórios	181
2. Aproximação aos movimentos migratórios através dos pedidos de passaportes	185
Capítulo VII	190
Aspectos globais da demografia em Santiago de Antas	191

1. O movimento dos batizados	191
2. O movimento dos casamentos	193
3. O movimento dos óbitos	195
4. O movimento geral da população	197
Conclusão	Error! Bookmark not defined.
Fontes e Bibliografia	209
1. Fontes manuscritas	209
2. Fontes Impressas	211
3. Bibliografia	212

Índice de Quadros

- QUADRO 1 LIVROS DE REGISTOS PAROQUIAIS DE SANTIAGO DE ANTAS 1581 – 1910 **Error! Bookmark not defined.**
- QUADRO 2 REDACTORES DOS LIVROS PAROQUIAIS DE SANTIAGO DE ANTAS 1581 – 1910
_____ **Error! Bookmark not defined.**
- QUADRO 3 CARGOS DESEMPENHADOS PELOS ABADES DE SANTIAGO DE ANTAS **Error! Bookmark not defined.**
- QUADRO 4 RECOMENDAÇÕES DOS VISITADORES _____ **Error! Bookmark not defined.**
- QUADRO 5 LUGARES DA PARÓQUIA DE SANTIAGO DE ANTAS 1581 – 1910 **Error! Bookmark not defined.**
- QUADRO 6 POPULAÇÃO DISTRIBUÍDA POR NÚCLEOS HABITACIONAIS **Error! Bookmark not defined.**
- QUADRO 7 SANTIAGO DE ANTAS NOS CENSOS DE 1864 – 1890 – 1911 **Error! Bookmark not defined.**
- QUADRO 8 CENSOS DE SANTIAGO DE ANTAS DE 1864 -2001 ____ **Error! Bookmark not defined.**
- QUADRO 9 ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SANTIAGO DE ANTAS **Error! Bookmark not defined.**
- QUADRO 10 SAZONALIDADE DOS CASAMENTOS _____ **Error! Bookmark not defined.**
- QUADRO 11 IDADE MÉDIA AO 1º CASAMENTO (OBSERVAÇÃO LONGITUDINAL) **Error! Bookmark not defined.**
- QUADRO 12 IDADE MÉDIA AO 1º CASAMENTO (OBSERVAÇÃO TRANSVERSAL) **Error! Bookmark not defined.**
- QUADRO 13 IDADE MÉDIA AO 1º CASAMENTO COMPARAÇÃO ENTRE PARÓQUIAS
RURAS DO MINHO XVII a XX _____ **Error! Bookmark not defined.**
- QUADRO 14 REPARTIÇÃO POR GRUPOS DE IDADE AO 1º CASAMENTO (SEXO FEMININO)
% _____ **Error! Bookmark not defined.**
- QUADRO 15 REPARTIÇÃO POR GRUPOS DE IDADE AO 1º CASAMENTO (SEXO MASCULINO
) % _____ **Error! Bookmark not defined.**
- QUADRO 16 IDADES COMBINADAS DOS NUBENTES CELIBATÁRIOS (GRUPOS DE IDADE)
% _____ **Error! Bookmark not defined.**
- QUADRO 17 POSIÇÃO RELATIVA DOS NUBENTES CELIBATÁRIOS POR GRUPOS DE IDADES
_____ **Error! Bookmark not defined.**
- QUADRO 18 ESTADO CIVIL ANTERIOR DOS NUBENTES _____ **Error! Bookmark not defined.**
- QUADRO 19 NUBENTES SEGUNDO O ESTADO CIVIL COMBINADO **Error! Bookmark not defined.**
- QUADRO 20 IDADE MÉDIA DOS VIÚVOS _____ **Error! Bookmark not defined.**
- QUADRO 21 CELIBATO DEFINITIVO (OBSERVAÇÃO TRANSVERSAL) **Error! Bookmark not defined.**
- QUADRO 22 CELIBATO DEFINITIVO (COMPARAÇÃO ENTRE PARÓQUIAS RURAS DO
MINHO XVII a XX) _____ **Error! Bookmark not defined.**
- QUADRO 23 NATURALIDADE DOS NUBENTES % _____ **Error! Bookmark not defined.**
- QUADRO 24 SAZONALIDADE DOS NASCIMENTOS _____ **Error! Bookmark not defined.**
- QUADRO 25 REPARTIÇÃO DOS NASCIMENTOS SEGUNDO O SEXO RELAÇÕES DE
MASCULINIDADE _____ **Error! Bookmark not defined.**
- QUADRO 26 TAXAS DE FECUNDIDADE LEGÍTIMA POR GRUPOS DE IDADE E
DESCENDÊNCIA TEÓRICA (20 AOS 49 ANOS) TODAS AS IDADES DA MULHER (MIL
MULHERES) _____ **Error! Bookmark not defined.**
- QUADRO 27 TAXAS DE FECUNDIDADE LEGÍTIMA COMPARAÇÃO COM PARÓQUIAS
MINHOTAS TODAS AS IDADES DA MULHER (MIL MULHERES) **Error! Bookmark not defined.**
- QUADRO 28 IDADE MÉDIA DA MULHER AO NASCIMENTO DO ÚLTIMO FILHO **Error! Bookmark not defined.**

QUADRO 29 TAXAS DE FECUNDIDADE LEGÍTIMA E IDADE MÉDIA DA MÃE AO NASCIMENTO DO ÚLTIMO FILHO SEGUNDO A IDADE AO CASAMENTO (MIL MULHERES) 1581- 1890 _____ **Error! Bookmark not defined.**

QUADRO 30 AUSÊNCIA DE FILHOS SEGUNDO A IDADE AO CASAMENTO (1580 – 1910) **Error! Bookmark not defined.**

QUADRO 31 INTERVALO PROTOGENÉSICO MÉDIO FAMÍLIAS FECUNDAS (TIPO 1 A 4) **Error! Bookmark not defined.**

QUADRO 32 INTERVALO PROTOGENÉSICO MÉDIO TODAS AS IDADES DA MULHER QUADRO COMPARATIVO COM PARÓQUIAS PORTUGUESAS **Error! Bookmark not defined.**

QUADRO 33 PRIMEIRO INTERVALO INTERGENÉSICO MÉDIO __ **Error! Bookmark not defined.**

QUADRO 34 PRIMEIRO INTERVALO INTERGENÉSICO MÉDIO QUADRO COMPARATIVO COM PARÓQUIAS PORTUGUESAS TODAS AS IDADES DA MULHER **Error! Bookmark not defined.**

QUADRO 35 INTERVALOS INTERGENÉSICOS MÉDIOS SUCESSIVOS EM FAMÍLIAS NUMEROSAS 1581 - 1910 _____ **Error! Bookmark not defined.**

QUADRO 36 INTERVALOS INTERGENÉSICOS MÉDIOS SUCESSIVOS EM FAMÍLIAS NUMEROSAS TODAS AS IDADES DA MULHER _____ **Error! Bookmark not defined.**

QUADRO 37 REPARTIÇÃO DAS FAMÍLIAS SEGUNDO O NÚMERO DE FILHOS **Error! Bookmark not defined.**

QUADRO 38 DESCENDÊNCIA MATRIMONIAL COMPARAÇÃO COM PARÓQUIAS DO CONCELHO (NÚMERO DE FILHOS POR FAMÍLIA) _____ **Error! Bookmark not defined.**

QUADRO 39 DURAÇÃO DAS UNIÕES (ANOS) _____ **Error! Bookmark not defined.**

QUADRO 40 DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS COMPLETAS SEGUNDO O NÚMERO DE FILHOS (TODAS AS IDADES DA MULHER) _____ **Error! Bookmark not defined.**

QUADRO 41 INTERVALOS PROTOGENÉSICOS INFERIORES A OITO MESES **Error! Bookmark not defined.**

QUADRO 42 CONCEPÇÕES PRÉ - NUPCIAIS SEGUNDO A IDADE DA MULHER AO CASAMENTO % _____ **Error! Bookmark not defined.**

QUADRO 43 FILIAÇÃO NATURAL E ENJEITADOS (PERCENTAGENS RELATIVAS AO TOTAL DE NASCIMENTOS) _____ **Error! Bookmark not defined.**

QUADRO 44 FECUNDIDADE ILEGÍTIMA COMPARAÇÃO COM PARÓQUIAS DO CONCELHO _____ **Error! Bookmark not defined.**

QUADRO 45 ESTADO CIVIL DAS MÃES DOS FILHOS ILEGÍTIMOS 1581 – 1910 **Error! Bookmark not defined.**

QUADRO 46 IDADE MÉDIA DAS MÃES SOLTEIRAS AO NASCIMENTO DO PRIMEIRO FILHO _____ **Error! Bookmark not defined.**

QUADRO 47 DISTRIBUIÇÃO POR GRUPOS DE IDADE DAS MÃES SOLTEIRAS AO NASCIMENTO DO PRIMEIRO FILHO CONHECIDO 1581 – 1910 **Error! Bookmark not defined.**

QUADRO 48 MÃES SOLTEIRAS COM DATA DE CASAMENTO 1581 – 1900 **Error! Bookmark not defined.**

QUADRO 49 MÃES SOLTEIRAS COM UM OU MAIS FILHOS ILEGÍTIMOS 1581 – 1900 **Error! Bookmark not defined.**

QUADRO 50 NATURALIDADE DAS MÃES DOS FILHOS ILEGÍTIMOS % **Error! Bookmark not defined.**

QUADRO 51 SAZONALIDADE AO ÓBITO MENORES DE 1 ANO _ **Error! Bookmark not defined.**

QUADRO 52 SAZONALIDADE AO ÓBITO MENORES DE 7 ANOS **Error! Bookmark not defined.**

QUADRO 53 SAZONALIDADE AO ÓBITO MAIORES DE 7 ANOS _ **Error! Bookmark not defined.**

QUADRO 54 MORTALIDADE INFANTIL (MENORES DE 1 ANO) 1800-1908 **Error! Bookmark not defined.**

QUADRO 55 MORTALIDADE INFANTIL E INFANTO – JUVENIL 1800-1899 **Error! Bookmark not defined.**

QUADRO 56 NÍVEIS DE SOBREVIVÊNCIA 1800-1899 _____ **Error! Bookmark not defined.**

QUADRO 57 TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL GERAÇÕES NASCIDAS DE 1795 A 1820 **Error! Bookmark not defined.**

QUADRO 58 ESPERANÇA DE VIDA GERAÇÕES NASCIDAS DE 1795 A 1820 MORTALIDADE
GERAL POR IDADES _____ **Error! Bookmark not defined.**

QUADRO 59 ESPERANÇA DE VIDA GERAÇÕES NASCIDAS DE 1795 A 1820 MORTALIDADE
DOS CASADOS POR GRUPOS DE IDADES _____ **Error! Bookmark not defined.**

QUADRO 60 ESPERANÇA DE VIDA QUADRO COMPARATIVO _ **Error! Bookmark not defined.**

QUADRO 61 NÍVEIS DE MOBILIDADE POR GERAÇÕES (1795 – 1860) **Error! Bookmark not defined.**

QUADRO 62 ÍNDICES DE MOBILIDADE % _____ **Error! Bookmark not defined.**

QUADRO 63 PEDIDOS DE PASSAPORTE DA FREGUESIA DE SANTIAGO DE ANTAS **Error! Bookmark not defined.**

QUADRO 64 IDENTIFICAÇÃO DOS REQUERENTES DE PASSAPORTES PARA O BRASIL
ENTRE 1867 - 1895 _____ **Error! Bookmark not defined.**

Índice de Gráficos

GRÁFICO 1 GRUPOS POR ESTADO CIVIL EM SANTIAGO DE ANTAS _____	62
GRÁFICO 2 EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DE SANTIAGO DE ANTAS _____	64
GRÁFICO 3 A ALFABETIZAÇÃO EM SANTIAGO DE ANTAS _____	67
GRÁFICO 4 SAZONALIDADE DOS CASAMENTOS EVOLUÇÃO DOS COMPORTAMENTOS__	73
GRÁFICO 5 IDADE MÉDIA AO 1º CASAMENTO (OBSERVAÇÃO LONGITUDINAL) _____	78
GRÁFICO 6 IDADE MÉDIA AO 1º CASAMENTO (OBSERVAÇÃO TRANSVERSAL) _____	80
GRÁFICO 7 SAZONALIDADE DOS NASCIMENTOS _____	111
GRÁFICO 8 TAXAS DE FECUNDIDADE LEGÍTIMA POR GRUPOS DE IDADE TODAS AS IDADES DA MULHER (MIL MULHERES) _____	115
GRÁFICO 9 SAZONALIDADE AO ÓBITO MENORES DE 1 ANOS _____	153
GRÁFICO 10 SAZONALIDADE AO ÓBITO MENORES DE 7 ANOS _____	155
GRÁFICO 11 SAZONALIDADE AO ÓBITO MAIORES DE 7 ANOS _____	157
GRÁFICO 12 VOLUME DE ÓBITOS DOS MENORES DE 1 ANOS E MÉDIA CORRIGIDA DE 11 ANOS _____	160
GRÁFICO 13 VOLUME DE ÓBITOS DOS MENORES DE 7 ANOS E MÉDIA CORRIGIDA DE 11 ANOS _____	162
GRÁFICO 14 VOLUME DE ÓBITOS DOS MAIORES DE 7 ANOS E MÉDIA CORRIGIDA DE 11 ANOS _____	164
GRÁFICO 15 VOLUME DE ÓBITOS GERAL E MÉDIA CORRIGIDA DE 11 ANOS _____	165
GRÁFICO 16 ESPERANÇA DE VIDA GERAÇÕES NASCIDAS DE 1795 A 1820 _____	175
GRÁFICO 17 ESPERANÇA DE VIDA GERAÇÕES NASCIDAS DE 1795 A 1820 _____	177
GRÁFICO 18 MOVIMENTO DOS BAPTIZADOS NÚMEROS ABSOLUTOS _____	193
GRÁFICO 19 MOVIMENTO DOS CASAMENTOS NÚMEROS ABSOLUTOS _____	195
GRÁFICO 20 MOVIMENTO DOS ÓBITOS NÚMEROS ABSOLUTOS _____	197
GRÁFICO 21 MOVIMENTO GERAL DA POPULAÇÃO NÚMEROS ABSOLUTOS _____	199
GRÁFICO 22 MOVIMENTO GERAL DA POPULAÇÃO MÉDIAS MÓVEIS DE NOVE ANOS ____	200

Índice de Mapas

MAPA 1 CONCELHO DE V. N. DE FAMALICÃO _____	41
MAPA 2 A PARÓQUIA DE SANTIAGO DE ANTAS _____	45